Gabinete Coordenador de Segurança

Relatório Anual de Segurança Interna

Ano 2004

Índice

INTRODUÇÃO **1**

SÍNTESE **2**

LEGISLAÇÃO **10**

- **SEGURANÇA INTERNA** **10**
- **PREVENÇÃO CRIMINAL** **11**
- **ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS** **11**
- **SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL** **13**
- **SEGURANÇA PRIVADA** **14**
- **SEGURANÇA DO UEFA EURO 2004™** **15**
- **ESTATUTO DO PESSOAL** **19**

ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO SUPERIOR **20**

- **CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA INTERNA** **20**
- **GABINETE COORDENADOR DE SEGURANÇA** **20**
- **ACTIVIDADE DO SECRETARIADO-GERAL** **21**

EURO 2004 ..... **24**

- **INTRODUÇÃO** **24**
- **ESTRUTURA ORGANIZATIVA** **24**
- **TAREFAS E RESPONSABILIDADES** **25**
- **QUADRO LEGAL** **25**
- **COORDENAÇÃO NACIONAL** **27**
- **PERFIL POLICIAL** **28**
- **COOPERAÇÃO POLICIAL INTERNACIONAL E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES** **29**
- **POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO** **30**
- **POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E HOSPITALIDADE** **31**
- **ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE** **32**
- **CONCLUSÃO** **32**

FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA **34**

- **GUARDA NACIONAL REPUBLICANA** **34**
  - SÍNTESE 34
  - ACTIVIDADE OPERACIONAL 37
    - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS 37
    - ACTIVIDADE OPERACIONAL MAIS SIGNIFICATIVA 42
    - ACTIVIDADE OPERACIONAL ESPECÍFICA: 56
  - ACTIVIDADES DE APOIO 63
    - FORMAÇÃO 63
    - INVESTIMENTOS 66

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E APOIO SOCIAL 67
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 69
ACTIVIDADE OPERACIONAL 69
OPERAÇÕES POLICIAIS 69
UEFA EURO 2004 ™ 75
OUTRAS OPERAÇÕES DE ÂMBITO NACIONAL 79
ACTIVIDADE PROCESSUAL 81
CONSEQUÊNCIAS DAS INTERVENÇÕES POLICIAIS 82
POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE 83
ACTIVIDADES DAS UNIDADES ESPECIAIS 95
DETENÇÕES 100
APREENSÃO E RECUPERAÇÃO DE VEÍCULOS 100
INFORMAÇÕES 101
CONCLUSÕES GERAIS 101
ANÁLISE ESTATÍSTICA DETALHADA 101
CARACTERIZAÇÃO PARTICULAR 104
COMUNICAÇÕES 106
AQUISIÇÕES DE MATERIAL 106
SALAS DE SITUAÇÃO 106
LOGÍSTICA 107
MISSÕES INTERNACIONAIS DE PAZ 108
INFORMÁTICA 110
RECURSOS HUMANOS 112
FORMAÇÃO 114
POLÍCIA JUDICIÁRIA 117
INTRODUÇÃO 117
CRIMINALIDADE PARTICIPADA À POLÍCIA JUDICIÁRIA 117
INQUÉRITOS RESULTANTES DE CRIMES PARTICIPADOS À PJ - COMPARATIVO POR DEPARTAMENTOS 119
VALORES TOTAIS DA CRIMINALIDADE PARTICIPADA EM 2003 E 2004 120
CRIMINALIDADE INVESTIGADA PELA POLÍCIA JUDICIÁRIA 120
DETENÇÕES REALIZADAS 125
FORMAÇÃO PROFISSIONAL MINISTRADA NO ISPJCC 134
LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA 139
NOTAS FINAIS 141
SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS 143
INTRODUÇÃO 143
ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS 145
POSTOS DE FRONTEIRA AÉREA 145
POSTOS MISTOS DE FRONTEIRA 145

ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS PARA O CONTROLO DAS FRONTEIRAS INTERNAS 147
ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO A NÍVEL NACIONAL E POR DIRECÇÃO REGIONAL 147
CONTROLOS MÓVEIS POR POSTO MISTO DE FRONTEIRA 147
MEDIDAS CAUTELARES 148
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - INQUÉRITOS/PROCESSOS CRIME 148
NÚMERO DE DETENÇÕES EFECTUADAS DURANTE AS INVESTIGAÇÕES, POR NACIONALIDADE 149
NÚMERO DE PRESOS PREVENTIVOS EM PROCESSOS-CRIME, POR NACIONALIDADE 149
NÚMERO DE DETENÇÕES EFECTUADAS EM FLAGRANTE DELITO 150
PROCESSOS EM INVESTIGAÇÃO QUE TRANSITARAM DE 2003 PARA 2004. 150
FRAUDE DOCUMENTAL 153
EXPULSÕES 154
READMISSÕES 156
PROCESSOS DE CONTRA-ORDENAÇÃO 157
SISTEMA DE INFORMAÇÃO SCHENGEN 157
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA 158
ASPECTOS GERAIS DA ACTIVIDADE 158
CRIMINALIDADE ORGANIZADA 159
REDES INTERNACIONAIS DE TRÁFICO DE DROGA 159
BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS 159
REDES DE IMIGRAÇÃO ILEGAL 160
CRIMINALIDADE ORGANIZADA 160
PROLIFERAÇÃO 161
CONTRA-TERRORISMO 161
CONTRA-ESPIONAGEM 163
ACTOS CONTRA O ESTADO DE DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ESTABELECIDO 163
DIRECÇÃO-GERAL DA AUTORIDADE MARÍTIMA (DGAM) 164
INTRODUÇÃO 164
SITUAÇÃO GERAL 165
PRINCIPAIS ASPECTOS DA ACTIVIDADE 166
FURTOS E ROUBOS 167
CONTRA-ORDENAÇÕES 168
DELINQUÊNCIA JUVENIL E GRUPAL 168
DESOBEDIÊNCIA E RESISTÊNCIA À AUTORIDADE 168
SINISTRALIDADE MARÍTIMA 169
TERRORISMO 170
DROGA 171
IMIGRAÇÃO CLANDESTINA 171
CRIMINALIDADE ORGANIZADA 172

PROTOCOLOS 172
INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (INAC) 174
REGULAMENTAÇÃO 174
VALORES DE TRÁFEGO CONTROLADO NOS AEROPORTOS NACIONAIS 175
AUDITORIAS, INSPECÇÕES E TESTES 175
INCIDENTES REPORTADOS 176
FORMAÇÃO E TREINO 176
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 177
CERTIFICAÇÕES E HOMOLOGAÇÕES DE PESSOAL, CURSOS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL 177
RELATÓRIO DO EVENTO EURO 2004 - SECTOR DA AVIAÇÃO CIVIL 178
DIRECÇÃO-GERAL DE VIAÇÃO 182
PRINCIPAIS MEDIDAS ADOPTADAS EM 2004 182
ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICA 183
INVESTIMENTOS EFECTUADOS ATRAVÉS DOS PROTOCOLOS COM AS AUTARQUIAS, COM VISTA A INTERVENÇÕES NAS VIAS MUNICIPAIS 184
INVESTIMENTOS EM VIATURAS OU EM OUTRO TIPO DE MATERIAL 184
N° DE ACIDENTES RODOVIÁRIOS, COM E SEM VÍTIMAS 185
CONSEQUÊNCIAS DOS ACIDENTES RODOVIÁRIOS 185
FISCALIZAÇÃO 185
GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DE INSTALAÇÕES, DO MAI 186
RELAÇÃO DAS OBRAS DO GEPI CONCLUÍDAS E ENTREGUES EM 2004 186
OBRAS DE RAIZ 186
OBRAS DE REMODELAÇÃO E/OU CONSERVAÇÃO 186
RELAÇÃO DAS OBRAS DO GEPI EM EXECUÇÃO 187
OBRAS DE RAIZ 187
OBRAS DE REMODELAÇÃO E/OU CONSERVAÇÃO 188
RELAÇÃO DAS OBRAS DO GEPI JÁ ADJUDICADAS OU CONCURSADAS, QUE AINDA NÃO INICIARAM 188
ANÁLISE DA CRIMINALIDADE PARTICIPADA 189
ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS PELA GNR, PSP E PJ 189
VARIAÇÃO GLOBAL DAS PARTICIPAÇÕES 189
ANÁLISE DAS GRANDES CATEGORIAS 190
CRIMES CONTRA AS PESSOAS 190
CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO 191
CRIMES CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE 192
CRIMES CONTRA O ESTADO 192
CRIMES PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO PENAL AVULSA 193
ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS POR DISTRITO E REGIÃO AUTÓNOMA 194

INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei n.º 20/87, de 12 de Junho, com a alteração constante da Lei n.º 8/91, de 1 de Abril, compete ao Governo a elaboração de um relatório anual sobre a situação do País em matéria de segurança interna.

Este relatório pretende dar uma visão global de como evoluiu a criminalidade, a nível nacional, tendo por base os relatórios sectoriais enviados pelas Forças e Serviços de Segurança que integram o Gabinete Coordenador de Segurança, a saber: a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, a Polícia Judiciária, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Serviço de Informações de Segurança, a Direcção-Geral da Autoridade Marítima e o Instituto Nacional de Aviação Civil. Para além destes, foi também incluída informação proveniente do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (Ministério da Justiça), da Direcção-Geral de Viação e do Gabinete de Estudos e Planeamento de Instalações, do MAI.

Para além dos aspectos relativos à criminalidade, pretende-se também evidenciar a actividade que cada Força e Serviço desenvolveu em 2004, os resultados mais relevantes da sua actividade operacional, assim como os seus investimentos em meios humanos e materiais.

SÍNTESE

Após uma série de anos em que a criminalidade teimou em crescer, este ano observou-se um **decréscimo no número de ocorrências participadas**, no conjunto da GNR, PSP e PJ. A variação de -1% apresentada, a que correspondem -3.904 casos participados, foi favoravelmente influenciada por uma descida dos valores apresentados pela PSP conjugada com uma significativa desaceleração das ocorrências na área da GNR.

Este decréscimo pode ter como base diversos factores. Não obstante, parece lógico concluir que a realização do EURO 2004 em Portugal contribuiu para os bons resultados, permitindo condições favoráveis a um aumento do efectivo policial em serviço e a um importante reforço dos meios e equipamentos, nomeadamente de umas centenas de novas viaturas para patrulhamento, o que veio melhorar bastante a operacionalidade das duas Forças de Segurança.

No caso da PJ, os valores apresentados correspondem unicamente às ocorrências directamente participadas a este Serviço. Daí que, em termos quantitativos, não seja muito relevante, representando apenas 3,5% do total de ocorrências participadas. Contudo, deve ter-se presente que, como polícia de investigação que é, o seu volume de trabalho não se confinou às 14.045 ocorrências participadas, porque o volume de inquéritos investigados, ultrapassando os 25.000, é muito superior ao número de inquéritos participados.

De entre a criminalidade participada, realça-se, desde logo, o facto de a grande categoria dos crimes contra o património continuar a ser aquela que maior número de ocorrências apresenta. Os decréscimos apresentados nos crimes contra as pessoas (-6,3%) e contra o património (-0,7%) foram os responsáveis pela descida global registada, uma vez que são as categorias que apresentam sempre um maior volume de ocorrências.

Em termos concretos, destacam-se, pelo elevado volume de ocorrências que registam, os crimes de *Furto em veículo motorizado* (54.148); *Ofensa à integridade física voluntária simples* (40.936); *Furto de veículo motorizado* (29.231); *Furto em resid. c/arromb., escalam. ou chaves falsas* (22.586); *Condução de veíc. c/taxa de álcool igual/sup. a 1,2g/l* (21.600); *Condução sem habilitação legal* (18.210); *Ameaça e coacção* (17.812) e *Furto em edif. comerc. ou industr. c/arromb, escal, chaves falsas* (17.557).

Em termos geográficos, observam-se **descidas em mais de 50% dos Distritos e Regiões Autónomas**. Lisboa, Porto, Setúbal, Faro, Aveiro e Braga, no seu conjunto, representam, aproximadamente, 71,5% do total das participações a nível nacional. De entre as variações observadas, destacam-se, pela positiva, os decréscimos verificados em Aveiro, Braga e Porto, enquanto, pela negativa, temos os acréscimos verificados nos distritos de Faro, Setúbal e Bragança.

A **criminalidade violenta e grave** continua a merecer a atenção das Forças e Serviços, tendo-se observado um acréscimo de +3,4% (+726 casos), apesar de continuar a ser um tipo de criminalidade com uma expressão reduzida. De entre os crimes que integram esta tipologia de criminalidade, destacam-se o roubo na via pública e o esticão como sendo aqueles que têm maior representação. O roubo na via pública foi o grande responsável pelo acréscimo observado já que só ele representa mais de 50% da criminalidade violenta e grave e o seu aumento de 10% (+1.054 casos) revelou-se decisivo para o acréscimo do crime violento. De entre as variações observadas, destacam-se, pela positiva, os decréscimos observados no homicídio voluntário consumado, na violação e no furto/roubo por esticão. Pela negativa, os acréscimos apresentados nos crimes de roubo na via pública, roubo a posto de abastecimento de combustível e a resistência e coacção sobre funcionário. Importa também destacar o facto de a taxa de resolução dos homicídios, por parte da PJ se ter situado em 82%.

No que respeita à **criminalidade grupal,** esta continuou a crescer em 2004, observando-se um aumento de +5,7%, a que correspondem +381 casos participados. Este tipo de criminalidade tem maior incidência nas áreas metropolitanas, mas tem vindo a estender-se a outros distritos com elevado índice de concentração populacional.

Na **criminalidade juvenil,** assiste-se a um encorajador decréscimo de -6,1% (-301 casos). Este tipo de criminalidade tem maior incidência no roubo na via pública, no furto em viaturas, no dano e na condução sem habilitação legal.

No capítulo da **luta contra o tráfico de estupefacientes**, os resultados foram bastante compensadores, nomeadamente nas quantidades de *cocaína (7.420.519 gr)* e *heroína (97.952 gr)* apreendidas. Contudo, registou-se um decréscimo nas quantidades de *haxixe (28.977.051 gr)* e *ecstasy (107.353 unidades) apreendidas.*

Em relação às apreensões de estupefacientes, estas cresceram em relação à cocaína, com 1.033 apreensões (crescimento +4,8%), ao haxixe, com 2.412

apreensões (crescimento de +5,9%) e ao ecstasy, com 152 apreensões (aumento de+14,3%). Contudo, verificou-se um decréscimo em relação à heroína, com 1.070 apreensões (redução de -7,8%).

Na análise dos países de proveniência da droga em que os valores são mais elevados, destacam-se os seguintes: em relação à *heroína*, a Espanha, Holanda, Brasil e Bélgica; na *cocaína*, o Brasil, a Colômbia e a Venezuela; no *haxixe*, Marrocos e Espanha; e, por fim, no *ecstasy*, a Holanda, a Bélgica e a Espanha. Apesar de a maior parte da drogas ter Portugal como destino, constata-se que o nosso país tem vindo a ser, essencialmente, usado como uma potencial porta de entrada para a União Europeia.

Ao analisarmos as quantidades apreendidas por cada distrito, verificaram-se os seguintes resultados: em relação à *heroína*, destacam-se *Lisboa e Setúbal*, onde foram apreendidos 63% desta droga; na *cocaína*, os distritos de Faro, Porto e Lisboa registaram 71% do total da quantidade apreendida; no *haxixe*, destacam-se Faro e Setúbal, onde se apreenderam 95% do global nacional; e, por fim, no *ecstasy*, Lisboa, Porto e Santarém registaram 93% do total apreendido.

A classe etária da maior parte dos intervenientes, por tráfico ou por tráfico/consumo, situa-se entre os 20 e os 40 anos, sendo a maioria dos intervenientes do sexo masculino (84%).

Temos ainda que o total de valores apreendidos e avaliados, durante o ano de 2004, ascende a 1.681.445,64 €, valor este que é demonstrativo do poder económico das redes de tráfico de droga.

A **criminalidade organizada transnacional** continua a privilegiar o território nacional como local de trânsito para os seus tráficos e também para investimentos.

Da análise do número de **detenções efectuadas** pelas Forças de Segurança e pela PJ, observa-se um decréscimo de -2,6%, tendo-se contabilizado, no ano em apreço, um total de 61.943 detenções.

Observando-se os resultados das operações e intervenções policiais efectuadas, tem-se constatado uma crescente e preocupante **crise da autoridade do Estado**, consubstanciada no acréscimo dos valores apresentados pelas Forças de Segurança no que concerne ao número de agentes vítimas de crimes, nomeadamente: 4 mortos (+2), 24 feridos graves (+13), 834 feridos ligeiros (+381) e 805 agressões sem necessidade de tratamento médico (+136). Também na Autoridade Marítima se tem observado

um aumento deste fenómeno, aquando das suas acções de fiscalização no âmbito da pesca, dos transportes fluviais e nas praias, em particular quando efectuadas acções de fiscalização a embarcações espanholas, quando estas se encontram em situação ilegal.

No capítulo dos **recursos humanos**, ingressaram para os quadros das Forças de Segurança, no presente ano, um total de 1.914 elementos, respectivamente 41 oficiais e 1.078 praças na GNR, e 15 oficiais, e 780 Agentes na PSP. Em contrapartida, houve um total de 1.397 saídas, das quais 969 na GNR e 428 na PSP. Temos assim um saldo positivo, entre entradas e saídas, de +517 elementos. Além disso, o SEF realizou um curso de formação para inspectores-adjuntos. De um total de 262 formandos, apenas 179 serão integrados na carreira. O SEF realizou, ainda, dois cursos de progressão na carreira: o curso de promoção a inspector-adjunto principal, que contou com 31 formandos, e o curso de promoção a inspector, com 32 alunos.

A **formação inicial e a contínua** é uma área que continua a merecer o devido destaque por parte das Forças e Serviços de Segurança, pretendendo-se assim, que cada vez mais os seus elementos obtenham uma formação e especialização adequadas às novas realidades e exigências de segurança.

No domínio da cooperação internacional, as **Forças de Segurança continuaram integradas em diversos organismos internacionais**, tais como a ONU, UE e OSCE, tendo participado em diversas missões no estrangeiro, em países como o Iraque, Congo, Libéria, Haiti, Costa do Marfim, Kosovo; Bósnia/Herzegovina; Timor-Leste; República da Macedónia; Croácia; Sérvia e Montenegro.

No que concerne aos **investimentos efectuados pelas Forças de Segurança**, estes podem desdobrar-se nas seguintes rubricas, nomeadamente: material técnico-policial, € 830.649,04; material auto, € 2.273.867,00; Iraque, € 2.468.979,16; EURO 2004, € 15.855.798,39; informática, € 15.521.226,64; comunicações, € 106.941,56; salas de situação, € 2.707.278,68.

Continuou a registar-se um grande empenhamento, por parte das Forças de Segurança, no desenvolvimento dos **programas especiais de policiamento,** nomeadamente, «Escola Segura» (através de acções de sensibilização e de uma maior vigilância com equipas dedicadas), «Violência doméstica» (introdução dos Núcleos Mulher Menor para a investigação de casos mais complexos), «Apoio 65 – Idosos em Segurança» (incrementou-se o esforço para transmitir segurança, física e material, às populações mais idosas, assim

como as acções de aconselhamento), «Comércio Seguro», «Segurança nos transportes públicos» e «Segurança aos postos de abastecimento de combustível».

Em relação ao fenómeno da **imigração ilegal,** são dois os crimes que merecem destaque, a saber: a falsificação de documentos; e o tráfico de mulheres para a prostituição, estas maioritariamente provenientes do Brasil e de classes sociais muito desfavorecidas.

Ao analisar-se a **criminalidade investigada pelo SEF**, mais de 50% dos indivíduos implicados são de origem brasileira, do Leste Europeu e de Portugal, com especial destaque para as duas primeiras.

A opção preferencial para a entrada ilegal no nosso país tem sido, em primeiro lugar, viajar até Espanha ou França e, uma vez no espaço Schengen, entrar através das fronteiras internas.

Houve uma clara **aposta por parte do SEF no que concerne à cooperação internacional**, com a colocação de oficiais de ligação de imigração em Luanda, Dakar/Bissau, Brasília, Bucareste e Kiev, zonas geográficas que reflectem com particular incidência as tendências migratórias para Portugal.

Registou-se um **aumento no número de recusas de entrada**, ascendendo a 10.787, sendo que aproximadamente 28% dos cidadãos requerentes eram de nacionalidade brasileira.

Ao observar-se a **fraude documental**, assiste-se a um decréscimo de -0,9% no número de documentos detectados (1.020 documentos), sendo na sua maioria relativos a passaportes, seguindo-se os bilhetes de identidade e as autorizações de residência. A nacionalidade apresentada nestes documentos é maioritariamente originária de Portugal, Venezuela, Espanha, Guiné-Bissau e França.

Em relação às **estatísticas criminais** apresentadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras destaca-se o seguinte:

- Diminuição de -22,4% no número de processos-crime, registando 408 processos em 2004;
- Diminuição de -70,3% no número de detenções efectuadas durante as investigações (16 no ano de 2004);
- Diminuição de -62,2% no número de presos preventivos em processos-crime (14 no ano de 2004;
- Diminuição de -20,7% no número de detenções efectuadas em flagrante delito (321 no ano de 2004;

No capítulo das **expulsões,** as nacionalidades dos cidadãos com maior número de notificações para abandono do país foram o Brasil (1.079), Roménia (585) e Ucrânia (341). De entre os 513 processos de expulsão executados, destacam-se os cidadãos da Ucrânia (96), Roménia (94) e Brasil (71).

De entre os 1.765 processos de **readmissões, activas e passivas,** destacam-se os aumentos de 9% nas passivas (1.154 no presente ano) e de 107% nas activas (611 no presente ano). Nas readmissões activas, destaca-se o Brasil (15,7%), Roménia (8,5%), Guiné-Bissau e Marrocos (7,8%). Em relação às readmissões passivas destacam-se o Brasil (17,9%), a Ucrânia (13,6%) e a Roménia (11,8%).

No que respeita a **obras executadas ou em execução pelo GEPI/MAI**, foram concluídas 5 obras de raiz com um custo de € 4.084.478,96, efectuaram-se 17 de remodelação e/ou conservação tendo sido investidos € 1.488.962,39. Estão em execução 17 obras de raiz prevendo-se um investimento de € 19.832.174,00; vão efectuar-se 6 obras de remodelação e/ou conservação com um custo previsto de € 451.446,86; e estão 12 obras adjudicadas ou concursadas, cuja estimativa de custos é de € 16.926.455,00.

No âmbito da **segurança rodoviária**, destaca-se a aprovação, em Conselho de Ministros, do diploma de *revisão do Código da Estrada*, que prevê o agravamento de algumas contra-ordenações mais frequentes, com o intuito de dissuadir a sua prática. Prevê-se também o aumento, de dois para três anos, do regime probatório das cartas de condução e a eliminação da dispensa de sanção acessória para contra-ordenações graves. Além disso, foram efectuados estudos de zonas de acumulação de acidentes.

Promoveram-se, durante o ano de 2004, diversas acções de sensibilização pública no sentido de alertar cada vez mais para a necessidade de uma maior consciência cívica nas estradas por parte de todos os cidadãos, sejam eles condutores ou não.

Foram efectuados diversos investimentos, através de protocolos com as autarquias, visando intervenções nas vias, ascendendo esses investimentos a € 1.141.060,66. Investiram-se € 2.881.030,17 em equipamento diverso, para as entidades fiscalizadoras e destinaram-se € 1.680.810,41 para a aquisição de viaturas.

Ao observar-se a evolução dos valores da sinistralidade rodoviária em 2004, continua a verificar-se um número elevado de acidentes, em termos relativos, sendo que aproximadamente 80% destes não registaram vítimas. As

consequências dos acidentes rodoviários foram, em comparação com o ano anterior, mais animadoras, visto o número de mortos ter decrescido -16,6%; o número de feridos graves diminuiu -11,2% e o número de feridos ligeiros registou um decréscimo de -7,5%.

De referir que os dados estatísticos da Direcção-Geral de Viação, à semelhança dos anos anteriores, não coincidem com o somatório dos valores registados pela GNR e pela PSP, uma vez que estas Forças, além dos dados do Continente, aditam os dados das Regiões Autónomas. Além disso, importa acrescentar que os dados ora apresentados não estão ainda definitivamente consolidados, podendo, assim, vir a sofrer ulteriores ajustamentos.

No Verão de 2004, Portugal foi palco do **UEFA EURO 2004™**, o qual foi reconhecido, a nível nacional e internacional como um torneio de sucesso, quer em termos desportivos, quer no plano de segurança.

Provavelmente o factor mais importante da estratégia global de segurança do torneio foi a focalização nos "clientes" – tanto internos como externos – e a gestão do conhecimento e da informação.

Em primeiro lugar, a qualificação dos agentes das Forças de Segurança constitui sempre uma prioridade fundamental, tendo em conta que os recursos humanos devem ser encarados como o valor mais importante de qualquer organização e representam assim uma condição crucial para a implementação eficaz e efectiva da estratégia de segurança.

Em segundo lugar, a abordagem e atitude das Forças de Segurança foi orientada para o "cliente", por outras palavras, focalizada nas expectativas e necessidades dos espectadores e do público em geral, criando assim as condições para uma atmosfera festiva e convivial contagiante.

Em terceiro lugar, um conhecimento aprofundado e actualizado dos riscos, das ameaças, dos públicos e do ambiente envolvente foi absolutamente vital para um planeamento e operação adequados. A construção de uma estrutura de coordenação e cooperação flexível e eficiente, aos níveis internacional, nacional e local, permitiram aos decisores, desde o nível político de topo ao agente policial no terreno, disporem da informação e conhecimento necessários para adoptarem o correcto comportamento ou decisão no momento adequado.

Finalmente, as modernas infra-estruturas desportivas e a combinação única do clima, paisagem, cultura, gastronomia e calorosa hospitalidade dos Portugueses, criaram as condições ambientais para que se revelasse nesse

torneio uma nova cultura europeia de adeptos: uma cultura de convivialidade, de espectáculo e de *fair-play*.

Em síntese, o sucesso do torneio em termos de segurança pode ser resumido em seis C's: Capacidade, Comunicação, Coordenação, Cooperação, Confiança e Convivialidade.

Exemplar do GCS

LEGISLAÇÃO

SEGURANÇA INTERNA

No âmbito da **modernização do modelo de segurança interna,** a Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio, veio proceder à revisão da lei-quadro que define o regime e forma de criação das polícias municipais. Desde logo, reforça-se o facto de a cooperação entre as polícias municipais e as Forças de Segurança, no âmbito da manutenção da tranquilidade pública e da protecção das comunidades locais, dever exercer-se no respeito recíproco pelas esferas de actuação, nomeadamente através da partilha de informação e na satisfação de pedidos de colaboração.

Além disso, as polícias municipais passam a exercer funções no domínio da intervenção em programas destinados à acção das polícias junto das escolas ou de grupos de cidadãos.

Acresce que as polícias municipais passam a dispor também de competência para o desenvolvimento de inquéritos por ilícitos, no âmbito da relação administrativa, para além do levantamento do auto.

Finalmente, confere-se aos agentes de polícia municipal a possibilidade de actuarem fora do território do respectivo município, em situações de flagrante delito ou em emergência de socorro, mediante solicitação da autoridade municipal competente.

Por outro lado, a Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de Novembro, veio alterar a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), estabelecendo as bases gerais deste Sistema. Desde logo proíbe-se que outros serviços prossigam objectivos e actividades idênticos aos previstos neste diploma. Revêem-se também as normas sobre a actividade de controlo exercida pelo Conselho de Fiscalização do SIRP. É criada a figura do Secretário-Geral do SIRP, equiparado a Secretário de Estado, o qual conduz superiormente, através dos respectivos directores, a actividade dos dois serviços de informações: o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e o Serviço de Informações de Segurança (SIS). Sublinha-se também que este novo regime não prejudica as actividades de informações levadas a cabo pelas Forças Armadas, necessárias ao cumprimento das suas missões e à segurança militar.

PREVENÇÃO CRIMINAL

No vasto domínio da **prevenção social**, merece destaque a renovação do Programa Escolhas, operada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2004, de 30 de Abril.

O Escolhas - Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção dos Jovens dos Bairros mais Vulneráveis dos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal fora aprovado, em Janeiro de 2001, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2001, de 9 de Janeiro.

O Governo, consciente da importância e da existência de condições que permitam continuar a intervir, articulando iniciativas das diversas entidades e agentes locais, junto dos jovens provindos de contextos sócio-económicos mais desfavoráveis e problemáticos, entendeu dar continuidade às acções que têm vindo a ser desenvolvidas no âmbito do Programa Escolhas, dando-lhe claramente um novo impulso e dinâmica, tendo em conta a experiência anterior.

Alarga-se o âmbito territorial do Programa e acentua-se agora uma abordagem de co-responsabilidade, com o envolvimento intenso dos próprios destinatários. Enfatizam-se as iniciativas que envolvam a interacção dos destinatários do Programa com a comunidade envolvente, apostando-se numa lógica de intervenção integrada (interinstitucional e interdisciplinar) e em parceria com a sociedade civil, mediante contratos-programa.

Ao mesmo tempo, agilizam-se processos, simplificando a tutela e assegurando-se a intervenção do alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, propiciando uma melhor articulação com outras estruturas de integração já implementadas e com as equipas da segurança social a nível local e distrital.

ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Na área da **política de estrangeiros e fronteiras**, merece particular realce a aprovação do Decreto Regulamentar n.º 6/2004, de 26 de Abril.

Este diploma vem agora regulamentar o Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro, que define o novo regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português.

Procedeu-se, nomeadamente, à regulamentação da entrada e saída de estrangeiros do território nacional, à concessão de vistos no estrangeiro e nos postos de fronteira, à prorrogação da permanência, ao direito ao

reagrupamento familiar, à concessão e renovação de autorizações de residência e ao boletim de alojamento.

Introduziram-se, assim, algumas inovações relativamente à anterior regulamentação, embora se mantenha no essencial a sua filosofia.

Desde logo, prevê-se uma importante inovação ao referir-se que, na apreciação de alguns tipos de vistos, o conhecimento da língua portuguesa deve ser tido em conta, podendo, nos casos de contingentação do número de vistos, constituir factor preferencial. Esta introdução do conhecimento do português como factor de preferência na concessão de vistos pretende reforçar as relações com os nacionais dos Estados culturalmente mais próximos de Portugal, como é o caso dos membros da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, e também dos imigrantes de outros países que já tenham tido contacto com a língua e a cultura portuguesas.

Por outro lado, o processo de concessão do visto de residência para o exercício de trabalho subordinado e de visto de trabalho tipo IV foi substancialmente alterado no sentido de conferir maior celeridade a todo o processo. Para apreciação da concessão de visto, a Direcção-Geral dos Serviços Consulares solicita pareceres ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e ao IEFP, a fim de apreciar sobre o risco migratório, a segurança interna e a conformidade com o relatório sobre as oportunidades de trabalho, respectivamente, e solicita ainda informação à IGT sobre a concessão ou não de parecer favorável.

Foram também fixadas as condições que permitem o trabalho subordinado de titulares de visto de estada temporária e os respectivos requisitos.

Consagra-se também que os menores estrangeiros nascidos em território português até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro, e que não se tenham ausentado do território nacional, ficam dispensados de visto para obtenção de autorização de residência. Idêntico regime é aplicado aos progenitores que relativamente ao menor efectivamente exerçam o poder paternal.

Finalmente, teve-se em conta a existência de cidadãos estrangeiros que, não tendo legalizado a sua situação em face do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, foram inscritos e efectuaram descontos para os regimes contributivos da segurança social e da administração fiscal, permitindo-se que os mesmos fiquem

abrangidos pelo regime consagrado no n.º 3 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto (alargamento dos limites de permanência).

De igual modo, e para o mesmo efeito, previnem-se as situações de eventual incumprimento de obrigações legais por parte das entidades empregadoras quanto à entrega das importâncias retidas sobre a retribuição dos trabalhadores.

Prevê-se ainda a possibilidade de os mesmos serem abrangidos pelo regime consagrado no n.º 3 do artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, mediante requerimento fundamentado dos interessados e despacho favorável do Ministro da Segurança Social e do Trabalho.

Procurou-se, deste modo, dar seguimento à política de imigração do XV Governo Constitucional que assenta em três eixos fundamentais. O rigor na entrada como condição essencial para uma real e efectiva integração da comunidade imigrante no nosso país, enquanto factor de desenvolvimento social, cultural e económico, combatendo, ao mesmo tempo, as redes criminosas de tráfico de seres humanos.

SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL

No domínio da prevenção e repressão de ilícitos praticados contra a **segurança da aviação civil**, o Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de Janeiro, veio aprovar o regime aplicável às contra-ordenações aeronáuticas civis.

A aviação civil constitui um sector de actividade económica em constante evolução e de complexidade crescente, o que impõe, para ser eficaz, a necessidade de um regime de contra-ordenações próprio.

A liberalização dos mercados e a liberdade de circulação das pessoas e dos equipamentos obriga a um esforço dos meios, por parte do Estado, para a prevenção e sanção dos múltiplos ilícitos susceptíveis de ocorrerem no sector da aviação civil.

Neste sentido, criou-se o regime das contra-ordenações aeronáuticas civis, o qual adapta o regime geral das contra-ordenações às normas legais e regulamentares específicas do sector da aviação civil.

Deste modo, cria-se um regime específico de atribuição da responsabilidade por factos praticados em nome ou por conta de outrem, sem que o mesmo exclua a responsabilidade das pessoas individuais.

Cria-se ainda uma regra de atribuição de responsabilidade para os titulares do órgão de administração e responsáveis pela direcção ou fiscalização de áreas

de actividade de pessoas colectivas ou equiparadas que não cumpram o dever de pôr termo aos ilícitos de mera ordenação social que sejam praticados na sua área de intervenção funcional.

Determina-se ainda que se o mesmo facto constituir simultaneamente crime e contra-ordenação, deve o arguido ser sempre responsabilizado por ambas as infracções, instaurando-se, para o efeito, processos distintos a decidir pelas respectivas autoridades competentes.

Além disso, é dada a possibilidade ao Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC) de aplicar medidas cautelares de suspensão preventiva, no todo ou em parte, das actividades ou funções exercidas pelos arguidos ou, ainda, a sujeição do exercício de funções ou actividades a condições específicas necessárias para o exercício idóneo da actividade ou função em causa.

SEGURANÇA PRIVADA

A **actividade de segurança privada** tem vindo a adquirir uma inegável importância em Portugal, quer na protecção de pessoas e bens quer na prevenção e dissuasão da prática de actos ilícitos

A experiência adquirida e consolidada nos últimos anos, a recente jurisprudência do Tribunal Constitucional e a necessidade de adaptação da legislação ao direito comunitário foram determinantes para a actualização do regime legal, operada pelo Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro.

Neste diploma, mantêm-se inalterados os princípios definidores do exercício desta actividade, concretamente a prossecução do interesse público e a complementaridade e subsidiariedade face às competências das Forças e Serviços de Segurança. Não obstante, verifica-se uma clara evolução do regime em diversas matérias.

Desde logo, Clarifica-se o objecto da actividade de segurança privada, distinguindo-se a prestação de serviços a terceiros e a organização interna de serviços de segurança privada. Do mesmo passo, estabelecem-se condições distintas para a obtenção da respectiva autorização.

Concretizam-se as funções a desempenhar pelo pessoal de vigilância, consagrando-se, pela primeira vez, a faculdade de os vigilantes de segurança privada poderem efectuar revistas de prevenção e segurança no controlo de acessos a determinados locais.

Esta nova modalidade de revista tem como estrito objectivo impedir a introdução de artigos proibidos ou potencialmente perigosos em locais de

acesso condicionado ao público, pelo que não se confunde nem visa os objectivos de obtenção de prova da prática de ilícito criminal previstos na legislação processual penal.

Ainda neste âmbito, importa realçar que os vigilantes de segurança privada não têm poderes para efectuar apreensão de quaisquer objectos ou efectuar detenções.

Noutra vertente, e com o objectivo de aumentar a eficácia da actuação das empresas e o nível de preparação e treino do pessoal de vigilância, introduz-se a possibilidade de as entidades que exercem a actividade de segurança privada poderem ser obrigadas a dispor de um director de segurança, nos termos e condições a fixar em regulamentação própria.

Por outro lado, o director de segurança bem como os formadores de segurança privada vão dispor de formação específica especialmente dirigida à obtenção dos conhecimentos teóricos e práticos necessários para que o pessoal de vigilância desempenhe cabalmente as suas funções.

Paralelamente, redefinem-se os requisitos gerais e específicos dos intervenientes na actividade de segurança privada, garantindo-se a clara separação entre fiscalizador e fiscalizado e impedindo-se o exercício de determinadas funções a quem tiver sido condenado por um determinado número de infracções.

O regime legal da actividade de segurança privada foi objecto de uma assinalável reforma, durante o ano em apreço, tendo também em vista a definição de um regime específico de exercício da actividade de segurança privada no âmbito da segurança dos recintos de futebol, em especial, à luz do conceito civilista de segurança aprovado para a Fase Final do Campeonato da Europa de Futebol – UEFA EURO 2004™.

SEGURANÇA DO UEFA EURO 2004™

No contexto da **segurança do UEFA EURO 2004™**, que mereceu especial destaque no ano em apreço, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2004, de 9 de Março, criou uma estrutura de acompanhamento permanente do Euro 2004 que tinha por objectivo assegurar a coordenação e acompanhamento da actuação das entidades que prepararíam a realização em Portugal da fase final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004.

Para acolher esse evento, foi implementada uma estrutura de trabalho que passou pela criação de diferentes entidades, cada uma com a sua área de

intervenção, a saber: duas sociedades anónimas, a EURO 2004, S. A., Sociedade Promotora da Realização em Portugal da Fase Final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004, e a Portugal 2004 - Sociedade de Acompanhamento e Fiscalização do Programa de Construção dos Estádios e Outras Infra-Estruturas para a Fase Final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004, S. A.; a Comissão de Segurança para o Euro 2004; a Comissão de Acompanhamento da Promoção de Portugal no Âmbito do Euro 2004; o Grupo de Coordenação do Sistema de Transportes Colectivos para o Euro 2004; e a Comissão de Acompanhamento Saúde do Euro 2004.

Estas entidades vinham desenvolvendo todas as acções necessárias tendentes a assegurar o sucesso do torneio.

Numa perspectiva de rigor no desenvolvimento das diversas tarefas que compõem uma organização desta natureza, afigurou-se conveniente que todas as entidades envolvidas concluíssem e implementassem os respectivos projectos, designadamente no que se refere à segurança, aos transportes, às acessibilidades, à saúde e à logística em geral, de modo a que tudo estivesse nas condições necessárias à realização do evento.

Este objectivo requeria a adopção de uma perspectiva integrada e transversal das diferentes entidades que prepararam o Euro 2004, pelo que importava criar uma estrutura com competências genéricas de coordenação e acompanhamento das acções e projectos em curso no âmbito da realização do torneio.

Por seu turno, o Decreto-Lei n.º 79/2004, de 6 de Abril, veio estabelecer as categorias de agentes públicos a quem, para o cabal exercício das suas funções, é reconhecido o direito de livre entrada em recintos desportivos, vindo delimitar o respectivo universo, bem como as condições de acesso.

Por outro lado, e tendo, nomeadamente, em vista a segurança do UEFA EURO 2004™, a Lei n.º 16/2004, de 11 de Maio (lei sobre a violência associada ao desporto), veio actualizar o regime sobre as medidas preventivas e punitivas a adoptar em caso de manifestação de violência associadas ao desporto.

Neste diploma, e tendo em conta a experiência adquirida durante a vigência da Lei nº 38/98, de 4 de Agosto, procedeu-se, desde logo, à revisão de disposições sobre a separação de adeptos e o registo das claques de futebol.

Além disso, regulam-se as condições de acesso e de permanência em recintos desportivos e introduz-se a revista de prevenção e segurança por assistentes de recinto desportivo (ARD's).

Prevê-se, também, e pela primeira vez, a necessidade de um regulamento anti-violência (organizador) e de um regulamento de segurança (promotor), assim como a existência de um plano de emergência interno.

Por outro lado, e para além da actualização do catálogo de actos considerados como contra-ordenação, a nova lei prevê, pela primeira vez, a criminalização de um conjunto de comportamentos ilícitos.

Relativamente aos poderes das Forças de Segurança, prevê-se a sua avaliação prévia das condições de segurança do recinto, que suscite a necessidade de introdução de medidas de segurança adicionais por parte do promotor, sem o que o organizador deverá cancelar a realização evento. Além disso, atribui-se ao comandante da força policial a reserva de responsabilidade última pela segurança do recinto, o que implica que ele dispõe do poder de decidir sobre a evacuação do recinto.

Em complemento deste regime geral, e uma vez mais tendo em vista a melhoria da eficácia dos mecanismos de segurança do UEFA EURO 2004™, a Lei Orgânica n.º 2/2004 de 12 de Maio, veio estabelecer o regime temporário da organização da ordem pública e da justiça no contexto extraordinário desse evento.

Este regime temporário, que vigorou entre 1 de Junho e 11 de Julho de 2004, veio estabelecer disposições excepcionais e relativamente restritivas dos direitos fundamentais, sobre as seguintes matérias: a organização e funcionamento dos tribunais, o processo penal sumário, a adopção da medida de coacção de interdição de acesso a estádio, o regime de afastamento de estrangeiros, os meios de vigilância electrónica, as medidas cautelares de polícia e as condições de acesso a estádios.

Desde logo, e no tocante à organização e funcionamento dos tribunais, prevê-se a existência de um serviço de turno, para processos sumários, na sede de círculo, nas cidades anfitriãs e arredores: Lisboa, Cascais, Oeiras e Sintra; Porto, Santa Maria da Feira, Vila do Conde e Barcelos; Coimbra e Figueira da Foz; Faro, Loulé e Portimão. O turno integra dois magistrados judiciais e 3 magistrados do Ministério Público (MP). A articulação entre o MP e as Forças e Serviços de Segurança é assegurada através de pontos focais. Relativamente às medidas de coacção, consagra-se a proibição de permanência, ausência e contactos, assim como a interdição de acesso a estádios.

No que concerne aos meios de vigilância electrónica em locais públicos, dispõe-se que as Forças e Serviços de Segurança podem utilizar, de forma

permanente e continuada, meios de captação e gravação de imagem e som, tendo em vista reagir a alterações da ordem e segurança públicas e recolher meios de prova.

Já no que respeita a novas medidas cautelares de polícia, prevê-se a revista de prevenção e segurança, que pode ser feita a adeptos e seus equipamentos, em transportes colectivos; nos locais públicos onde se concentrem potenciais desordeiros, nas suas pessoas, equipamentos e veículos; quando seja necessária condução a departamento policial, por identificação insuficiente ou por acção de prevenção policial; ou por especiais razões de segurança, a autoridade de polícia criminal pode inibir suspeitos de aceder a certos locais ou eventos públicos, até 48 horas.

Mais tarde, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2004, de 21 de Maio, veio aprovar a reposição do controlo documental nas fronteiras portuguesas entre 26 de Maio e 4 de Julho de 2004.

Esta medida, prevista pela cláusula 2º, nº 2, da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, foi aplicada durante o período de realização do festival de música "Rock in Rio – Lisboa" e do UEFA EURO 2004™, tendo em consideração a necessidade de garantir a segurança interna, prevenindo a imigração ilegal e a entrada no País de cidadãos ou grupos referenciados como habituais causadores de conflitos ou graves desordens públicas ou cujos comportamentos fossem susceptíveis de comprometer a segurança dos cidadãos nacionais e dos cidadãos estrangeiros que, por força destes eventos, acorreriam em massa ao nosso País.

Finalmente, o Decreto-Lei n.º 141/2004, de 11 de Junho, veio criar e regular os espaços equiparados aos centros de instalação temporária, durante o período de realização em Portugal do UEFA EURO 2004™, para que as medidas de afastamento fossem exercidas em tempo útil e de forma eficiente, permitindo ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras actuar eficazmente e no mais curto espaço de tempo possível.

Atendendo a que a necessidade de espaços adequados é circunscrita no tempo, recorreu-se, para o efeito, a locais disponibilizados pela Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, que, a título excepcional, pelo prazo máximo de 30 dias, mediante protocolo, cedeu algumas instalações ao Ministério da Administração Interna.

Da mesma forma e com o mesmo objectivo, foi cedida uma instalação do Estado-Maior da Força Aérea ao Ministério da Administração Interna.

Enfim, consagrou-se que a responsabilidade pela protecção das pessoas e pela guarda e segurança desses espaços seria da competência exclusiva do Ministério da Administração Interna.

ESTATUTO DO PESSOAL

No capítulo das normas estatutárias do pessoal das Forças e Serviços de Segurança, o Decreto-Lei n.º 189/2004, de 17 de Agosto, veio atribuir aos militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) e aos elementos da Polícia de Segurança Pública (PSP) com funções policiais e aos seus familiares o direito a uma compensação, sempre que no exercício das suas funções ou por causa delas venha a ocorrer uma situação de invalidez permanente ou de morte.

A natureza das funções que desempenham bem como o risco decorrente da sua missão justificaram a aplicação do mesmo regime ao pessoal militarizado da Polícia Marítima (PM).

O regime introduzido por este diploma não veio prejudicar a aplicação dos regimes gerais vigentes em matéria de acidentes em serviço e de protecção das vítimas e crimes violentos, constituindo, por isso, um mecanismo suplementar destinado a reforçar a protecção dos elementos das Forças de Segurança e dos familiares que deles dependem, justamente porque aqueles estão sujeitos a um especial grau de risco no exercício normal das suas funções.

Por último, o Decreto-Lei n.º 119/2004, de 21 de Maio, que veio adequar as disposições constantes do Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana ao Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado.

Com efeito, decorre do artigo 34.º do citado Regulamento que os militares que prestem ou tenham prestado serviço em regime de contrato, desde que cumpridos dois anos de serviço efectivo militar, beneficiam de exclusividade na admissão aos concursos para ingresso nos quadros de praças da Guarda Nacional Republicana, nos termos previstos no respectivo Estatuto.

ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO SUPERIOR

A arquitectura global do sistema de segurança interna foi delineada pela Lei de Segurança Interna (Lei nº 20/87, de 12 de Junho), que, ao estabelecer as bases gerais da actividade de segurança interna, prevê dois órgãos colegiais de natureza consultiva, que apoiam o Governo no desenvolvimento da política de segurança interna: o Conselho Superior de Segurança Interna e o Gabinete Coordenador de Segurança.

CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA INTERNA

Por um lado, o Conselho Superior de Segurança Interna é o órgão interministerial de auscultação e consulta em matéria de segurança interna, presidido pelo Primeiro-Ministro, competindo-lhe emitir parecer, nomeadamente, sobre a definição das linhas gerais da política de segurança interna e sobre as bases gerais da organização, funcionamento e disciplina das Forças e Serviços de Segurança e da delimitação das respectivas missões e competências.

No âmbito dos trabalhos deste Conselho Superior, destacou-se, no ano de 2004, a alteração do despacho do Primeiro-Ministro, de 25 de Fevereiro de 2003, que criou a Unidade de Coordenação Anti-Terrorismo (UCAT). Esta estrutura tem por missão garantir a coordenação e a partilha de informação no âmbito do combate ao terrorismo, entre os Serviços que a integram – a Polícia Judiciária, Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares, o Serviço de Informações de Segurança e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

A partir de Março de 2004, a UCAT passou a reunir diariamente e viu a sua composição alargada à Guarda Nacional Republicana, à Polícia de Segurança Pública e à Direcção-Geral da Autoridade Marítima, integrando ainda, na qualidade de observadores, um representante do Gabinete do Primeiro Ministro e um representante do Gabinete Coordenador de Segurança.

GABINETE COORDENADOR DE SEGURANÇA

Noutro plano, o Gabinete Coordenador de Segurança (GCS), cuja organização e funcionamento foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 61/88, de 27 de Fevereiro, entretanto alterado sucessivamente pelos Decretos-Leis nº 51/96, de

16 de Maio e 149/2001, de 7 de Maio, é o órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da actividade das Forças e Serviços de Segurança, funcionando na directa dependência do Primeiro-Ministro, ou, por sua delegação, do Ministro da Administração Interna.

Compete ao GCS assistir, de modo regular e permanente, às entidades governamentais responsáveis pela execução da política de segurança interna e, designadamente, estudar e propor: os esquemas de cooperação das Forças e Serviços de Segurança, bem como de aperfeiçoamento do seu dispositivo, com vista à articulação do seu funcionamento; o eventual emprego combinado do pessoal das diversas Forças e Serviços de Segurança para fazer face às situações de grave ameaça que o exijam; as normas de actuação e os procedimentos a adoptar em situações de grave ameaça da segurança interna; e os planos de actuação conjunta das Forças e Serviços especialmente encarregados da prevenção da criminalidade.

Reunindo periodicamente em plenário, o GCS é presidido pelo Ministro da Administração Interna, no exercício de competência delegada pelo Primeiro-Ministro, integrando o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, os Directores Nacionais da Polícia de Segurança Pública e da Polícia Judiciária, os Directores-Gerais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, do Serviço de Informações de Segurança e da Autoridade Marítima, assim como o Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional da Aviação Civil.

ACTIVIDADE DO SECRETARIADO-GERAL

Na sua actividade quotidiana, o Gabinete prossegue as suas missões através do secretariado-geral, o qual dispõe, para o efeito, de um secretariado permanente integrando representantes qualificados das sete entidades que compõem o Gabinete, e que asseguram a articulação com os respectivos serviços e desenvolvem as tarefas cometidas ao Gabinete.

Ao longo da primeira metade do ano de 2004, grande parte do esforço do secretariado-geral centrou-se na actividade da Comissão de Segurança para o EURO 2004, designadamente na aprovação dos documentos estratégicos, na realização de reuniões de coordenação, na participação em conferências, seminários e acções de formação, na instalação e supervisão do Centro Coordenador de Informações Policiais, no relacionamento com as embaixadas, na articulação com outras comissões interministeriais ligadas ao EURO 2004, na coordenação de diversos exercícios de simulação, no relacionamento com

os *media* nacionais e internacionais, na celebração de acordos bilaterais com países participantes no torneio, entre outras acções .

Além disso, o secretariado-geral do Gabinete deu continuidade à redacção do projecto de revisão e actualização do Plano de Coordenação e Cooperação das Forças e Serviços de Segurança.

Paralelamente, o secretariado-geral do Gabinete coordenou o planeamento e a pré-execução da segurança pessoal de altas entidades civis e militares, nacionais e estrangeiras, que, de acordo com prévia avaliação do Serviço de Informações de Segurança, eram objecto de ameaça considerada relevante.

Foi ainda coordenada a resposta a 123 solicitações por parte das embaixadas em Lisboa, sobre diversos assuntos de segurança. Foi também coordenada a segurança de 88 navios militares de risco que fundearam em portos nacionais. No total, e durante o ano em apreço, o secretariado-geral coordenou a fase de planeamento e pré-execução do dispositivo de segurança de cerca de 505 altas entidades e de 78 eventos diversos.

Paralelamente, o secretariado-geral coordenou a fase de planeamento da segurança de manifestações, concentrações, desfiles e outros eventos de massas que decorrem na via pública e requerem acompanhamento policial de mais de uma Força ou Serviço de Segurança.

Ademais, o secretariado-geral do Gabinete coordenou as fases de planeamento e pré-execução do dispositivo de segurança de grandes eventos desportivos de dimensão internacional, designadamente: Campeonato Mundial de Bodyboard (Sintra); Campeonato Europeu de Futebol Sub17 (6 a 13 de Mar04); Campeonato da Europa de Esgrima, Juniores (Espinho, de 31Out a 6Nov04); Campeonato Europeu de Juniores em Natação (Jamor, de 15 a 18Jul04); Campeonato do Mundo de Triatlo (Funchal, de 2 a 5Mai04) e a 14.ª Meia Maratona de Lisboa (28Mar04).

Acresce a actividade regular de coordenação do planeamento e implementação do dispositivo de segurança de cimeiras, congressos e outros eventos relevantes, de que se destacam, em 2004: visita do Primeiro-Ministro de Inglaterra, Tony Blair; Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP; visita do Primeiro-Ministro de França, Jean-Pierre Raffarin; visita do Primeiro-Ministro da Grécia; visita do Chanceler Alemão, Gerhard Schroeder; visita do Presidente da Federação Russa, Vladimir Putin e o Laureus Awards (prémios internacionais de desporto).

Ao mesmo tempo, o secretariado-geral do Gabinete elaborou e/ou participou na elaboração de projectos de planos de acção para a prevenção de determinados fenómenos criminais, a saber: assaltos a postos de abastecimento de combustíveis e criminalidade em transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa.

O secretariado-geral do Gabinete integrou, ainda, diversos grupos de trabalho, exercícios e seminários, a nível nacional, da União Europeia e da NATO, designadamente, nos domínios do planeamento civil de emergência, da gestão civil de crises, da carta nacional de pontos sensíveis, da prevenção criminal, da cooperação policial, da criminalidade organizada e da violência associada ao desporto.

O secretariado-geral do Gabinete participa, como membro efectivo, no Plano de Regresso e no Subgrupo Operacional do PSI - *Proliferation Security Initiative*, e como membro convidado, no Conselho Nacional do Planeamento Civil de Emergência.

Exemplar do GCS

EURO 2004

INTRODUÇÃO

A organização de um Campeonato de Europa de Futebol, o terceiro maior evento desportivo a nível mundial, constitui sem dúvida um dos maiores desafios para qualquer país Europeu.

Tal requer um grande volume de recursos humanos, técnicos e financeiros, a revisão da estrutura e estratégia organizativas de coordenação, o reforço das redes de cooperação internacional e, não menos importante, a motivação e mobilização da população, de forma a criar um ambiente de convivialidade entre pessoas oriundas de diversas regiões do mundo.

Este campeonato constitui uma oportunidade única para a projecção de um País na arena internacional, promovendo a sua cultura e a sua capacidade de organizar com sucesso um grande evento.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA

O modelo organizativo escolhido para o torneio foi completamente diferente dos torneios anteriores. Em vez de atribuir a organização do torneio à federação nacional (modelo do Euro 96) ou de criar uma fundação específica para o efeito (modelo do Euro2000) o Governo Português e a UEFA concordaram em que a melhor opção seria criar duas sociedades anónimas distintas – a Portugal 2004 e a Euro 2004 – com objectos sociais diferentes:

- por um lado, a Portugal 2004 S.A., que seria responsável pelo acompanhamento e controlo do programa de construção de estádios e outras infra-estruturas; e
- por outro lado, o organizador do torneio, a Euro 2004, S.A., responsável pela concepção, planeamento, promoção e organização do torneio.

O Governo Português considerou que a criação da Portugal 2004, S.A. era crucial para a implementação de um programa transparente de supervisão, que, por um lado, pudesse dar clara garantias aos Portugueses de que os dinheiros públicos estavam a ser devidamente utilizados na construção dos estádios e, por outro lado, garantisse que estes estádios ficariam construídos a tempo e de acordo com os pré-requisitos fixados pela UEFA.

TAREFAS E RESPONSABILIDADES

Nos preparativos de segurança de um grande evento, é vital uma clara definição das tarefas e responsabilidades de todas as partes envolvidas, evitando assim vazios entre a área de intervenção de cada um.

O Governo Português assegurou a sua total e exclusiva responsabilidade pela segurança no exterior dos perímetros da segurança dos estádios, assim como, em caso de alteração da ordem pública, no interior desses perímetros.

Por seu lado, o organizador seria responsável pela segurança no interior desse perímetro, em condições normais, garantindo a implementação de uma estrutura privada de segurança e as necessárias condições de trabalho para os serviços públicos.

Desde o início, a cooperação entre os organismos públicos e o organizador foi sempre salutar. Cada parte estava consciente dos seus deveres e responsabilidades, assim como do imperativo de a segurança ser a grande prioridade na organização do torneio.

Como resultado deste torneio, Portugal pôde melhorar radicalmente o modelo de gestão de segurança nos estádios de futebol, introduzindo novas vertentes:

- Clara partilha de responsabilidades de segurança entre o organizador e as Forças de Segurança;

- Gestão privada da segurança no interior do perímetro de segurança do estádio: implementação de uma sala de comando e controle e de um sistema de segurança privada constituído por assistentes de recinto desportivo (ARD's), sob a responsabilidade de um coordenador de segurança do estádio;

- Possibilidade de um sistema de voluntariado, como complemento da segurança privada;

- Planos de emergência dos estádios (internos e externos);

- Regulamentos internos dos estádios; e

- Melhoria significativa de conforto e segurança nos estádios.

QUADRO LEGAL

Tendo em vista a segurança do torneio, o Governo aprovou legislação diversa, com os seguintes objectivos:

- Implementar estruturas de coordenação para o evento;

- Adoptar os princípios e orientações dos regulamentos e recomendações internacionais em matéria de segurança em estádios de futebol, de cooperação internacional e de intercâmbio de informações;

- Sistematizar e modernizar o quadro legal nacional em matéria de segurança de eventos desportivos;

- Rever o quadro legal do exercício da actividade de segurança privada e, nesse âmbito, implementar o sistema de ARD's; e

- Reforçar temporariamente os poderes policiais e judiciais em matéria de ordem pública, processo penal e processo de expulsão de estrangeiros.

Verificou-se uma significativa revisão e actualização do quadro legal no domínio da segurança e, mais especificamente, da segurança em recintos desportivos, tendo em conta que a lei, pela sua natureza dissuasora e preventiva, poderia reduzir a possibilidade de comportamentos violentos e desordeiros durante o evento.

Uma primeira questão que foi objecto do legislador foi a revisão do sistema de segurança privada, que incluiu, pela primeira vez, um sistema de ARD's.

Por outro lado o legislador aproveitou a ocasião para rever profundamente a lei sobre violência associada ao desporto, que vigorava desde 1998. Vejamos algumas das inovações desta nova lei: as Forças de Segurança devem verificar previamente as condições de segurança do estádio e, caso as lacunas detectadas não sejam colmatadas pelos organizadores, o evento é cancelado; as Forças de Segurança têm uma responsabilidade subsidiária no interior do perímetro de segurança do estádio e, caso ocorram incidentes de ordem pública nesse perímetro, o comandante da força assume o controlo da situação, tendo mesmo a decisão última de ordenar a evacuação do estádio. Pela primeira vez, várias condutas violentas associadas ao evento desportivo passam a ser consideradas como crimes, nomeadamente: venda ilegal de bilhetes; dano qualificado; participação em rixa no percurso e para o estádio; arremesso de objectos para a área de competição do estádio; invasão de áreas restritas; e tumultos.

O Estado também decidiu aprovar uma lei temporária visando melhorar a eficácia dos sistemas policial, de justiça penal e de emigração, nomeadamente, em ordem a combater o fenómeno do hooliganismo. Esta lei que vigorou entre 1 de Junho e 11 de Julho implementou disposições como:

- Tribunais de turno para processos sumários, em algumas cidades;

- Medidas de coacção: possibilidade de proibir a permanência, ausência ou contactos, ou interdição de acesso a estádios, quando há indícios da prática de crimes;

- As Forças e Serviços de Segurança podem utilizar, de forma permanente e continuada, meios de captação e gravação de imagem e som, tendo em vista reagir a alterações da ordem e segurança públicas e recolher meios de prova;

- Medidas cautelares de polícia: revista de prevenção e segurança a adeptos e seus equipamentos, em transportes colectivos; nos locais públicos onde se concentrem potenciais desordeiros, nas suas pessoas, equipamentos e veículos; quando seja necessária a condução a departamento policial, por identificação insuficiente ou por acção de prevenção policial; ou por especiais razões de segurança, a autoridade de polícia criminal pode inibir suspeitos de acederem a certos locais ou eventos públicos, até 48 horas.

COORDENAÇÃO NACIONAL

A coordenação entre os organismos nacionais de segurança, de protecção e socorro, os organismos responsáveis por diferentes políticas públicas, os níveis nacional e local e entre o Estado e o organizador, constituiu uma matéria de grande importância para o sucesso global de um grande evento que envolve tão diversas questões e níveis.

A Resolução do Conselho de Ministros nº 109/2002, de 24 de Julho, criou a Comissão de Segurança para o EURO 2004, órgão responsável pela coordenação de todos os organismos nacionais responsáveis pela segurança e protecção e socorro durante o torneio.

Esta Comissão foi coordenada pelo secretário-geral do Gabinete Coordenador de Segurança (GCS), coadjuvado por um secretário executivo da Comissão, também secretário-geral adjunto do GCS. A Comissão integrava onze organismos, desde as Forças e Serviços de Segurança e organismos representados no secretariado permanente do GCS, às duas sociedades anónimas responsáveis pelo torneio, passando pelos organismos de protecção e socorro.

Para a Administração Pública portuguesa, a organização deste torneio teve um enorme impacto na forma como os funcionários e os serviços se relacionam em termos de coordenação e de cooperação. A focalização de distintos organismos e entidades públicas no mesmo objectivo último levou a que

revissem e actualizassem diversos princípios e práticas, de modo a trabalharem de forma mais cooperante, a nível horizontal e vertical.

O torneio constituiu um verdadeiro laboratório, no sentido em que permitiu que a Administração Pública, a quase todos os níveis, testasse a sua capacidade de cooperar e coordenar diferentes pessoas e organizações, em torno do mesmo desiderato: o sucesso do UEFA EURO 2004™. Os resultados foram francamente positivos, uma vez que a cooperação e a coordenação provaram a sua eficácia e surgiu uma nova atitude cooperante, ao nível dos diferentes actores do sistema de segurança interna e, mais especificamente, da gestão da segurança de recintos desportivos.

PERFIL POLICIAL

O perfil e a abordagem gerais adoptados pelas Forças de Segurança durante o torneio constituiu um factor-chave para o sucesso do modelo de segurança, uma vez que a atitude e o comportamento dos agentes das Forças de Segurança, nos estádios, nas cidades, nos centros de lazer e nos terminais de transportes, preveniram diversas situações potencialmente violentas e evitaram a escalada de pequenos incidentes.

Todos os princípios e orientações nesta matéria foram eficazmente aplicados pelos agentes no terreno e pelos seus supervisores.

O policiamento devia ser desenvolvido num equilíbrio entre oportunidade das intervenções e uma visibilidade dissuasora, segundo a seguinte gradação:

i) Ajuda e apoio cívico;

ii) Dissuasão pela presença e atitude;

iii) Intervenção para conhecimento e resolução de situações; e

iv) Repressão para reposição da normalidade, antecedida, quando possível e conveniente, de aviso prévio, na proporção da dificuldade.

Além disso, a utilização das unidades policiais no terreno, visando restabelecer e manter a ordem pública, baseou-se nos seguintes quatro critérios:

i) Prevenção, garantida pelo aumento significativo da presença policial, particularmente nas áreas mais sensíveis, do pré-posicionamento de unidades especializadas e da assunção de dispositivos dissuasores, incluindo a capacidade de verificação e controlo de movimentos, gradualmente mais

restritivos e capazes de intervir em tempo oportuno, mas discretos, evitando qualquer tentativa de aproveitamento de condutas provocatórias;

ii) Conhecimento oportuno da situação, com o recurso a informação fiável e oportuna, de origem nacional e exterior, devidamente coordenada e veiculada não só pelos serviços de informações nacionais mas também pelos sistemas de informações da União Europeia ligados ao Centro Coordenador de Informações Policiais (CCIP), a implementar para o evento em apreço;

iii) Flexibilidade, apoiada na constituição de forças de reserva e em prontidão com elevada mobilidade e na adopção de dispositivos de segurança adaptáveis a rápidas alterações; e

iv) Proporcionalidade, permitindo uma intervenção rápida e eficaz mas na estrita medida do necessário e no permanente respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Uma vez mais, o baixo perfil e a atitude não provocatória em situações normais e uma intervenção táctica baseada numa resposta gradual de acordo com a gravidade do incidente, provarem ser a mais eficaz abordagem policial. Uma presença policial de elevado perfil em situações pacíficas mas potencialmente violentas pode ser percebida como provocatória por adeptos potencialmente violentos e constituir um pretexto para a escalada da violência.

COOPERAÇÃO POLICIAL INTERNACIONAL E INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES

A informação sobre os adeptos, nomeadamente os potencialmente violentos e os violentos, assim como a adopção de medidas preventivas eficazes nos países de origem, foi um recurso vital para a organização de um torneio internacional em segurança.

A experiência do UEFA EURO 2004 reforçou as seguintes boas práticas no domínio da cooperação policial internacional e da troca de informações policiais:

i) políticas nacionais eficazes, tal como a do Reino Unido, baseada na identificação e perseguição de adeptos violentos, evitando que viajassem para

o exterior antes e durante o torneio, e na maximização do papel positivo das iniciativas sócio-educativas junto dos grupos organizados de adeptos;

ii) o papel dos acordos bilaterais, que facilitam o relacionamento e os procedimentos práticosnos domínios da troca de informações policiais, da cooperação judiciária penal e da expulsão de cidadãos condenados;

iii) a importância da selecção e formação de agentes competentes e motivados para as delegações policiais nacionais;

iv) o papel dos "spotters" (agentes policiais de ligação no terreno) na assistência e apoio às Forças de Segurança locais, nomeadamente facilitando a identificação, ligação, perseguição e orientação dos seus adeptos nacionais;

v) a interpretação actualista da legislação da União Europeia no tocante à constituição das delegações policiais, incluindo novas áreas de cooperação policial, tais como a luta contra o terrorismo e a imigração ilegal, assim como a ligação entre a cooperação policial e a judiciária penal;

vi) a importância de anteriores encontros e reuniões entre as Forças e Serviços de Segurança do país organizador e dos países participantes, com a participação dos líderes dos grupos organizados de adeptos, tendo em vista um intercâmbio de informação útil, de expectativas e necessidades mútuas; e

vii) o crescente papel das representações diplomáticas na preparação do torneio, garantindo a ligação e implementando serviços desconcentrados para uma resposta adequada aos seus nacionais, antes e durante o torneio.

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

Ao nível estratégico, a relação com a imprensa nacional e internacional foi assegurada pelo coordenador-geral e pelo secretário executivo da Comissão de Segurança, respectivamente, por forma a garantir um discurso uniforme e integrado.

Este relacionamento entre as autoridades nacionais de segurança e os *media* foi sucessivamente construído de forma consistente e alicerçado em critérios de verdade, de confiança e de objectividade.

Existiu sempre uma distinção entre a informação sobre a política de segurança, que estava reservada aos responsáveis da Comissão de Segurança ou aos responsáveis políticos, e as questões de natureza técnica ou policial, que

cabiam aos comandantes locais ou aos seus oficiais de imprensa e relações públicas.

Os *media* foram parte da estratégia de segurança como um meio fundamental para informar os adeptos, a nível nacional e no estrangeiro, e passar a mensagem sobre o conceito de segurança do evento, o perfil e abordagens das Forças de Segurança, assim como as expectativas e limites de tolerância das autoridades portuguesas relativamente ao comportamento dos adeptos.

Foi também muito importante explicar, através da imprensa, que alguns incidentes ocorridos durante o torneio, não estava relacionados ou necessariamente ligados aos adeptos de futebol ou sequer ao torneio, de modo a evitar uma escalada da violência associada ao evento.

POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E HOSPITALIDADE

O conceito de segurança implementado pela Comissão de Segurança, assim como o conceito operacional de segurança do organizador, que consideraram as medidas de prevenção sócio-educativa, assim como os contactos com os líderes dos grupos organizados de adeptos, as "fan-embassies" (embaixadas de claques), as estruturas de "fan-coaching" (enquadramento de adeptos) e os programas de actividades das cidades anfitriãs, todas estas iniciativas foram factores críticos para a criação de um ambiente festivo e amigável durante o torneio.

Pela primeira vez, a UEFA patrocinou a implementação de uma estrutura de coordenação, ao nível europeu, dirigida pela organização FARE ("*Football Against Racism in Europe*"), que trabalhou conjuntamente com algumas das mais representativas associações de claques europeias na criação de embaixadas de claques durante o UEFA EURO 2004™.

Além disso, houve um importante empenhamento político para a consciencialização dos autarcas das cidades anfitriãs e de alojamento, sobre o papel relevante das políticas locais de hospitalidade, que se revelaram eficazes na preparação das cidades para o evento, na oferta de programas de eventos atractivos e, não menos importante, na mobilização das comunidades locais para o sucesso do torneio e da selecção nacional portuguesa.

ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE

A mobilização da grande maioria da população portuguesa em torno do evento, contribuindo de forma significativa para uma atmosfera amigável e convivial, e, em particular, em volta da selecção nacional portuguesa, constituiu um fenómeno deveras interessante, sob diversas perspectivas.

Um dos factores que estiveram por detrás deste fenómeno colectivo foram, sem dúvida, as capacidades comunicativas e de mobilização do seleccionador nacional e, através dele, em torno da bandeira nacional, fazendo crescer o orgulho nacional e a auto-estima de um povo até níveis sem precedentes. Os resultados muito positivos da nossa selecção nacional foram, ao mesmo tempo, a consequência e a causa dessa onda colectiva de optimismo, que teve também um impacto positivo no acolhimento e integração dos adeptos estrangeiros.

Um outro factor positivo para o envolvimento de toda a comunidade foi a política de transmissão televisiva de todos os jogos do torneio, em sinal aberto.

Por último, a elevada qualidade dos jogadores, o excelente trabalho das equipas de arbitragem, a alta competitividade e a crescente incerteza dos resultados, focalizaram a imprensa e a atenção dos espectadores no que se passava dentro das quatro linhas, no futebol como espectáculo e festa, em detrimento de questões laterais e acessórias como a violência associada ao futebol.

CONCLUSÃO

Por detrás deste aparentemente surpreendente sucesso, esteve uma ímpar capacidade de planeamento e de operação, a vontade e a atitude profissional do organizador, dos organismos do Estado e seu pessoal, da comunidade nacional e dos adeptos.

Para além do ambiente favorável criado através da motivação e empenhamento de uma imensa maioria dos Portugueses e os excelentes resultados desportivos da nossa selecção nacional, talvez os mais importantes factores, no que concerne à segurança, foram o baixo perfil policial e um pré-posicionamento, uma resposta gradual e rápida perante os incidentes, por um lado, e uma eficaz cooperação policial internacional e troca de informações policiais, que impediu que vários milhares de indivíduos referenciados como adeptos violentos viajassem para Portugal durante este período ("*exit bans*").

Para Portugal, são extraordinariamente importantes os benefícios de dispor de um novo modelo de segurança, protecção e socorro nos estádios de futebol, Forças de Segurança melhor equipadas e motivadas, um melhor conhecimento e uma cultura de gestão, melhores mecanismos de coordenação e cooperação policial, a todos os níveis, assim como um parque de dez excelentes estádios.

Não obstante, o impacto emocional e económico, assim como a imagem positiva do país no plano internacional, ainda que difíceis de rever e quantificar no médio-longo prazo, são indubitavelmente o maior valor acrescentado trazido pelo UEFA EURO 2004™.

Em síntese, o sucesso do torneio em termos de segurança pode ser resumido em seis C's: **C**apacidade, **C**omunicação, **C**oordenação, **C**ooperação, **C**onfiança e **C**onvivialidade.

Exemplar do GCS

FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

SÍNTESE

Esta pequena síntese pretende dar uma visão global e resumida da actividade da Guarda Nacional Republicana durante o ano transacto, em que se salienta a contenção da criminalidade a níveis sensivelmente idênticos aos do ano anterior, invertendo uma tendência global registada nos anos anteriores. No corpo do relatório é feita a descrição mais pormenorizada da sua intervenção na respectiva área de responsabilidade.

A GUARDA considera como factor mais decisivo para a significativa desaceleração do crescimento da criminalidade participada, a adopção de uma nova estratégia de combate à insegurança, baseada em novos modelos de policiamento, através dos quais foi possível uma exploração operacional mais eficaz de todas as sua capacidades e valências.

Como instrumentos dessa estratégia, sublinha-se o alargamento dos Núcleos de Investigação Criminal e Serviço de Protecção da Natureza e Ambiente a todo o território nacional, a criação dos Pelotões de Intervenção Rápida (PIR), o programa de repartição funcional das tarefas policiais entre os diferentes escalões operacionais e a uma melhor integração das informações no planeamento das operações.

Ao nível da análise do produto operacional, merece especial destaque o carácter preventivo que caracterizou os patrulhamentos intensivos efectuados em toda a Zona de Acção da Guarda, a qual abrange cerca de 95% do território nacional e 60% da população.

Importa também referir que, à semelhança de anos anteriores, se vai mantendo um sentimento generalizado de impunidade, com tendência para aumentar, relativamente a acções contra os agentes de autoridade, a que não será alheia a morosidade ou o desfasamento da realidade do actual quadro jurídico-penal, resultando daqui um claro enfraquecimento da autoridade do Estado. A Guarda registou, ao longo do ano de 2004, 4 mortos, 15 feridos graves, 459 feridos

ligeiros e 468 militares feridos sem necessidade de tratamento médico, num total de 946, o que corresponde a um acréscimo de 210% e constitui motivo de crescente e extrema preocupação.

O combate ao tráfico de droga continuou a constituir uma das grandes preocupações da actuação da Guarda, nomeadamente o relativo ao pequeno tráfico, um dos principais geradores do sentimento de insegurança experimentado pelos cidadãos. No ano em análise, a quantidade de estupefacientes apreendidos sofreu oscilações positivas e negativas, dependendo do tipo de droga, de onde ressaltam o haxixe (6 210 kg), a canabis (399 kg), cocaína (19,800 kg) e heroína (15, 458 kg).

A delinquência juvenil, registou, na área da Guarda um total de 1 885 casos reportados, o que se traduz num aumento de + 99 casos ou, em termos percentuais, de +5,5%.

Ao nível da delinquência grupal, com a qual, e devido à acuidade com que o problema se coloca junto dos cidadãos, mereceu por parte da Guarda especial atenção, tendo-se registado, no entanto, um aumento percentual de 11,1%, o que se traduz em + 184 casos, num total de 1.845.

Na área da Investigação Criminal a Guarda prosseguiu o esforço que vem sendo desenvolvido desde anos anteriores, com a implementação de mais 21 Núcleos de Investigação Criminal (NIC) e a consolidação de outros 23 NIC e 84 NIC Droga. Foram ainda criados 23 Núcleos Mulher-Menor (NMUME). No âmbito da sua actividade, foram registados a elaboração de 70 039 inquéritos dos quais, 26 587 transitaram de 2003, foram atribuídos 12 771, passando para o presente ano, 30 681.

A Guarda planeou e executou a Operação de Segurança ao Campeonato Europeu de Futebol UEFA EURO 2004, na sua área de responsabilidade, garantido as condições de segurança em infra-estruturas hoteleiras, desportivas e de transportes, ou em apoio à Polícia de Segurança Pública, participando ainda no Sistema de Informações Policiais e no acompanhamento de claques.

No âmbito do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), a Guarda tem afirmado a sua polivalência, numa área extremamente sensível, levando a efeito 6 operações de grande envergadura a nível nacional, algumas das quais em conjunto com outros organismos. Este serviço tem um efectivo de 337 militares que elaborou um total de 10 804 autos de notícia, dos quais, 173 por crime e 10 631 por contra-ordenação.

Ao nível de programas especiais no âmbito do Policiamento Comunitário, foi continuado o empenhamento nos Programas Escola Segura, Violência Doméstica, "Apoio 65", Comércio Seguro, Segurança nos Transportes Públicos, Segurança nos Postos de Abastecimento de Combustíveis, Prevenção e Furto/Roubo de Telemóveis, encontrando-se em fase de estudo a implementação do Programa Segurança no Turismo e ainda a participação da Guarda no "Programa Escolhas".

A cooperação internacional, cada vez mais essencial no combate à criminalidade, nas suas mais variadas vertentes, tem levado a Guardar a participar, com representantes em 11 Comités e Grupos de Trabalho, no âmbito da Comissão Europeia. Desta cooperação julga-se de realçar a efectuada com forças policiais de outros países, com especial destaque para os que constituem o Acordo FIEP. Numa área mais específica, a das missões de apoio à paz, a Guarda participou activamente na criação da Gendarmerie Europeia (EUROGENDFOR), constituída por forças de segurança de natureza militar. A Guarda ao longo do ano de 2004 manteve Oficiais de Estado-Maior e um Sub-Agrupamento no Teatro de Operações no Iraque, e ainda Oficiais e Sargentos ao serviço das Nações Unidas, na República Democrática do Congo, na Costa do Marfim, na Libéria e no Haiti.

A formação, sendo a base essencial ao bom desempenho das funções cometidas a cada militar, continuou a ter um espaço privilegiado na Guarda. Assim, foram formados durante o ano de 2004, 41 Oficiais, 188 Sargentos e 1078 Praças. Nas acções de promoção e de especialização, quer em organismos internos ou externos, sublinha-se a participação de 574 Oficiais, 966 Sargentos e 4033 Praças.

Na área de pessoal entraram para os quadros da Guarda 1 119 militares e 5 civis tendo saído, por vários motivos, 969 militares e 16 civis.

Também o investimento em material e infra-estruturas foi tido em conta. Na Guarda Nacional Republicana, o investimento em meios informáticos, de transporte e meios técnico-tácticos para reequipamento, para a operação Euro2004 e para sustentação da força de intervenção no Iraque, cifrou-se em cerca de € 2.987.000.

No âmbito da segurança rodoviária, há que salientar o grande esforço desenvolvido pela Guarda no combate à sinistralidade, onde, para além da adopção de novos modelos de policiamento, foram desenvolvidas várias operações especiais de fiscalização, tais como, "Operação Natal - Ano Novo", "Operação Regresso ás Aulas", "Operação Carnaval", e "Operação Páscoa", acções determinantes para o decréscimo bastante acentuado dos valores da sinistralidade. A Guarda registou durante 2004 menos 5.778 acidentes, menos 185 mortos, menos 579 feridos graves e menos 3.361 feridos ligeiros, que no anterior.

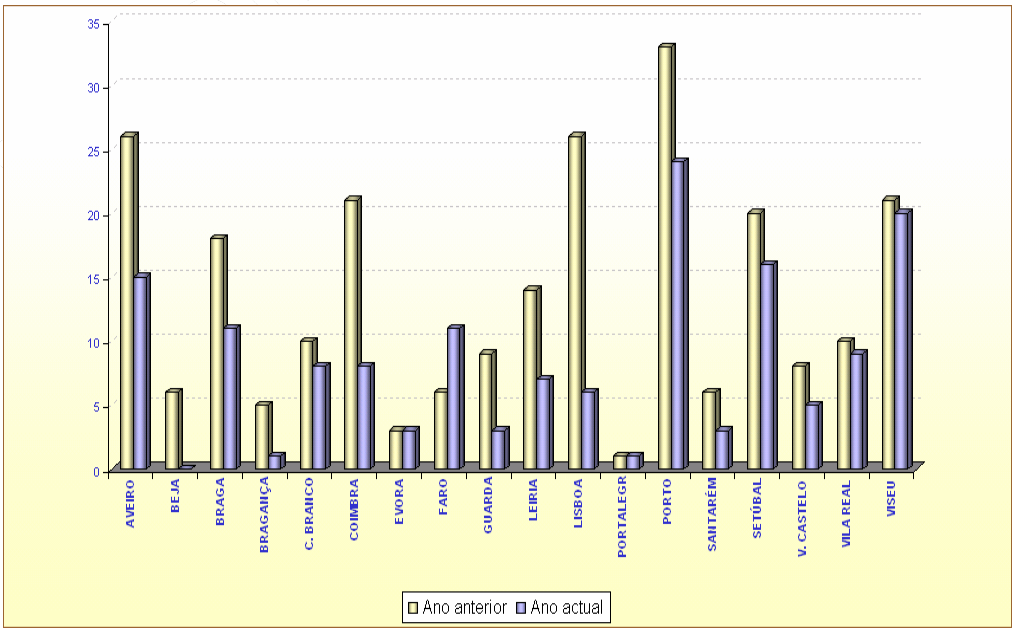
È de sublinhar que, talvez mais importante que o reforço quantitativo do policiamento, a redução da sinistralidade rodoviária deve ser entendida à luz de uma estratégia de intervenção orientada por objectivos específicos, bem definidos e controlados pela cadeia de comando, com base na análise e avaliação permanente dos factores críticos de insegurança ao nível local, regional e nacional.

ACTIVIDADE OPERACIONAL

Actividades Desenvolvidas

Conflitualidade – Principais Ocorrências

Relativamente às situações de conflito e comparativamente ao ano transacto, apresenta-se o seguinte gráfico com visualização dos distritos do Continente:



Âmbito Social

Durante o período em apreço os utentes de algumas vias rodoviárias promoveram marchas lentas, alegando a excessiva demora em percorrer aquelas vias e os diversos acidentes que ali se verificam. Exemplos disso em: IC19, IP4, IP5, entre outros.

Populares continuaram a protestar em alguma localidades contra a falta de segurança ali verificada e contra o mau estado de algumas estradas.

Algum destaque mereceram, igualmente, as acções de protesto, particularmente na Beira Interior, relativas ao anúncio da introdução de portagens nas futuras A23 e A25 e noutras SCUT'S.

O conturbado processo da colocação de professores constituiu-se como elemento potenciador nos conflitos verificados no âmbito do Ensino, com manifestações generalizadas de alunos e professores.

A indefinição da elevação de Canas de Senhorim a concelho, provocou as mais variadas acções de protesto, cujo epílogo se materializou na tentativa de boicote à saída de urânio das minas da Urgeiriça, onde a GNR teve de recorrer a dispositivos mais "musculados" de manutenção da ordem pública para evitar confrontos de gravidade imprevisível.

O encerramento e horário de funcionamento de alguns Centros de Saúde provocaram alguma contestação, particularmente em aglomerados populacionais do interior, com tendência a alastrar por todo o país, tendo maior visibilidade as acções verificadas no Redondo onde a Guarda se viu na contingência de reforçar o dispositivo, em ordem a prevenir graves alterações da ordem pública.

Âmbito Laboral

Durante o período em apreço registaram-se 22 conflitos de âmbito laboral, 71,1% relativamente ao ano anterior.

O sector têxtil, pela sua importância nas exportações nacionais e por tudo o que ele representa no segmento empresarial e ocupacional do país, constitui o grosso da fatia da contestação, fundamentalmente devido ao desinvestimento no sector e à sua deslocalização para países com melhores atractivos e com mão de obra mais barata.

Os ténues sinais de retoma da economia nacional poderão estar na origem do decréscimo da contestação, apesar do reconhecido desinvestimento e falências no sector.

Registaram-se, ainda, acções de protesto/greves deste âmbito, algumas das quais com grande destaque na Comunicação Social, como sejam as greves dos médicos, enfermeiros e inspectores do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Âmbito Agrícola

À semelhança dos restantes sectores, também este registou uma forte diminuição passando de 11 para 3 casos apenas.

Síntese no âmbito da conflitualidade

CONFLITOS	CONFLITUALIDADE-GERAL			
	ANO DE 2003	ANO DE 2004	DIFª.	%
SOCIAL	156	126	-30	-19%
LABORAL	76	22	-54	-71%
AGÍCOLA	11	3	-8	-73%
TOTAIS	243	151	-92	-38%

O Ano de 2004, no que respeita à conflitualidade e relativamente ao ano transacto, foi caracterizado, essencialmente, pela diminuição das acções verificadas no sector do trabalho com -54 casos; no sector social registaram-se -30 casos e no sector agrícola menos 8 casos.

Assim, durante o período em apreço, registaram-se 151 casos (- 92), o que traduz uma diminuição percentual de 37,9 % conforme se ilustra, no quadro acima.

Programas Especiais no âmbito do Policiamento Comunitário

A Guarda manteve a continuidade dos Programas Especiais em que se encontrava empenhada, desenvolvendo alguns de acordo com as disponibilidades existentes em termos de efectivos, não sendo possível quantificar nalguns deles os resultados obtidos, uma vez que apenas dois daqueles programas têm militares afectos em exclusividade.

Escola Segura

De entre estes programas, cujos resultados não são directamente contabilizáveis, o Programa “Escola Segura” dispõe de um efectivo dedicado, que é actualmente de 208 militares, distribuídos pelos diversos Núcleos Escola Segura (NES), existentes na totalidade dos 84 Destacamentos Territoriais.

Foram dispendidas, no presente ano, um total de 629.033 horas no policiamento a estabelecimentos escolares, entre policiamento apeado, a cavalo, em viaturas ou em ciclomotores/motociclos.

A Guarda fez um total de 12.721 acções de sensibilização e informação, divididas por escolas básicas, 2º e 3º ciclo e secundárias. Foram também efectuadas 1.489 demonstrações pelos diversos estabelecimentos escolares.

De referir ainda as 549 visitas efectuadas pelas escolas a Subunidades da Guarda.

Tanto ao nível do patrulhamento como das acções de sensibilização, verificaram-se aumentos em relação ao ano transacto, designadamente nos tempos de policiamento, que aumentaram em 211.822 horas.

Violência Doméstica e Criação dos Núcleos Mulher e Menor (NMUME)

No âmbito da implementação da estrutura de investigação criminal, a GNR implementou, durante o ano de 2004, nos Grupos Territoriais, os Núcleos Mulher- Menor (NMUME), órgãos que, para além de terem como missão a investigação dos casos mais complexos de violências exercidas sobre as mulheres e os menores, terão como missões complementares a prestação de apoio às vítimas (e, se for caso disso, aos próprios agressores) e a sensibilização e formação de todo o efectivo da Guarda, particularmente aquele que desenvolve funções de atendimento e patrulhamento.

Trata-se de um passo decisivo para melhorar a qualidade do serviço prestado pela Guarda às populações, no âmbito do combate à violência doméstica, área extremamente sensível e complexa e em que Portugal apresenta “cifras negras”.

O “Projecto NMUME” insere-se no II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica e envolveu, especialmente na fase de formação do efectivo, os principais Organismos, Instituições e Associações ligados à problemática da violência doméstica.

Segurança no Turismo

Durante o ano de 2004, em sede de Gabinete de S. Ex.ª o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna, foi impulsionado o Programa “Segurança do Turismo”, embora ainda não se tenha avançado no sentido da sua concretização. Neste momento, o texto do Plano de Segurança está concluído, na parte respeitante ao MAI, aguardando-se a conclusão da parte da responsabilidade do Ministério que tutela o turismo. O referido Plano

prevê uma aplicação inicial circunscrita a apenas dois Concelhos (Loulé e Cascais), admitindo a possibilidade do seu alargamento a outros Concelhos, caso a avaliação seja positiva.

"Apoio 65" – segurança de idosos

No âmbito deste programa, foi incrementado o esforço de policiamento e segurança de habitações e localidades, tendo sido desencadeadas acções de carácter específico, procurando assim transmitir às populações alguma segurança e alertando-as para alguns tipos de comportamento a adoptar.

Destas acções destacam-se:

Conselhos de práticas de segurança;

Recolha de informações;

Troca de informações.

Comércio Seguro

Cumpriram-se as cláusulas dos protocolos assinados, tendo havido uma estreita colaboração entre todos os intervenientes.

Participação em Grupos de Trabalho

A Guarda continua a manter representantes da Guarda Nacional Republicana nos Comités e Grupos de Trabalho no âmbito da Comissão Europeia e que abrangem as seguintes actividades:

-Grupo de Cooperação Policial

-Grupo de Cooperação Aduaneira

-Grupo Terrorismo

-Comité para os Aspectos Civis da Gestão de Crises

-Grupo de Fronteiras

-Grupo Enforcement CITES

-Grupo Europol

-Grupo Horizontal Droga

-Grupo SIS/SIRENE

-Grupo Multidisciplinar Criminalidade Organizada

-Comité Estratégico Imigração, Fronteiras e Asilo

Seminário Internacional sobre "Controlo de Distúrbios Civis em Grandes Eventos Desportivos"

Embora com organização autónoma, a Guarda, no âmbito da sua preparação para a segurança do EURO 2004, promoveu a realização de um Seminário Internacional sobre "Controlo de Distúrbios Civis em Grandes Eventos Desportivos". O Seminário decorreu na Escola Prática da Guarda, foi subsidiado pelo Programa AGIS da UE, e contou com a presença de representantes de todas as Forças e Serviços de Segurança nacionais, de diversas entidades ligadas à segurança do EURO 2004 e de várias dezenas de participantes estrangeiros, representando a quase totalidade dos países da UE e Estados candidatos.

Exercícios realizados

Visando a preparação da segurança do EURO 2004, a GNR participou em diversos exercícios promovidos pela Comissão de Segurança para o EURO 2004, designadamente exercícios de CPX e LIVEX (envolvendo todas as Forças e SERVIÇOS DE Segurança e Emergência), para além de ter realizado diversas simulações da segurança dos estádios (jogos-teste) e exercícios de emprego combinado de forças de Infantaria, Cavalaria e Cinotécnia, em situações de reposição e manutenção da ordem pública.

Realização de acções conjuntas

Intensificação da actividade que se consubstanciou através dos Controlos Móveis executados no âmbito de cooperação bilateral entre a Guarda e os Corpos de Segurança de Espanha (Guarda Civil e Polícia Nacional) para prevenir e reprimir a imigração ilegal, a fraude fiscal no transporte de mercadorias em circulação e o tráfego ilícito de outros produtos, nomeadamente contrabando, tráfico de estupefacientes e substancias psicotrópicas.

Actividade Operacional Mais Significativa

Âmbito Policial

Patrulhamento

No decorrer do ano em análise foi efectuado um total de 1.066.922 patrulhas, o que representa em relação ao ano transacto uma diminuição de 4.326 patrulhas.

Variações registadas:

Apeadas – - 11,7 %
A Cavalo – - 12,4 %
Cinotécnicos – + 24,2 %
Auto e Moto – +2,6 %
Naval (Fluvial e Marítimo) – + 9,2 %
SEPNA – + 34,7 %

Serviços Solicitados à Guarda

Destaca-se a significativa diminuição, no ano em análise, dos serviços solicitados à Guarda e que totalizaram -21.174 em relação a 2003; sublinhe-se no entanto que estas solicitações também designadas por "Actividades Saturantes", situaram-se, ainda em 2004, na ordem das 881.805.

Viaturas furtadas

Durante o ano em apreço, e na área de responsabilidade da Guarda, foram furtadas 8 524 viaturas, das quais foram recuperadas 6 305.

Apreensão de Droga

No ano em análise, a quantidade de estupefacientes apreendidos sofreu oscilações positivas e negativas, dependendo do tipo de droga, de onde ressaltam o haxixe (6 210 kg), a canabis (399 kg), cocaína (19,800 kg) e heroína (15, 458 kg).

Âmbito da Segurança e Ordem Pública

Concentração e Prevenção de Forças

Destaca-se um significativo aumento do número de Concentrações e Prevenção de Forças (91,3%) o que corresponde a um acréscimo de 105 intervenções relativamente ao ano transacto.

Intervenção em Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública

Salienta-se um acréscimo no número de intervenções + 10, a que corresponde uma variação de 166,7%.

Escoltas

Merece especial destaque a diminuição significativa do número de escoltas a presos (- 54%) o que se traduziu em menos 95 escoltas efectuadas.

Policiamento a espectáculos desportivos

Na área de responsabilidade da Guarda realizaram-se 37 942 espectáculos desportivos que empenharam um total de 115172 militares, dos quais 343 registaram incidentes.

Âmbito da Operação de Segurança ao EURO 2004

A GNR, tendo em conta a sua área de jurisdição e o seu quadro de competências, sob coordenação da Comissão de Segurança para o EURO 2004, desenvolveu uma operação de segurança específica para a segurança do EURO 2004, que envolveu diversas vertentes de actuação, destacando-se:

- Segurança dos jogos realizados nos Estádios Algarve (3), Municipal de Aveiro (2) e Municipal de Braga (2), bem como dos treinos realizados nestes estádios (vésperas dos jogos);
- Segurança, na sua área de jurisdição, dos locais de alojamento e treino das selecções participantes, bem como dos deslocamentos destas – de notar que, inicialmente, ficaram alojadas na ZA da GNR 11 das 16 selecções participantes, quadro que se manteve nas fases seguintes, em que a maioria das selecções esteve alojada e treinou na área sob responsabilidade da Guarda;
- Segurança do Hotel dos Árbitros, de alguns dos seus locais de treino e dos seus deslocamentos;
- Segurança dos Hotéis da Organização e dos Hotéis de Apoio á Organização situados na sua ZA;
- Segurança dos locais de concentração de pessoas, designadamente zonas de lazer e de diversão, locais de concentração de adeptos, terminais de transportes públicos, centros históricos, etc.
- Segurança e fluidez da circulação rodoviária em toda a rede viária nacional, tendo em conta os fluxos de trânsito determinados pela competição;
- Abertura de itinerários às selecções, árbitros e entidades, nos respectivos deslocamentos em território nacional;
- Segurança da circulação ferroviária, em 4 vertentes: segurança durante os deslocamentos (a GNR acompanhou, no seu interior, todos os comboios especiais e os comboios regulares considerados mais críticos, em função dos jogos); segurança nas estações, especialmente durante os períodos de permanência de comboios especiais ou outros considerados críticos; segurança dos pontos sensíveis da rede ferroviária nacional, em ordem a prevenir actos que colocassem em risco a segurança da circulação; segurança da circulação de matérias perigosas, especialmente durante os períodos de permanências nas estações;

- Segurança das áreas de serviço – a GNR, tendo em conta o calendário da competição e a consequente movimentação de adeptos, destacou forças, em missão preventiva, para as áreas de serviço situadas em itinerários considerados críticos, durante os períodos classificados como de risco;
- Controlo das fronteiras – face à decisão de suspender temporariamente a aplicação da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, a GNR colaborou com o SEF na realização de acções de controlo de pessoas nas fronteiras internas, tendo, ainda, intensificado a vigilância da fronteira marítima e da fronteira terrestre, esta fora dos Pontos de Passagem Autorizados;
- Cooperação Policial Internacional e Sistema de Informações – a GNR, de acordo com a repartição de encargos acordada com a PSP, destacou Oficiais e Sargentos para acompanhamento das equipas de *spotters* estrangeiras que se deslocaram a Portugal e militares para assegurarem o funcionamento do Centro Coordenador de Informações Policiais, entre eles o Coordenador-Adjunto e um Coordenador Sectorial de Ordem Pública. Paralelamente, activou e garantiu o funcionamento dos Centros Locais de Informações Policiais (CLIP) de Faro, Aveiro e Braga, tendo, ainda, designado Guias Locais para acompanhar as equipas de *spotters* e os seus acompanhantes nacionais;
- Segurança dos locais equiparados a Centros de Instalação Temporária – a Guarda teve à sua responsabilidade a segurança e o controlo de detidos no local de detenção instalado no Pavilhão n.º 3 do Estabelecimento Prisional de Tires, onde foram colocados, temporariamente, estrangeiros detidos a aguardar apresentação a Juízo ou expulsão do território nacional.

Resultados

A intensa actividade desenvolvida pelo efectivo da Guarda, no âmbito da segurança do evento, paralelamente ao cumprimento da missão geral, reflecte-se nos números que a seguir se apresentam, que, só por si, demonstram claramente o elevado empenho e rigor que a Instituição colocou na operação de segurança e ajudam a explicar o seu sucesso;

Jogos

Total de jogos: 7
Efectivo empenhado: 3.777 militares
Oficiais: 159
Sargentos: 304
Praças: 3.314

Meio auto: 677 viaturas
Meios cino: 90 binómios
Meios a cavalo:
Militares: 335
Solípedes: 275
Detidos: 31

Incidentes/Alterações da ordem pública: nada a referir

Efectivo em apoio à PSP nos estádios à responsabilidade desta Força de Segurança:

Militares: 801
Solípedes: 567

Segurança de locais de alojamento e treino

Efectivo empenhado: 5.750 militares
Oficiais: 189
Sargentos: 403
Praças: 5.158
Viaturas empenhadas: 688

Segurança das áreas de serviço

Total de acções de segurança: 442

Efectivo empenhado: 2.762 militares
Oficiais: 43
Sargentos: 85
Praças: 2.634
Viaturas empenhadas: 711
Binómios empenhados: 80

Abertura de itinerários (escoltas) – Selecções, Árbitros e Entidades

Total de acções: 311
Efectivo empenhado: 886 militares
Oficiais: 4
Sargentos: 40
Praças: 842
Viaturas empenhadas: 83
Motas empenhadas: 695

Segurança ferroviária

Total de comboios acompanhados por forças da Guarda: 64
Efectivo empenhado: 1.328 militares
Oficiais: 39
Sargentos: 91
Praças: 1.198

Controlo das fronteiras

Nos Pontos de Passagem Autorizados (PPA)

Total de Acções: 1611
Efectivo Empenhado: 4.072 militares
Meios Auto: 1.480 viaturas
Detidos: 33
Recusas de entrada: 3.815

Fora dos PPA

Total de Acções: 931
Efectivo Empenhado: 2.415 militares
Meios Auto: 850 viaturas
Recusas de entrada: 692

Nas fronteiras marítimas

Total de Acções: 2.710
Efectivo Empenhado: 3.687 militares
Meios Auto: 66 viaturas
Embarcações: 11
Detidos: 2
Recusas de entrada: 25

Detidos

Número total (exclusiva e directamente relacionados com o Euro 2004): 112

Motivos:

Distúrbios na via pública: 74
Venda ilegal de bilhetes: 32
Furto (carteiristas): 2
Posse de substâncias proibidas: 1
Passagem de moeda falsa: 1
Outros motivos: 2

Nacionalidades:

Britânicos: 69
Portugueses: 8
Holandeses: 8
Russos: 6
Espanhóis: 3
Romenos: 3
Suecos: 2
Checos: 2
Gregos: 2
Franceses: 2
Albaneses: 1
Alemães: 1
Belgas: 1
Dinamarqueses: 1
Suíço: 1
Americanos: 1
Malaios: 1

Secretariado do GCS

Número total de bilhetes apreendidos: 643

Maior apreensão de bilhetes: 199 (comboio Lisboa-Leiria, em 17JUN04. Cidadão francês. Bilhetes para os jogos Croácia-França e Suíça-França)

Buscas preventivas de explosivos

Número total de buscas efectuadas: 259 (23 com trabalho de subsolo)
Estádios (jogos e treinos): 21
Locais de treino: 52
Hotéis: 32
Comboios: 52
Autocarros das selecções: 58
Infra-estruturas e locais sensíveis: 18
Apoio à PSP: 3
Outras: 23

Número de Equipas de Explosivos e Segurança em Subsolo (dotadas de meios cinotécnicos de detecção de explosivos) envolvidas: 13

Número de saídas face a ameaças anónimas (relacionadas com o Euro 2004): 10

Número de engenhos suspeitos inactivados: 2

Comentário

O balanço da operação de segurança do UEFA EURO 2004™ é altamente positivo, considerando-se que o papel da Guarda foi determinante para esse sucesso.

A estratégia de actuação delineada pelo Comando da Guarda, assente num criterioso planeamento, que envolveu a análise pormenorizada de operações de segurança de eventos similares e a recolha de informações relativas às características dos grupos de adeptos das diversas selecções participantes no torneio, revelou-se adequada e altamente eficaz.

O modelo de segurança concebido para os jogos foi o mais adequado, não havendo a assinalar qualquer incidente relevante em matéria de segurança e ordem pública, apesar do elevado risco associado a alguns jogos.

Nesta matéria, apenas se regista, pela negativa, o facto de só ter sido possível realizar um jogo-teste no estádio Algarve, alguma falta de preparação revelada por alguns dos ARD e a não existência, em alguns dos estádios, de locais condignos para o pré-posicionamento de forças, aspecto fundamental no novo modelo de policiamento.

O esquema de segurança implementado pela GNR, relativamente às 11 selecções sob sua responsabilidade directa e aos locais afectos à organização e ao alojamento e treino dos árbitros, revelou-se adequado, flexível e eficiente considerando-se eficaz o resultado obtido.

Nesta vertente, foi extremamente importante o papel desempenhado pelos Oficiais de Ligação, que coordenaram a segurança nas suas múltiplas vertentes e agilizaram os contactos entre os diversos intervenientes no processo.

Optando-se por uma actuação combinada, nos comboios e na rede ferroviária, simples, flexível, equilibrada e proporcional considera-se que a segurança aos comboios durante o EURO 2004 foi totalmente cumprida.

As medidas tomadas pela Guarda respeitantes à circulação rodoviária revelaram-se eficazes e apesar do aumento do tráfego, não se verificou qualquer impacto negativo na sinistralidade nem na fluidez do trânsito.

A acção desenvolvida pela Brigada de Trânsito no respeitante ao planeamento, organização e execução da operação, com a colaboração do restante dispositivo, revelou-se essencial nas missões quotidianas e no acompanhamento das selecções participantes, dos árbitros e das mais diversas entidades que estiveram entre nós, fazendo cumprir, escrupulosamente, todos os planos e programas definidos.

As áreas de serviço identificadas como espaços muito críticos, ao terem recebido uma atenção adequada, levaram a que não se tivessem verificado quaisquer incidentes no seu interior.

Relativamente ao controlo das fronteiras, não obstante o atraso verificado na definição do alcance e das modalidades do controlo a implementar, foi prestada intensa colaboração ao SEF, a par das inúmeras acções desenvolvidas em exclusivo pela Guarda, tanto na fronteira terrestre como na marítima e no mar territorial, tendo, também neste domínio, a Guarda dado importante contributo para a segurança global do evento.

As medidas adoptadas pela Guarda, a postura dos adeptos, o clima de festa, a alegria e a sã convivência entre todos superaram as melhores expectativas, permitindo que não ocorresse qualquer alteração de Ordem Pública.

A cidade de Albufeira foi um caso isolado e marginal à festa do futebol. A actuação da Guarda, baseada num rigoroso e oportuno planeamento, foi necessária, adequada e proporcional, tendo resolvido eficazmente uma situação que se não fosse este procedimento poderia ter tido outra evolução.

Apesar de todas considerações, o sucesso da operação levada a cabo pela Guarda só foi conseguido graças ao elevado espírito de missão, proficiência e dedicação de todos os homens e mulheres que servem Portugal na Guarda Nacional Republicana.

Síntese Geral

Manutenção do esforço de patrulhamento global, apesar da diminuição dos patrulhamentos a cavalo e a pé, com origem, os primeiros devido ao grande empenhamento das forças a cavalo em missões de manutenção da ordem pública, relativas ao EURO 2004, e os segundos devido à afectação de meios humanos para a Investigação Criminal, SEPNA, Escola Segura, etc.

Intensificação das acções de patrulhamento e vigilância das zonas de florestas e garantia da segurança, a ordem e tranquilidade públicas nas áreas da orla marítima (praias e centros de vilegiatura) no âmbito da "Operação Floresta Segura 2004" e "Verão Seguro 2004".

Continuou a desenvolver-se o esforço de policiamento e segurança dos perímetros exteriores dos estabelecimentos de ensino, com especial incidência nos incluídos no protocolo celebrado entre o ME e o MAI, bem como, naqueles cujas ocorrências suscitam uma maior atenção por parte da Guarda, conforme preconizado no programa especial de policiamento comunitário "Escola Segura".

Iniciou-se um trabalho de avaliação e reformulação do programa "Escola Segura". Participando a Guarda activamente com o CCFFSS, entidade encarregue pelo MAI de desenvolver esta tarefa.

Afectação significativa de meios humanos e materiais ao programa do ME no âmbito da segurança de instalações, guarda, transporte e distribuição dos testes de exame a nível nacional;

O policiamento comunitário que visa a resolução dos problemas sociais tem continuado a desenvolver-se, com especial acuidade.

O trabalho realizado com o programa especial "Apoio 65 − Idosos em Segurança" levou à diminuição dos índices de criminalidade registados junto dos idosos que vivem mais isolados.

Foram celebrados diversos protocolos, com autarquias, associações de beneficência, instituições de solidariedade, entre outras, o que veio permitir uma cada vez maior afirmação e participação activa da Guarda, no valioso contributo para o bem-estar e segurança das populações que serve.

Tem sido continuado o esforço de empenhamento e acompanhamento no âmbito dos programas "Escolhas" e "Ocupação com Opções", que visam uma cada vez maior integração social e diminuição dos índices de exclusão e criminalidade.

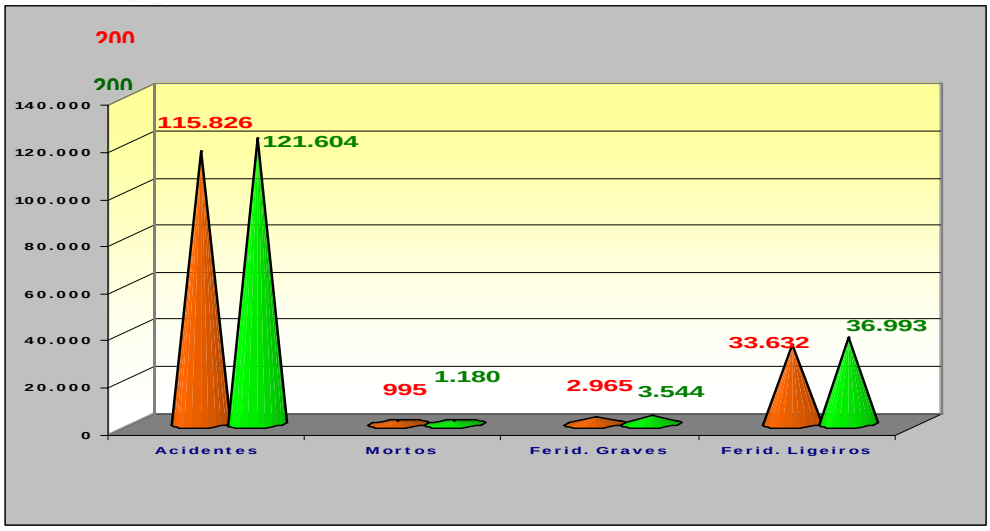
Âmbito da Segurança Rodoviária

A melhoria significativa e sustentada da segurança rodoviária foi assumida pelo comando da Guarda como um dos mais relevantes objectivos estratégicos para o ano de 2004.

No plano operacional, foram estabelecidos os seguintes objectivos parcelares:

- Assumir os princípios e objectivos enunciados no Plano Nacional de Prevenção Rodoviária;
- Agir selectivamente sobre os principais factores críticos de insegurança rodoviária;
- Contribuir para a redução das velocidades médias praticadas no nosso sistema viário;
- Intervir sistematicamente e permanentemente, não apenas na rede viária nacional, mas também nas restantes vias;
- Participar, cooperar e partilhar responsabilidades com todos os intervenientes no sistema de segurança rodoviária.

A estratégia adoptada produziu excelentes resultados em 2004, devendo ser prosseguida e aprofundada, de modo a garantir a sustentação da redução da sinistralidade rodoviária, agora verificada, e traduzida nos números apresentados no quadro seguinte:



Empenhamento Operacional

No âmbito das acções de patrulhamento e segurança rodoviários, desenvolvidos no decurso do ano 2004, destacam-se as seguintes:

Uma diminuição significativa do número de operações STOP 1.106, (-16,8%).
Um aumento nos Acompanhamentos 2.268, (+74,3%).

	Realizadas	Variação
- Acompanhamentos	5.321	(+74,3%)
- Desembaraçamentos	775	(+134%)
- Escoltas Trânsito (AE)	155	(+11,5%)
- Segurança Provas Desportivas Estrada	782	(- 5,4%)
- Operações STOP	5.484	(-16,8%)

CARNAVAL 2004

Foi planeada e executada uma operação de reforço do patrulhamento rodoviário no período de "**Carnaval 2004**" – **(20 a 24FEV04).** Do balanço da sinistralidade registada nesta quadra e do seu comparativo com igual período do ano de 2003, ressalta o seguinte quadro:

REGISTO COMPARATIVO DA SINISTRALIDADE

	ACIDENTES			MORTOS			FERIDOS GRAVES			FERIDOS LEVES		
	2003	2004	Dif	2003	2004	Dif	2003	2004	Dif	2003	2004	Dif
TOTAL	1546	1655	109	15	9	-6	49	52	3	473	460	-13

OPERAÇÃO "PÀSCOA 2004"

Reforço do Patrulhamento Rodoviário na operação "**Páscoa 2004**" 08ABR04 a 12ABR04 – o qual envolveu (nos cinco dias) um efectivo de 15.456 militares que realizaram 7.614 acções de patrulhamento;

O balanço da sinistralidade registada nesta quadra e o seu comparativo com igual período do ano de 2003, apresenta-se no seguinte quadro:

	ACIDENTES			MORTOS			FERIDOS GRAVES			FERIDOS LEVES		
	2003	2004	Dif	2003	2004	Dif	2003	2004	Dif	2003	2004	Dif
TOTAL	1569	1429	-140	22	20	-2	58	56	-2	581	525	-56

OPERAÇÃO "NATAL-ANO NOVO 2003/04"

23DEC04 A 26DEC04 – (Natal) e de 31DEC04, prolongando-se até ao dia 02JAN05 (Ano Novo), na qual estiveram empenhados diariamente (durante os 7 dias da operação) cerca de 1.310 militares e foram realizadas 655 patrulhas/dia, num total de 9.170 militares e 4.585 patrulhas.

O balanço da operação, encontra-se espelhado nos quadros seguintes:

REGISTO COMPARATIVO DA SINISTRALIDADE

1ª FASE – PERÍODO DO NATAL

	ACIDENTES			MORTOS			FERIDOS GRAVES			FERIDOS LEVES		
	2003	2004	Dif	2003	2004	Dif	2003	2004	Dif	2003	2004	Dif
TOTAL	1175	1206	31	12	9	-3	42	22	-20	330	348	18

2ª FASE – PERÍODO ANO NOVO

	ACIDENTES			MORTOS			FERIDOS GRAVES			FERIDOS LEVES		
	2003	2004	Dif	2003	2004	Dif	2003	2004	Dif	2003	2004	Dif
TOTAL	921	715	-206	11	11	0	25	31	6	280	225	-55

RESULTADOS DA FISCALIZAÇÃO SELECTIVA "OP. NATAL/ANO NOVO"

	Controlo Álcool		Controlo Velocidade		Sistemas de Retenção		Telemóvel	Luzes	Pneus
	Detidos	C. Ord.	Controlados	Excessos	Crianças	Outros			
subtotal	396	551	100.312	2.663	56	937	360	593	207
TOTAL	**947**			**2.663**	**993**		**360**	**593**	**207**

Condutores Fiscalizados

Foram fiscalizados 2.005.263 condutores, o que corresponde a um aumento de 80.655, em relação ao ano transacto.

Detenções

Quanto às detenções efectuadas, destacam-se as decorrentes da não habilitação de condução de veículos de 2 rodas (+1.033 casos), o que corresponde a uma variação de +56%.

De realçar que nas detenções por excesso de álcool (TAS ≥ 1,2 gr/l) o total registado no ano em análise foi de 14.029 casos, o que corresponde a uma variação de -2% (-287 casos).

Infracções

Relativamente ao número de infracções à legislação rodoviária merecem especial destaque:

- A condução sob efeito de álcool (TAS ≥ 0,5 <1,2) onde se registaram menos 1.906 casos (-5,7%);
- A falta de cinto de segurança ou sistema de retenção onde se registaram mais 3.216 casos (+7,6%);
- A falta de seguro/inspecção que registou um aumento de 1.046, o que correspondente a uma variação de +11%.

Quanto ao número de contra-ordenações ao CE/RCE registou uma significativa diminuição de 4%, o que corresponde a menos 23.

Comentário

A significativa diminuição da sinistralidade rodoviária em Portugal, não pode ser dissociada da adopção de nova estratégias operacionais definidas pela Guarda, em estreita coordenação com as demais entidades responsáveis nesta área, à luz dos princípios e objectivos orientadores estabelecidos no Plano Nacional de Prevenção Rodoviária.

Durante o ano de 2004, a par da diminuição do número de acidentes (-5.778), verificou-se um decréscimo de 185 mortos, de 579 feridos graves e de 3.361 feridos ligeiros, relativamente ao ano anterior, reduzindo a sinistralidade global para níveis só comparáveis com os registados 30 anos antes.

Âmbito Fiscal, Aduaneiro e Controlo de Fronteiras

Foram registadas no ano em análise, as variações a seguir indicadas.

Um aumento nas acções de:

- Aguardos	86,5%	(+27.108)
- Acompanhamentos de Mercadorias	5,1%	(+1.139)
- Buscas	142,2%	(+246)
- Intervenções Equipas Cinotécnicas	12,7%	(+704)

Uma diminuição nas acções de:

- Acções de Fiscalização	79%	(-28.609)
- Sentinelas	10,2%	(-8.806)
- Acções Vigilância PO	5%	(-2.846)

Verificou-se uma variação positiva quanto aos números de crimes detectados, +46,9%, contra-ordenações aplicadas +45,9% e uma diminuição no número de transgressões -51,8%.

Foi registado um aumento de pessoas controladas nas fronteiras 84.484, mais 56.809 que no ano anterior, correspondendo a uma variação de +205%. Das acções desenvolvidas no âmbito Fiscal/Aduaneiro, foram efectuadas ainda diversas apreensões de mercadorias no valor de € 20.289.512, o que traduz uma variação positiva de 27% em relação ao ano anterior.

Comentário

Apesar de uma ligeira diminuição das acções de fiscalização, sentinelas e vigilância, o resultado global é francamente positivo. O que não são alheios o planeamento e execução de operações mistas a nível nacional e ao nível da EU.

Âmbito da Actividade Honorífica

Neste âmbito foi registado um aumento significativo no número de Guardas de Honra (+16,9%) e uma diminuição do número de Escoltas e Alas de Honra (-82,9%), o que traduz respectivamente em +34 e -68 acções.

Âmbito do Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente da GNR (SEPNA)

O SEPNA, tem vindo a assumir-se como um serviço polivalente e parte integrante de uma estrutura interactiva, da qual fazem parte os principais organismos públicos responsáveis pelas diferentes áreas ambientais.

No desempenho da sua missão zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção e conservação da natureza e do ambiente, através da prevenção, investigação e fiscalização desses ilícitos, o SEPNA tem obtido resultados nunca atingidos.

Âmbito dos Recursos Humanos:

O SEPNA iniciou a sua actividade operacional há 3 anos, perfazendo actualmente o quadro orgânico de 337 militares especializados **(**7 Oficiais, 31 Sargentos e 299 Praças) em dedicação exclusiva em fiscalização ambiental.

Actividade Operacional Específica:

SEPNA:

Em termos estatísticos, em 2004 foram elaborados 173 Autos de Notícia por Crime e 10631 por Contra-Ordenação, totalizando 10.804 Autos.

QUADRO 1 – Total de Autos elaborados no ano 2004

	Infracções		
	Crimes	Contra-Ordenações	*Total*
Ordenamento Do Território	0	1476	1476
Leis Sanitárias	10	396	406
Actividades Extractivas	0	218	218
Turismo E Desportos	0	392	392
Flora, Reservas, Parques E Florestas	1	197	198
Contaminação Atmosférica	0	87	87
Contaminação Acústica	1	171	172
Incêndios Florestais	62	37	99
Fauna, Caça E Pesca	34	231	265
Património Histórico	0	1	1
Poluição Águas	10	1010	1020
Resíduos	8	4916	4924
Litoral	0	409	409
Cites	1	78	79
Outras Intervenções	46	1012	1058
TOTAL	*173*	*10631*	*10804*

Linha Azul do Ambiente:

No ano de 2004 a Linha SOS Ambiente registou **1469 denúncias**:

Via GNR - 840

Via Inspecção-Geral do Ambiente (IGA) - 308

Outras Vias – 321

Operações efectuadas

Com o aparecimento e desenvolvimento progressivo do SEPNA, tem vindo a ser possível levar a efeito operações de âmbito nacional em conjunto com entidades exteriores à Guarda, relacionadas com a área do ambiente.

Operações com actuação simultânea em todo o país e, cujo contributo ambiental tem vindo a ser considerado de importância vital para a diminuição dos ilícitos ambientais.

Em Mai04 foi realizada uma Operação conjunta com a IGA e Guarda Civil (Espanha), no âmbito do Controlo Transfronteiriço de Resíduos, da qual resultou a elaboração de 99 Autos de Notícia por Contra-Ordenação, em 924 viaturas fiscalizadas. Esta Operação envolveu as Brigadas Territoriais nº 3, 4 e 5.

Entre os dias 17 e 19MAI04, decorreu a 1ª Operação Nacional de Fiscalização de Estabelecimentos de Venda ao Público de Animais, em parceria com o Instituto da Conservação da Natureza (ICN). A operação foi direccionada para o tráfico de animais selvagens, exóticos, autóctones e, para a falta de licenciamento dos próprios estabelecimentos. Dos 415 estabelecimentos fiscalizados, foram elaborados 387 Autos e apreendidas 667 espécies:

Unidade	*Nº Estabelecimentos Fiscalizados*	*Nº de Autos*	*Nº Espécies apreendidas*
TOTAL	***415***	***387***	***667***

Entre Junho e Set04, decorreu a Operação Floresta Segura 2004/Verão Seguro 2004 que teve por objectivo a realização de acções para prevenir, detectar e evitar a eclosão de incêndios em áreas de responsabilidade da Guarda, bem como a vigilância da orla marítima com maior incidência nas zonas de praia e locais de veraneio mais sensíveis e de maior afluxo turístico.

Foram intensificados o patrulhamento e fiscalização das zonas florestais e balneares, procedendo, se necessário, à orientação dinâmica do dispositivo, adaptando-o às eventuais necessidades.

A actuação da GNR primou pela coordenação, aos diversos níveis, com as outras forças e serviços de segurança e emergência, e demais entidades com responsabilidades na prevenção e combate aos fogos florestais e vigilância marítima.

Durante a operação Floresta Segura/Verão Seguro estiveram empenhados o total de 11.181 militares; 307 meios materiais (viaturas, motos, cavalos, binómios); percorreram-se 347387 kms; efectuaram-se 5292 patrulhas e foram elaborados 126 Autos de Notícia por Contra-Ordenação e 19 por Crime.

De 20SET a 08OUT04, na área da Brigada Territorial nº 4, foi efectuada a Operação denominada Campanha Vale do Ave 2004. Teve como objectivo a verificação de licenças de descarga de águas residuais das instalações industriais e de descargas de efluentes sem tratamento em linhas de água. Foram fiscalizadas 124 empresas e elaborados 71 Autos.

Durante o mês de Novembro de 2004 decorreu a Operação Óleos Usados em conjunto com a IGA e, foi direccionada para o controlo dos produtores e operadores de óleos usados, a nível das empresas e particulares (ex: pequenas oficinas). Foram elaborados 1071 Autos, entre as 1498 empresas fiscalizadas:

Unidade	Empresas Fiscalizadas	Nº de Autos
TOTAL	1498	1071

A Operação Nacional de Fiscalização no âmbito da Caça decorreu em 01DEC04, com incidência nas zonas susceptíveis de maior afluência de caçadores. Foram intensificadas as acções de patrulhamento e fiscalização nas zonas de caça e respectivos eixos de comunicação. Foram fiscalizados no total 3119 caçadores:

Unidade	Nº Caçadores Fiscalizados
TOTAL	3119

No decorrer do ano transacto e conforme planeamento conjunto com o INAG, foram realizadas diversas operações no âmbito da recolha de amostras de água, nas Albufeiras, onde já existem Equipas Náuticas do SEPNA.

Outras Acções

A salientar a participação do SEPNA na exposição "SULAMBIENTE" - Feira Internacional de Serviços, Produtos, Equipamentos e Tecnologias Ambientais, que decorreu no pavilhão da Expo Algarve, Loulé, de 15 a 17OUT04. Esta participação foi largamente elogiada pelas restantes entidades presentes no certame e, pelo público que afluiu ao stand de forma curiosa e espontânea.

O SEPNA assistiu em 2004, através da atribuição de Menções Honrosas do Prémio Nacional de Ambiente "Fernando Pereira", à felicitação e ao

agradecimento pelo profissionalismo, trabalho, esforço e dedicação que o SEPNA soube exercer sobre todas as tarefas que lhe foram solicitadas ou "inopinadas". Este prémio foi atribuído pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente e, foram distinguidos 5 militares:

Oficiais – 1
Sargentos – 1
Praças – 3

Caça

Registou-se um aumento do número de Caçadores Fiscalizados (+14,5%) o que corresponde a mais 1.603 caçadores. Consequentemente o número de Infracções à Lei da Caça registou um decréscimo de 14,3%, o que corresponde a menos 32 infracções. O quantitativo de Armas de Caça Apreendidas registou uma diminuição de 13 armas apreendidas, que corresponde um decréscimo de (12%).

Detenções

O número de detenções por Fogo Posto e Caça Ilegal tiveram uma diminuição de 14 e 11 casos o que corresponde respectivamente a uma variação de -38,9% e -10,6%.

<u>Âmbito da Investigação Criminal</u>

Recursos Humanos

Ao nível dos recursos humanos, encontram-se na estrutura de investigação criminal: 1444 militares e 1 civil, estando estes distribuídos, por três vertentes:

Investigação Criminal Operativa	1269
Criminalística	128
Análise de Informação Criminal	27
Psicólogo (civil)	1

Actividades desenvolvidas

Foram implementados:

23 Núcleos Mulher-Menor (NMUME);
21 Núcleos de Investigação Criminal, DT/BT.

Foram consolidados:

23 Núcleos de Investigação Criminal Droga
84 Núcleos de Investigação Criminal DTer.

Actividade Operacional

No âmbito de inquéritos realizados pelos órgãos de investigação criminal - operativa (NIC; NIC'D e NMUME), foram registados os seguintes:

Pendentes do ano anterior	1.915
Atribuídos	9.147
Pendentes para o ano seguinte	3.677

No âmbito das inspecções realizadas pelos Órgãos de Investigação Criminal – Criminalística (NAT):

Inspecções positivas -	579
Inspecções negativas -	11.565
Inspecções pendentes -	6.996
Total de inspecções -	19.140
Outras diligências -	.851

Detenções

Durante o Ano 2004, registou-se um decréscimo de 388 detenções relativamente ao mesmo período do ano anterior (27.297 para 26.909) o que traduz uma *diminuição percentual* de 1,4%.

Destaca-se o número de detenções por mandado (1.070), que tiveram um decréscimo de 17,1%.

Igualmente as detenções por iniciativa da GNR tiveram uma diminuição de 42 casos, o que corresponde à variação negativa de 12,6%.

Quanto às detenções efectuadas em Flagrante Delito estas registaram uma variação de -0,7%, o que corresponde a -32 casos;

Merece especial destaque o número de detenções efectuadas por crimes contra a GNR, 763, o que corresponde a um acréscimo de 10,4% em relação ao ano transacto.

O número de detenções por posse/tráfico droga foi de mais 63 casos, o que corresponde a um acréscimo de 7,5%.

Comentário

Desenvolvimento da actividade operacional dos Núcleos de Investigação Criminal (NIC) NIC Droga (NIC D), na prevenção e no combate à criminalidade, com especial incidência no pequeno tráfico de droga, no âmbito das competências que foram atribuídas à Guarda pelo DL 81/95, de 22ABRIL.

Incremento de acções de formação especifica dos meios humanos e aquisição de meios materiais considerados essenciais ao cumprimento das competências cometidas à Guarda, no âmbito da investigação e decorrentes da Lei nº.21/2000, de 10 de Agosto, sobre a Organização da Investigação Criminal.

Consequências nos militares da Guarda em Intervenções Policiais

Assinala-se pela negativa um crescente e preocupante acréscimo dos crimes praticados contra os militares da GNR que, em 2004, tiveram um acréscimo de 210% (acréscimos de 3 mortos, 8 feridos graves, 375 feridos leves e 110 agressões várias).

CONSEQUÊNCIAS	MEIOS EMPREGUES					
	Arma de fogo	Arma branca	Agressão Física	Objecto contundente	Outros meios	TOTAL
Mortos	3	0	0	0	1	4
Feridos Graves	3	1	7	1	3	15
Feridos Leves	6	6	335	13	99	459
Agressão s/neces. Tratam.	8	10	394	5	51	468
TOTAL	20	17	736	19	154	946

Esta tipologia de crime não vinha sendo analisada separadamente, fazendo parte dos Crimes Contra o Estado. Crê-se, no entanto, que deve merecer uma análise diferenciada, tanto mais que é notória a crise de Autoridade, em que a desobediência, resistência e mesmo agressão e morte de Agentes da Autoridade, se vem tornando cada vez mais num lugar comum, constituindo-se mesmo como motivo de orgulho em algumas franjas da delinquência.

Militares integrados em Missões no Estrangeiro

A GNR tem continuado a empenhar alguns dos seus meios humanos em missões internacionais, integrados em diversos organismos. Contudo, merece especial destaque a manutenção do Subagrupamento ALFA no Teatro de Operações do Iraque.

Discriminando o empenhamento nos mais diversos âmbitos:

NAÇÕES UNIDAS

República Democrática do Congo - "MONUC" –

A participação nesta missão manteve-se nos mesmos moldes do antecedente, com a presença de 2 Sargentos que continuaram colocados em Kinshasa, onde desempenharam funções na CIVPOL Operations/MONUC.

Libéria – "UNMIL"

A participação nesta missão, iniciada neste ano, conta com a presença de 2 Oficiais, onde desempenharam funções de Observadores de Polícia na CIVPOL.

Haiti – "MINUSTAH"

A participação nesta missão, iniciada neste ano, conta com a presença de 3 Oficiais e 1 Sargento, onde desempenharam funções, 1 Oficial como Chefe da Logistic Cell e 1 Sargento como adjunto, 1 Oficial como Chefe da Segurança do Aeroporto de Por tau Prince e 1 Oficial como Adjunto Operacional, ambos na CIVPOL .

Costa do Marfim – "UNOCI"

A participação nesta missão, iniciada neste ano, conta com a presença de 1 Oficial e 1 Sargento, onde desempenharam funções de Observador de Polícia na CIVPOL.

UNIÃO EUROPEIA

Na União Europeia, a Guarda Nacional Republicana continua representada na Comissão Europeia, em Bruxelas, por 1 Oficial da Brigada Fiscal, exercendo funções de perito nacional destacado junto do OLAF (Organismo de Luta Anti-Fraude da União Europeia).

Gendarmerie National francesa – Escola de Montluçon

A participação nesta missão, iniciada neste ano, conta com a presença de 1 Sargento, que desempenha funções de Instrutor.

IRAQUE

Perante o compromisso assumido por Portugal para integrar a "Multinacional Specialized Unit" (MSU), de escalão Regimento, no Iraque, a Guarda continuou a desenvolver um conjunto de actividades que tiveram como objectivo a manutenção e sustentação da força destacada em missão no Teatro de Operações no Iraque, efectuada da seguinte forma:

- Manutenção de 1 Oficial em Roma, desempenhando funções de Oficial de Ligação no Comando-Geral dos Carabinieri;
- Manutenção de 2 Oficiais no Estado-Maior do Comando da Divisão Inglesa em Bassorá, que vêm desempenhando funções de SO3, Adjunto da J5 Plans Cell (Planeamento de Operações Futuras) e de SO3, Adjunto da J2 Intelligence Cell (Informações);
- Manutenção de 2 Oficais no Estado-Maior do Comando do Regimento MSU da Brigada Italiana em Tallil-Nassíria que vêm desempenhando funções de

SO2, Chefe da G5 CIMIC Cell (Ajuda Humanitária e Assuntos Civis-Militares) e de SO3, Adjunto da G2 Cell G2 Intelligence;

- Manutenção do Sub-Agrupamento "ALFA" da GNR, constituído por 128 militares, no Iraque sob OPCON – Controlo Operacional da "Multinational Division – MND (SE) ", integrado no Regimento MSU "dei Carabinieri" de Itália, tendo em vista a execução da Missão Geral das Forças da Coligação naquele Teatro de Operações, com prioridade para as seguintes áreas:
- Manutenção e restabelecimento da ordem pública;
- Segurança de pontos sensíveis;
- Escoltas a comboios humanitários;
- Policiamento de áreas sensíveis e execução de "Check-points";
- Operações anti-insurreição;
- Inactivação de engenhos explosivos improvisados;
- Operações de busca e salvamento.

Quadro resumo de empenhamento de militares no Teatro de Operações no Iraque

Oficiais de Estado-Maior	18
Oficiais do SubAgrupamento ALFA	16
Sargentos	37
Praças	488
Médico Civil	2

TIMOR

A Guarda continuou a manter 1 Oficial, colocado junto da Embaixada de Portugal, em Dili, desempenhando funções de Adido de Segurança Interna.

ACTIVIDADES DE APOIO

Formação

1. FORMAÇÃO INICIAL/INICIO DE CARREIRA

DESIGNAÇÃO DO CURSO	LOCAL	INSTRUENDOS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS	AM e EPG	41
CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS	EPG	1078

2. CURSOS DE PROMOÇÃO/QUALIFICAÇÃO	INSTRUENDOS
29 CURSOS A OFICIAIS	453
32 CURSOS A SARGENTOS	1.103
42 CURSOS A PRAÇAS	3.657

CURSOS NO ESTRANGEIRO

a.GENDARMERIE FRANCESA:

DESIGNAÇÃO DO CURSO	LOCAL	OFICIAIS	SARGENTOS	PRAÇAS
CURSO DE DIRECTOR DE INQUÉRITO	FRANÇA	-	1	-
CURSO DE PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL	FRANÇA	-	1	-

b) NO ÂMBITO DO CEPOL (COLÉGIO EUROPEU DE POLICIA)

DESIGNAÇÃO DO CURSO	LOCAL	OFICIAIS	SARGENTOS	PRAÇAS
CURSO DE GESTÃO DE CRISES	DINAMARCA	1	-	-
CURSO DE DETECÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO FALSA	FRANÇA	1	-	-
CURSO DE IMIGRAÇÃO ILEGAL	PORTUGAL	1	-	-
CURSO DE TRÁFICO DE DROGA	ESPANHA	1	-	-
CURSO DE ORDEM E SEGURANÇA PÚBLICA	HOLANDA	1	-	-
CURSO DE VIOLÊNCIA DOMESTICA	ESLOVÉNIA	1	-	-
CURSO DE CRIMINALIDADE AMBIENTAL	PORTUGAL	3	-	-

c) OUTROS

DESIGNAÇÃO DO CURSO	LOCAL	OFICIAIS	SARGENTOS	PRAÇAS
CURSO DE NEGOCIAÇÃO DE REFÉNS	ESPANHA	1	-	-
CURSO DE NEGOCIAÇÃO DE REFÉNS	INGLATERRA	1	-	-

CURSOS SOB A ÉGIDE DO CONSELHO CONSULTIVO/MAI

DESIGNAÇÃO DO CURSO	LOCAL	OFICIAIS	SARGENTOS	PRAÇAS
TÉCNICAS JORNALÍSTICAS E RELAÇÕES C/IMPRENSA – NÍVEL I	CCFFSS	13	-	-
TÉCNICAS JORNALÍSTICAS E RELAÇÕES C/IMPRENSA – NÍVEL II	CCFFSS	29	-	-
ATENDIMENTO AO PÚBLICO – TELEFÓNICO	CCFFSS	-	-	75
ATENDIMENTO AO PÚBLICO – INGLÊS	CCFFSS	-	13	-
ATENDIMENTO AO PÚBLICO – PRESENCIAL	CCFFSS	-	4	-
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE FORMADORES	CCFFSS	6	8	-
ESTRANGEIROS E FRAUDE DOCUMENTAL	CCFFSS	-	16	-
ESCOLA SEGURA (FORMAÇÃO PRESENCIAL)	CCFFSS	-	-	203

Aspectos mais relevantes da Formação e de Especialização

Número de militares que concluíram acções de formação internas e externas:

Formação ministrada na Escola Prática da Guarda em Queluz:

Curso NMUME (Núcleo Mulher e Menor), decorreu de 20 a 29SET04, frequentado por 32 militares (Praças), com a duração de 8 dias úteis;

Curso de Investigação de Crimes de Droga, decorreu de 06 a 17DEZ04, frequentado por 40 militares (9 Sargentos e 31 Praças), com a duração de 10 dias úteis;

Curso de Investigação de Crimes em Acidentes de Viação, realizados durante o ano de 2004, três cursos, (19JAN a 13FEV04; 01 a 26MAR04 e 19ABR04 a 14MAI04), frequentados por 62 militares (21 Sargentos e 41 Praças), com a duração de 18 dias úteis;

Curso de Investigação Criminal – Sargentos, decorreu de 02NOV04 a 07DEZ04, frequentado por 39 militares, com a duração de 23 dias úteis;

Curso de Investigação Criminal – Investigadores, realizados durante o ano de 2004, quatro cursos, (05JAN a 13FEV04; 18FEV04 a 02ABR04, 19ABR04 a 31MAI04 e 13SET04 a 26OUT04), frequentados por 196 militares (Praças), com a duração de 30 dias úteis;

Formação ministrada no Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais - Loures:

Curso de Supervisor Lofoscopia, decorreu de 05 a 07ABR04, frequentado por 19 militares (Oficiais), com a duração de três dias úteis;

Curso de Furto Tráfico e Viciação de Viaturas, decorreu de 19 a 20FEV04, frequentado por 6 militares (1 Oficial e 5 Sargentos), com a duração de dois dias úteis;

Curso de Droga BAC'S, decorreu de 27SET04 a 01OUT04, frequentado por 23 militares (9 Oficiais e 14 Sargentos), com a duração de 5 dias úteis;

Curso de Técnicas de Entrevista e Interrogatório, decorreu de 03 a 07MAI04, frequentado por 20 militares (Sargentos), com a duração de 5 dias úteis;

Curso de Fogos Florestais, decorreu de 06 a 07JAN04, frequentado por 16 militares (Sargentos);

Curso Inspecção Judiciária – Lofoscopia I (Técnica de Recolha de Vestígios, decorreu de 01 a 26MAR04, frequentado por 1 militar (Praça).

Formação ministrada na Metropolitan Police – Inglaterra

Curso de Negociação de Reféns, decorreu de 14 a 28NOV04, frequentado por 1 militar (Oficial).

Formação ministrada na NAV E.P. PORTUGAL – LISBOA

Acção de Formação "CISM: Group Crisis Intervention", que decorreu de 16 a 17DEZ04, frequentado por 1 militar (Sargento).

Investimentos

AQUISIÇÕES E ABATIMENTOS DE EQUIPAMENTO AUTO E TÉCNICO-POLICIAL

Material adquirido Auto e Técnico Policial
Suportadas pelo OE/MAI/GNR e PIDDAC

Investimento Geral 1.630.744,86€

Equipamento técnico-policial	533.696,13 €
Equipamento Auto	1.097.048,73 €

Para o IRAQUE 2.468.979,16 €

Equipamento técnico-policial	304.126,73 €
Equipamento Auto	1.085.218,81 €
Fardamento e equipamento	1.079.633,62 €

Investimento relativo ao EURO 2004	**301.023,74 €**
Outro tipo de material	**304.361,67 €**

Material abatido
Foram abatidos 978.914 artigos num total de **3.605.494,62€**

AQUISIÇÕES E ABATIMENTOS DE MATERIAL INFORMÁTICO

Investimento total de 1.875.435,51 €€

Suportadas pelo OE/MAI/GNR

Equipamento informático	550.355,51€
Suportes logísticos	25.460,00€

Suportadas pelo PIDDAC

Equipamento informático	799.620,00€
Suportes logísticos	500.000,00€

Foi abatido material informático no valor total de 55.211,00€

Outros investimentos

Investimento em formação pessoal **2.320,50 €**

GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E APOIO SOCIAL

Nesta área, e ao longo do ano de 2004, entraram para os quadros da GNR ou passaram ao seu serviço, 1 119 militares (36 Oficiais, 1076 Praças e 7 Oficiais requisitados ao Exército) e 5 civis (5 em Contrato de Avença).

Saíram da instituição 985 servidores dos quais 969 são militares e 16 civis, de acordo com as seguintes causas:

1) **Militares**:
   a. Reforma por limite de idade: 1
   b. Reserva Requerida com 36 anos de serviço: 835
   c. Junta Superior de Saúde: 36
   d. Reserva a pedido com 15 anos de serviço: 0
   e. Reserva a pedido com 20 anos de serviço: 6
   f. Desligados a pedido: 31
   g. Desligados disciplinarmente: 12
   h. Falecidos no activo: 43
   i. Fim de comissão de serviço (regresso ao Exército): 5

2) **Civis**:
   a. Reforma: 5
   b. Reforma limite de idade: 0
   c. Rescisão: 10
   d. Transferido para outro organismo: 1

As políticas de Recursos Humanos prosseguidas nesta Guarda foram as constantes da Directiva de Planeamento do Exmo. General Comandante-Geral, para o ano de 2004. Em particular, promoveram-se as alterações estatutárias indispensáveis, ao melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis e a uma maior flexibilização do acesso à carreira de Oficial a partir da categoria de Sargento.

Efectuaram-se estudos e planeamentos imprescindíveis à identificação das necessidades de ingressos na Guarda – Curso de Formação de Oficiais (Academia Militar) e Curso de Formação de Praças, atribuição de efectivos aos Cursos de Formação de Oficiais (Escola Superior Politécnica do Exército), Curso de Formação de Sargentos, Curso de Promoção de Cabos, Curso Fiscal e Curso de Trânsito – de acordo com os condicionamentos das necessidades de alimentação de cada quadro.

Efectuou-se o planeamento das promoções, nas diferentes categorias, de acordo com os lugares previstos nos quadros orgânicos da Guarda – atentos os interesses da Guarda e os anseios pessoais de valorização de acordo com as necessidades permanentes do serviço.

Actualizou-se o planeamento da distribuição de lugares pelas Unidades para materialização das colocações mantendo o equilíbrio, possível, entre os efectivos existentes e efectivos orgânicos – colocações que obedecem ao primado da satisfação das necessidades e interesses do serviço, satisfação das condições de promoção, aproveitamento da capacidade profissional e a conciliação na medida do possível dos interesses pessoais com os do serviço.

Continua ainda em fase de conclusão o Balanço Social de 2004, nos termos da lei, este é, um meio de informação e um instrumento de planeamento e gestão, nas áreas sociais e de recursos humanos, meio que permite evidenciar os pontos fortes e fracos da gestão social desses mesmos recursos.

Assim que concluído, proceder-se-á à sua divulgação externa através do "Site Institucional" – www.gnr.pt.

Exemplar de estudo

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ACTIVIDADE OPERACIONAL

Operações Policiais

A) ACTIVIDADE POLICIAL

O ano de 2004 foi marcado por diversos acontecimentos de extremo relevo para o país e que, sobretudo em matéria de segurança interna, constituíram um desafio sem precedentes, não somente pelos eventos em si (culturais ou desportivos), mas também dada a necessidade de se ser tremendamente eficaz na gestão de recursos, de modo a garantir que em nenhum caso fosse comprometida a segurança extra-evento.

Nº de operações policiais efectuadas	2004	2003	Dif. (%)
Rusgas	980	1437	-31.8%
Indivíduos controlados	14583	17898	-18.5%
Fiscalização	1553	1696	-8.4%
Estabelecimentos fiscalizados	7093	6925	2.4%
Operações "STOP"	7617	7314	4.1%
Viaturas fiscalizadas	664670	702625	-5.4%
Total de Operações	10150	10447	-2.8%

Apesar do total do número de operações ter tido uma ligeira diminuição de -2,8%, a vertente da fiscalização rodoviária mereceu uma maior atenção durante o ano em apreço, o que se traduziu num aumento de 4,1% no número de operações “STOP” (+303). A diminuição que se verifica no número de operações tipo “Rusga”, tem como justificação o facto de haver uma maior especialização no planeamento e execução deste tipo de acções, diminuindo consequentemente o número de operações com carácter aleatório, daqui se podendo concluir que este tipo de acções policiais são sobretudo realizadas na sequência de actos de investigação.

A focalização, por parte da PSP, em locais de habitual frequência por indivíduos já referenciados, a alteração da legislação relativa a estabelecimentos de diversão nocturna e a crescente sinistralidade verificada no nosso país, com o consequente incremento de medidas por parte da tutela e das Forças de Segurança, constituem-se como razões justificativas para os números obtidos. As variações apresentadas entre rubricas justificam-se pela

diferença de prioridades estabelecidas em função de uma optimização de recursos humanos.

Operações Conjuntas

Durante o ano de 2004, a PSP prestou colaboração e apoio às actividades de diversas entidades, que se traduziram num total de 143 operações realizadas em conjunto, 103 das quais com os serviços de fiscalização das Câmaras Municipais.

Instituições	N.º OPERAÇÕES
Sociedade Portuguesa de Autores	6
Inspecção-Geral de Actividades Culturais	3
Autoridade da Concorrência	1
Polícia Judiciária	4
Direcção Geral das Alfândegas	4
Guarda Nacional Republicana	11
Ministério Público	2
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	3
Instituto de Solidariedade e Segurança Social	1
Instituto Gestão Financeira da Segurança Social	1
Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho	1
Câmaras Municipais	103
Inspecção-Geral das Actividades Económicas	1
Instituto de Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário	1
Direcção de Finanças	1
Total	143

B) SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA "112"

Um dos instrumentos de maior rigor na avaliação da utilidade das instituições públicas cuja missão se consubstancia na prestação de serviços de emergência, concretiza-se, inegavelmente, nos valores apresentados pelo volume de solicitações do serviço "112". Contrariamente ao verificado no ano de 2003, o número de solicitações totais via "112", registou em 2004 uma diminuição de cerca de 10,3%. Tal diferença traduziu-se em menos 83.452 chamadas que as verificadas no ano transacto, mas ainda assim com uma média diária de 4000 chamadas.

Accionamento via "112"	2004	2003	Dif. (%)	Média diária
Ambulâncias da PSP/INEM	90392	144759	-37.6%	499
Ocorrências policiais	225254	247310	-8.9%	1244
Bombeiros	237362	232720	2.0%	1311
GNR e outras entidades	171043	182714	-6.4%	945
Total	724051	807503	-10.3%	4000

Com uma diminuição generalizada nos diversos itens avaliativos, apenas as ocorrências especialmente dirigidas aos Bombeiros apresentaram um aumento ligeiro de 2,0%, sendo que as maiores quebras verificaram-se no accionamento das ambulâncias da “PSP/INEM” e na “GNR e outras entidades”. Ainda assim, o número total de solicitações (724051 registos) corresponde a uma média diária na ordem das 1.983 solicitações, que se traduzem, na prática, a 1,3 pedidos de actuação por minuto.

Relativamente à PSP, verificou-se uma diminuição de 8,9% do número de ocorrências que justificaram o accionamento de meios policiais (carros-patrulha, brigadas de investigação criminal, brigadas de acidentes, etc.), mas que se traduz num elevado empenho de recursos humanos e materiais, num total de 225.254 ocorrências em 2004 (média diária de 617 ocorrências, a que correspondem cerca de 25 por hora).

C) SEGURANÇA A EVENTOS DESPORTIVOS

Como acontecimento mobilizador de massas nos grandes centros urbanos, área por excelência de actuação da Polícia, os eventos desportivos foram merecedores de um cuidado especial durante o ano de 2004, tendo sido empenhados 114.375 elementos policiais na segurança a um total de 27.219 eventos desportivos. Isto traduziu-se num aumento de 12,9% no referente a elementos policiais, enquanto que o número de eventos policiados, quando comparado com o ano anterior, foi 6,7% menor.

Entre os jogos de futebol cuja segurança ficou a cargo da PSP, 40 foram considerados jogos de alto risco e como tal susceptíveis de medidas suplementares de segurança. Verificou-se, portanto, um acréscimo de 17,7% no número de eventos com estas características, sendo, contudo, de realçar que o número de incidentes diminuiu de 400 em 2003 para 257 em 2004, ou seja, uma diminuição de 35,75%.

		Futebol	Outras modalidades	Total
2004	Total de Policiamentos	14774	12445	27219
	Nº de agentes envolvidos	77889	36486	114375
	Jogos de "Alto risco"	40		40
	Nº de incidentes	165	92	257
2003	Total de Policiamentos	20485	8677	29162
	Nº de agentes envolvidos	72185	27465	99650
	Jogos de "Alto risco"	34		34
	Nº de incidentes	241	159	400

Nos policiamentos assegurados pela PSP, registou-se um acréscimo do número de incidentes registados tanto no futebol como nas outras modalidades que não o futebol, sendo no entanto que o valor total de incidentes aumentou cerca de 31%.

D) TRÂNSITO E SEGURANÇA RODOVIÁRIA

Acidentes de Viação

No que respeita a acidentes de viação, verificou-se uma diminuição de 5%, que pode ser considerada positiva, quando comparada com a registada no ano anterior. Tal diminuição foi também acompanhada por uma diminuição da totalidade dos indicadores de vitimação, dos quais se destacam o número de mortos, que registou um decréscimo de 15,5% e o número de feridos graves, também a diminuir 10,0%, principais responsáveis por uma descida de 7,66% do total de vítimas.

	2004	2003	Dif.(%)
Acidentes	78392	82502	-5.0%
Vítimas	2004	2003	Dif.(%)
Mortos	186	220	-15.5%
Feridos graves	1311	1456	-10.0%
Feridos ligeiros	15567	16804	-7.4%
Total vítimas	17064	18480	-7.66%

A tendência decrescente no número de vítimas, registada em 2004, dá seguimento ao que vem acontecendo desde 2000, em que, consecutivamente, se tem verificado uma diminuição no número de acidentes registados.

Fiscalização de Taxa de Alcoolemia no Sangue (TAS)

No âmbito da fiscalização rodoviária, constata-se uma extraordinária diminuição do número de infractores, sendo que somente aumentou a taxa de

alcoolemia no sangue entre 0,5 gr/l > 0,79 gr/l em 5,7%, enquanto as inferiores a 0,5 gr/l, de 0,79 gr/l > 1,2 gr/l e de valores superiores a 1,2 gr/l, diminuíram respectivamente 16,5%, 2,7% e 62,1%.

Também merecedores de um destaque especial são os dados respeitantes ao total de infractores, que diminuíram em 41,4%.

Álcool no Sangue	2004	% de infractores	2003	Dif. (%) (04-03)
Taxa > 1,2 gr/l	6518	65%	7049	-7.6%
Taxa 0,79 gr/l > 1,2 gr/l	1901	19%	1953	-2.7%
Taxa 0,5 gr/l > 0,79 gr/l	1564	16%	1479	5.7%
Taxa < 0,5 gr/l	92482		110817	-16.5%
Total de infractores	9983		10481	-4.8%

À semelhança de anos anteriores, a taxa de alcoolemia no sangue mais elevada continua a ser aquela que apresenta uma maior percentagem de condutores afectados (65%).A faixa intermédia (de 0,79 a 1,19 gr/l de TAS) constitui 19% do total e a de menor TAS apenas 16%.

Autuações por infracções de trânsito

Em 2004, registou-se uma descida generalizada das autuações por infracção de trânsito, apresentando um total de 696.664 infracções, verificando-se deste modo uma diminuição de 5.3% relativamente a 2003.

Destaque-se, porém, o aumento significativo nas autuações respeitantes à inspecção periódica, que se cifraram em 52,4%, demonstrativo de um maior empenhamento por parte de todo o efectivo num controlo mais apertado deste tipo de infracção.

Autuações	2004	2003	Dif.
Infracções leves (CE + RCE + RTA)	618804	657416	-5.9%
Infracções graves	59341	64594	-8.1%
Infracções muito graves	3282	3368	-2.6%
Inspecção periódica	15237	9999	52.4%
Total	696664	735377	-5.3%

E) APREENSÃO E RECUPERAÇÃO DE ARMAMENTO E EXPLOSIVOS

O crescente número de armas de fogo que circulam em Portugal, especialmente as de defesa transformadas e as de caça modificadas, constituem motivo de especial preocupação para a sociedade em geral e para as Forças de Segurança em particular.

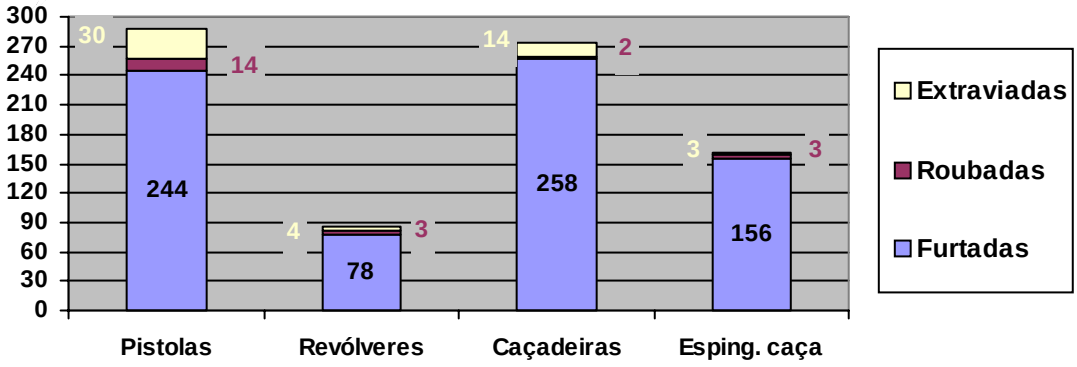
No que concerne à recuperação e/ou entrega de armamento, verificou-se o retomar de valores antigos com uma quebra de 26,1%, depois da excepção que foi o ano de 2003, em que ocorreu um aumento de 32% face a 2002.

Armamento	2004	2003	Dif. (%)
Armas de fogo apreendidas	909	1264	-28.1%
Armas de fogo entregues/recuperadas	909	1230	-26.1%
Munições apreendidas/entregues (nº)	19678	461456	-95.7%
Explosivos apreendidos/entregues (Kg)	2850.7	1147	148.5%

No que se refere à actividade de licenciamento de uso e porte de arma, constata-se a concessão de um total de 9 291 novas licenças, sendo 9 000 respeitantes ao licenciamento de uso e porte de armas de caça. Para além das novas licenças, foram ainda concedidas 91 011 renovações e emitidas 646 autorizações de compra.

Armas de fogo	de defesa	de caça
Concessão de novas licenças	291	9000
Renovação de licenças	1871	89140
Autorizações de compra concedidas	277	369

Foi também comunicado à Polícia o furto de 736 armas, o roubo de 22 e o extravio de 51, sendo na sua maioria pistolas e caçadeiras.



No período em análise, foram detidas 109 pessoas (105 homens e 4 mulheres), por posse de arma proibida, sendo que na sua posse foram apreendidas 2 183 munições, sendo que a maioria pertence à faixa etária compreendida entre os 25 e os 40 anos.

Detidos por posse de arma proibida (Sexo/Idade)					
M	F	<16	16 a 24	25 a 40	> 40
105	4	0	29	61	19

Contudo, na área dos "explosivos", (que, por se tratar de matéria cujo controlo e fiscalização é competência exclusiva da PSP, tem sido motivo de especial atenção), a tendência vai no sentido inverso. Assim, e fruto de uma maior especialização nas investigações por parte da Polícia, foram apreendidos/entregues cerca de 2800 Kg de explosivos diversos. Tal valor representa um aumento de 148,5% face a 2003, que, por sua vez, tinha já aumentado em relação a 2002, na ordem dos 165,2%.

Estes valores são tanto mais significativos quanto, à semelhança daquilo que se passa relativamente às armas de fogo, a existência em situação ilegal ou ilegítima destas substâncias, se constitui como factor potenciador ao cometimento de condutas com contornos violentos, não só a nível nacional mas igualmente a nível internacional.

UEFA EURO 2004 ™

O EURO 2004 constituiu-se como o evento de maior relevo, em termos de actuação policial, no ano de 2004. Tendo já sido objecto de análise exaustiva, com a apresentação de relatório detalhado, importa apenas fazer referência aos aspectos gerais mais relevantes. Desse modo, e sobre o empenhamento da Polícia de Segurança Pública, há a realçar os aspectos seguintes:

Formação

O processo de formação, componente muito correctamente assumida como um investimento, é indubitavelmente merecedor de referência, pois revelou-se um factor decisivo para o sucesso da intervenção policial e permitiu dotar todos os elementos envolvidos na segurança das habilitações necessárias ao bom desempenho das suas funções.

Neste âmbito, o projecto de concepção, por "peritos" da PSP, de 12 módulos específicos de formação, relativos às diversas vertentes inerentes à segurança

de um evento desta natureza, assume especial relevo, constituindo doutrina policial que esta Polícia rentabilizará também para o futuro, sendo uma "boa prática" recomendada às forças policiais que tenham que garantir a segurança de eventos similares.

Exercícios

Os exercícios de preparação permitiram testar, corrigir e aperfeiçoar os procedimentos de segurança de cada entidade, quer na vertente de posto de comando – CPX – quer no que respeita à actuação das forças no terreno – LIVEX. Mais relevante ainda, os exercícios permitiram agilizar os mecanismos de coordenação e estreitar relações entre todas as entidades com responsabilidades nas áreas de segurança e socorro.

Para além destes exercícios, realçam-se as frequentes sessões de entrosamento entre os vários meios da PSP e GNR especialmente vocacionados para missões de manutenção e reposição da ordem pública, nomeadamente o Corpo de Intervenção da PSP e unidades de cavalaria da GNR.

Salas de Situação

A implementação das salas de situação na Direcção Nacional, "Comandos Euro" e Unidades Especiais, constituiu um factor relevante para o sucesso da operação, permitindo acompanhar permanentemente a evolução da situação no terreno e contribuindo, assim, para a adequada tomada de decisão operacional.

Papel da Polícia na implementação do Modelo de Policiamento com o envolvimento dos Assistentes de Recinto Desportivo (ARD's)

O papel assumido pela PSP neste processo, com uma atitude pedagógica e de colaboração permanente, intervindo sempre que necessário, exemplificando a execução e esclarecendo procedimentos, foi decisivo para a formação e aperfeiçoamento dos ARD's e para o sucesso do modelo implementado.

Novo modelo de planeamento e nomeação de efectivos para policiamentos a eventos desportivos

O novo modelo de planeamento e nomeação de efectivos para policiamentos a eventos desportivos, com a afectação dos elementos com características mais adequadas para estes policiamentos, desempenhando sucessivamente as mesmas funções, nos mesmos estádios e locais, foi extremamente benéfico para a qualidade do serviço prestado pelos elementos policiais.

Este modelo incrementou significativamente a confiança dos polícias em si próprios, na equipa de policiamento e nos seus comandantes, com excelentes resultados operacionais.

Gestão de reforços e envolvimento de todo o dispositivo no projecto da PSP

A definição atempada do plano de reforços, nas diversas vertentes de actuação, assumiu-se como um factor relevante para a elaboração dos planos locais pelos Comandos e para a informação dos vários níveis hierárquicos.

Por outro lado, o empenhamento de recursos de todos os Comandos promoveu o "sentimento de pertença", a motivação e o envolvimento de cada profissional no projecto global da PSP.

Perfil de policiamento – "low profile" – e princípios de emprego do dispositivo

O perfil de policiamento *"low profile"* revelou-se adequado, eficaz na preservação da ordem e tranquilidade públicas e benéfico para a imagem da PSP e do país. Os princípios de emprego do dispositivo, assentes na forte visibilidade, baixa ostensividade, elevada mobilidade e capacidade de intervenção/reacção, sendo esta devidamente "informada", revelaram-se também eficazes e adequados.

Níveis de Intervenção Policial

O modelo operacional assente na gradação da intervenção de acordo com a situação no terreno, estipulando cinco (5) níveis de intervenção policial e a adopção de uma forte componente não uniformizada, com actuação transversal aos diversos níveis, revelou-se uma prática moderna, adequada e eficaz em termos operacionais, constituindo doutrina policial de relevo e que mereceu, por parte dos responsáveis policiais estrangeiros, análises extremamente positivas, bem como várias solicitações de informação mais pormenorizada, recomendando-se a sua implementação pelas forças policiais em eventos similares.

Comportamentos não tolerados/Níveis de tolerância

A definição prévia dos comportamentos não tolerados/níveis de tolerância a aplicar no policiamento, foi importante para a uniformização de procedimentos em todo o dispositivo, sem prejuízo da adequação face às circunstâncias concretas verificadas no terreno.

Por outro lado, a publicitação desta informação contribuiu para a conformidade do comportamento dos adeptos e facilitou a actuação da Polícia.

Cooperação Policial Internacional

Neste ponto, destaca-se a contenção, com a devida antecedência, de adeptos violentos referenciados, nas respectivas fronteiras, o que impediu que se deslocassem a Portugal em número idêntico ao verificado no Euro 2000 (Holanda/Bélgica) e, desta forma, reduziu as probabilidades de ocorrência de incidentes.

No período do evento, salienta-se o papel dos "spotters" (agentes de informações policiais), que contribuíram decisivamente para o êxito registado em matéria de segurança.

Comunicação e relações públicas

A designação de porta-vozes em cada Comando e a nível da Direcção Nacional, o estabelecimento de contactos prévios com os O.C.S. e a promoção de uma estratégia dinâmica e pro-activa em matéria de comunicação social, permitiram fornecer com oportunidade a informação relevante, apresentar um serviço de qualidade nesta área e incrementar o prestígio da Instituição e do país.

Por outro lado, permitiu também utilizar os *media* para transmitir informação e conselhos de relevo em matéria de segurança, facilitando desta forma o trabalho da Polícia.

Recursos financeiros directamente utilizados

Descrição	Valor (€)
Compensação dos períodos suplementares de serviço	1.199 920,64
Serviços remunerados nos estádios, a suportar pelo Estado Português	234.040,64
Reforço alimentar	79.667,50
Alojamento de elementos em missão de reforço	258.720,00
Ajudas de custo	346.690,97
Veículos adquiridos através do GEPI/MAI	6.284.343,45
Material de ordem pública adquirido através do GEPI/MAI	1.936.929,25
Material de cinotecnia adquirido através do GEPI/MAI	209.965,95
Material de natureza diversa adquirido através do GEPI/MAI	921.979,41
Veículos adquiridos pela PSP (verbas PIDDAC)	928.703,07
Equipamento de comunicações (E/R portáteis, micro-auriculares e repetidores)	447.410,86
Instalação das salas de situação	2.706.402,91
TOTAL	15.554.774,65 €

No decurso de um processo tão longo e complexo como o que caracterizou o planeamento e execução do Euro 2004, torna-se difícil contabilizar todas as

despesas efectuadas, em especial as inúmeras despesas de reduzido valor que, quotidianamente, se realizam.

Outras Operações de Âmbito Nacional

A) OPERAÇÃO "FESTAS EM SEGURANÇA"

A operação "Festas em Segurança" decorreu em duas fases concertadas, sendo a primeira entre 3 e 26 de Dezembro e a segunda entre 27 de Dezembro e 2 de Janeiro. Para tal missão, a PSP fez afectar, repartido pelas duas fases, 36 354 elementos do seu efectivo, para além de veículos de vária ordem, nomeadamente 5 999 Carros-Patrulha (CP's) e 1 533 Motociclos.

Meios utilizados	2004 03DEZ/26DEZ	2004/2005 27DEZ04/02JAN05	Total
Humanos	26103	10251	36354
Materiais:			
CP's	4661	1338	5999
Motociclos	1048	485	1533
Ciclomotores	964	473	1437
Reboques	184	174	358
Gruas	1	14	15
Outros meios	525	306	831

Deste modo foi possível efectuar um total de 858 operações que incidiram sobretudo na vertente da segurança rodoviária, dividida em três itens: controlo de velocidade; controlo do consumo de álcool; e infracções várias.

.ITEMS	2004 03DEZ/26DEZ	2004/2005 27DEZ04/02JAN05	TOTAL
OPERAÇÕES EFECTUADAS	611	247	858
Velocidade			
Viaturas controladas pelo Radar	65580	13060	78640
Excessos de velocidade detectados	2168	539	2707
Álcool			
Condutores submetidos a teste de alcoolémia	5135	2187	7322
Excessos de álcool detectados (total)	460	149	609
Detidos por excesso de álcool	298	69	367
Outros Infracções			
Sistemas de iluminação dos veículos	218	105	323
Cintos de segurança	628	171	799
Sistemas de retenção de crianças	23	9	32
Trânsito de peões/ Cedência de passagem de peões/ /Desobediência à sinalização luminosa	268	135	403
Condutores autuados p/uso telemóvel	960	156	1116

Destaque, pois, para as 78 640 viaturas controladas, das quais 2 707 foram apanhadas em *excesso de velocidade*; para os 7 322 condutores submetidos a teste de *alcoolémia*, tendo 367 sido detidos; e para as 799 autuações por falta de *cintos de segurança* e 1 116 respeitantes ao *uso de telemóvel* por condutores.

ITEMS	2004 03DEZ/26DEZ	2004/2005 27DEZ04/02JAN05	TOTAL
Assaltos Armados			
A Pessoas	215	64	279
A Estabelecimentos	22	10	32
A Habitações	13	12	25
Furtos / Roubos			
A Pessoas	1516	447	1963
Esticão	235	83	318
A Estabelecimentos	822	216	1038
Interior Veículos	1422	442	1864
Veículos	824	247	1071
Burlas	86	31	117
Detenções (Total)	1010	202	1212
Detenções (Estupefacientes)	120	29	149

Dos dados obtidos deverá ser destacado, pelo volume de registos, o número de *assaltos armados a pessoas* (279), bem como o *furto ou roubo a pessoas* (1963) e o *furto de interior de veículos* (1864).

B) OPERAÇÃO "FÉRIAS"

Na continuidade de uma tradição que remonta já desde 1977 e segundo a qual a PSP disponibiliza um acompanhamento especial a todos quantos adiram ao programa apresentado pela operação "Férias", também em 2004 este projecto apresentou resultados muito satisfatórios. Em todos os Comandos existiram adesões que proporcionaram um fortalecimento de uma relação cada vez mais estreita entre as instituições de segurança interna e a população, sobretudo assente na confiança mútua.

Com uma taxa de adesão relativamente menor nos comandos situados em distritos do interior e em Faro, por excelência o destino de férias nacional e por essa razão os locais onde o número de habitações a necessitar de vigilância seria menor, foi sobretudo nos grandes centros urbanos que este programa foi mais amplamente acolhido, com especial incidência durante o mês de Agosto.

Com uma inscrição total de 6668 agregados familiares a quem a PSP prestou um especial cuidado na vigilância às suas habitações, apenas em 5 desses casos se registaram assaltos.

Actividade Processual

A) DILIGÊNCIAS E SOLICITAÇÕES

Em 2004, verificou-se uma diminuição das diligências e solicitações efectuadas pela PSP a pedido de Tribunais e outras Instituições, sobretudo as segundas, constatando-se uma diminuição de -27%, o que contribuiu para uma diminuição total de -16.9%.

Diligências e solicitações	2004	2003	Dif. (%)
Diligências judiciais	662.732	778.504	-14.9%
Solicitações de outras entidades	115.314	157.904	-27.0%
Total	778.046	936.408	-16.9%

Apesar do decréscimo registado, este factor continua a empenhar fortemente recursos humanos, que, desta forma, são retirados das acções normais de patrulhamento.

B) INQUÉRITOS

Os números registados neste item avaliativo traduzem-se, no total, num decréscimo de -16.7%. Constata-se uma diminuição de -17,8% no volume de contra-ordenações, sendo tal diferença compensada por um aumento no volume de transgressões de 387.8%. Também os inquéritos por acidentes de trânsito registam um aumento considerável (10,5%).

Inquéritos	2004	2003	Dif. (%)
Criminais	86426	103575	-16.6%
Transgressões	239	49	387.8%
Contra-ordenações	27319	33221	-17.8%
Acidentes de trânsito (concluídos ou arquivados)	4522	4093	10.5%
Total	113984	136845	-16.7%

Pode, deste modo, constatar-se que o total das diligências e solicitações requeridas à PSP continua a ser fortemente dominado pela componente judicial, com 73% do total.

Consequências das Intervenções Policiais

Das intervenções policiais registadas em 2004 resultaram, para os elementos policiais, 9 feridos graves, 375 feridos ligeiros e 337 outras agressões sem necessidade de tratamento médico. Para além disso, há a realçar o facto de não ter sido registada qualquer morte em resultado de acto de serviço. Como consequência, verificou-se um total de 752 dias de baixa dos elementos feridos no exercício de funções, sendo que em 44 ocasiões existiram ainda danos em fardamento.

No que respeita a consequências para os cidadãos em resultado das actuações policiais, parece-nos de grande significado o facto de não terem provocado qualquer morte. Aliás, tal facto foi objecto de uma referência elogiosa por parte de S. Ex.ª o Inspector-Geral da Administração Interna, através do Despacho n.º 01/2005. Apesar disso, 8 cidadãos sofreram ferimentos graves (sendo que 3 por arma de fogo policial e 2 por agressões físicas) e ainda 94 sofreram ferimentos ligeiros (destacando-se 3 feridos resultantes da utilização de arma de fogo policial e 12 por spray's).

Delinquentes / suspeitos	Arma de fogo policial	Arma de fogo particular (de agente policial)	Arma de fogo particular (não policial)	Agressão física	Spray´s ou similares	Outros meios
Mortos	0	0	0	0	0	0
Feridos graves	3	0	1	2	0	1
Feridos leves	3	0	0	64	12	15

No que respeita a ferimentos sofridos por civis indirectamente envolvidos nas ocorrências e causados por agentes policiais, foram detectados um total de 19 casos, sendo que também aqui não existem casos mortais a reportar, tendo-se verificado 19 feridos ligeiros.

Da actividade policial de 2004 resultaram os seguintes danos materiais:

Ano 2004				
Danos a viaturas				
Carros-patrulha	Arremesso de objectos	Com a ajuda de objectos	Força física	Outros
Destruídos	0	0	0	1
Danificados	13	0	4	7
Vidros partidos	4	0	1	0
Chapa amolgada	16	0	7	6
Outros danos	5	0	3	6
Outras viaturas	Arremesso de objectos	Com a ajuda de objectos	Força física	Outros
Destruídas	0	0	0	1
Danificadas	2	0	2	10
Vidros partidos	2	0	0	0
Chapa amolgada	0	0	1	10
Outros danos	2	1	1	2

Conclui-se que o ano de 2004 apresenta índices mais baixos que o de 2003 e mesmo o de 2001, indiciando que o aumento de viaturas dispostas no terreno e a consequente possibilidade de definir "malhas policiais" para que se aumente a eficácia nas operações e intercepções policiais, é claramente um investimento.

Policiamento de proximidade

A) PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"

No ano de 2004, a PSP continuou a garantir a segurança nos estabelecimentos de ensino na sua área de responsabilidade, reforçando os efectivos policiais afectos ao programa "Escola Segura" com meios complementares, sempre que a análise das situações assim o aconselhava.

Os elementos da PSP integrados no Programa "Escola Segura" efectuaram também diversas acções de sensibilização e formação nos estabelecimentos de ensino, nomeadamente nas seguintes áreas: toxicodependência e alcoolismo, segurança rodoviária, auto-protecção, prevenção de riscos e segurança das comunidades escolares.

A PSP tem 324 elementos policiais adstritos ao Programa "Escola Segura", em todo o território nacional. Sempre que necessário, os elementos policiais dos carros-patrulha, brigadas de intervenção rápida, brigadas de investigação criminal e brigadas de trânsito e segurança rodoviária reforçam o policiamento nas áreas circundantes dos estabelecimentos de ensino.

Em termos de recursos humanos e recursos materiais empenhados no Programa, referem-se os seguintes:

	Total
N.º de Escolas	2700
Elementos policiais afectos ao Programa "Escola Segura"	324
Viaturas	126 viaturas cores padrão da "Escola Segura" + 16 Carros Patrulha
Motociclos	51
"Scooters"	48

A população escolar (tanto nas escolas públicas como nas escolas privadas) abrangida pelo Programa "Escola Segura" na área de responsabilidade da PSP é de 839.987 alunos, encontrando-se distribuída da seguinte forma:

	N.º de Estabelecimentos de Ensino		Número de Alunos
	Público	Privado	
Básico (1.º Ciclo)	1.245	266	177.995
Básico (2.º Ciclo)	334	131	101.221
Básico (3.º Ciclo)	371	124	141.733
Secundário	289	117	190.169
Superior	125	73	228.869
TOTAL	2.101	599	839.987

Dados Criminais

Relativamente aos dados estatísticos da criminalidade denunciada ou reportada pela PSP durante o ano lectivo de 2003/2004 (2831 ocorrências criminais), verificou-se um aumento de 1,2 % face ao ano lectivo anterior (2797 ocorrências criminais).

Salienta-se uma descida de -29,8% nos roubos de que são vítimas os alunos, professores ou os auxiliares de acção educativa, bem como uma redução das ocorrências de posse/consumo de estupefacientes (-65,8%), dados que se podem considerar muito positivos tendo em consideração o grau de perigosidade deste tipo de ilícitos no meio escolar.

Por outro lado, verificou-se um agravamento nos furtos de que são vítimas os alunos, professores e os auxiliares de acção educativa (+8,1%), de injúrias/ameaças (+24,1%), de ofensas à integridade física (+5,2%), de ofensas sexuais (+1,4%), posse e uso de arma (+15,4%) e de actos de vandalismo/danos (+13,4%).

No quadro seguinte, pode-se observar a evolução da criminalidade nas áreas escolares desde o ano lectivo 2001/2002:

	Valores Absolutos por ano lectivo				Diferenças percentuais para o ano lectivo anterior		
Tipo de ocorrências	2001-2002	2002-2003	2003-2004	Total	2001-2002	2002-2003	2003-2004
Ameaça de bomba	103	49	49	201	30,4%	-52,4%	0,0%
Furto	797	868	938	2603	2,6%	8,9%	8,1%
Roubo	662	654	459	1775	42,1%	-1,2%	-29,8%
Posse/uso de arma	48	39	45	132	6,7%	-18,8%	15,4%
Vandalismo/dano	310	262	297	869	14,0%	-15,5%	13,4%
Injurias/ameaças	169	199	247	615	-7,1%	17,8%	24,1%
Ofensas corporais	467	519	546	1532	13,6%	11,1%	5,2%
Posse/Consumo de estupefacientes	98	76	26	200	63,3%	-22,4%	-65,8%
Ofensas sexuais	105	73	74	252	36,4%	-30,5%	1,4%
Outro tipo	59	58	150	267	-9,2%	-1,7%	158,6%
Total	2818	2797	2831	8446	15,8%	-0,7%	1,2%

O aparente aumento gradual da criminalidade nas áreas escolares ao longo dos anos (que poderá não traduzir um acréscimo da criminalidade real/efectiva), deve-se em grande medida ao impacto do programa "Escola Segura" e à maior consciencialização dos conselhos executivos, encarregados de educação e alunos para as questões de segurança, traduzindo-se num aumento dos índices de participação às autoridades policiais e redução das cifras negras. Igualmente, as equipas da PSP afectas ao Programa "Escola Segura", tripulações dos carros-patrulha e equipas de investigação criminal, através da sua acção preventiva e detecção de ilícitos têm contribuído para uma maior visibilidade deste fenómeno, tendo levado à crescente adopção de estratégias de prevenção criminal e de policiamento comunitário (incluindo parcerias) por parte da PSP com os diversos actores da comunidade escolar.

No ano lectivo 2003/2004, as referidas equipas efectuaram um total de *60 detenções* de suspeitos, por via de diverso tipo de ilícitos criminais cometidos nas áreas escolares, dos quais se salientam o tráfico de estupefacientes, roubos na via pública e furtos a pessoas.

Numa análise individual a cada tipo de ocorrência pode considerar-se o seguinte:

Injúrias/ameaças

As injúrias/ameaças são a expressão das formas de conflitos existentes entre os elementos que constituem a comunidade escolar, sendo de difícil prevenção por parte das forças policiais. A grande maioria destas ocorrências verifica-se no interior dos estabelecimentos de ensino, local onde os agentes policiais só entram a pedido dos conselhos executivos ou em situação de emergência.

Ofensas à integridade física

As ofensas à integridade física verificam-se também, na sua maioria, no interior do recinto escolar, pelo que são igualmente de difícil prevenção e intervenção por parte dos agentes policiais. As ofensas à integridade física constituem frequentemente a fase final de uma situação de conflito que não foi gerido eficazmente. Raramente as vítimas sofrem ferimentos graves na sequência destas agressões.

Ofensas Sexuais

As ofensas sexuais (que congregam os actos de atentado ao pudor, tentativa de violação e violação) são ocorrências de cariz eminentemente oportunista, sendo portanto muito importante prevenir as situações que possam ser aproveitadas pelos agressores, designadamente evitar percursos mal iluminados, terrenos baldios ou zonas onde existam casas devolutas ou abandonadas, bem como os alunos deverão andar em grupo e/ou acompanhados de familiares ou encarregados de educação. A PSP tenta intervir nas causas deste tipo de crimes, ao nível das acções de sensibilização nas escolas e apostando na visibilidade junto dos estabelecimentos de ensino.

Furtos

Os furtos a pessoas constituem um tipo de ocorrência oportunista, praticada predominantemente no interior dos estabelecimentos de ensino. A PSP intervém nas causas deste tipo de crimes, ao nível das acções de

sensibilização nas escolas, prevenindo comportamentos de risco dos alunos e restantes membros da comunidade escolar.

Roubos

Os roubos são uma prática que afecta sobretudo os alunos, verificando-se em grande parte nas imediações dos estabelecimentos de ensino e nos percursos casa/escola. Os períodos mais propensos a esta actividade são as tardes, principalmente à saída das actividades escolares. Os autores actuam frequentemente em grupo e visam sobretudo alunos de idades compreendidas entre os 11 e os 15 anos. Tornou-se o tipo de ocorrência com maior expressividade estatística, quer pelo número total de ocorrências, quer pelos consecutivos aumentos percentuais significativos em cada ano lectivo. Nos últimos dois anos lectivos registou-se uma diminuição sustentada deste tipo de crimes nas áreas escolares.

Posse/consumo de estupefacientes

A posse/consumo de estupefacientes é um tipo de ocorrência que muito tem preocupado a PSP, pelo que tanto as equipas do programa "Escola Segura" como as equipas de investigação criminal efectuam frequentes acções de prevenção, de dissuasão e de investigação deste tipo de delitos nas áreas escolares.
Destas acções tem resultado um número significativo de apreensões de produto estupefaciente e identificações de estudantes ou outros indivíduos consumidores ou traficantes de estupefacientes. Em 86,8% das ocorrências, a droga apreendida é haxixe (59 casos) (cerca de 209,3g), em 1,5% é o ecstasy e em 11,8% das situações trata-se de produto indeterminado (cerca de 15,5g). Neste aspecto, a PSP tem apostado na colaboração com os conselhos executivos, desenvolvendo acções de sensibilização junto dos estudantes, com vista a mostrar-lhes os efeitos nocivos do consumo de álcool e estupefacientes.

Posse/uso de arma

Quanto às ocorrências de posse/uso de arma, há a referir que em 76,6% dos casos envolvem a utilização ou posse de armas brancas (geralmente facas ou canivetes), em 19,9% das situações não é possível verificar de que tipo de armas se trata (a este respeito refira-se que muitas vezes se trata de simulação de posse de armas) e em 6,5% das ocorrências (apenas 3 casos) verificou-se tratarem-se de armas de fogo adaptadas. As armas de fogo são raras, embora

as simulações de armas de fogo, as pistolas de mola ou pressão de ar ou armas brancas sejam mais frequentes.

Ameaças de bomba

As ameaças de bomba são ocorrências de difícil prevenção e controlo policial, exigindo uma avaliação rigorosa da situação e posterior actuação policial que privilegie o menor grau possível de perturbação das actividades escolares. O aumento verificado no ano lectivo de 2001/2002 teve que ver com a conjuntura internacional aproveitada pelos autores deste tipo de práticas. No ano lectivo de 2002/2003, registou-se uma diminuição significativa dos casos de ameaça de bomba, tendo-se mantido esta tendência de diminuição no ano lectivo de 2003/2004.

Operações Especiais

No período entre 16 de Setembro e 29 de Outubro de 2004, decorreu em todo o território nacional, na área de responsabilidade da PSP, *a Operação de Segurança e Prevenção "Escola Segura 2004/2005"*, que conjugou uma vertente eminentemente preventiva e pedagógica, consubstanciada na execução de acções de sensibilização pela PSP em parceria com as escolas e autarquias locais, com uma vertente fiscalizadora e dissuasora do cometimento de ilícitos criminais, infracções ao Código de Estrada e ainda à legislação relacionada com o licenciamento e regulação da actividade de estabelecimentos de restauração e de bebidas, situados junto às áreas escolares. O objectivo principal foi garantir a consolidação de um sentimento de segurança nas áreas escolares na área de responsabilidade da PSP.

Salienta-se que estiveram presentes nestas acções desenvolvidas em todo o país, na área sob responsabilidade da PSP, 36.021 alunos, 1.475 professores, 8.116 pais/encarregados de educação e 915 agentes policiais. Estas acções foram direccionadas para a prevenção rodoviária, prevenção de comportamentos de risco, conselhos de prevenção criminal e prevenção da toxicodependência.

Os resultados finais desta Operação foram os seguintes:

Acções de sensibilização/formação/demonstrações/exercícios de prevenção desenvolvidas em colaboração com as escolas e autarquias:				
	N.º de Alunos	**N.º de Professores**	**N.º de Pais**	**N.º de efectivos Policiais Envolvidos**
AVEIRO	5871	187	460	36
BEJA	170	19	160	8
BRAGA	250	35	-	39
BRAGANÇA	435	33	118	6
CASTELO BRANCO	363	15	-	8
COIMBRA	1975	97	196	46
ÉVORA	379	27	149	4
FARO	387	28	100	33
GUARDA	160	12	-	5
LEIRIA	585	30	105	30
LISBOA	5010	278	536	137
PORTALEGRE	531	20	412	76
PORTO	8594	349	1708	290
SANTARÉM	5704	78	3568	30
SETÚBAL	2188	59	18	44
VIANA DO CASTELO	637	-	-	25
VILA REAL	200	19	116	14
VISEU	335	17		12
MADEIRA	1632	89	197	48
AÇORES	615	83	273	24
TOTAL	36.021	1.475	8.116	915

Foram detidos um total de 49 indivíduos, registados 116 ilícitos criminais e apreendidas 290 doses de cocaína, 144 doses de heroína, 77 doses de haxixe, 75 doses de liamba, 3 viaturas, 1 ciclomotor, 1 aparelhagem, 1 telemóvel e 5 armas brancas.

Ocorrências criminais, detenções e apreensões efectuadas durante esta Operação		
TOTAL	N.º de Detidos	Ilícitos Criminais Registados
	49	116

Fiscalização Rodoviária

No âmbito da fiscalização rodoviária, foram detectadas um total de 2.501 contra-ordenações ao Código de Estrada nas áreas escolares, salientando-se, entre outros, os seguintes resultados: 857 autos por contra-ordenação por condução sem cinto de segurança, 225 autos por contra-ordenação por ausência de sistema de retenção para menores de 12 anos, 43 autos por

contra-ordenação por menores no banco da frente, 60 por desrespeito à sinalização semafórica e 34 por condução com utilização de telemóvel.

Fiscalização de Estabelecimentos de Restauração e de Bebidas

Neste capítulo e dado que a actividade desregulada destes estabelecimentos situados nas áreas escolares pode tornar-se potencialmente perturbadora do rendimento escolar de crianças e jovens, bem como colidir com os processos de ensino e de aprendizagem, a PSP considerou importante alargar a sua acção de fiscalização a este tipo de estabelecimentos.

Foram detectadas diversas infracções em estabelecimentos de restauração e de bebidas situados nas áreas escolares, salientando-se, designadamente, as seguintes: 19 infracções por falta de dístico de proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores de 16 anos, 17 infracções por funcionamento fora do horário limite autorizado, 7 infracções por falta de livro de reclamações e 5 por falta de afixação de lotação.

B) IDOSOS EM SEGURANÇA

No ano de 2004, a acção da PSP junto da população idosa assentou, essencialmente, numa vertente preventiva, através da realização de várias acções de sensibilização, transmitindo-lhes alguns conselhos de segurança, a fim de aumentar o sentimento de segurança, estabelecer uma relação de empatia e confiança entre a Polícia e os idosos, e facilitar contactos com entidades diversas em caso de necessidade de apoio social, médico e outros.

O estabelecimento de parcerias formais e informais entre a PSP e as autarquias, entidades de apoio social, entidades de saúde e instituições particulares tem-se revelado fundamental.

A acção policial de carácter preventivo no âmbito do Programa “Idosos em Segurança” envolve também visitas domiciliárias com acompanhamento a idosos, durante as suas deslocações de maior risco, designadamente às instituições bancárias, bem como o reforço do policiamento nas áreas maioritariamente habitadas e frequentadas por idosos.

No Comando Metropolitano de Lisboa, tem sido mantido ao longo dos anos o chamado “giro do idoso” em áreas residenciais cuja população é maioritariamente idosa (sobretudo nos bairros históricos da cidade de Lisboa), tendo em vista detectar situações de risco ou carência social,

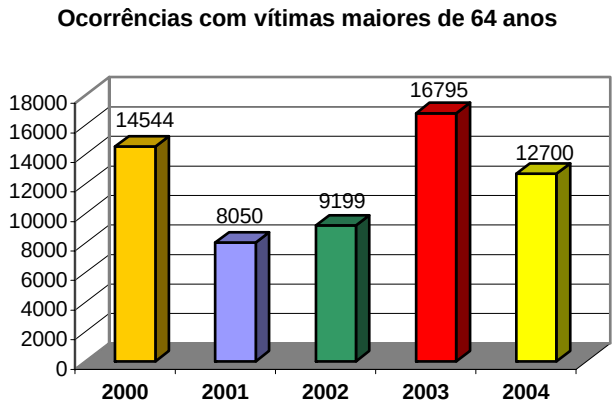
económica, o encaminhamento dos idosos para instituições de apoio social, e o desenvolvimento de acções de sensibilização junto destes cidadãos.

Salientam-se ainda as acções de formação realizadas a técnicos que prestam serviço junto dos idosos, designadamente aos voluntários da Associação "Coração Amarelo", Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos que tem como objectivo principal a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas e/ou dependentes, através do desenvolvimento da solidariedade e cooperação sócio-familiar e comunitária.

Importa referir o Protocolo de cooperação celebrado em 20 de Abril de 2004, entre o Comando Equiparado de Ponta Delgada e a Câmara Municipal de Ponta Delgada, para o desenvolvimento do Projecto "Idosos Saudáveis – Crianças Seguras", no sentido de valorizar as competências das pessoas idosas, enquanto membros activos da comunidade na qual estão integrados.

Em Maio de 2004, a Esquadra de São João da Madeira (Comando de Polícia de Aveiro) editou um livro para idosos intitulado "Olhos Abertos", estabelecendo para o efeito uma parceria com uma psicóloga e um pintor plástico Sanjoanense, no sentido de contribuir para a formação e informação em matéria de segurança.

O número de vítimas com idade superior a 64 anos diminuiu substancialmente entre os anos de 2003 e 2004. (cerca de 15%)



C) APOIO ÀS VÍTIMAS DE CRIME

Para que seja prestado um atendimento adequado às vítimas de crime, importa dotar as Esquadras da PSP com equipamento apropriado, bem como a criação de uma rede nacional de salas de atendimento às vítimas de crime. Neste sentido, foi apresentada uma proposta em 2004 para a criação de mecanismos mais eficazes de apoio e acompanhamento das vítimas de crime nas subunidades policiais e o alargamento da rede de salas de apoio e atendimento de vítimas de crime nas subunidades da PSP em todo o País.

Actualmente, existem no dispositivo da PSP 34 salas de atendimento às vítimas de crime (entenda-se crimes sexuais, violência doméstica, maus tratos a crianças e outros), no entanto, encontra-se prevista a distribuição de 110

conjuntos de mobiliário para equipar novas salas de atendimento. O concurso para aquisição do equipamento está a ser coordenado pelo GEPI/MAI.

D) VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No âmbito do II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2003-2006)*, a PSP integra o Grupo de Trabalho Justiça e Segurança, constituído por representantes do Ministério da Justiça, Ministério da Administração Interna, Procuradoria Geral da República, Conselho Superior de Magistratura, Centro de Estudos Judiciários, Departamento de Investigação e Acção Penal, Ordem dos Advogados, PSP e GNR.

Durante o ano de 2004 foram desenvolvidas várias actividades, a fim de dar resposta às medidas previstas no referido Plano. Salientam-se as seguintes:

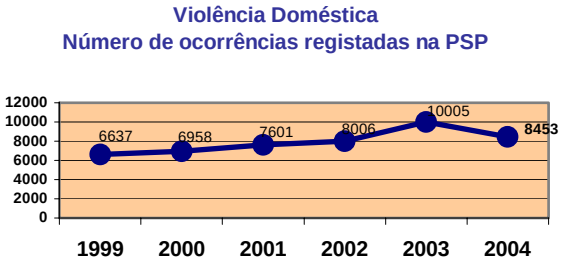
- concepção e estruturação de um programa de formação sobre a problemática da Violência Doméstica, dirigido a polícias e magistrados, o qual ainda não foi implementado no dispositivo da PSP.
- concepção de um modelo de Auto de Notícia Padronizado, a ser utilizado pelas duas Forças de Segurança, a fim de uniformizar procedimentos na recolha de informação e, consequentemente, contribuir para uma rápida e eficaz tomada de decisão judicial. Sobre esta matéria, foi apresentada uma proposta, na PSP, no sentido de implementação do referido Auto ser feita no âmbito do SEI, a fim de optimizar o registo e tratamento dos dados.

Durante o ano de 2005, prevê-se que seja ministrada formação aos elementos da PSP, em conformidade com o Plano de Formação para 2005, do Departamento de Formação da Direcção Nacional, a fim de melhorar o atendimento às vítimas de crime de Violência Doméstica e dotar os elementos policiais de conhecimentos, de forma a prevenir e combater esta problemática.

A PSP celebrou com a Câmara Municipal de Cascais um Protocolo de Cooperação do Fórum Municipal da Violência Doméstica. São parceiros deste Protocolo, entre outros: a Santa Casa da Misericórdia de Cascais, o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social – Serviço Local de Cascais, Centro de Saúde de Cascais, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Cascais.

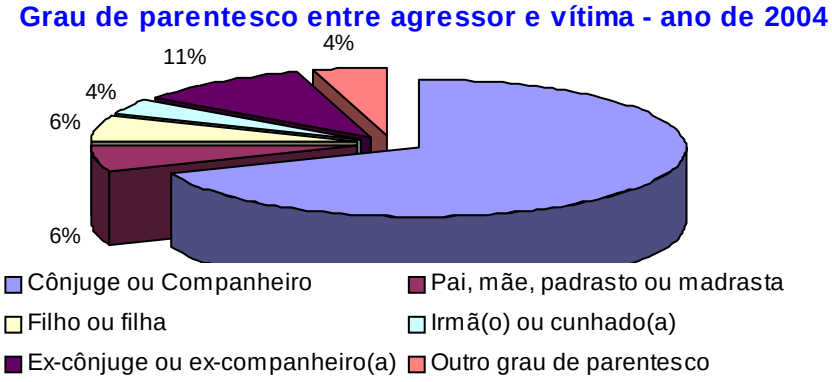
O Fórum Municipal de Violência Doméstica de Cascais traduz-se no desenvolvimento de actividades e projectos no domínio da formação de recursos humanos, da sensibilização da opinião pública local e de grupos específicos, da prevenção da violência doméstica, entre outros.

No que diz respeito aos dados estatísticos acerca desta temática, salienta-se que relativamente ao ano anterior, houve uma diminuição de 15% no número de ocorrências registadas nas Esquadras da PSP, conforme se verifica no gráfico:



Número de Denúncias por Comando 2004

Relativamente às ocorrências de violência doméstica registadas em 2004 em cada Comando da PSP, salientam-se os Comandos Metropolitanos do Porto e de Lisboa, que representam, respectivamente, 22% e 21% do total de denúncias.



A violência contra cônjuge ou companheiro é a mais frequente, constituindo 69% das denúncias, seguindo-se contra ex-cônjuge ou companheiro com 11%.

No que diz respeito ao sexo das vítimas de violência doméstica, verifica-se que em 2003 e 2004, a percentagem de vítimas femininas foi de 85% do total, 15% do sexo masculino.

Quanto à idade das vítimas, verificou-se em 2003 e 2004 que a maioria destas se concentram no escalão etário entre os 25 e os 64 anos.

F) COMÉRCIO SEGURO

Em 2004, a PSP continuou a adoptar uma acção policial de carácter preventivo.

A prevenção da criminalidade naquele sector é levada a efeito através de um reforço do policiamento nas áreas comerciais, de um contacto mais próximo e

personalizado entre os agentes e os comerciantes, e da consciencialização para a tomada de medidas e procedimentos de segurança.

Relativamente à evolução da criminalidade, no ano de 2004 verifica-se uma diminuição no número de furtos em estabelecimentos comerciais (-41,7%) e em supermercados (-10,9%), relativamente ao ano anterior.

CRIME	2002	2003	2004
Furto em estabelecimento comerciais	1562	1574	917
Furto em supermercados	9053	8531	7606
TOTAL	10615	10105	8523

Acções externas de carácter formativo e preventivo e protocolos de parceria entre a PSP e entidades locais

Durante o ano de 2004, foram celebrados 24 protocolos entre a PSP e entidades externas (públicas e privadas). Para além dos Protocolos mencionados no âmbito dos Programas Especiais e Violência Doméstica, salientam-se os seguintes:

- Em 09 de Outubro de 2004, foi celebrado um protocolo de colaboração entre o COMETPOR e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, visando a realização de um estágio que integra três alunos da licenciatura em Ciências da Educação.
- Em 30 de Dezembro de 2004, foi celebrado protocolo entre o COMETPOR e a Universidade Moderna do Porto, com vista à realização de um estágio de Psicopedagogia Curativa, que integra uma aluna do referido curso e decorre durante o ano lectivo 2004/2005.
- No ano de 2004, a PSP de Aveiro celebrou protocolo no âmbito da Prevenção Primária das Toxicodependências e outros comportamentos desviantes (Plano Municipal de Prevenção), com a Câmara Municipal de Aveiro, IDT, escolas do ensino básico e secundário e IPSS's. Foram desenvolvidas palestras e acções de sensibilização nas salas de aula, conjuntamente com técnicos especializados.
- Parceria estabelecida entre o Comando de Polícia de Beja e a Câmara Municipal de Beja, para o desenvolvimento de um projecto de prevenção da criminalidade, sobretudo da delinquência juvenil, através da ocupação de tempos livres, lazer e orientação vocacional, dirigido aos jovens provindos de contextos sócio-económicos mais desfavorecidos e problemáticos.

- Em 01 de Julho de 2004, o Comando de Polícia de Évora assinou um Protocolo com o Instituto de Solidariedade e Segurança Social – Centro Distrital de Évora, designado por "Linha Nacional de Emergência Social", no âmbito do Plano Nacional de Acção para a Inclusão, com o objectivo de promover respostas específicas e imediatas a favor de grupos sociais mais vulneráveis.
- O Comando Regional da Madeira celebrou protocolo de colaboração, em 13 de Outubro de 2004, com o Governo Regional da Madeira, através da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, no âmbito do regime jurídico aplicável ao consumo ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Actividades das Unidades Especiais

A PSP compreende Unidades Especiais com elevados níveis de preparação para actuação nos mais complexos cenários urbanos, cada uma delas especializada numa valência específica na vertente da segurança interna. Existe, pois, o Corpo de Intervenção, o Grupo de Operações Especiais, o Corpo de Segurança Pessoal e o Centro de Inactivação de Engenhos Explosivos e Segurança em Subsolo.

A) CORPO DE INTERVENÇÃO

Durante o ano transacto, o Corpo de Intervenção (CI) efectuou um total de 3035 intervenções, representando um aumento de 32.4% relativamente ao ano anterior. Verificou-se um aumento substancial nas intervenções efectuadas em manifestações desportivas, em muito acrescidas pela realização da fase final do campeonato europeu de futebol em Portugal – UEFA EURO 2004™. Destaque-se ainda um significativo acréscimo das intervenções várias – de que foi exemplo o evento *Rock in Rio - Lisboa* que são abrangidas no item "outras situações", demonstrativo da mais valia que representa este recurso operacional.

	2004		2003	
CORPO DE INTERVENÇÃO	Nº de intervenções	Nº de Agentes	Nº de intervençõ	Nº de Agentes utilizados
Manifestações desportivas	112	7024	47	2003
Alterações de ordem pública	21	584	24	35
Segurança a aeroportos	507	5102	555	11592
Outras situações	2395	29825	1416	22261
TOTAL	3035	42535	2053	36972

Os aumentos verificados representam um notório acréscimo da actividade operacional daquela unidade especial, que conta agora com destacamentos no Porto e em Faro. Esta descentralização de meios traduziu-se numa diferente focalização dos objectivos pré-definidos, permitindo uma mais racional utilização dos recursos à disposição desta unidade.

B) GRUPO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

O Grupo de Operações Especiais (GOE) apresentou, no ano de 2004, um ligeiro aumento do número de missões, mas um significativo acréscimo no que respeita aos dias passados em missão, cifrado em 13.2%. Realce-se pois o crescente emprego dos meios humanos e técnicos em reforço da segurança pessoal a altas entidades e intervenções realizadas com atiradores especiais, sobretudo durante o evento desportivo UEFA EURO 2004™.

	2004			2003		
GRUPO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	Nº de missões	Total de dias de missões	Nº de agente utilizados	Nº de missões	Total de dias de missões	Nº de agentes utilizados
Combate ao terrorismo	0	0	0	0	0	0
Combate à criminalidade (excepto terrorismo)	20	22	254	11	21	191
Segurança pessoal a A.E.	0	0	0	25	79	678
Segurança a instalações (Embaixadas e outras)	24	744	6678	17	468	1921
Acções de auxílio a outras forças ou serviços de segurança	17	175	1618	24	202	2064
Atiradores especiais	18	106	2154	10	19	229
Instrução a outras Forças ou Serviços de Segurança	6	33	150	0	0	0
Outras actuações	42	1232	2119	37	987	1399
TOTAL	127	2312	12973	124	1776	6482

O empenhamento do GOE nas acções referidas no parágrafo anterior, para além de ter por objectivo atingir índices mais elevados de profissionalismo na actuação policial, revela-se importante na diminuição de potenciais riscos para a vida ou integridade física do dispositivo empenhado em cada uma das operações.

Exercícios

Para além das missões anteriormente referidas, há ainda a assinalar a realização de diversos exercícios operacionais, com destaque para dois deles: um decorrido entre 5 e 6 de Abril, no aeroporto de Lisboa, que constou de um "sequestro em avião" e no qual participou um (1) Superintendente, um (1) Subintendente, quatro (4) Subcomissários, doze (12) Chefes e quarenta (40) Agentes; o segundo, decorrido entre 23 e 24 de Maio, no Metropolitano de Lisboa, que esteve inserido num conjunto mais vasto de acções para a preparação do UEFA EURO 2004™ e no qual participou um (1) Superintendente, um (1) Subintendente, quatro (4) Subcomissários, dez (10) Chefes e trinta (30) Agentes.

Foi igualmente nesta unidade especial atribuída uma especial atenção no que respeita ao estabelecimento de prioridades de actuação, tendo em conta a missão para a qual está directamente vocacionada, em ordem a obter uma optimização de recursos.

C) CORPO DE SEGURANÇA PESSOAL

O Corpo de Segurança Pessoal (CSP) apresentou um significativo aumento do número de Altas Entidades (A.E.) a quem assegurou protecção durante o ano de 2004, relativamente aos valores de 2003, passando de 535 para 949, ou seja mais 43.7%.

	2004		2003	
CORPO DE SEGURANÇA PESSOAL	Nº de Altas entidades	Nº de Agentes utilizados	Nº de Altas entidades	Nº de Agentes utilizados
Alta E. com segurança pessoal permanente	440	1528	317	1037
Alta E. com segurança pessoal temporária	509	1555	218	809
TOTAL	949	3083	535	1846

Em muito devido ao EURO 2004, ocorreu um aumento substancial das Altas entidades a serem objecto de segurança pessoal prestada pelo CSP, sendo certo que este tipo de missão, estando normalmente dependente de factores exógenos à PSP, apresenta grandes variações em função do número e importância das entidades que visitam o nosso país.

A tudo isto deve ser acrescido o facto de se ter dado continuidade às actividades de fiscalização de testes às empresas de segurança privada na vertente de protecção de pessoas (segurança pessoal privada). Apesar de não se tratar de missão principal desta unidade especial, envolve o empenho de

recursos humanos, fundamentalmente ao nível de Oficiais, requerendo destes um esforço suplementar de enquadramento operacional.

Mais recentemente, e tendo em conta o aumento de visibilidade dos casos que neste momento estão a ser tratados em sede judicial, mantém-se a política implementada relativa aos dispositivos de segurança pessoal a diversos magistrados.

D) CENTRO DE INACTIVAÇÃO DE ENGENHOS EXPLOSIVOS E SEGURANÇA EM SUBSOLO

O Centro de Inactivação de Engenhos Explosivos e Segurança em Subsolo conta com um efectivo total, a nível nacional, de 72 elementos, distribuídos pelas Equipas de Inactivação de Explosivos e Segurança em Subsolo de Braga, Mirandela, Porto, Viseu, Covilhã, Figueira da Foz, Fátima, Lisboa, Aeroporto de Lisboa, Setúbal, Évora, Faro e CIEXSS.

Ao CIEXSS cumpre, a nível nacional, coordenar toda a actividade de inactivação de explosivos e de segurança em subsolo, compilar e actualizar informação, bem como ministrar cursos de formação inicial e de actualização aos seus técnicos. Sedeado na Quinta das Águas Livres, em Belas, e dependente do Departamento de Operações da Direcção Nacional da PSP, conta com um efectivo actual de oito elementos e desenvolveu em 2004, entre outras de menor relevo, as seguintes actividades:

Actividade operacional

- *Fase Final da Champions League* – Fevereiro - coordenou e reforçou a segurança integral no jogo entre F.C. Porto e Manchester United;

- *Transição da base da NATO, de RHQ Southlant para JHQ Lisbon* – Março – coordenou e executou segurança integral nas instalações;

- *Visita de S. Exª. o Primeiro-Ministro Britânico, Tony Blair* – coordenou e executou segurança integral durante a visita a Portugal, juntamente com as EIEXSS de Lisboa e Aeroporto;

- *Cerimónias de 13 Maio em Fátima* – reforçou a EIEXSS local, por forma a garantir a segurança integral na realização das cerimónias;

- *Euro'2004* – Maio, Junho e Julho – participou na planificação e preparação da segurança do evento, coordenou a actividade das EIEXSS a nível nacional e reforçou com o seu efectivo as EIEXSS locais, de forma volante, marcando presença em todos os jogos e estádios da área de responsabilidade da PSP,

realizando previamente buscas de segurança contra a aposição de engenhos explosivos, bem como buscas a viaturas nos dias dos jogos;

- *Rock'in Rio* – Maio e Junho – esteve presente, coordenando a intervenção e em reforço da EIEXSS de Lisboa, realizando previamente buscas de segurança mantendo uma equipa de prevenção ao evento;

- *Cerimónias de Comemoração do Dia de Portugal*, em Bragança – Junho – esteve presente com uma Equipa de Segurança em Subsolo que coordenou as intervenções no local e reforçou a EIEXSS local assegurando desta forma a segurança integral do evento;

- *Visita de S. Exª. o Presidente da Federação Russa, Vladimir Putin* – coordenou e executou a segurança integral durante a visita a Portugal, juntamente com as EIEXSS de Lisboa e Aeroporto.

Actividade de Formação

- *Curso de Busca e Detecção de Explosivos* – ministrado a elementos da PSP e dos Serviços Prisionais em Janeiro, Fevereiro e Dezembro;

- *Curso de Manuseamento de Explosivos* - ministrado a elementos do GOE em Fevereiro e Março;

- *Fórum de Emergência IV* – Maio – Participação activa (Prelecção sobre o tema *Explosivos e Matérias Perigosas em Locais Públicos*) no Fórum, realizado no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro;

- *Curso de Segurança e Subsolo* – ministrado a elementos da Polícia de Segurança Pública de Macau em Outubro e Novembro;

- *Avaliação e Actualização das EIEXSS a nível nacional* - através da criação de *incidentes reais* (exercícios práticos) onde, além dos técnicos de inactivação, é envolvido todo o dispositivo policial, sendo posteriormente dadas indicações no sentido de optimizar procedimentos de actuação da PSP num cenário com engenhos explosivos.

Cursos Frequentados

- *Seminário Internacional "Controlo de Distúrbios Civis em Grandes Eventos Desportivos"* – Maio;

- *Participação no Grupo de Trabalho Internacional "Vehicle Borne Improvised Explosive"* – Maio – em Washington DC, EUA;

- *Acção de Formação em RBQ no Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial* – Maio e Junho;

- *Curso de Técnicas de Tiro em Subsolo* – Setembro;

- *Curso de Planeamento Civil de Emergência* – Novembro;

- *Jornadas de Actualização Tedax* – Madrid – Dezembro.

Detenções

No ano de 2004, verificou-se um decréscimo de 4,2% no número global de detenções efectuadas pelos elementos da PSP, relativamente ao ano de 2003.

Retomou-se, desta forma, a tendência estável verificada nos anos de 2000 e 2001, que apenas foi contrariada pela subida no ano de 2002, fundamentalmente devido ao decréscimo do número de detenções por cumprimento de mandados de detenção ou captura.

Ano	Crimes c/ pessoas	Crimes c/ património	Crimes c/ Estado	Crimes c/ a vida em sociedade	Crimes previstos em legis. avulsa	Mandados de captura	Total de detenções
2000	660	4180	1363	5809	10748	12546	35.306
2001	847	4602	1429	6378	9630	10922	33.808
2002	922	4265	1633	6378	8869	14572	36.639
2003	859	3875	1772	6927	8765	12178	34.376
2004	794	3138	1866	6366	8243	12512	32.919
Difª 2004-2003	**-65**	**-737**	**94**	**-561**	**-522**	**334**	**-1.457**

Quando analisadas as causas das detenções, verifica-se que decresceram os números relativos a detenções efectuadas por crimes previstos em legislação avulsa (- 5,96%), a detenções por crimes contra o património (-19,2%), por crimes contra as pessoas (- 7,57%) e de crimes contra a vida em sociedade (-8,10%). Por sua vez, aumentaram as detenções no seguimento do cumprimento de mandados de detenção (+2,74%) e as relativas à prática de crimes contra o Estado (+5,30%).

A título meramente indicativo, salienta-se que a PSP registou, em média, durante o ano de 2004, mais de 91 detenções por dia, o que corresponde a aproximadamente uma detenção em cada 15 minutos.

Apreensão e Recuperação de Veículos

No período em análise, verificou-se um aumento do coeficiente de viaturas recuperadas pela PSP (+1,4%) no seguimento de um aumento que já no ano anterior se verificava em 0,4%, e em contraste com os números conjuntos de outras entidades, que evidenciam uma diminuição das viaturas recuperadas (-

17,5%). Dada a diminuição do número de viaturas furtadas em relação ao ano de 2003 (-7,9%), a taxa global de recuperação de viaturas cifrou-se em cerca de 72,2%, 3,7% acima da média do ano de 2003.

Viaturas recuperados	2004	2003	Dif. (%)
Pela PSP	9339	9206	1.4%
Por outros	2311	2801	-17.5%
Total de recuperadas	11650	12007	-3.0%
Viaturas furtadas	16145	17527	-7.9%
Taxa aproximada de recuperação	72.2%	68.5%	+ 68.5%

INFORMAÇÕES

Conclusões Gerais

Em 2004, a criminalidade global registou uma diminuição, a qual constitui o primeiro decréscimo da criminalidade participada desde 1998, confirmando a tendência de contenção do crime registada desde há cinco anos a esta parte.

Para a diminuição da criminalidade global em 2004 contribuiu, de forma decisiva, o significativo decréscimo verificado nos crimes de *furto no interior de veículo; ofensas corporais voluntárias simples*; *outros danos; maus tratos ou sobrecarga de menores*, *incapaz ou do cônjuge*; e *furto qualificado em edifício comercial;* contrabalançado com alguns aumentos registadas noutros crimes, dos quais se destaca o *roubo na via pública.*

Análise Estatística Detalhada

CRIMINALIDADE GRUPAL

A criminalidade grupal, compreendendo o conjunto de crimes praticados por grupos de 3 ou mais indivíduos, registou em 2004 um agravamento de 3,9%, situando-se a TMEA nos 6,4% (últimos 5 anos). Relativamente ao ano de 2003, o fenómeno da criminalidade grupal registou, em 2004, uma variação absoluta de +197 ocorrências, totalizando 5.266 crimes praticados em contexto grupal, nos quais foram intervenientes 21.310 indivíduos (-1.033 que no ano anterior).

Embora se encontre fortemente localizado em Lisboa (60% dos casos, com +78 ocorrências), no Porto (22,5% dos casos, registando a diminuição global

mais relevante global, de -132 casos) e em Setúbal (7,6%, com +166 casos), este fenómeno apresenta índices de crescimento significativos em outras zonas, em especial Coimbra (de 12 para 64 casos), Faro (de 33 para 71 casos), Santarém (de 36 para 70 casos) e Leiria (de 44 para 63 casos).

De acordo com os valores registados em 2004, predominam os incidentes envolvendo indivíduos de origem caucasiana (53%) e negróide (40%), sendo os de etnia cigana e os de outras origens/ etnias os menos representativos (respectivamente com pesos relativos de 4% e de 3%). Os incidentes envolvendo indivíduos caucasóides registam, contudo, uma diminuição face a 2003 (-102 casos); pelo contrário, os incidentes envolvendo indivíduos negróides evidenciam nova tendência de crescimento, com +305 ocorrências em 2004. Os incidentes envolvendo indivíduos de etnia cigana diminuíram 12% em 2004 (-32 casos) e, finalmente, no subgrupo "outros" registou-se um aumento de 21% (+29 casos).

Tradicionalmente características dos grandes centros urbanos, como Lisboa, Porto, Setúbal e Braga, as situações envolvendo caucasianos têm vindo a disseminar-se um pouco por todo o país, destacando-se, em especial, os distritos de Coimbra, Leiria, Santarém, Évora e Bragança.

No grupo dos suspeitos caucasianos, é de destacar a criminalidade grupal emergente praticada por indivíduos oriundos do Leste europeu, os quais tendem a uma cada vez maior capacidade organizativa.

Do mesmo modo, é de considerar o aumento verificado no grupo "outras (origens/etnias)", constituindo um alerta relativamente às comunidades asiáticas existentes em Portugal, tradicionalmente caracterizadas pela sua organização gregária e cultura de alguma estanquicidade e isolacionismo social relativamente à restante população e que tendem agora a assumir maior protagonismo no contexto criminal global.

Embora não podendo ser objectivamente determinado o valor das "cifras negras", os dados empíricos indicam a existência de um elevado número de incidentes que não são denunciados à Polícia, muitos dos quais envolvendo grupos de jovens delinquentes.

DELINQUÊNCIA JUVENIL

A delinquência juvenil diz respeito aos ilícitos do foro criminal praticados por menores de 16 anos. Retomando a tendência de desagravamento verificada em anos anteriores (apenas contrariada em 2003), este fenómeno registou em

2004 uma variação absoluta de -400 ocorrências (de 3.179 para 2.779 casos), a que corresponde uma diminuição de 12.6%.

A delinquência juvenil em 2003 apresenta uma incidência geográfica de 30.5% em Lisboa (847 ocorrências), 29.8% no Porto (828 casos) e 14% em Setúbal (396 casos), representando os restantes comandos 25% do total de ocorrências.

A diminuição global registada em 2004 deve-se, fundamentalmente, às variações absolutas verificadas em Setúbal (-185 ocorrências), Lisboa (-84 ocorrências), Madeira (-72) e Braga (-49). Contudo, este tipo de ilícitos apresenta aumentos significativos em Coimbra (de 44 para 106 casos) e em Ponta Delgada (de 39 para 92 casos).

O grupo dos crimes contra o património, o mais representativo, com um peso relativo de 78% (77% em 2003), apresenta um decréscimo de 12%, passando de 2.452 ocorrências em 2003 para 2.166 em 2004. Embora se tenham verificado diminuições significativas em alguns tipos de ilícitos, das quais se destacam os *furtos no interior de veículo* (-88 casos), os *roubos na via pública* (-73 casos) e *outros danos* (-89 casos), são de referir os acréscimos registados nos *furtos por esticão* (+104 casos) e *furto em supermercado* (+22).

O grupo dos crimes contra as pessoas, que representa 16% do total de ilícitos praticados por menores de 16 anos, regista uma diminuição de 8,5%, passando de 495 ocorrências em 2003 para 453 em 2004, fundamentalmente devido à variação no crime de *ofensas à integridade física simples* (-66 casos).

Os ilícitos contra a vida em sociedade praticados por menores de 16 anos sofreram, no seu conjunto, uma diminuição de 36%, passando de 69 ocorrências em 2003 para 44 em 2004. Para a diminuição verificada neste grupo de crimes contribuiu, essencialmente, o decréscimo registado no crime de *detenção ou tráfico de armas proibidas* (-21 casos).

O grupo dos crimes contra o Estado registou, em 2004, uma diminuição de 64%, passando de 22 ocorrências verificadas em 2003 para apenas 8 em 2004, resultante do decréscimo no ilícito de *resistência e coacção sobre funcionário* (-10 ocorrências).

Finalmente, os ilícitos previstos em legislação avulsa registaram uma diminuição de 23%, passando de 141 ocorrências em 2003 para 108 em 2004. Para o decréscimo verificado neste grupo salienta-se a variação registada no *crime de condução sem habilitação legal* (-27 ocorrências).

ESTRANGEIROS

Vítimas de crimes

O número de estrangeiros vítimas de crimes aumentou 98%, passando de 5.822 casos em 2003 para 11.546 em 2004. O maior acréscimo verificou-se em Lisboa (+4.932 casos, que representa 80% do total de crimes registados), seguindo-se o Porto (+464 casos), Leiria (+128 casos) e Santarém (+109 casos). Entre os tipos de crime mais praticados contra estrangeiros destacam-se os furtos por carteirista (31% do total, registando um aumento de 1.992 ocorrências), furto no interior de veículo (20% do total, com +1.206 casos) e outros furtos (29% do total, com +1.882 casos).

Detidos pela prática de crimes

O número de estrangeiros detidos pela prática de crimes (excepto permanência ilegal) aumentou 28%, com um total de 686 detenções em 2004 (537 em 2003). São de destacar as variações verificadas em Lisboa (+78 casos) e na Madeira (+35). Setúbal e Lisboa são os distritos que detêm maior peso relativo, respectivamente, com 25% e 22% do total, seguindo-se Faro, Leiria e a Madeira (todos com 9%).

Caracterização Particular

A) FURTO/ ROUBO/ EXTRAVIO DE ARMAS

O número de armas de fogo furtadas/ roubadas ou extraviadas, que apresenta uma TMEA de 9.4% (últimos 6 anos), registou, em 2004, um aumento de 17% (+121 casos) face ao ano anterior, totalizando 823 ocorrências.

O distrito de Lisboa registou o maior aumento (+96 casos), seguindo-se Faro (+23 casos) e Castelo Branco (+19.). Inversamente, Coimbra e Viana do Castelo apresentam as diminuições mais significativas (ambos com –14 casos).

Do total de armas furtadas/ roubadas/ extraviadas, 46% dizem respeito a armas de defesa e 54% a armas de caça, sendo as TMEA destes dois tipos de armas, respectivamente, de 4.6% e de 16.7% (últimos 6 anos).

Armas de defesa

As situações de furto/roubo/extravio de armas de defesa registam um aumento de 36% (de 280 casos em 2003 para 381 em 2004). Na distribuição geográfica referente ao furto/ roubo/ extravio de armas de defesa, destacam-se os distritos de Lisboa (35%) e do Porto (29%), que detêm maior peso relativo, no primeiro

caso apresentando um significativo aumento de 94% (+64 casos) e, no segundo, uma diminuição de 8% (-9 casos). Outras variações relevantes verificaram-se em Faro (de 7 para 25 casos), Aveiro (de 6 para 20 casos), Braga (de 6 para 12 casos) e Castelo Branco (de 2 para 7 casos).

Armas de caça

As situações de furto/ roubo/ extravio de armas de caça registam um aumento de 5% (+20 casos), apresentando Lisboa a maior variação positiva (+32 casos), seguindo-se Castelo Branco (+14 casos). Os distritos do Porto e Santarém (com pesos relativos de 21% e 22%) continuam a ser os mais representativos.

B) DETENÇÃO/ TRÁFICO DE ARMAS PROIBIDAS

O crime de detenção/ tráfico de armas proibidas[1] registou um aumento de 7% (passando de 537 casos em 2003 para 573 em 2004), apresentando uma TMEA de 11.1% (últimos 6 anos). O distrito do Porto concentra 48% do total de casos, registando o maior aumento absoluto, com +58 casos, seguindo-se Lisboa (35% do total e um aumento de 14 casos).

C) TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES

O número de situações de tráfico de droga detectadas pela PSP em 2004 foi de 1.742 casos, que correspondem a uma ligeira diminuição de -5 casos (nula em termos percentuais), face aos valores do ano anterior (1.747 ocorrências), situando-se a TMEA desde 1999 em –2.8%.

A diminuição mais significativa registou-se em Setúbal (-30 ocorrências), seguindo-se Portalegre (-16), Lisboa, Angra do Heroísmo (ambos com –14 casos) e Leiria (-13). Contudo, são de referir os significativos aumentos verificados em Aveiro (81%, com +34 casos), Faro (36%, +28), Ponta Delgada (104%, +27), Castelo Branco (83%, +10) e Guarda (78%, +7).

Tipo e quantidades de droga apreendida

Em termos de quantidade de droga apreendida, registou-se, em 2004, uma diminuição muito significativa das quantidades de *haxixe* (-554.312 gr.), seguindo-se a *heroína* (-1.117 gr.) e a *liamba* (-44.355gr.). Pelo contrário, verificou-se um aumento nas quantidades apreendidas de *ecstasy* (+587 unidades) e de *cocaína* (+2.112 gr.).

[1] Engloba todo o tipo de armas que enquadram o conceito de “arma proibida” previsto no Código Penal.

D) NOTÍCIAS ALARMANTES

O número de notícias alarmantes apresenta, em 2004, um aumento de 58%, traduzido em +64 ocorrências, relativamente ao ano anterior (passando de 111 para 175 casos).

Os distritos de Lisboa e Porto compreendem, respectivamente, 38% e 49% do total de ocorrências, registando-se a variação mais significativa em Lisboa, com +26 ocorrências.

Os estabelecimentos de ensino continuam, à semelhança do ano anterior, a ser os alvos preferenciais, com um total de 50 ocorrências, registando, contudo, um aumento de 47% face ao ano anterior, seguidos dos estabelecimentos comerciais, com 34 ocorrências (+20 que em 2003). As notícias alarmantes em aeroportos e aviões diminuíram de 9 para 2 casos.

COMUNICAÇÕES

Aquisições de Material

No decorrer do ano de 2004, a PSP procedeu a aquisições no valor total de € 106.941,56, sendo que € 96.717,04 foram na aquisição de faxes (grupo 3 e 4), centrais telefónicas e gravadores de comunicações rádio, ao abrigo das verbas provenientes do PIDDAC, enquanto outras centrais telefónicas e diversos terminais telefónicos, foram adquiridos ao abrigo das verbas provenientes do OE, num valor de € 10.224,52.

Salas de Situação

A PSP procedeu durante este ano à instalação de onze (11) Salas de Situação nos Comandos onde ocorreram jogos do UEFA EURO 2004™, ou seja, Lisboa, Porto, Braga, Leiria, Coimbra, Aveiro e Faro, para além da Direcção Nacional e das Unidades Especiais, um investimento que teve como valor € 2.707.278,68.

Cada complexo da Sala de Situação é composto pela Sala de *Briefings* – onde tem assento o corpo dirigente e respectivos assessores, para além de todos quantos garantem a fluidez da informação policial, e pela Sala de Controlo – que garante todo o suporte técnico necessário para a realização de qualquer evento. A Sala de *Briefings* permite a:

- Audição de extensa banda de ondas rádio (rádio-amadores, rádio-taxis, estações de rádio, comunicações policiais, etc);

- Visualização de imagens de todos os canais abertos, estando 8 fixos ou todos em alternado, para além de câmaras portáteis, câmaras internas na sala e sistema videoconferência, com capacidade para proceder a arquivo digital e consequente trabalho de imagem;
- Projecção de imagens colhidas por qualquer fonte e em diferentes suportes (VHS, CD, DVD);
- Realização de apresentações orais, com recurso a acetato, a suporte informático e a imagem/voz, podendo o locutor estar ausente do espaço, dada a capacidade da utilização do sistema de videoconferência;
- Estabelecimento de conversações em sistema de video-conferência com todos os comandos em simultâneo;
- Acesso a outros sistemas de informação em rede com Forças e Serviços de Segurança.

A Sala de *Controlo* recolhe, projecta e trata informaticamente:

- Fontes Abertas;
- Fontes Fechadas;
- Informação de Sistemas Internos vários.

Com toda esta panóplia de funções, a Sala de Situação constitui-se assim, como o instrumento máximo de planeamento e gestão estratégica, dado que permite não somente a compilação e o tratamento de toda a informação referida, mas sobretudo o seu envio quase que instantaneamente, para qualquer outra sala, pelo que deve ser rentabilizada.

LOGÍSTICA

Durante o ano de 2004, a PSP, através da coordenação do Departamento de Obras e Infraestruturas, empreendeu diversas construções, sendo que foram concluídas e entregues:

- Esquadra de Estremoz
- Esquadra do Laranjeiro

E permanecem em execução:

- Esquadra de Abrantes

- Comando de Leiria

I. DEPARTAMENTO DE MATERIAL E TRANSPORTES

Durante o ano de 2004, e em ordem a garantir a prestação de um serviço de melhor qualidade ao cidadão, a PSP procedeu, na área de Material e Transportes, aos seguintes investimentos, com um investimento total de **€ 1.473.771.18**:

- Material Técnico Policial **€ 296.952,91**
- Aquisição de 131 viaturas no valor de **€ 1.176.818,27**

Para além desta relação, foi ainda adquirido outro material, desta feita com o suporte da DGV, nomeadamente 75 alcoolímetros e 500 bloqueadores.

MISSÕES INTERNACIONAIS DE PAZ

A existência de uma cada vez maior unanimidade quanto à real importância da componente de Polícia Civil nos cenários pós-conflito, tem levado a um crescente empenhamento das diversas valências das Forças Policiais desta natureza. É neste contexto que a Polícia de Segurança Pública se constitui como um instrumento de política externa do Estado. Na sua natureza humanista, desempenha igualmente um papel fundamental na estabilização dos Estados pós-bélicos a caminho do processo democrático, e na formação de Forças Policiais locais, que à luz do Direito Internacional se constituam como garantes dos pilares de Justiça e Segurança Interna.

É imbuída desta filosofia que, desde 1992, a PSP participa em missões de manutenção de paz no âmbito de diversas organizações internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia (UE) e Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

Para tal, tem sido efectuado um esforço de selecção, formação e de preparação de efectivos policiais para o desempenho de funções de acordo com o exigido pelos mandatos das diversas missões em áreas como: Direitos do Homem, História das Organizações Internacionais, Componente de Polícia Civil das Nações Unidas, padrões de actuação democráticos das Polícias, entre outras.

I. KOSOVO (UNMIK) / (ONU)

Com um efectivo de um (1) Comissário, um (1) Subcomissário, seis (6) Chefes e três (3) Agentes, a missão interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK) foi estabelecida de acordo com a Resolução 1244/99, do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

II. BÓSNIA/HERZEGOVINA - EUROPEAN UNION POLICE MISSION (EUPM)

O efectivo que a PSP disponibiliza para a Missão na Bósnia/Herzegovina, é de um (1) Chefe e seis (6) Agentes.

III. TIMOR-LESTE (UNMISET) / (ONU)

O efectivo que a PSP destacou durante 2004 para esta missão foi de dois (2) Comissários, cinco (5) Chefes e oito (8) Agentes.

IV. R. D.CONGO / (ONU)

O efectivo que está adstrito a esta missão é de um (1) Comissário e cinco (5) Chefes.

V. R. D. CONGO / UE

O efectivo é de um (1) Subintendente que chefia a missão.

VI. REPÚBLICA DA MACEDÓNIA (EUPOL-PRÓXIMA) / (EU)

Para esta missão, a PSP foi chamada a contribuir com um (1) Chefe.

VII. CROÁCIA / (OSCE)

O efectivo da PSP nesta Missão foi de um (1) Chefe.

VIII. SÉRVIA E MONTENEGRO (ANTIGA REPÚBLICA DA JUGOSLÁVIA) / (OSCE)

O efectivo desta missão é de um (1) Chefe.

IX. HAITI (MINUSTAH) / (ONU)

Participou nesta missão um (1) Subintendente da PSP.

X. KOSOVO (OSCE)

Participou nesta missão um (1) Chefe da PSP.

XI. DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE PAZ - DPKO/NEW YORK / (ONU)

Encontra-se colocado no Departamento das Operações de Paz da ONU em Nova Iorque, um (1) Subintendente.

XII. SECRETARIADO-GERAL DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Encontra-se colocado no Conselho da União Europeia um (1) Comissário.

XIII. GRUPOS DE TRABALHO NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA

De acordo com o despacho de S. Ex.ª o Ministro da Administração Interna datado de 29JUN04, a PSP participou durante o ano de 2004 em diversos grupos de trabalho no âmbito da União Europeia, trazendo consideráveis vantagens quer para a instituição quer para o país, que se traduzem não somente numa melhoria da articulação entre as diversas Forças e Serviços de Segurança, mas também se consubstanciam na riqueza de informação que cada instituição passa a poder usufruir.

Os grupos de trabalho são:

- Grupo de Cooperação Policial;
- Comissão de Explosivos;
- Grupo Gestão Civil de Crises;
- Grupo SIS/SIRENE;
- Grupo EUROPOL;
- Grupo Multidisciplinar Crime Organizado;
- Grupo Horizontal “Droga”;
- Grupo Terrorismo.

INFORMÁTICA

I. SISTEMA ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES

O Sistema Estratégico de Informação da PSP (SEI), é o primeiro dos subsistemas de informação previstos no Planeamento Estratégico elaborado pela Polícia de Segurança Pública.

Considerado prioritário, uma vez que visa informatizar os processos e actividades que suportam a missão da organização, foi planeado em três etapas: uma primeira, composta pelos módulos de Gestão de Grandes Eventos, Ocorrências (versão 1), Informações Policiais, Repositório de informações e Catálogo, disponibilizado aquando do EURO 2004; uma segunda, já desenvolvida e testada, que vai iniciar agora o seu processo de

formação, com os módulos de Gestão Operacional de Meios (Gestão de Meios e Planeamento e Escalas), Ocorrências (versão completa), Motivos de procura e Gestão de Celas e Detidos e uma terceira que estará desenvolvida até ao final de Fevereiro, com os restantes módulos de Licenciamento e Fiscalização (Armas e Explosivos), Trânsito e Investigação Policial.

Com este sistema pretende-se disponibilizar à PSP toda a informação necessária à sua actividade operacional, através de um repositório *único* de informação, *nacional*, acessível a todo o dispositivo, mediante perfis de utilizador. A partir deste repositório serão produzidas automaticamente não só as estatísticas referentes à actividade policial, mas também toda a informação necessária à gestão operacional da organização. A informação será extraída através de ferramentas específicas de "Business Intelligence", que produzirão relatórios pré-definidos e relatórios *ad hoc*.

Outra componente que interessa realçar no SEI é a geo-referenciação. Através de um *interface* próprio, os dados contidos no SEI poderão ser projectados sobre a carta do país.

Para suportar o SEI, que está desenvolvido sobre tecnologia web, foi necessário modernizar toda a infra-estrutura informática da PSP, que se encontrava bastante ultrapassada.

Assim, foi substituído o servidor central por um "*mainframe*" Z890 da IBM, foi criada a Rede Nacional da Dados da PSP, que suporta a Intranet da organização, e instaladas as redes locais - *Local Area Networks* (LAN) - em todo o dispositivo e a sua interligação entre si - *Wide Area Network* (WAN).

Foi igualmente necessário providenciar a instalação de PC's, estações de trabalho com uma configuração padrão, o que foi feito num total de 1850 novos microcomputadores.

Os valores despendidos no presente projecto global de informatização, ao longo do ano de 2004, ascenderam a **€ 6.654.463,01.**

II. TOTAL DE AQUISIÇÕES DE MATERIAL INFORMÁTICO EM 2004

Durante o ano de 2004 foi necessário proceder à aquisição de diverso seguinte material informático com um custo total de **€ 4.232.878,67**.

III. SOFTWARE INFORMÁTICO

Para além do material adquirido, foi ainda necessário obter software informático específico, com um custo total de **€ 2.758.449,45**.

RECURSOS HUMANOS

I. ENQUADRAMENTO GERAL

Em sede de políticas de recursos humanos, 2004 foi um ano que se caracterizou por reacção aos novos modelos introduzidos com a reforma da Lei de Organização e Funcionamento da PSP e do Estatuto de Pessoal.

Com efeito, o atraso na aprovação de modelos a seguir levou a que a portaria que aprovou o regime de concursos por avaliação curricular fosse só aprovada em finais de 2002 e a portaria do sistema de avaliação de serviço só fosse aprovada em Agosto de 2003.

Os eventos realizados em Portugal (EURO 2004) e a prioridade de investimentos no novo sistema tecnológico da PSP (SEI) levam a caracterizar o ano de 2004 como um ano em que, fundamentalmente, na PSP, em termos de políticas de recursos humanos a orientação fosse, em primeiro plano, assegurar a consolidação das inovações introduzidas pelas reformas, a par da gestão de conflitos sindicais.

II. PLANO DE ACTIVIDADES

O plano de actividades 2004 proposto para o Departamento de Recursos Humanos, previu os seguintes programas e projectos.

PROJECTOS / ACTIVIDADES	
DESIGNAÇÃO	**EXECUÇÃO**
Sistema de gestão	Em desenvolvimento.
Modelo de gestão previsional	Implementado um modelo de alocação de agentes aos comandos, tendo em conta a oferta e a procura de serviços.
Livro de reclamações	Com a activação das áreas de atendimento do DRH é implementado em 2005.
Regulamento de estágios	Projecto adiado para 2005.
Programas das provas de ingresso e acesso para as diversas carreiras	Foram aprovados os programas de provas de chefe de repartição e de pessoal de informática.
Manual de procedimentos de concursos	Elaborado um *draft* a consolidar em 2005.
Manual de acolhimento de funcionários	Projecto adiado para 2005.
Implementação do correio electrónico	Implementado.
Instrumentos de avaliação de recrutamentos por requisição	Foi implementado um processo prévio de entrevista nas ofertas de transferência para a PSP.
Gestão de processos de nomeação, requisição, destacamento e transferência	Foi garantida apenas a gestão corrente.
Lista de antiguidades	Aprovadas as listas de antiguidade

Assiduidade	Foi proposta uma alteração legislativa no sentido de prevenir o absentismo, não tendo sido aprovada.
Promoções e progressões	A anulação de concursos de pessoal policial em 2004, levou a que das promoções previstas, apenas as do pessoal não policial tivessem lugar
Organização de processos individuais	Foi efectuado diagnóstico do modelo actual.
Regulamento do horário de trabalho	Projecto de Regulamento não aprovado.
Processamento de vencimentos e abonos	Foi garantida.
Elaboração de dossiers temáticos	Organizados *dossiers* temáticos em matéria de prestações sociais, pré-aposentação, acumulação de funções.
Normalização de impressos RH	Foi introduzida a medida de impressos disponíveis em formato electrónico.
Balanço Social	Elaborado balanço social
Plano e relatório de actividades	Proposto o plano sectorial
Sistema de informação centralizado	Medida a ser inserida no âmbito do SEI
Reorganização do DRH	O DRH foi reorganizado por áreas funcionais no sentido de melhor gestão de recursos.

III. MOVIMENTAÇÃO DE EFECTIVO

a) Entrada de elementos com funções não policiais para PSP

Durante o ano de 2004, deram entrada na PSP 47 elementos para desempenharem funções não policiais.

b) Saída de elementos com funções não policiais da PSP

Durante o ano de 2004, há a registar 44 saídas de elementos com funções não policiais, cuja discriminação se encontra no quadro em anexo.

c) Saída de elementos com funções policiais

Durante o ano em apreço, há a registar 428 saídas de elementos com funções policiais, conforme o discriminado no quadro em anexo.

Aposentação compulsiva	2
Aposentação pela CGA	14
Demissão	5
Exoneração	29
Falecimento	8
Desligados pela JSS	127
Licença s/ vencimento de longa duração	14
Desligados por limite de idade	4
Passagem à pre-aposentação	176
Por reclassificação	13
Comissão de serviço extraordinária	32
TOTAL	**428**

FORMAÇÃO

O Departamento de Formação levou a cabo as seguintes iniciativas:

I. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

I. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

O Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) levou a efeito inúmeras iniciativas durante o ano de 2004, das quais se destacam as seguintes.

I. a) Actividade Operacional

O ISCPSI participou no grupo de trabalho que planeou e executou a formação para o EURO 2004.

Formação

Em 2004 concluíram o Curso de Formação de Oficiais de Polícia 27 alunos, sendo 15 nacionais e 12 dos Países de Língua Oficial Portuguesa, sendo que no mesmo período concluíram o Curso de Formação de Subcomissários 40 alunos nacionais.

Realizou-se também o 1º Curso de Direcção e Estratégia Policial, numa parceria entre o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e o Instituto Nacional de Administração. Este curso, que integrou 40 subintendentes licenciados, constitui condição para a promoção ao posto de Intendente, a ocorrer em 2005.

Ainda durante o ano em apreço, concluíram o 1º Curso de Técnico Superior de Polícia Municipal 10 alunos.

I. b) Propostas para novos projectos

Procurando consolidar a sua afirmação enquanto estabelecimento de ensino superior com características muito particulares, foram apresentados superiormente:

- Um novo projecto de Estatuto do ISCPSI;

- Um novo projecto de Regulamento de Ingresso no ISCPSI; e

- Um novo projecto de Plano de Estudos do ISCPSI.

I. c) Organização de Congressos e Seminários

No âmbito das suas competências em matéria de Segurança Interna, coube ao ISCPSI organizar os seguintes eventos:

- I Congresso de Segurança Interna;
- I Congresso de Processo Penal;
- Lançamento no mercado da Revista Científica "Politeia";
- Criação do Centro de Investigação do ISCPSI;
- Lançamento do projecto de cooperação com a Academia de Polícia da Ucrânia;
- Visita de estudo dos alunos finalistas do Curso de Formação de Oficiais de Polícia à Academia de Polícia da Irlanda;
- Recepção de visita de estudo dos alunos finalistas da Escola Nacional Superior de Polícia Francesa.

II. ESCOLA PRÁTICA DE POLÍCIA

A Escola Prática de Polícia (EPP) elaborou também um conjunto de iniciativas durante o ano transacto, das quais cumpre destacar:

II. a) Actividade Operacional

- Em Setembro de 2004, foram constituídas quatro equipas (26 elementos no total), para procederem à introdução de dados relativos a Contra-Ordenações, no âmbito do Projecto SEI, cujo desenvolvimento ainda continua;
- Em Outubro de 2004, constituíram-se cinco equipas (com 30 elementos no total), no âmbito do Eixo III – Concepção e Desenvolvimento do Projecto “Recursos Didácticos”, cuja actividade ainda continua.

II. b) Formação

Em 2004 foram, no âmbito da formação, realizadas as seguintes acções:

- Curso de Formação de Formadores (SEI), entre 19 e 22 de Abril, para 48 formandos;
- Curso de Formação de Formadores para o UEFA EURO 2004™, em Janeiro de 2004;
- Formação para o UEFA EURO 2004™, de 19 a 20 de Abril, destinada aos formandos dos Comandos de Polícia de Santarém, Portalegre e Castelo Branco;
- Formação para o UEFA EURO 2004™ de Guias Locais, a 17 de Maio;

- Formação para o UEFA EURO 2004™ em "Gás Pimenta", em 15 de Maio de 2004, para 18 elementos;
- Acção de Formação no âmbito do UEFA EURO 2004™ destinada aos elementos das Unidades de Reserva PSP/EPP – UEFA EURO 2004™, com início a 17 de Maio e fim a 28 de Maio de 2004, para 12 formandos;
- Curso de Técnicas de Intervenção Policial para os elementos da EPP, com início a 2 de Novembro de 2004 e fim a 17 do mesmo mês;
- Ainda durante este ano, concluíram o curso de formação de base para o ingresso na carreira policial (CFA) 780 elementos.

II. c) Organização de Congressos, Seminários e outros eventos

Durante o ano de 2004, a EPP organizou os seguintes eventos:

- Seminário multidisciplinar com a participação de todas as Forças e Serviços de Segurança e Emergência envolvidos no Euro 2004;
- "Semana das Informações", com diversas palestras sobre o tema;
- Palestras internas ao Curso Investigação Criminal, GOE, CSP, CI, CIEXSS e Comando de Polícia de Santarém, no âmbito da Legislação Rodoviária;
- Palestras externas no âmbito da IGAI, Prevenção e Segurança Rodoviária, Protecção e Apoio à Criança, SEF e Comissão de Menores;
- Visita à EPP, da Escola de Polícia de Toulouse.

Exemplar

POLÍCIA JUDICIÁRIA

INTRODUÇÃO

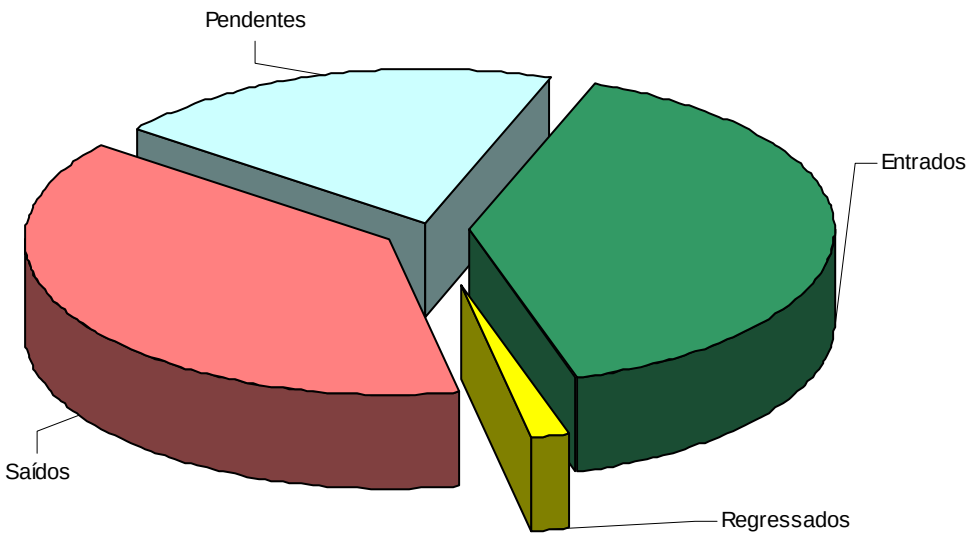
A Polícia Judiciária é um corpo superior de polícia criminal auxiliar da administração da justiça, nomeadamente no que respeita à prevenção e investigação da criminalidade mais violenta, organizada e complexa. Os dados fornecidos constituem indicadores fidedignos da situação no concerne a essa tipologia criminal.

Devemos, contudo, ter em atenção dois tipos distintos de informação: por um lado, a que se reporta à criminalidade participada, ou seja, todos aqueles casos que são participados à PJ directamente pelos ofendidos/queixosos, aqueles de que a Polícia Judiciária no exercício da prevenção criminal colhe notícia; e, por outro lado, a criminalidade investigada, a qual abrange toda a actividade investigatória da Policia Judiciária. Nesta segunda situação, estão incluídos todos os inquéritos originados no MP ou nos outros OPC's e cuja investigação é delegada na PJ, sendo desta forma dados mais consentâneos com o efectivo desempenho da Policia Judiciária.

Baseamos este relatório nos dados constantes do Sistema Integrado de Informação Criminal, actualizados a 3 de Fevereiro e, também, em contributos fornecidos pelos Departamentos.

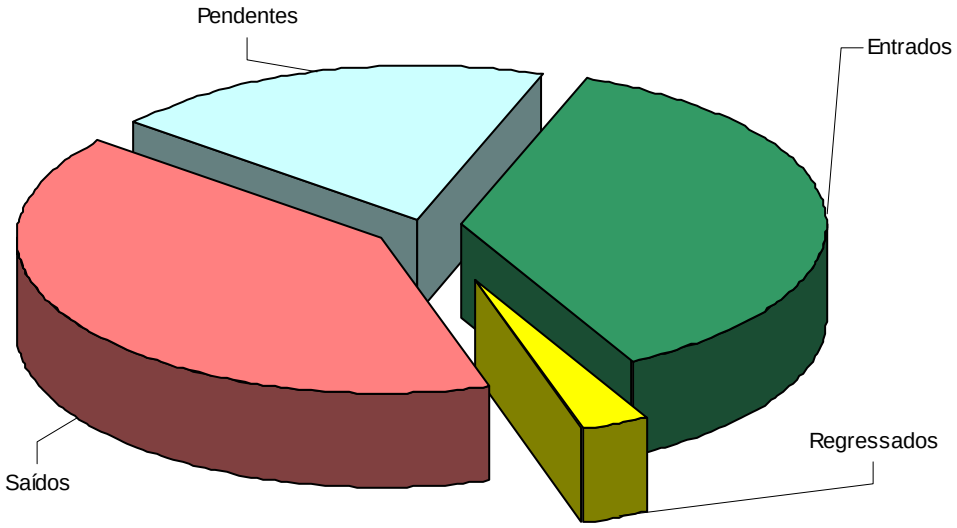
CRIMINALIDADE PARTICIPADA À POLÍCIA JUDICIÁRIA

Inquéritos resultantes de crimes participados à P.J., 2004



Entrados	Regressados	Saídos	Pendentes
14045	599	13702	7035

Inquéritos resultantes de crimes participados à P.J. 2003



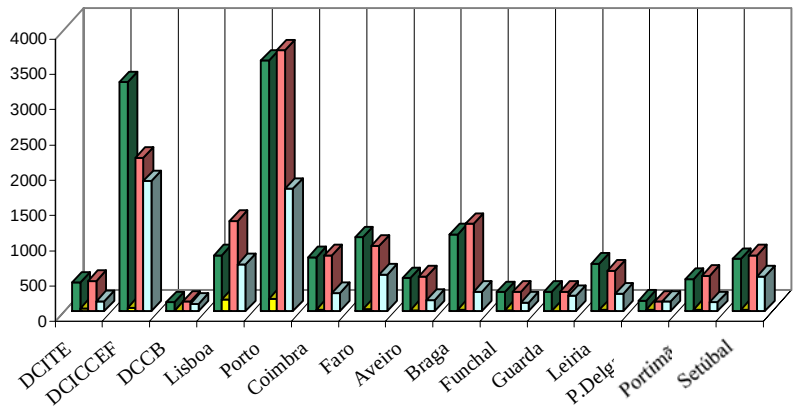
Entrados	Regressados	Saídos	Pendentes
11460	979	12639	6206

Regista-se um significativo aumento do número de inquéritos participados à PJ, de 2003 para 2004, de 11460 para 14045.

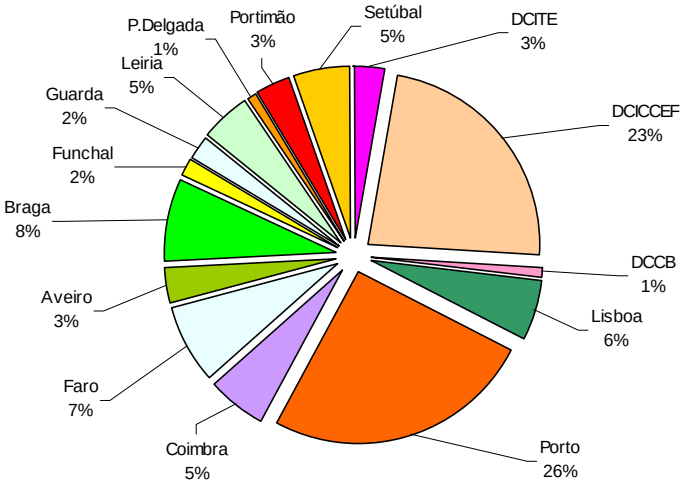
Quadro de inquéritos participados em 2004 por departamento

	DCITE	DCICCEF	DCCB	Lisboa	Porto	Coimbra	Faro	Aveiro	Braga	Funchal	Guarda	Leiria	P.Delgada	Portimão	Setúbal
Entrados	407	3243	126	794	3551	763	1048	469	1089	270	277	671	145	454	738
Regressados	37	51	2	161	179	18	26	11	21	11	6	16	18	18	24
Saídos	425	2175	136	1275	3697	787	927	492	1237	274	278	574	135	499	791
Pendentes	141	1844	101	667	1735	260	518	156	275	123	216	249	135	125	490

Movimento dos inquéritos resultantes de crimes participados à P.J. em 2004 - Por Departamentos

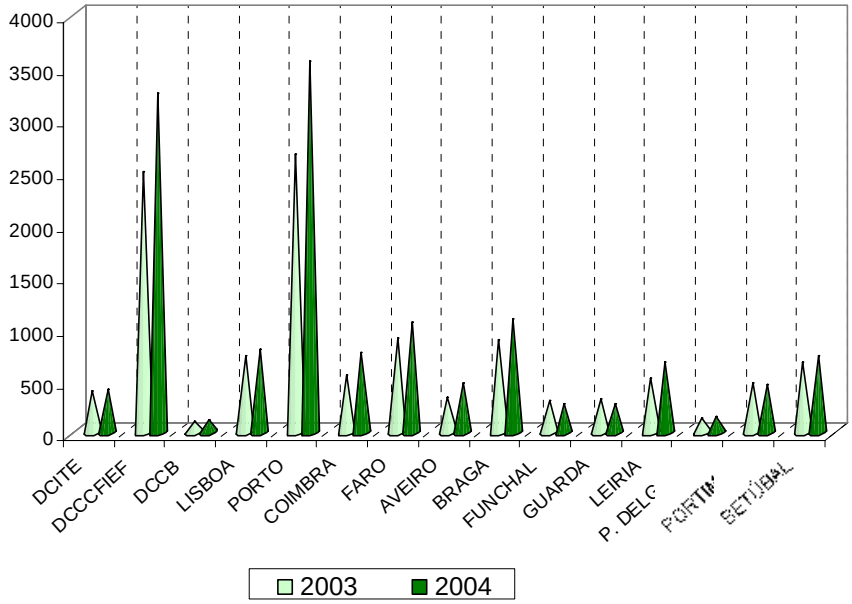


Inquéritos resultantes de crimes participados à PJ - Peso relativo por Departamentos, 2004



Inquéritos resultantes de crimes participados à PJ - Comparativo por departamentos

O número de participações feitas à PJ sofreu um aumento de 2585 casos correspondendo a mais 22,6%, de 2003 para 2004. Porém, esse aumento não foi homogéneo pois, em alguns departamentos, a diferença percentual chegou a ser superior a 30% - casos de Aveiro, Coimbra e Porto.



	2003	2004	Diferença	%
DCITE	402	407	5	1,2
DCCCFIEF	2484	3243	759	30,6
DCCB	107	126	19	17,8
LISBOA	733	794	61	8,3
PORTO	2663	3551	888	33,3
COIMBRA	541	763	222	41,0
FARO	893	1048	155	17,4
AVEIRO	328	469	141	43,0
BRAGA	880	1089	209	23,8
FUNCHAL	309	270	-39	-12,6
GUARDA	326	277	-49	-15,0
LEIRIA	517	671	154	29,8
P. DELGADA	142	145	3	2,1
PORTIMÃO	464	454	-10	-2,2
SETÚBAL	671	738	67	10,0
TOTAL	**11460**	**14045**	**2585**	**22,6**

Valores totais da criminalidade participada em 2003 e 2004

TOTAL	11460	14045	2585	22,6

A avaliação dos números apresentados respeitantes à criminalidade participada deve ser feita tendo presente que a mesma não corresponde ao verdadeiro desempenho da PJ, mas apenas ao que lhe foi participado directamente.

No que respeita aos grandes grupos de crimes:

Crimes contra as pessoas - com uma diminuição de cerca de 10% (de 999 para 898), essencialmente devido ao decréscimo do número de homicídios (menos 90 casos) e de abuso sexual de crianças (menos 27 casos), participados directamente.

Crimes contra a paz e humanidade - com apenas dois casos, não foram significativos no total dos crimes participados.

Crimes contra a vida em sociedade - sofreu um aumento significativo, com mais 2794 casos participados. Esta alteração ficou a dever-se ao aumento muito significativo do número de situações de passagem de moeda falsa (mais 2880 casos).

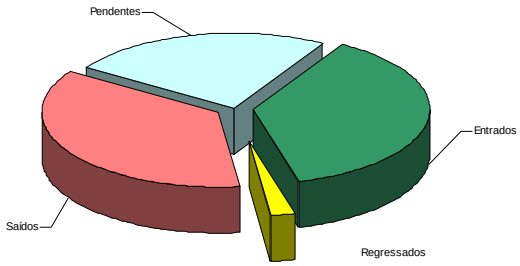
Crimes contra o património - sofreu uma diminuição de 6,5% (de 1193 para 1116) ou seja de –77 ocorrências participadas. Neste particular, devemos ter em atenção que se trata de crimes que muitas vezes são de competência de outros OPC's e, como tal, são-lhe inicialmente participados e somente numa segunda fase são investigados pela PJ.

Crimes contra o Estado – Trata-se de um conjunto de crimes que, em termos numéricos, se apresenta como quase residual, apesar da sua importância e impacto social e económico, nomeadamente quando estamos perante crimes fiscais, de peculato e de corrupção. O somatório destes tipos de crime corresponde à quase totalidade de situações denunciadas à PJ, tendo sofrido um decréscimo de 20% (menos 33 casos entre 2003 e 2004).

A avaliação dos números ora apresentados não permite retirar conclusões consistentes e indicadoras de alterações da realidade criminal nacional, por se tratar, como, aliás, foi já explicado, de dados parcelares.

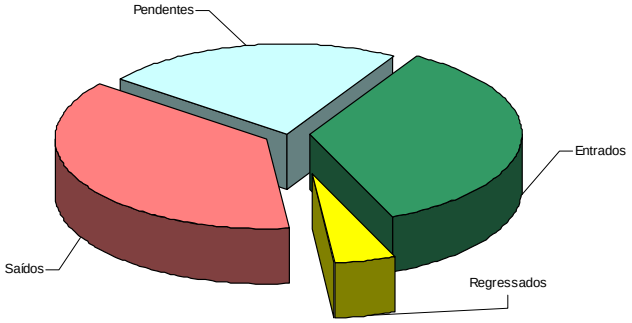
Criminalidade investigada pela Polícia Judiciária

Inquéritos resultantes de crimes investigados pela PJ, em 2004



Inquéritos resultantes de crimes investigados pela PJ

Entrados	Regressados	Saídos	Pendentes
25614	1398	24591	16513

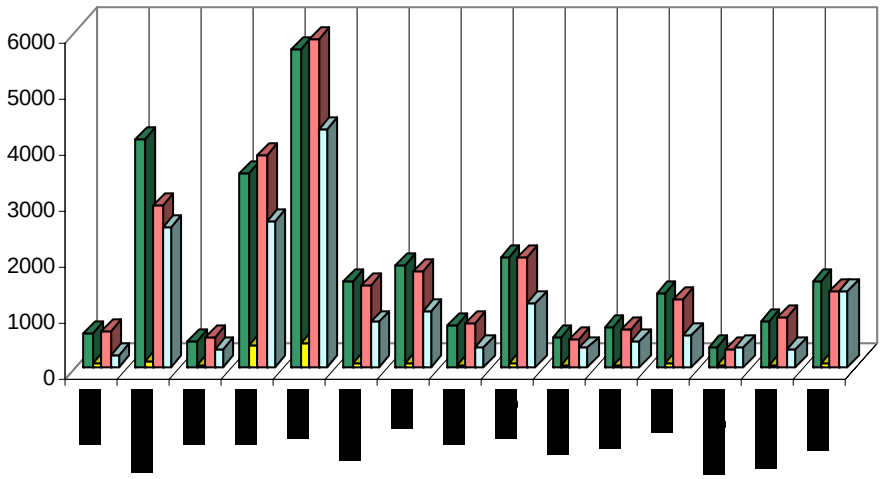


Entrados	Regressados	Saídos	Pendentes
22541	2974	23756	14539

O volume de inquéritos investigados é muito superior ao número de inquéritos participados.

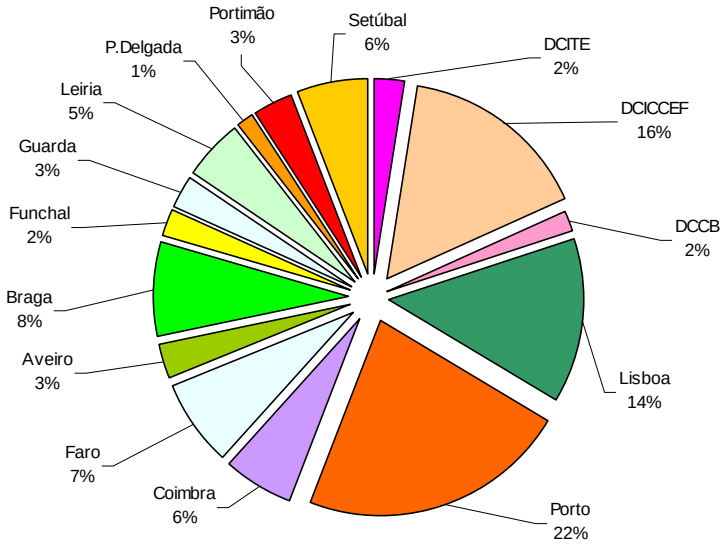
Igualmente se verifica um significativo acréscimo de investigações desenvolvidas pela PJ, de 2003 para 2004, (de 22541 para 25614, ou seja, mais 3073 inquéritos).

Movimento dos inquéritos resultantes de crimes investigados pela PJ em 2004 - Por Departamentos

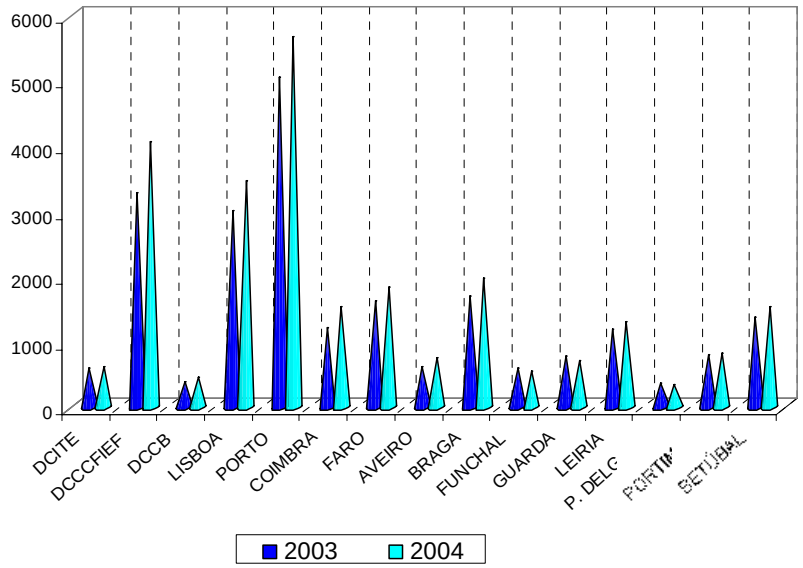


	DCITE	DCICCEF	DCCB	Lisboa	Porto	Coimbra	Faro	Aveiro	Braga	Funchal	Guarda	Leiria	P.Delgada	Portimão	Setúbal
Entrados	616	4058	456	3466	5670	1535	1825	756	1975	546	715	1307	350	817	1522
Regressados	53	118	27	374	426	52	56	17	55	23	16	52	32	38	59
Saídos	647	2897	522	3791	5852	1471	1718	777	1972	504	690	1207	304	890	1349
Pendentes	201	2492	321	2607	4259	800	982	338	1134	337	454	569	338	330	1351

Inquéritos resultantes de crimes investigados pela PJ – Peso relativo por Departamentos



Inquéritos resultantes de crimes investigados pela PJ - Comparativo por departamentos



	2003	2004	Diferença	%
DCITE	592	616	24	4,1
DCCCFIEF	3285	4058	773	23,5
DCCB	384	456	72	18,8
LISBOA	3010	3466	456	15,1
PORTO	5030	5670	640	12,7
COIMBRA	1209	1535	326	27,0
FARO	1624	1825	201	12,4
AVEIRO	626	756	130	20,8
BRAGA	1696	1975	279	16,5
FUNCHAL	584	546	-38	-6,5
GUARDA	779	715	-64	-8,2
LEIRIA	1191	1307	116	9,7
P. DELGADA	361	350	-11	-3,0
PORTIMÃO	809	817	8	1,0
SETÚBAL	1361	1522	161	11,8
TOTAL	**22541**	**25614**	**3073**	**13,6**

Conforme já foi mencionado, estamos perante números que efectivamente reflectem a actividade da Polícia Judiciária, pois são os que correspondem aos inquéritos investigados.

São estes inquéritos que correspondem a trabalho de investigação, sendo neles que são realizadas as diversas diligências de investigação, como detenções, apreensões, escutas, etc..

Verifica-se um aumento significativo de casos, principalmente nas Direcções Centrais e Directorias.

Esse aumento ocorreu nas áreas urbanas de maior densidade populacional, ou, no caso das Direcções Centrais, quando estamos perante competências específicas de carácter nacional e não apenas local ou regional.

Esse tipo de fenómeno é perfeitamente normal, pois trata-se de zonas de maior densidade populacional e maior actividade económica, encontrando-se assim potenciada a ocorrência de maior número de crimes.

O número de Inquéritos resultantes de crimes investigados pela PJ foi de 25.614, representando um aumento de +3.073 casos, a que corresponde uma variação de +13,6%.

No que respeita aos grandes grupos de crimes:

Crimes contra as pessoas - apresentam uma diminuição global de cerca de 1,3% (de 3793 para 3742) ocorreram menos 51 casos que no ano de 2003. Os dados apresentados permitem, contudo, verificar uma pequena quebra ao nível dos crimes sexuais, seja contra menores ou contra adultos (casos da violação), decrescendo igualmente o homicídio consumado.

Em contrapartida, os dados respeitantes às ofensas à integridade física e tentativas de homicídio, revelam um aumento substancial. Essa tendência foi também observada num trabalho de análise estratégica relativo à criminalidade violenta, desenvolvido durante o ano, estando a ser acompanhada com atenção, não sendo de excluir estar associada à degradação da situação socio-económica em geral.

Crimes contra a paz e humanidade - com apenas dois casos em 2003, sofreu um aumento de mais 15 casos em 2004, o que, não podendo ser tido como significativo no total de inquéritos investigados, constitui um aumento de 750%.

Não foram registados casos que indiquem a necessidade de tomada de medidas extraordinárias, embora, como fenómeno invulgar, deva ser acompanhado com alguma atenção.

Crimes contra a vida em sociedade – apresenta um aumento significativo de casos, com mais 2934 inquéritos. Esse acréscimo ficou a dever-se a um aumento muito significativo do número de situações de passagem de moeda falsa (mais 3077).

Foram efectivamente desmanteladas algumas redes de passagem de moeda falsa ligadas a países que entraram recentemente para a Comunidade Europeia, com falsificações de grande qualidade, onde a colaboração internacional e a coordenação entre departamentos teve papel relevante.

Também o número de casos de branqueamento de capitais investigados aumentou, mais 78 casos, correspondendo a mais 89,7%, tendo-se mais uma vez demonstrado que a PJ, com cooperação institucional interna e internacional, consegue, apesar dos meios disponíveis, apresentar níveis de resolução muito razoáveis numa área de muito difícil abordagem.

O número de casos de tráfico de armas proibidas aumentou também de forma percentualmente relevante, com mais 32,9%, mas que corresponde apenas a mais 26 casos. Aparentemente, esse aumento é paralelo ao aumento do número de ocorrências com arma de fogo.

Na área dos crimes de fogo posto, existiu um pequeno aumento do número de casos, que não apresenta razões para alarme. Foram detectadas situações investigadas em que o incêndio passou várias comarcas e, como tal, foi objecto de mais de um registo por parte das entidades judiciais e ou policiais. Só posteriormente, durante a investigação de cada um dos inquéritos, é possível verificar tratar-se da mesma origem.

Quanto ao crime de falsificação, sofreu um decréscimo assinalável, com menos 207 casos ou seja menos 14,8%.

O tráfico de estupefacientes sofreu um decréscimo do número de casos investigados.

Crimes contra o património - apresenta um aumento de 267 casos, correspondendo a mais 6,5% de investigações. Nesta situação em particular, devemos ter presente uma forte quebra dos números absolutos e valores percentuais em algumas tipologias, como as burlas ou burlas internacionais, fraude na obtenção de subsídio ou furto de obras de arte, que, a não ter ocorrido, implicaria um aumento ainda mais significativo do valor total deste quadro.

Esta chamada de atenção releva ainda mais o significativo aumento do número de roubos durante 2004, situação que foi seguida de forma muito atenta durante todo o ano, merecendo particular atenção no sentido da tomada de medidas adequadas em termos operacionais mas também em termos estratégicos, nomeadamente com a elaboração de um estudo avaliativo e caracterizador do fenómeno e seus intervenientes.

Crimes contra o Estado – Trata-se de um conjunto de crimes que, em termos numéricos, é baixo, apesar da sua importância e impacto social e económico, nomeadamente por englobar os crimes fiscais, de peculato e de corrupção.

Tivemos um ligeiro aumento do número de casos de crimes fiscais, mais 7, enquanto que no que respeita aos crimes de peculato tivemos menos 42 e na corrupção menos 73 casos.

Detenções realizadas

Distribuição do nº de detenções segundo o género dos detidos, em 2003 e 2004

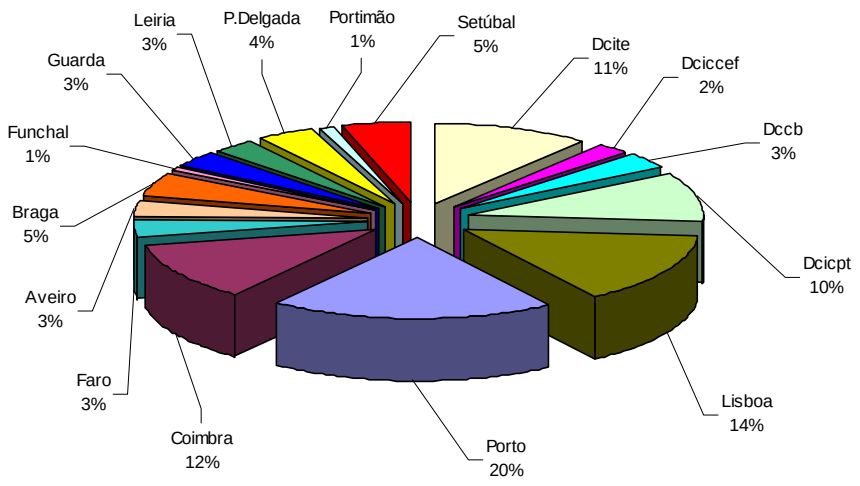
Detenções	2003	2004
Homens	1666	1843
Mulheres	243	264
S/refª	23	8
Total de detidos	1932	2115

No que concerne aos detidos, registou-se um aumento de 183 detidos de 2003 para 2004, que corresponde a mais 21 mulheres e mais 177 homens (a aparente discrepância deve-se à existência de detidos sem referência).

Distribuição do nº de detenções segundo a nacionalidade dos detidos, em 2003 e 2004

Detenções	2003	2004
Portugueses	1382	1533
Estrangeiros	500	581
S/refª	50	1
Total de detidos	1932	2115

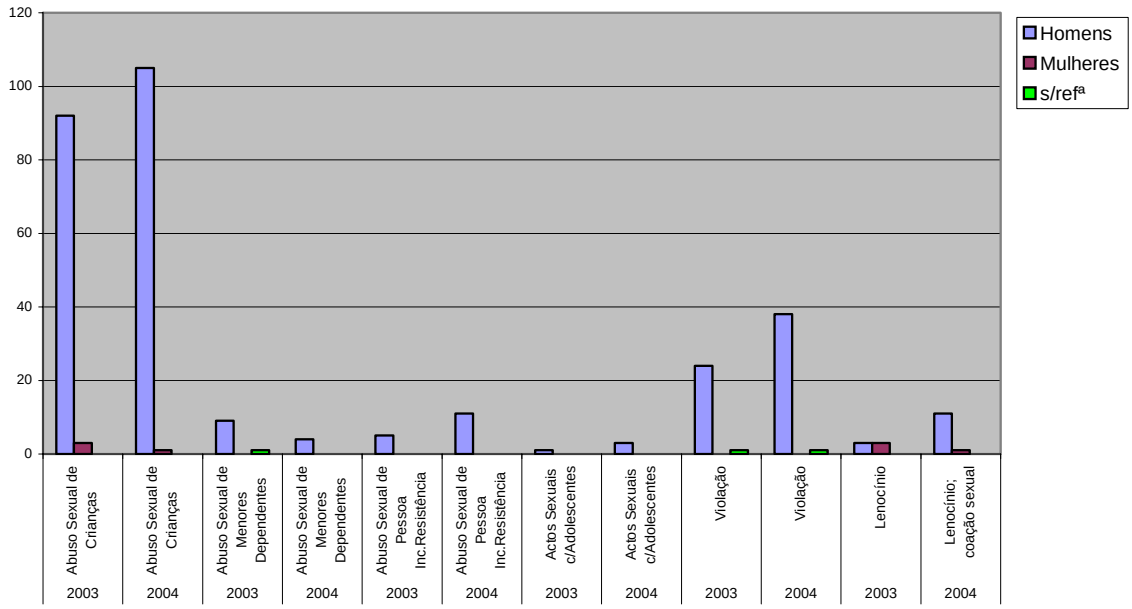
POR DEPARTAMENTOS, ANO DE 2004



Distribuição do nº de detidos por Crimes Sexuais, segundo o género e nacionalidade, 2003 e 2004

Ano	Infracções	Homens	Mulheres	s/refª	Total Detidos	Portugueses	Estrangeiros	s/refª
2003	Abuso Sexual de Crianças	92	3		95	82	12	1
	Abuso Sexual de Menores Dependentes	9		1	10	9		1
	Abuso Sexual de Pessoa Incapaz Resistência	5			5	4		1
	Actos Sexuais com Adolescentes	1			1	1		
	Violação	24		1	25	18	6	1
	Lenocínio	3	3		6	3	3	
2004	Abuso Sexual de Crianças	105	1		106	94	9	3
	Abuso Sexual de Menores Dependentes	4			4	4		
	Abuso Sexual de Pessoa Incapaz Resistência	11			11	10	1	
	Actos Sexuais c/Adolescentes	3			3	3		
	Violação	38		1	39	26	10	3
	Lenocínio; coacção sexual	11	1		12	10	3	

Distribuição do nº de Detidos por Crimes Sexuais, segundo o género



O número de detidos por crimes sexuais aumentou (+23%) em 2004 face a 2003, e de modo mais acentuado nos crimes de violação (+56%) e de abuso sexual de crianças (+11,5%).

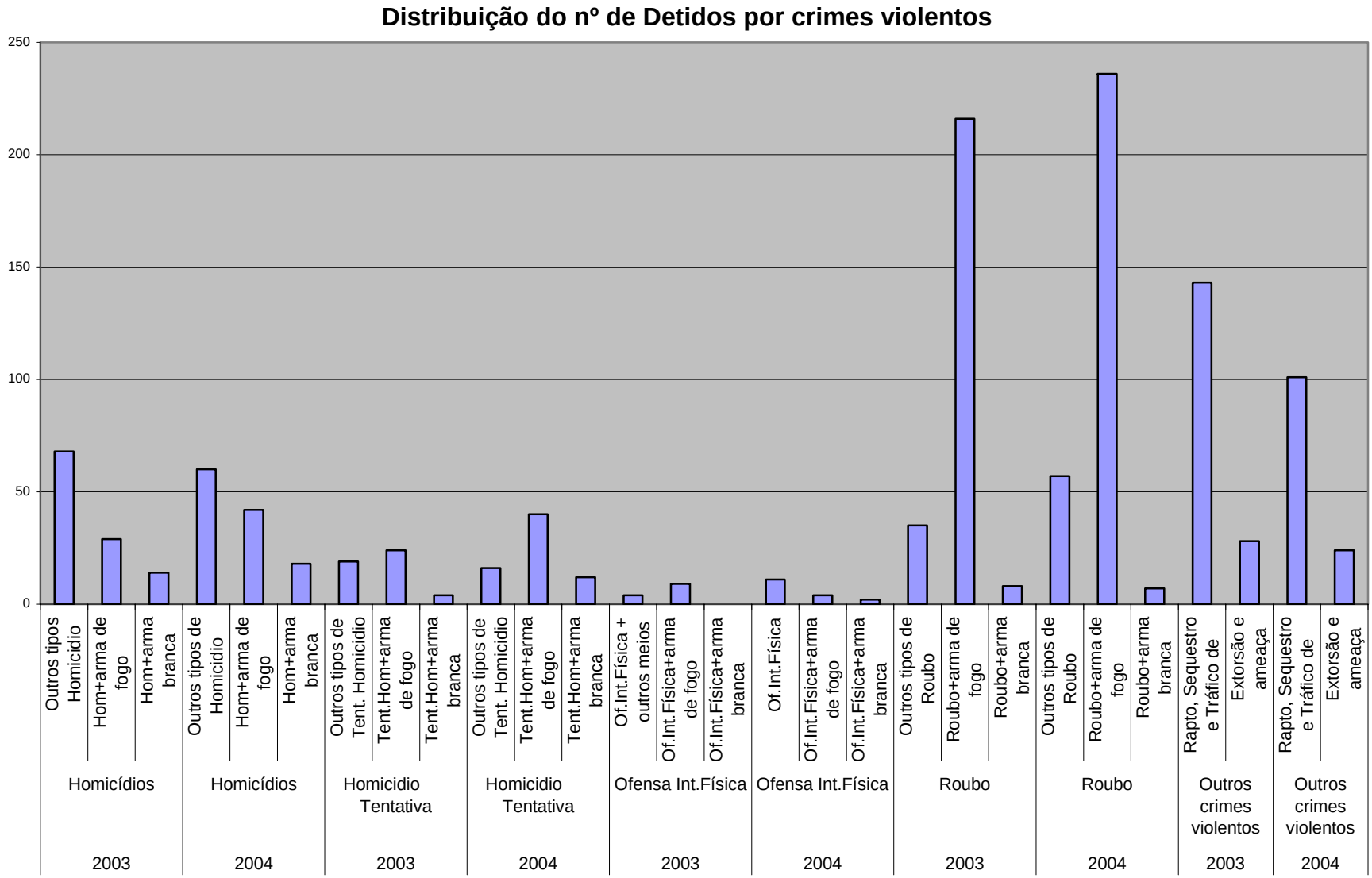
Os crimes sexuais têm constituído uma das grandes preocupações por parte da PJ no que respeita à adequação dos meios humanos e materiais para responder à quantidade e qualidade das solicitações apresentadas.

Trata-se de um fenómeno que recentemente e por força de uma mediatização sistemática de casos de abuso sexual de crianças, adquiriu maior visibilidade.

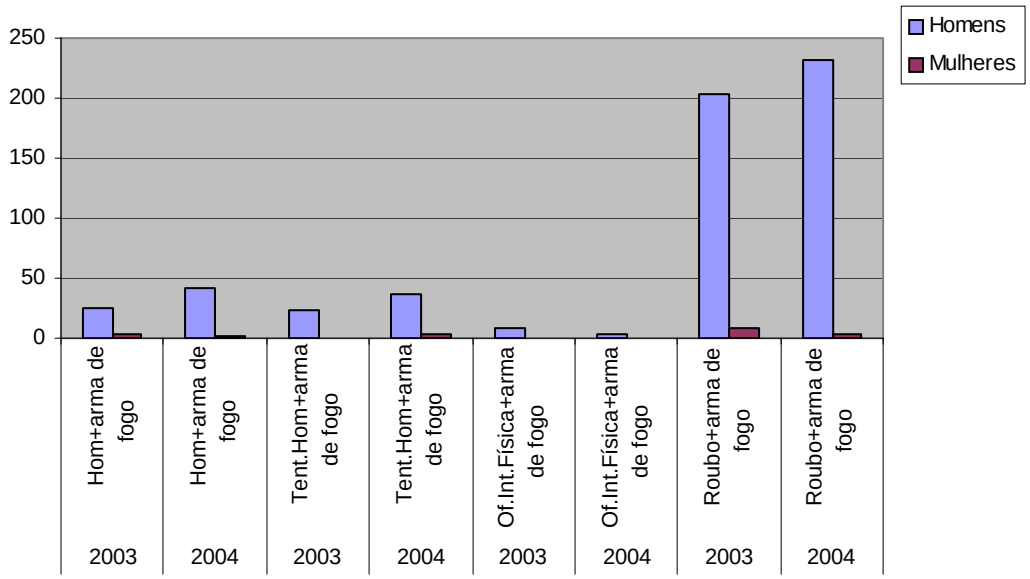
A atitude da sociedade civil mudou, a sua sensibilidade foi alterada e, neste momento, é convicção fundamentada na experiência de trabalho feito e nos dados disponíveis que as tão proclamadas cifras negras diminuíram substancialmente, assistindo-se a um envolvimento maior das instituições que trabalham com jovens na denúncia deste tipo de casos.

Distribuição do nº de detidos por Crimes Violentos, segundo o género e nacionalidade, 2003 e 2004

Ano		Infracções	Homens	Mulheres	s/refª	Total Detidos	Portugueses	Estrangeiros	s/refª	
2003	Homicídios	Outros tipos Homicídio	60	7	1	68	54	11	3	
		Hom.+arma de fogo	25	4		29	19	7	2	
		Hom.+arma branca	13	1		14	12	2		
	Homicídio Tentativa	Outros tipos de Tent. Homicídio	19			19	15	3	1	
		Tent. Hom+arma de fogo	24			24	22	2		
		Tent. Hom+arma branca	4			4	4			
	Ofensa Int.Física	Of. Int. Física + outros meios	4			4	3	1		
		Of. Int. Física+arma de fogo	9			9	6	1	2	
		Of. Int. Física+arma branca								
	Roubo	Outros tipos de Roubo	34	1		35	24	9	2	
		Roubo+arma de fogo	203	9	4	216	168	40	8	
		Roubo+arma branca	7	1		8	7	1		
	Outros crimes violentos	Rapto, Sequestro e Tráfico de Pessoas	118	25		143	90	48	6	
		Extorsão e ameaça	26	2		28	13	14	1	(*)
2004	Homicídios	Outros tipos de Homicídio	52	8		60	51	9		
		Hom.+arma de fogo	41	1		42	41	1		
		Hom.+arma branca	15	3		18	12	5	1	
	Homicídio Tentativa	Outros tipos de Tent. Homicídio	16			16	16			
		Tent.Hom.+arma de fogo	37	3		40	35	4	1	
		Tent. Hom.+arma branca	12			12	11	1		
	Ofensa Int.Física	Of. Int. Física	11			11	11	1		
		Of.Int.Física+arma de fogo	4			4	3	1		(*)
		Of. Int. Física+arma branca	2			2	2			
	Roubo	Outros tipos de Roubo	51	6		57	51	5	1	
		Roubo+arma de fogo	232	4		236	184	56		
		Roubo+arma branca	7			7	5	3		(*)
	Outros crimes violentos	Rapto, Sequestro e Tráfico de Pessoas	86	14	1	101	83	15	3	(*)
		Extorsão e ameaça	23	1		24	12	11	1	


Distribuição do nº de Detidos por crimes violentos
250
200
150
100
50
0
Outros tipos Homicidio
Hom+arma de fogo
Hom+arma branca
Outros tipos de Homicidio
Hom+arma de fogo
Hom+arma branca
Outros tipos de Tent. Homicidio
Tent.Hom+arma de fogo
Tent.Hom+arma branca
Outros tipos de Tent. Homicidio
Tent.Hom+arma de fogo
Tent.Hom+arma branca
Of.Int.Física + outros meios
Of.Int.Física+arma de fogo
Of.Int.Física+arma branca
Of.Int.Física
Of.Int.Física+arma de fogo
Of.Int.Física+arma branca
Outros tipos de Roubo
Roubo+arma de fogo
Roubo+arma branca
Outros tipos de Roubo
Roubo+arma de fogo
Roubo+arma branca
Rapto, Sequestro e Tráfico de
Extorsão e ameaça
Rapto, Sequestro e Tráfico de
Extorsão e ameaça
Homicídios
Homicídios
Homicidio Tentativa
Homicidio Tentativa
Ofensa Int.Física
Ofensa Int.Física
Roubo
Roubo
Outros crimes violentos
Outros crimes violentos
2003
2004
2003
2004
2003
2004
2003
2004
2003
2004

Distribuição do nº de Detidos por crimes com arma de fogo, segundo o género

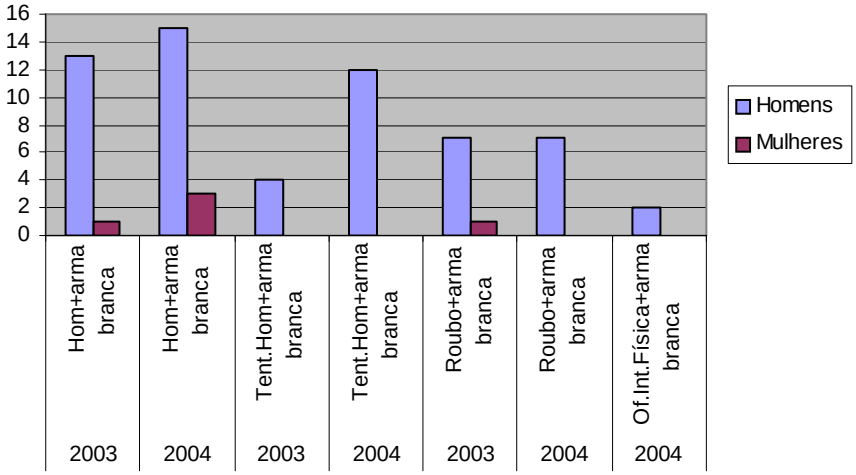


Com excepção dos crimes de ofensas à integridade física, existiu um aumento generalizado do número de detenções por crimes cometidos com arma de fogo.

Essa situação encontra-se de acordo com o aumento do número de crimes cometidos com armas de fogo de 2003 para 2004, e que mereceu por parte da PJ uma atenção particular, dados os níveis de violência envolvidos e o forte alarme social que esse tipo de crimes provoca.

É previsível que, durante 2005, se mantenham as tendências dos dois últimos anos, no sentido de um aumento, sendo uma das preocupações da PJ, que continuará a acompanhar o fenómeno com particular atenção.

Distribuição do nº de Detidos, por crimes com arma branca segundo o género

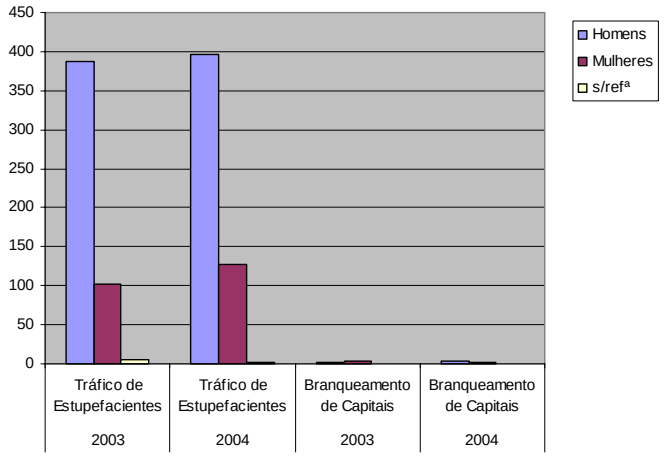


No que respeita aos crimes cometidos com arma branca, temos também um aumento generalizado do número de detidos, situação que reflecte o aumento de casos investigados pela PJ.

Distribuição do nº de detidos, por crimes relacionados com Estupefacientes, segundo o género e nacionalidade, 2003 e 2004

Ano		Infracções	Homens	Mulheres	s/refª	Total Detidos	Portugueses	Estrangeiros	s/refª
2003	Tráfico de Estupefacientes	Tráfico de Estupefacientes	387	103	6	496	326	160	10
		Branqueamento de Capitais	1	3		4	1	3	
2004	Tráfico de Estupefacientes	Tráfico de Estupefacientes	397	128	2	527	301	232	
		Branqueamento de Capitais	4	2		6	6		

Distribuição do nº de Detidos, por crimes relacionados com Estupefacientes, segundo o género



Relativamente aos detidos por crimes ligados ao tráfico de estupefacientes, verificamos que existiu um aumento significativo, apesar de terem sido investigados menos casos durante 2004.

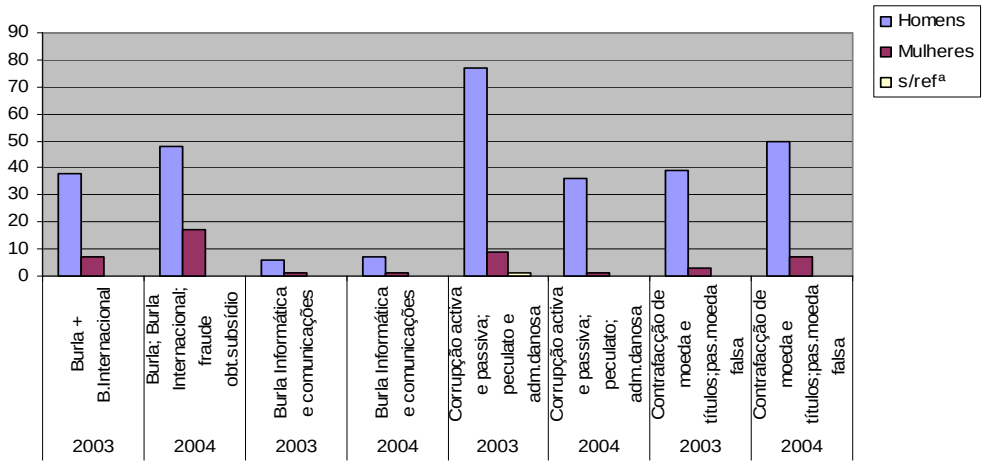
Tal é reflexo do esforço desenvolvido pela PJ no combate a este tipo de criminalidade, ainda mais quando a actividade desta Polícia está vocacionada para o grande tráfico, de carácter internacional e de maior complexidade, com níveis de exigência muito elevados no que respeita à investigação.

Quanto ao branqueamento de capitais, crime de difícil e complexa investigação, foi possível proceder à detenção de seis pessoas, mais 2 que no ano anterior, representando mais 50%.

Distribuição do nº de detidos por Criminalidade Económica e Financeira, segundo o género e a nacionalidade, 2003 - 2004

Ano		Infracções	Homens	Mulheres	s/refª	Total Detidos	Portugueses	Estrangeiros	s/refª
2003	Criminalidade Económica e Financeira	Burla + B.Internacional	38	7		45	31	15	
		Burla Informática e comunicações	6	1		7	3	4	
		Corrupção activa e passiva; peculato e adm.danosa	77	9	1	87	80		7
		Contrafacção de moeda e títulos;pas.moeda falsa	39	3		42	22	16	4
		Contrafacção de selos, cunhos, marcas ou chancelas	3			3	3		
2004	Criminalidade Económica e Financeira	Burla; Burla Internacional; fraude obt.subsídio	48	17		65	48	16	2
		Burla Informática e comunicações	7	1		8	5	3	
		Corrupção activa e passiva; peculato; adm.danosa	36	1		37	33	1	3
		Contrafacção de moeda e títulos;pas.moeda falsa	50	7		57	21	38	

Distribuição do nº de Detidos por Criminalidade Económica e Financeira, segundo o género



No que concerne aos crimes de índole económico-financeira, assistimos a um aumento do número de detidos por crimes de burla internacional, demonstrando-se uma maior eficácia, pois que o número de ocorrências deste tipo sofre um forte decréscimo.

Já no que se reporta à burla informática, aumentou o número de casos investigados, sendo, por isso, normal que o número de detidos também tenha sido maior.

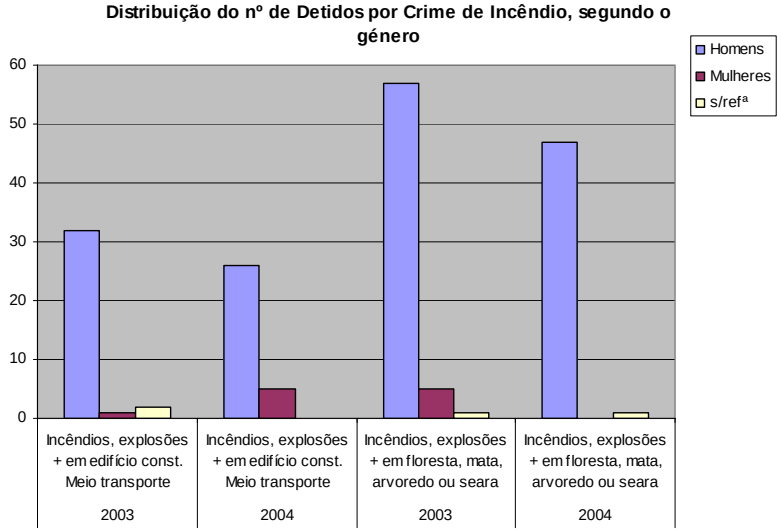
No caso da contrafacção de moeda, que foi um dos crimes com maior número de registos, e apesar de muitas das situações se reportarem a casos de

apenas uma ou duas notas, verificou-se um aumento de detenções de cerca de 30%.

Quanto aos detidos por corrupção e peculato, foram menos do que em 2003, mas o número de casos investigados é igualmente menor.

Distribuição do nº de detidos por Crime de Incêndio, segundo o género e a nacionalidade, 2003 – 2004

Ano		Infracções	Homens	Mulheres	s/ref[a]	Total Detidos	Portugueses	Estrangeiros	s/ref[a]
2003	Incêndios	Incêndios, explosões + em edifício const. Meio transporte	32	1	2	35	30	2	3
		Incêndios, explosões + em floresta, mata, arvoredo ou seara	57	5	1	63	58	1	4
2004	Incêndios	Incêndios, explosões + em edifício const. Meio transporte	26	5		31	27	3	1
		Incêndios, explosões + em floresta, mata, arvoredo ou seara	47		1	48	44	2	2



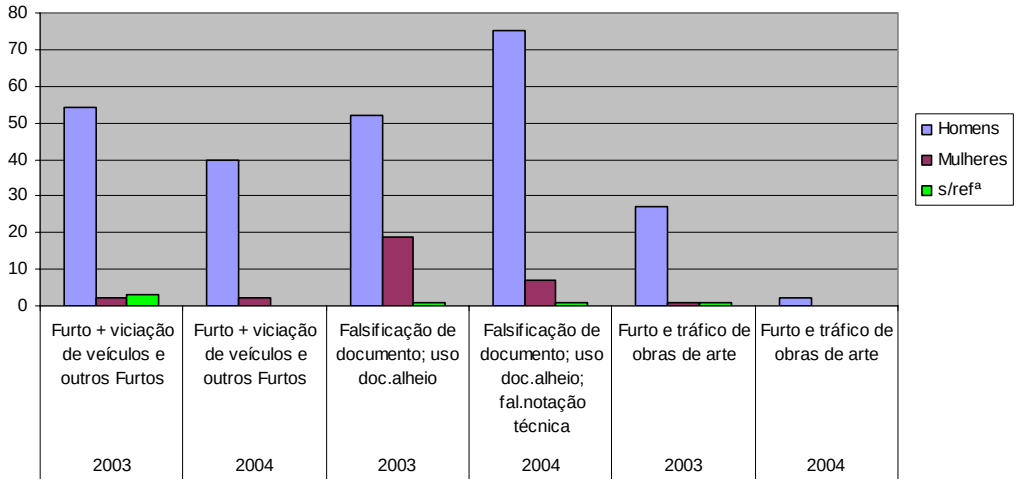
Quanto aos crimes de incêndio, verificou-se uma diminuição do número de detenções, de um total de 98, em 2003, para 79, em 2004.

Contraria um pouco o ligeiro aumento do número de ocorrências, contudo, importa ter presente que em grande parte das situações um incendiário não é autor de apenas um mas sim de vários incêndios, não devendo por isso ser encarados os números apresentados como perda de eficácia.

Distribuição do nº de detidos por Crime de Furto, Falsificação de Documentos e Furto e Tráfico de Obras de Arte, segundo o género e a nacionalidade, 2003 – 2004

Ano	Infracções	Homens	Mulheres	s/refª	Total Detidos	Portugueses	Estrangeiros	s/refª
2003	Furto + viciação de veículos e outros Furtos	54	2	3	59	49	8	2
	Falsificação de documento; uso doc.alheio	52	19	1	72	39	30	4
	Furto e tráfico de obras de arte	27	1	1	29	28		1
2004	Furto + viciação de veículos e outros Furtos	40	2		42	31	11	
	Falsificação de documento; uso doc.alheio; fal.notação técnica	75	7	1	83	42	45	
	Furto e tráfico de obras de arte	2			2	1	1	

Distribuição do nº de Detidos por Crime de Furto, Falsificação de Documentos e Furto e Tráfico de Obras de Arte, segundo o género



Relativamente ao furto e falsificação de obras de arte, o número de detidos foi muito reduzido, tendo em atenção o ano de 2003, todavia, trata-se de um tipo de crime que não tem um padrão, ocorrendo de forma cíclica e muitas vezes um elevado número de casos não corresponde a mais que dois ou três autores.

Por furto e viciação de veículos, foram detidos menos 17 indivíduos, o que significa uma forte quebra.

A falsificação, que decresceu 14,8%, demonstrou um acréscimo de detidos de proporção idêntica, sendo uma área onde o aumento da eficácia foi substancial.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL MINISTRADA NO ISPJCC

A formação ministrada no ISPJCC, em 2004, visou dar resposta às concretas necessidades da Polícia Judiciária, pondo-se particular enfoque no que respeita à formação inicial e à formação contínua especializada.

Neste contexto, há destacar a prossecução e conclusão do 38.º Curso de Inspectores Estagiários, iniciado em 23 de Outubro de 2003, permitindo, assim, o reforço do pessoal de investigação criminal com mais 93 Inspectores Estagiários. Tratou-se do primeiro curso em que os formandos eram todos licenciados, tendo-se adaptado os programas a essa nova realidade e actuado por forma a conseguir uma formação humana, técnica e científica de nível superior. Reforçou-se o trabalho com base em casos concretos, ampliou-se a fase de formação integrada, deu-se especial atenção à cooperação policial e judiciária, à formação em matéria de Polícia e Direitos Humanos – Ética e Deontologia (formação integrada e seminário organizado com a colaboração do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e o apoio do Conselho da Europa) e à formação em informática, tendo todos os alunos ficado habilitados e certificados com a "Carta de Condução Europeia em Informática" – ECDL. De realçar ainda a especial atenção e a preparação básica para a futura intervenção no domínio do combate à criminalidade económica e financeira, sendo, para o efeito, ministrado um módulo sobre o tema "A investigação da criminalidade económica e financeira – Noções Básicas de Contabilidade e Análise Financeira".

Em Dezembro de 2004, deu-se início ao 1.º Curso Extraordinário de Formação de Inspectores Estagiários, com discentes oriundos de um concurso autorizado excepcionalmente ao abrigo do art. 106.º da LOPJ. Foram admitidos 113 dos candidatos concorrentes, tendo, porém, iniciado o curso apenas 92 alunos.

Atenta a heterogeneidade de proveniência dos alunos, foi efectuado um diagnóstico inicial, considerado essencial para a constituição das turmas, em tais condições, e para definir quais as matérias prioritárias a ministrar no curto período de formação, por forma a salvaguardar os indispensáveis níveis de qualidade e a adequada preparação dos alunos para as exigências específicas da função de destino.

Relativamente à formação contínua, há a destacar o incremento dado à formação contínua especializada, com a realização de 63 acções de formação. De entre elas, realçam-se as atinentes ao Sistema Integrado de Informação Criminal – SIIC, tráfico de estupefacientes, investigação de fogo posto, criminalidade informática, abuso sexual de menores, crimes contra o ambiente,

condução defensiva avançada e condução defensiva de motociclos. Particular atenção mereceu, conforme se revela absolutamente essencial, a formação em matéria de criminalidade económica e financeira, em especial nas vertentes da fraude fiscal, contrafacção de moeda e branqueamento de capitais. O mesmo aconteceu em matéria de criminalidade informática.

Com o objectivo de suprir uma lacuna há muito sentida, relativamente à formação dos porta-vozes da Polícia Judiciária, foi concebido e ministrado, com marcado êxito, o curso de *Comunicação Social – Porta Vozes da PJ*. Contou-se, para esse efeito, com a colaboração dos mais reputados especialistas nas matérias em questão - jornalistas, docentes universitários, magistrados, académicos e quadros da Polícia Judiciária.

Ainda na perspectiva de fornecer conhecimentos e competências numa outra área de formação que apresentava acentuadas carências, face ao recente desenvolvimento de instrumentos de cooperação europeia, realizou-se o Curso *Cooperação Policial e Judiciária em Matéria Penal na União Europeia,* o qual foi realizado em duas edições, sendo a equipa de formadores constituída por uma docente universitária e dois quadros qualificados do DCCI - PJ.

Especial destaque merece também a Formação em Gestão para Quadros Dirigentes da Polícia Judiciária. Tal curso, integrado por três módulos (Gestão e Planeamento de Projectos, Gestão das Pessoas e Gestão Financeira e Controlo Orçamental das Organizações Públicas), iniciou-se no princípio de Dezembro de 2004, sendo ministrado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

Manteve-se, por outro lado, a prioridade atribuída ao Curso de Formação Pedagógica de Formadores, dando-se prioridade a quem é chamado a exercer funções no ISPJCC, como formador interno permanente ou interno eventual.

Em matéria de cooperação com as entidades nacionais, continuaram a realizar-se acções de formação para outros órgãos de polícia criminal, designadamente a GNR, a PSP e a Polícia Marítima, o Centro de Estudos Judiciários, a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, etc. Tal é feito no cumprimento das atribuições legalmente cometidas ao ISPJCC, bem como no desenvolvimento da indispensável cultura de cooperação entre as diferentes entidades envolvidas na prevenção e investigação criminal.

No que concerne à cooperação europeia e internacional, merecem especial destaque a participação muito activa do ISPJCC, no âmbito da Academia

Europeia de Polícia – AEP/CEPOL e as actividades desenvolvidas no âmbito da cooperação com os países de língua oficial portuguesa.

Quanto à formação para os PALOP's, há a destacar a aposta no curso de Formação Pedagógica de Formadores, realizado para quadros (12) da Polícia da República de Angola. Nesse curso, participaram também dois elementos da Academia de Polícia Federal – Departamento de Polícia Federal do Brasil.

Destaca-se, por outro lado, o curso sobre Técnicas de Investigação Criminal, realizado no Centro de Formação Jurídica e Judiciária, em Moçambique, para magistrados do Ministério Público.

A formação a desenvolver no âmbito dos países de língua oficial portuguesa foi especialmente abordada no decurso da 4.ª Reunião do Conselho de Directores de Polícia Judiciária e de Investigação Criminal da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa – CD/CPLP, realizada em Lisboa, de 27 a 30 de Setembro de 2004, e nas reuniões de trabalho que tiveram lugar no decurso das visitas de Sua Excelência o Ministro da Justiça de Moçambique (5 de Abril de 2004) e de Sua Excelência o Ministro do Interior de Angola (28 de Maio de 2004). No decurso desta última visita, teve lugar a assinatura do Memorando entre o Ministério da Justiça de Portugal e o Ministério do Interior de Angola sobre o Programa Quadro de Cooperação no domínio da Investigação Criminal.

Relativamente às actividades desenvolvidas no âmbito da Academia Europeia de Polícia, foram organizados três cursos em Portugal: um sobre a Contrafacção do Euro, outro sobre Criminalidade Ambiental, sendo este uma organização conjunta com a EP-GNR e outro sobre Branqueamento de Capitais, este no âmbito do Programa MEDA.

Participou-se também, como país parceiro, nos cursos sobre Criminalidade Económica e Financeira e sobre Violência Doméstica.

Ainda na qualidade de parceiro, interveio-se nas reuniões preparatórias dos cursos sobre Branqueamento de Capitais e Combate ao Tráfico de Droga, a realizar em Malta e na Turquia.

No âmbito dos trabalhos do Comité *Management Learning Committee*, o ISPJCC foi, por outro lado, incumbido da concepção do "Questionnaire on the Characterization of Specialized Training Courses Supplied at European Police Academies". Tal questionário foi aplicado pela Academia Europeia de Polícia, ficando também a cargo do ISPJCC o tratamento dos dados recolhidos e a apresentação do relatório final.

HORAS DE FORMAÇÃO / INSTITUIÇÕES	
FORMAÇÃO - INSTITUIÇÕES	Horas
Polícia Judiciária	5033
Cooperação Europeia e Internacional (CEPOL e PALOP`S)	311
Cooperação Nacional (GNR, PSP, PM, DSGP, etc...)	1280,5

Nota:

GNR - 348,5 horas

PSP - 380 horas

PM (Polícia Marítima) - 144 horas

Outras - 373 horas

FORMAÇÃO CONTINUA PJ	
ÁREAS DE FORMAÇÃO MAIS RELEVANTES (Igual ou superior a 60 horas de formação)	Horas Lectivas
Técnicas de Intervenção Policial	288
(Condução Defensiva Avançada; Técnicas de Abordagem e Detenção; Condução Defensiva Motociclos)	
(Inspecção Judiciária; Investigação Pós-Explosão; Tanatologia Forense)	
Criminalidade Económica	84
(Contrafacção de Moeda; Branqueamento de Capitais; Criminalidade Económica - Fraude Fiscal)	
Criminalidade Informática	60
Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC)	135
Informática – Operação	347
(Spo-Sistemas de Pesquisas On-Line; Smartdocs; Word; Excel)	

Formação ministrada a outros Órgãos de Polícia Criminal

	Data	Horas Lectivas	Acção / Curso	Tipo de Formação	Local	N.º Participantes
GNR	08.Jan. a 01.Jul	42	Curso Form. Oficiais - 4º Ano - Criminalística	FI	ISPJCC	27
	07.Out. a 09.Dez.	24		FI	ISPJCC	21
	04 a 20.Fev.	78	Módulo de Investigação Criminal para 9.º TPO	FI	ISPJCC	36
	08 a 12.Março	30	Mód. de Investigação Criminal - Curso de Promoção a Capitão	FCP	ISPJCC	8
	03 a 07.Maio	30	Curso de Técnicas de Entrevista e Interrogatório	FCE	ISPJCC	20
	06 e 07.Jan.	14	Identificação e Prevenção de Meios de Prova em Incêndios Florestais	FCE	ISPJCC	16
	27 a 31.Set.	30	Brigadas Anti-Crime - Droga	FCE	EPG-Queluz	23
	05 a 07.Abr.	18	Supervisores de Lofoscopia	FCE	ISPJCC	19
	04 a 06.Março	18	Negociação em Situações de Barricados e Suicídio	FCE	EPG-Queluz	8
	11 a 13.Março	18		FCE	EPG-Queluz	9
	19 e 20.Fev.	12	Curso de Furto, Tráfico e Viciação de Viaturas	FCE	ISPJCC	6
	Total	314	11 Acções de Formação			193
PSP	05 a 09.Jul.	35	Técnicas de Entrevista e Interrogatório	FCE	ISPJCC	18
	12.Abr. a 07.Maio	120	Lofoscopia - Técnicas de Recolha de Vestígios	FCE	ISPJCC	13
	10.Maio a 04.Jun.	120		FCE	ISPJCC	13
	11 a 13.Out.	18	Fotografia Criminal	FCE	ISPJCC	49
	03.Nov.	6	Investigação Criminal - Recolha de Vestígios Biológicos	FCE	ISPJCC	20
	02.Dez.	6		FCE	ISPJCC	20
	09.Fev. a 09.Jun.	45	Criminalística - 3º Ano do Curso de Oficiais da Polícia	FI	PSP	39
	09.Mar. a 11.Jun.	30	Sociologia Urbana e Exclusão Social - 4º Curso de Subcomissários	FCP	PSP	40
	Totais	380	8 Acções de Formação			212
PM	01 a 26.Março	120	Lofoscopia - Técnicas de Recolha de Vestígios	FCE	ISPJCC	13
	25 a 28.Out.	24	Investigação Criminal - Tráfico de Estupefacientes	FCE	ISPJCC	25
	Totais	144	2 Acções de Formação			38

LABORATÓRIO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

Ao Laboratório de Polícia Científica compete a realização de perícias, nomeadamente nos domínios da Biologia, Toxicologia, Físico-Química, Balística, Documentos copia e Criminalística.

Em 2004, foi solicitada, ao LPC a realização de 23.214 perícias e foram realizadas 24.023. Foram solicitadas mais 1.997 perícias que no ano anterior e foram realizadas mais 2.273.

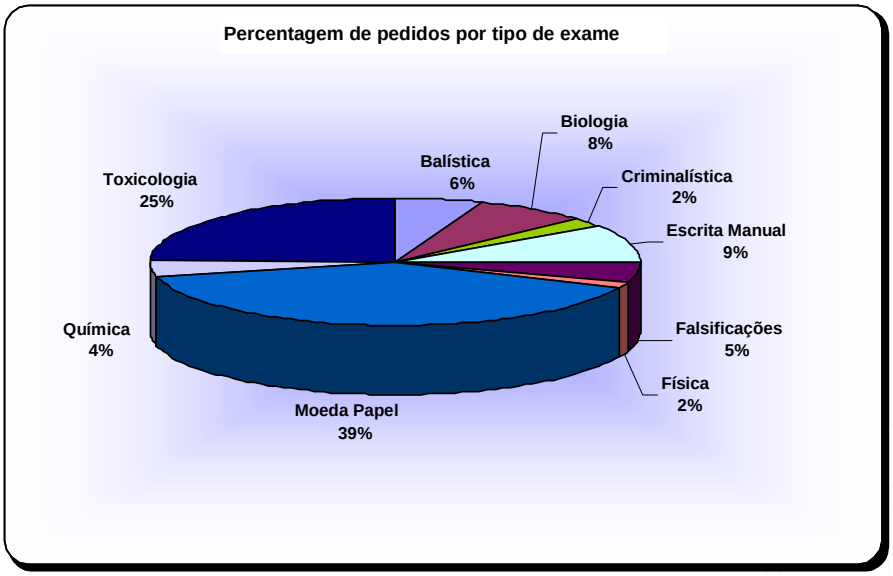
Assim, foi possível reduzir as pendências de 7.073 para 6.264 perícias e bem assim a antiguidade dos pedidos pendentes.

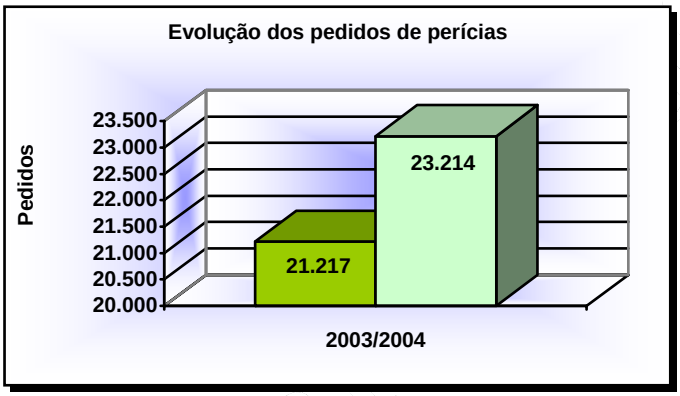
O tempo de resposta, na generalidade das Áreas do LPC, foi reduzido, contribuindo-se assim para a realização de uma justiça mas justa porque mais célere.

Apesar dos constrangimentos orçamentais, foi possível assegurar, com qualidade, a representação do LPC a nível internacional e foram adquiridos equipamentos que, no futuro, melhorarão ainda mais a qualidade do serviço prestado.

Ano	N.º de Pedidos	Variação %
2003	21.217	9,4%
2004	23.214	

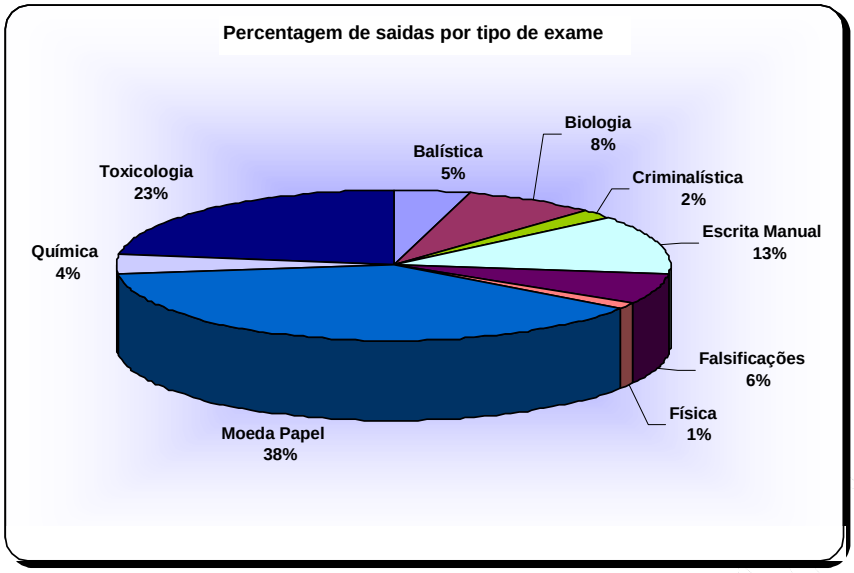
Distribuição dos pedidos de exames por Áreas e Sectores		2003	2004	Variação %
Balística	Armas	1.077	1.284	19,2%
	Vestígios/Marcas	49	96	95,9%
Biologia		1.403	1.737	23,8%
Criminalística	Desenho	___	116	___
	Fotografia	___	389	___
Documentos	Moeda Papel	7.334	9.224	25,7%
	Falsificações	1.256	1.134	-9,7%
Escrita Manual		2.382	2.182	-8,3%
Física		394	413	4,8%
Química		1.003	909	-9,3%
Toxicologia		6.319	5.730	-9,3%

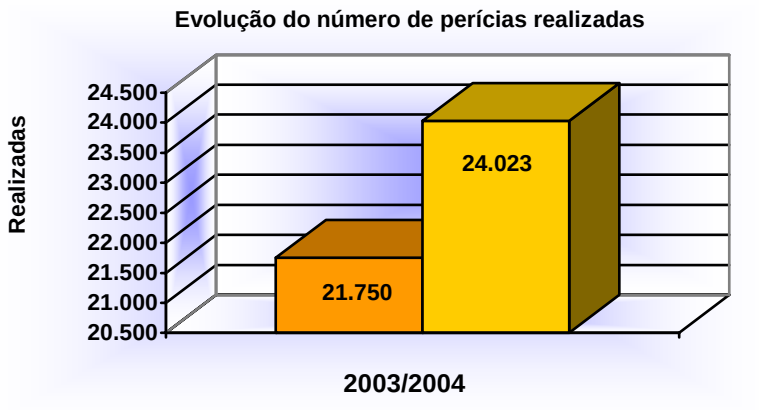




Ano	N.º de Saídos	Variação %
2003	21.750	10,4%
2004	24.023	

DISTRIBUIÇÃO DOS EXAMES REALIZADOS POR ÁREAS E SECTORES		2003	2004	Variação %
Balística	Armas	1029	993	3,4%
	Vestígios/Marcas	30	57	90%
Biologia		1037	1833	76,7%
Criminalística	Desenho	___	107	___
	Fotografia	___	389	___
Documentos	Moeda Papel	7778	9246	18,8%
	Falsificações	1317	1541	17%
Escrita Manual		2992	3043	1,7%
Física		320	310	-3,1%
Química		957	971	1,4%
Toxicologia		6290	5441	-13,4%





NOTAS FINAIS

A necessidade de acompanhar, de forma particular, alguns fenómenos criminais de forte alarme social e justificada preocupação da sociedade civil, que se têm manifestado nos últimos anos e aos quais a Polícia Judiciária tem vindo a ser chamada a intervir de forma decisiva, esteve na génese de estudos de carácter estratégico, com vista a avaliar esses mesmos fenómenos.

Mais exactamente, no que concerne aos crimes de abuso sexual de menores, criminalidade praticada por estrangeiros e crimes violentos, particularmente naqueles em que há recurso a armas de fogo, procurou-se determinar as características dos intervenientes, encontrar padrões de comportamento e *modus operandi*, horários e tipos de locais escolhidos, por forma a optimizar a capacidade de resposta da Polícia Judiciária.

O facto de, durante o ano de 2004, ter decorrido em Portugal um dos maiores acontecimentos desportivos como foi o EURO 2004, levou à tomada de medidas adequadas a garantir as necessárias condições de segurança para participantes e público em geral, colaborando com outras forças policiais mas, acima de tudo, por intermédio da Unidade Nacional de Informação, garantido e coordenando, entre 1 de Abril e 3 de Junho, os meios humanos e materiais necessários a todo o processo de acreditação de participantes, com a verificação de 32.763 identidades.

Foi ainda tido em particular atenção o desenvolvimento do Sistema Integrado de Informação Criminal, que é hoje em dia uma ferramenta cada vez mais imprescindível para que os sectores operacionais da PJ disponham de informação adequada, actual e pertinente para as suas necessidades.

Exemplar do GCS

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

INTRODUÇÃO

A imigração ilegal, com envolvimento de formas diversas de criminalidade organizada, registou, durante o correr do ano transacto, alterações que merecem referências, nomeadamente quanto à caracterização das tipologias de crime associadas a este fenómeno. Se 2002 e 2003 foram anos em que associações criminosas, particularmente as provenientes da Europa do Leste, procuraram o seu estabelecimento em território nacional, transferindo para Portugal estruturas e funcionamentos hierarquizados das suas células, desenvolvendo, por isso, as suas actividades em redor de crimes como a imigração ilegal com conexão directa à extorsão, à angariação de mão-de-obra ilegal, ao sequestro e ao homicídio, o ano de 2004 – na sequência de uma tendência já assinalada em 2003 – revela-nos diferentes proveniências dos fluxos migratórios ilegais.

A tal alteração não é indiferente o alargamento a Leste da União Europeia, situação que, tendencialmente, poderá reencaminhar fluxos migratórios, até agora direccionados para o Sul da Europa, para países limítrofes da Ucrânia, Moldávia, Rússia e mesmo da Roménia, com as vantagens daí inerentes, evitando-se uma grande deslocação para países, como o nosso, em espaços mais periféricos; outro factor que não pode deixar de ser mencionado, e está indissociavelmente ligado ao anterior, é o da recessão da nossa economia, com reflexos socialmente visíveis no desemprego de muitos cidadãos estrangeiros que residem no nosso país.

Se da imigração africana podemos verificar um fluxo estabilizado, sendo as recusas de entrada em território nacional disto um bom indicador, o mesmo não poderemos dizer da imigração brasileira que assinala a pressão migratória do Atlântico Sul em direcção a diversos países da UE, pormenor que deve merecer a nossa atenção porque não faz do nosso país o alvo por excelência, mas antes revela uma dinâmica cada vez mais alargada em direcção a diversos tipos de países, caracterizando-se naturalmente pela transnacionalidade, em rede, sustentada por células de apoio que se dissolvem e constituem consoante os interesses estruturais ou conjunturais.

Dois tipos de crime ressalvam desta nova tendência: a falsificação de documentos e o tráfico de mulheres para a prostituição; o primeiro obrigando a uma relação, de constante mutabilidade, entre elementos das mais diversas nacionalidades, com destaque para os de origem portuguesa, brasileira, africana e indostânica, revela o quão difícil é estabelecer uma hierarquia no relacionamento dos seus agentes; e o segundo, baseado numa rede de casas direccionadas para a actividade do alterne e prostituição, tem um recrutamento fácil em franjas sociais da sociedade brasileira, completamente desestruturadas e assoladas pela pobreza, em que as mulheres – muitas das quais mães solteiras desde tenra idade – são um alimentador fácil deste tipo de tráfico.

Se a actividade das fronteiras externas portuguesas é um bom indicador, como atrás dissemos, para se ponderar a análise do fenómeno, facilmente perceberemos a razão da procura de diferentes rotas (aeroportos de Espanha e França) para se evitar o controlo das nossas fronteiras, verificando-se a entrada em território nacional pelo elo mais fraco das nossas estruturas de segurança – as fronteiras internas.

Esta constatação foi facilmente comprovada, no ano da organização da fase final do Campeonato da Europa de Futebol – EURO 2004 -, pela actividade do SEF no período decorrido entre 26 de Maio e 4 de Julho, altura em que se invocou o artigo 2º da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen (CAAS), para se efectuar o controlo de pessoas nas nossas fronteiras terrestres.

Das actividades já mencionadas e que assentam basicamente no **esquema triangular do controlo de fronteiras/acções de fiscalização/investigação criminal**, saliente-se também, atenta a responsabilidade do SEF a nível internacional, a instalação dos Oficiais de Ligação de Imigração do SEF em Luanda, Dakar/Bissau, Brasília, Bucareste e Kiev, zonas geográficas que reflectem com particular incidência as tendências migratórias para Portugal; também especial preocupação está a merecer o *boom* da actividade empresarial de cidadãos chineses, claramente desproporcional ao número oficial da comunidade estabelecida em Portugal.

A concluir, e reflectindo o carácter multidisciplinar deste tipo de matérias, cada vez mais se constatou a colaboração do SEF com as diversas entidades nacionais implicadas no combate à criminalidade conexa à imigração ilegal e tráfico de seres humanos, designadamente com a PSP, a PJ, a GNR,

Inspecção-Geral de Trabalho, Segurança Social, Inspecção-Geral das Actividades Económicas, e Inspecção-Geral de Finanças.

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Postos de fronteira aérea

Aumentou significativamente o número de recusas de entrada em 2004: **10787**. Destas, **966** registaram-se apenas nos Postos de Fronteira aérea, entre o período de 26 de Maio e 4 de Julho, altura em que se implementaram os mecanismos do art.º 2º da CAAS para controlo das nossas fronteiras internas, situação que obrigou ao controlo de voos de proveniência Schengen, salientando-se, durante este período, o número absoluto de **7389** recusas de entrada no país, essencialmente devido ao controlo de fronteiras terrestres.

Para a estatística desta actividade do SEF, e tendo como referência apenas o período relativo ao normal controlo direccionado apenas para as fronteiras externas, com situação de destaque para os Postos de Fronteira aérea e especial relevo para o Aeroporto de Lisboa, foram contabilizadas, durante o ano de 2004, **3398** recusas de entrada no país.

A **nacionalidade brasileira** continua a ocupar o primeiro lugar, muito destacada em relação às demais, com **3044** recusas. Os principais fundamentos para a recusa foram: **ausência de visto adequado ou visto caducado – 1072**; **ausência de motivos que justifiquem a entrada – 994**; e **ausência de meios de subsistência – 840**.

Tal como atrás dissemos, é importante mencionar que, quanto ao número absoluto de recusas de entrada efectuados por Postos de Fronteira aérea, o Aeroporto de Lisboa registou, com o período de excepção do EURO 2004, **4223** recusas de entrada.

Quanto às restantes nacionalidades, salientando as mais importantes, destacamos as seguintes: Venezuela (**204**); Bolívia (**191**); Angola (**133**) e Guiné-Bissau (**116**).

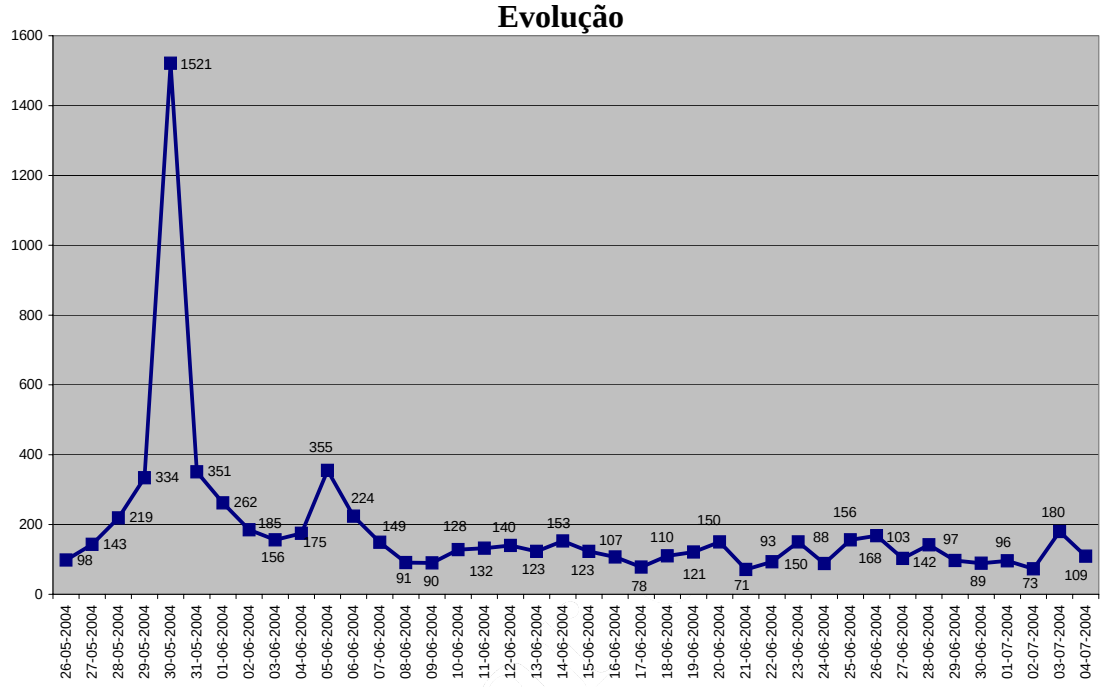
Postos Mistos de Fronteira

O destaque aqui dado a estes departamentos orgânicos justifica-se pela importância que a sua actuação tem nas estruturas da segurança interna e o

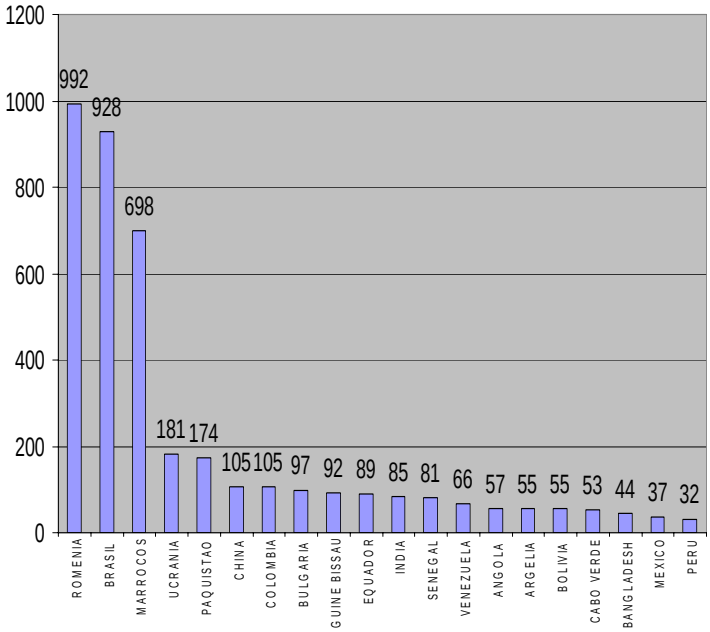
particular relevo que tiveram no período de excepção accionado, com base no artigo 2º da CAAS, entre 26 de Maio e 4 de Julho.

Os quadros que se seguem dão-nos indicadores que mostram bem o registo da afluência migratória em direcção ao território nacional por via terrestre:

Recusas de Entrada / Readmissões activas diárias
Evolução



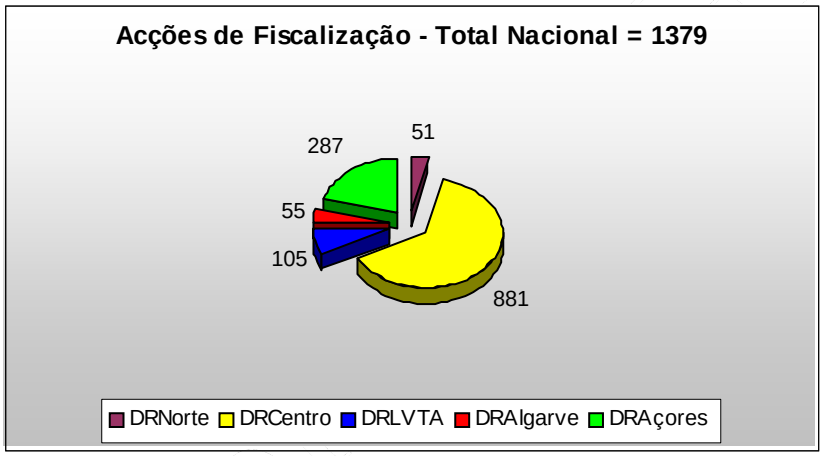
Recusas de Entrada / Readmissões activas diárias
Relação das 20 nacionalidades mais relevantes em termos de risco de imigração



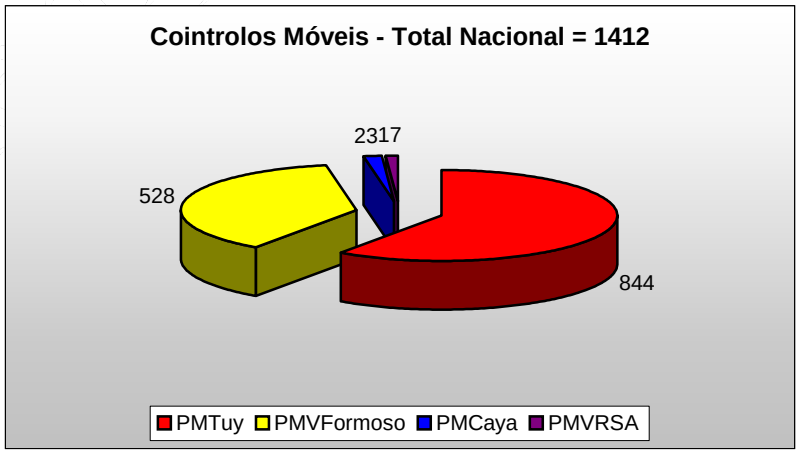
ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS PARA O CONTROLO DAS FRONTEIRAS INTERNAS

A actividade das Direcções, tanto no interior de território nacional como em áreas próximas dos Postos Mistos de Fronteira, procurando controlar rotas terrestres da imigração ilegal em direcção a Portugal, visou, em si mesmo, durante o ano de 2004, compensar a impossibilidade de fiscalização sistemática das fronteiras terrestres decorrentes da nossa adesão ao acordo de Schengen e que se traduziram na actividade operacional descrita nos quadros que se seguem.

Acções de Fiscalização a nível nacional e por Direcção Regional



Controlos Móveis por Posto Misto de Fronteira



P. M. de Tuy – Direcção Regional do Norte; P.M. Vilar Formoso – Direcção Regional do Centro; P.M.Caya – Direcção Regional de Lisboa Vale do Tejo e Alentejo; P.M. V.R.St.º Ant.º - Direcção Regional do Algarve.

Não estão incluídas as actividades do período entre 26 de Maio e 4 de Julho ("Rock in Rio – Lisboa" e EURO 2004), já reportadas no capítulo referente à actividade das fronteiras.

Medidas cautelares

Foram detectadas 765 medidas cautelares, das quais destacamos as seguintes:

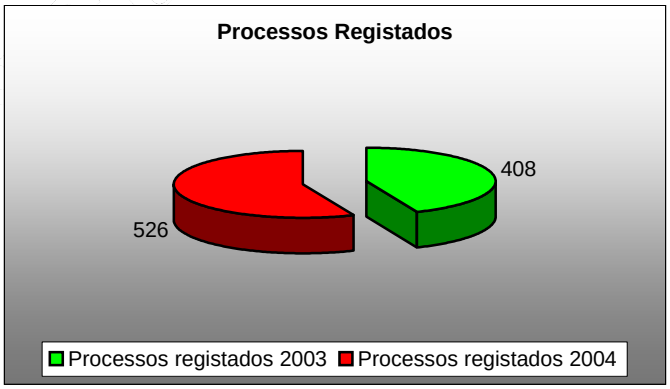
- 220 mandados de captura;
- 239 pedidos de paradeiro por autoridade policial;
- 101 pedidos de paradeiro para expulsão do país;
- 66 pedidos de paradeiro por autoridade judicial;
- 35 interdições de entrada em território nacional;
- 31 interdições de saída;
- 10 menores desaparecidos.

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL - INQUÉRITOS/PROCESSOS CRIME

Número de registos atribuídos por flagrante ou existência de indícios da prática de ilícitos criminais (não são incluídas as detenções para efeitos de processo administrativo de expulsão) e **número de detenções efectuadas em flagrante** (não são incluídas as detenções para efeitos de processo administrativo de expulsão), **com indicação da respectiva nacionalidade** (para todos os departamentos do SEF que procedem ao registo de expediente sob *número único identificador de processo crime – NUIPC*).

NUIPC'S REGISTADOS

Total Acumulado (JAN a DEZ) = 408 (ano anterior, 526)



Número de registos de processos-crime distribuídos para investigação (sejam registos próprios, de outro departamento do SEF ou de entidades/autoridades externas ao Serviço), **discriminado por origem do fluxo migratório *atingido*, tendo em conta as seguintes origens**: **a)**

continente africano; **b)** continente asiático; **c)** continente sul-americano; **d)** Leste europeu; **e)** outro (para os departamentos do SEF onde é feita investigação criminal).

Total Acumulado (JAN a DEZ) = 248 (ano anterior, 310)

a) 57 – continente africano;

b) 25 – continente asiático;

c) 66 – continente sul-americano ;

d) 78 – Leste da Europa ;

e) 14 – outros – não é perfeitamente definida a origem dos continentes envolvidos;

f) 01 – com ligações entre o continente africano e sul-americano

Número de detenções efectuadas durante as investigações, por nacionalidade

Total Acumulado (JAN a DEZ) = 16 (ano anterior, 54).
Nacionalidades:
Portugal –5;
Brasil – 2;
Moldova – 1;
Roménia – 4;
Ucrânia – 4.

Número de presos preventivos em processos-crime, por nacionalidade

Total Acumulado (JAN a DEZ) = 14 (ano anterior, 37).

Angola – 1;
Brasil – 1;
Roménia – 4;
Rússia – 1;
Sudão – 1;
Ucrânia - 6

Número de detenções efectuadas em flagrante delito

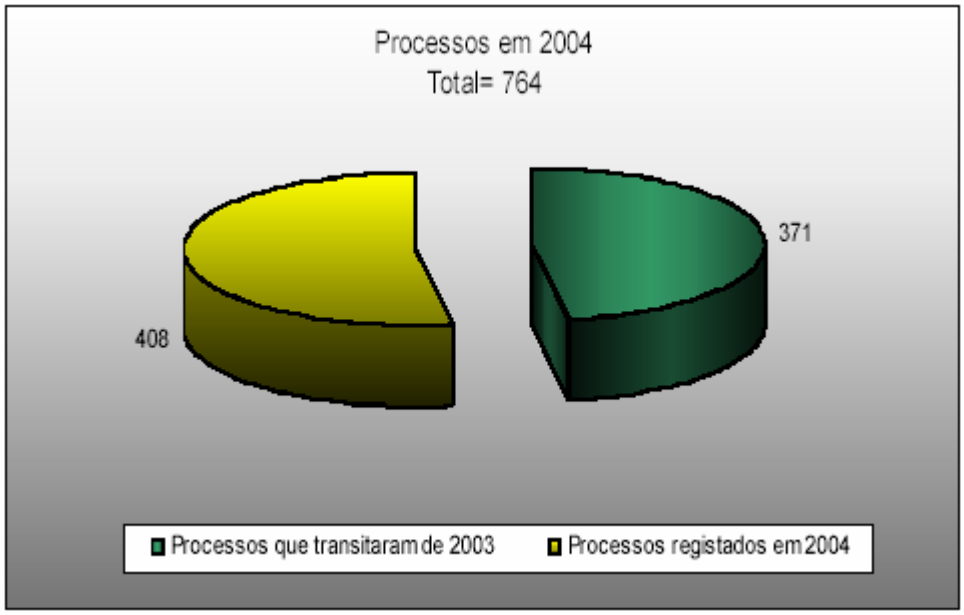
Total Acumulado (JAN a DEZ) = 321 (ano anterior, 405).
Nacionalidades

Portugal – 32	Albânia – 1	Angola – 31	Argélia – 3	Bolívia – 1
Brasil – 40	Bulgária – 2	Cabo Verde – 17	Camarões – 1	Canadá – 1
China – 22	Colômbia – 1	Equador – 3	Espanha – 2	França – 1
Geórgia – 2	Guiné-Bissau – 23	Holanda – 1	Índia – 3	Israel – 1
Itália – 2	Japão – 7	Casaquistão – 2	Letónia – 1	Libéria – 1
Lituânia – 1	Mali – 1	Marrocos – 5	Moçambique – 2	Moldova – 5
Nigéria – 4	Reino Unido – 1	Paquistão – 4	Roménia – 17	Ruanda – 1
Rússia – 2	Senegal – 1	Serra Leoa – 1	Sri Lanka –1	Sudão – 1
Suíça – 1	Ucrânia – 6	Venezuela – 2	Desconhecida – 64	

Processos em investigação que transitaram de 2003 para 2004.

Total = 371

PROCESSOS REGISTADOS EM 2004.



PROCESSOS EM INVESTIGAÇÃO QUE TRANSITARAM DE 2004 PARA 2005 - PENDÊNCIA PROCESSUAL A 31 DE DEZEMBRO DE 2004

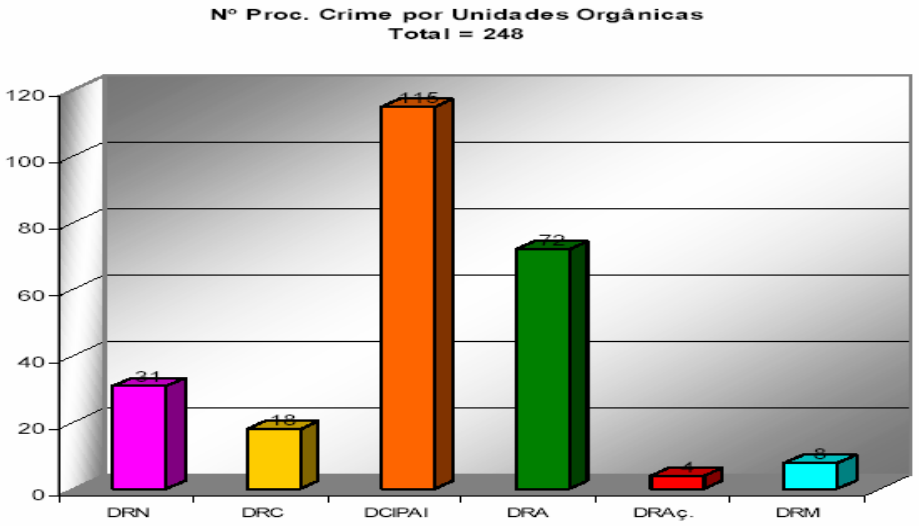
Total =276

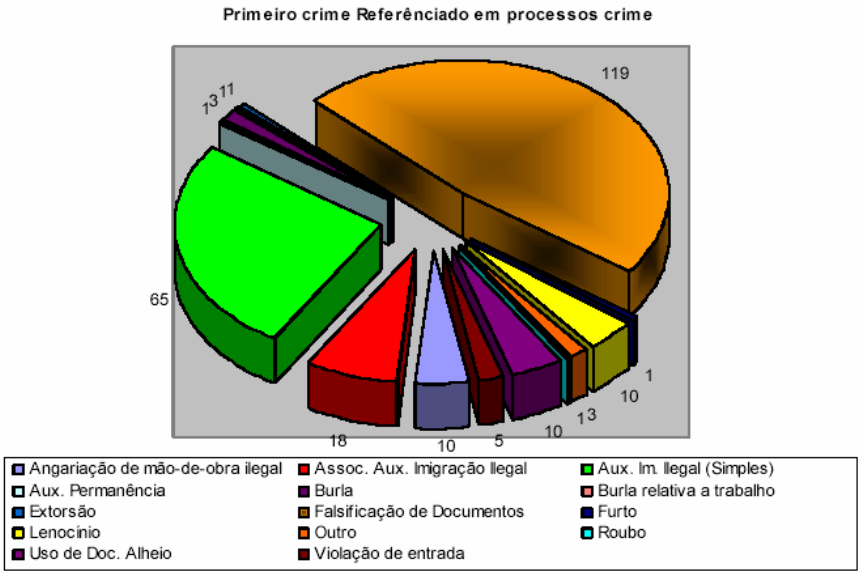
PROCESSOS SOB INVESTIGAÇÃO NO SEF, SUA DISTRIBUIÇÃO E TIPO DE CRIME.

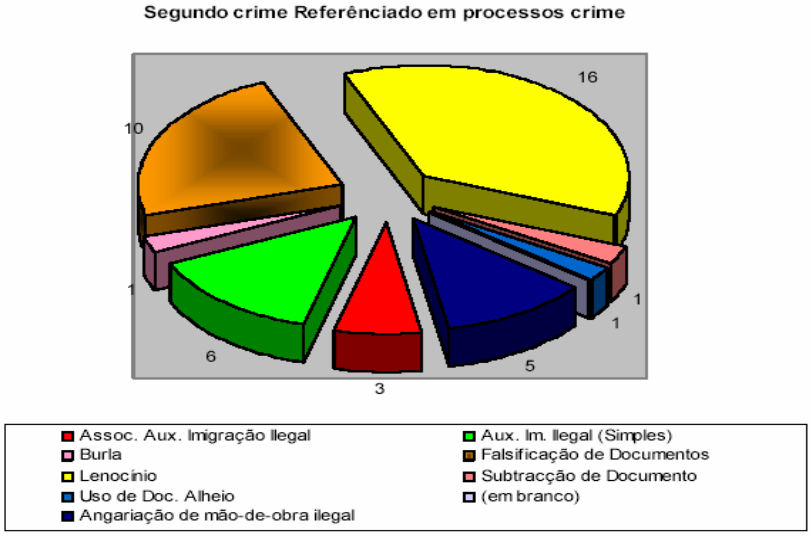
Os tipos de crime que merecem destaque, tendo em conta o seu número e/ou dimensão (importância/complexidade):

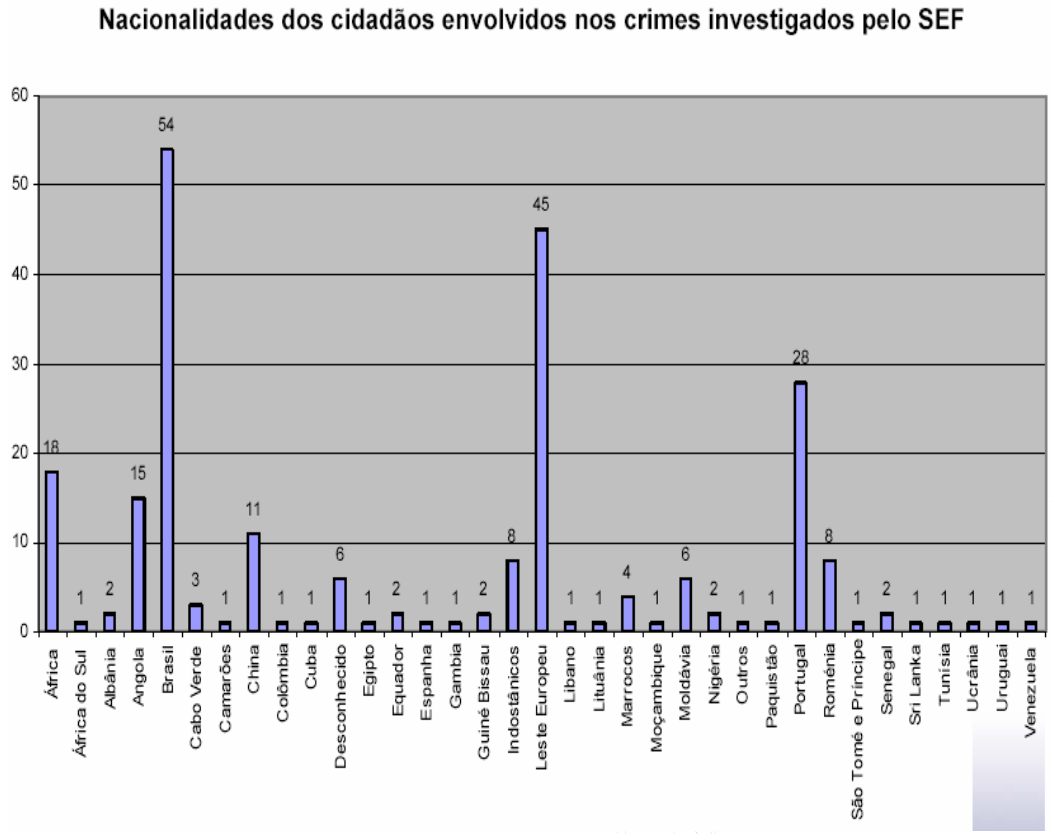
Unidade:	Angariação de mão-de-obra ilegal	Assoc. Aux. Imigração Ilegal	Aux. Im. Ilegal (Simples)	Aux. Permanência	Burla	Burla relativa a trabalho	Extorsão	Falsificação de Documentos	Furto	Lenocínio	Outro	Roubo	Uso de Doc. Alheio	Violação de entrada	Total global
DCIPAI	5	2	34		2	1		59	1	1		1	4	5	115
DRAcores	1		2					1							4
DRAlgarve	3	1	9		1			51			2		5		72
DRCentro		3	14					1							18
DRMadeira		1	4					1			1		1		8
DRNorte	1	11	2	1			1	6		9					31
Total global	10	18	65	1	3	1	1	119	1	10	3	1	10	5	248

(Gráfico com números do primeiro crime participado em sede de processos crime)


Nº Proc. Crime por Unidades Orgânicas
Total = 248
120
100
80
60
40
20
0
31
18
115
72
4
8
DRN
DRC
DCIPAI
DRA
DRAç.
DRM


Primeiro crime Referênciado em processos crime
119
11
3
1
65
18
10
5
10
3
10
1
Angariação de mão-de-obra ilegal
Assoc. Aux. Imigração Ilegal
Aux. Im. Ilegal (Simples)
Aux. Permanência
Burla
Burla relativa a trabalho
Extorsão
Falsificação de Documentos
Furto
Lenocínio
Outro
Roubo
Uso de Doc. Alheio
Violação de entrada


Segundo crime Referênciado em processos crime
16
10
1
6
3
5
1
1
Assoc. Aux. Imigração Ilegal
Aux. Im. Ilegal (Simples)
Burla
Falsificação de Documentos
Lenocinio
Subtracção de Documento
Uso de Doc. Alheio
(em branco)
Angariação de mão-de-obra ilegal



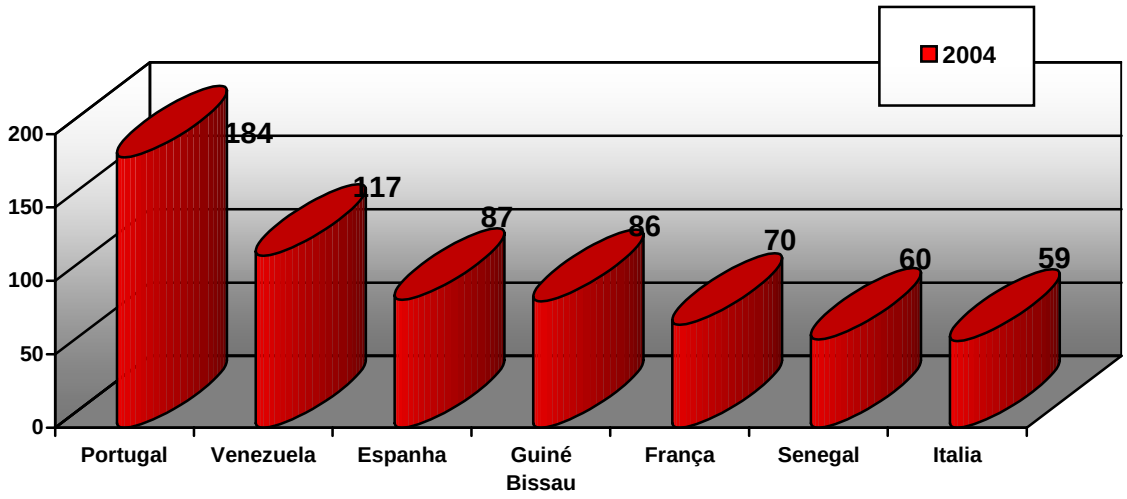
FRAUDE DOCUMENTAL

Houve uma diminuição do número de fraudes de documentos detectadas – menos -0,9% em relação a 2003, com um total de 1020 documentos apreendidos, comparativamente ao ano de 2004 com 991 documentos apreendidos.

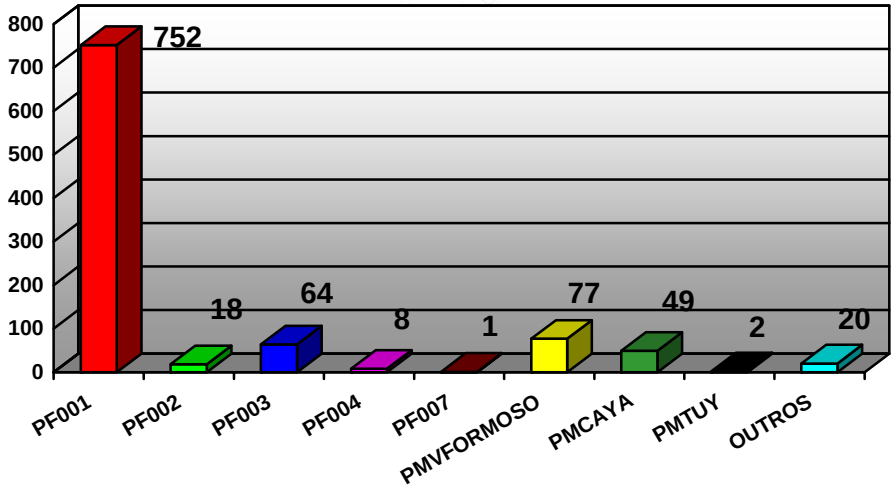
Dos documentos apreendidos, destacamos o número de passaportes (**61%**), Bilhetes de Identidade (**17%**), Autorizações de residência (**15,8%**). A restante percentagem é relativa a documentos complementares de identificação.

Relativamente à nacionalidade dos documentos apreendidos, destacamos os originários de Portugal (**184**), Espanha (**87**), França (**70**) e Itália (**59**), dentro da União Europeia, e os da Venezuela (**117**) Guiné-Bissau (**86**), Senegal (**60**), Angola (**34**), Brasil e Bolívia (**21**), com origem em países terceiros, sendo importante referenciar o primeiro lugar da Venezuela, que, no ano transacto, ocupava o 7º lugar do *ranking*.

NACIONALIDADES MAIS FREQUENTES DOS DOCUMENTOS ALTERADOS



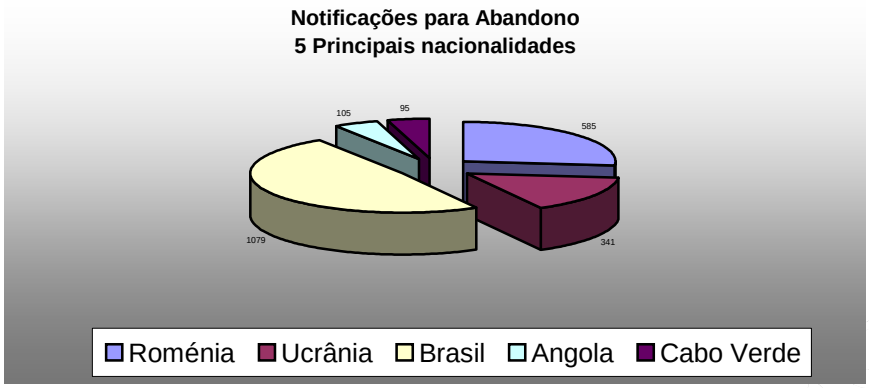
LOCAIS DE DETECÇÃO



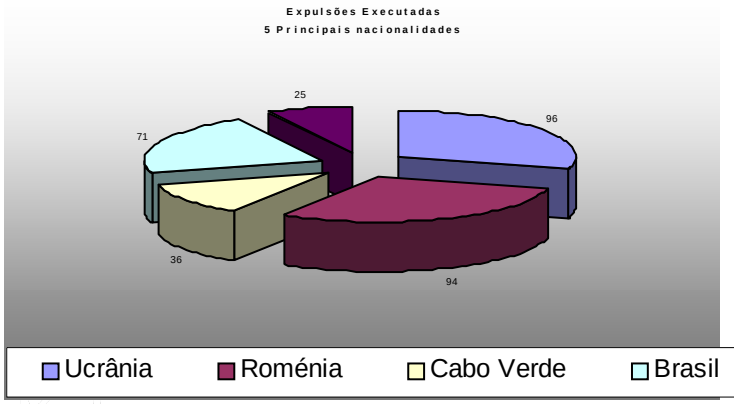
PF001 - Aeroporto de Lisboa; PF002 - Aeroporto do Faro; PF003 - Aeroporto do Porto; PF007- Aeroporto de Ponta Delgada; PM Vilar Formoso – Posto Misto de Vilar Formoso; PM Caya – Posto Misto de Caya; PM Tuy – Posto Misto de Tui; OUTROS – Postos de Atendimento, Direcção Regional do Algarve, Direcção Regional dos Açores, Direcção Regional de Lisboa, Direcção Regional do Centro e Embaixada de Portugal na Nigéria.

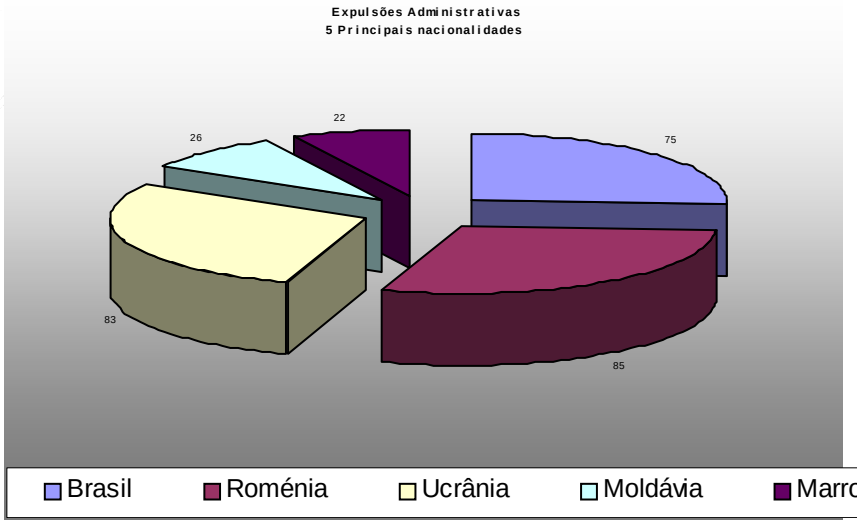
EXPULSÕES

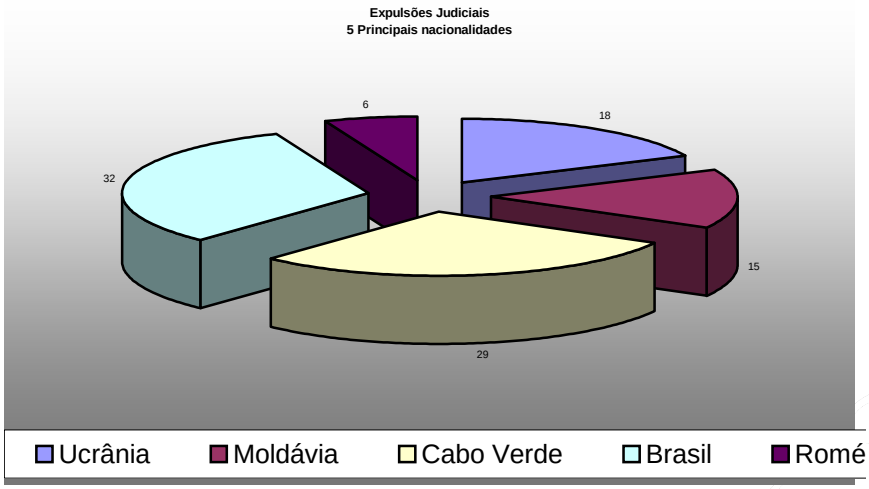
Registaram-se, no ano em curso, 2903 notificações, para abandono voluntário de território nacional (art.º 100), a cidadãos estrangeiros em situação irregular, tendo sido instaurados **1380 Processos de Expulsão Administrativa.**



Dos **513** processos de expulsão executados, refira-se que **99** foram de **condução à fronteira**; **253 expulsões administrativas** - art.º 119 e seguintes; **161** por decisão judicial – destacando-se, nesta, 101 por tráfico de estupefacientes, 20 por extorsão e 4 por auxílio à imigração ilegal, distribuindo-se as restantes por outros tipos de crime.

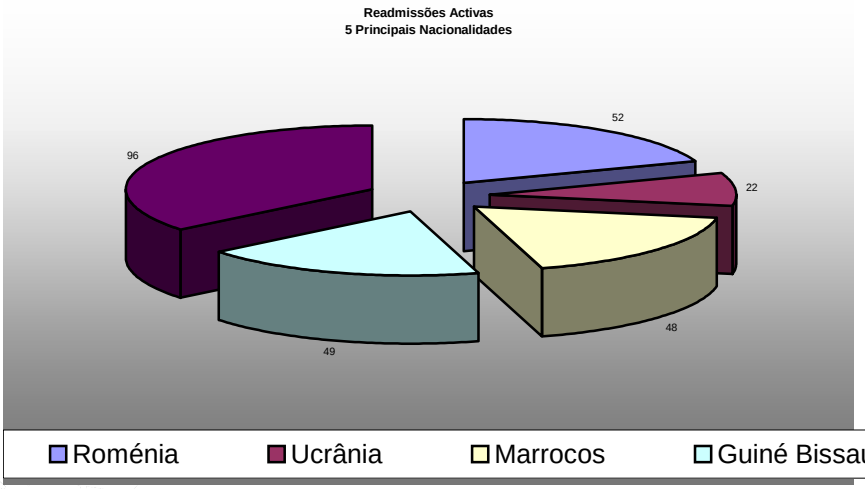


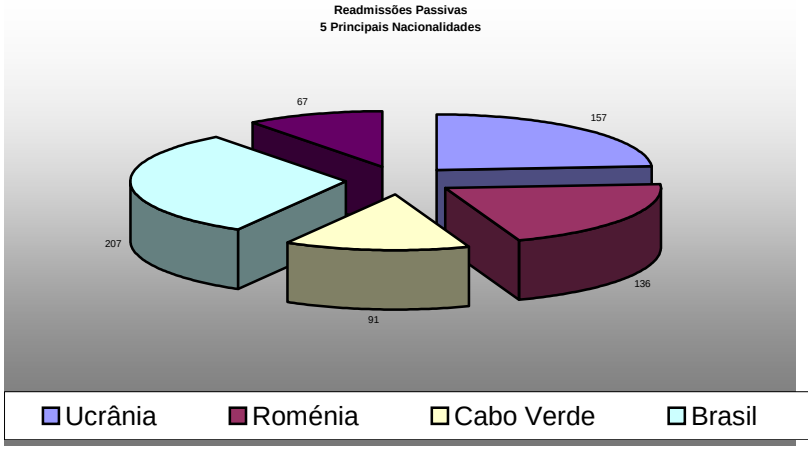




READMISSÕES

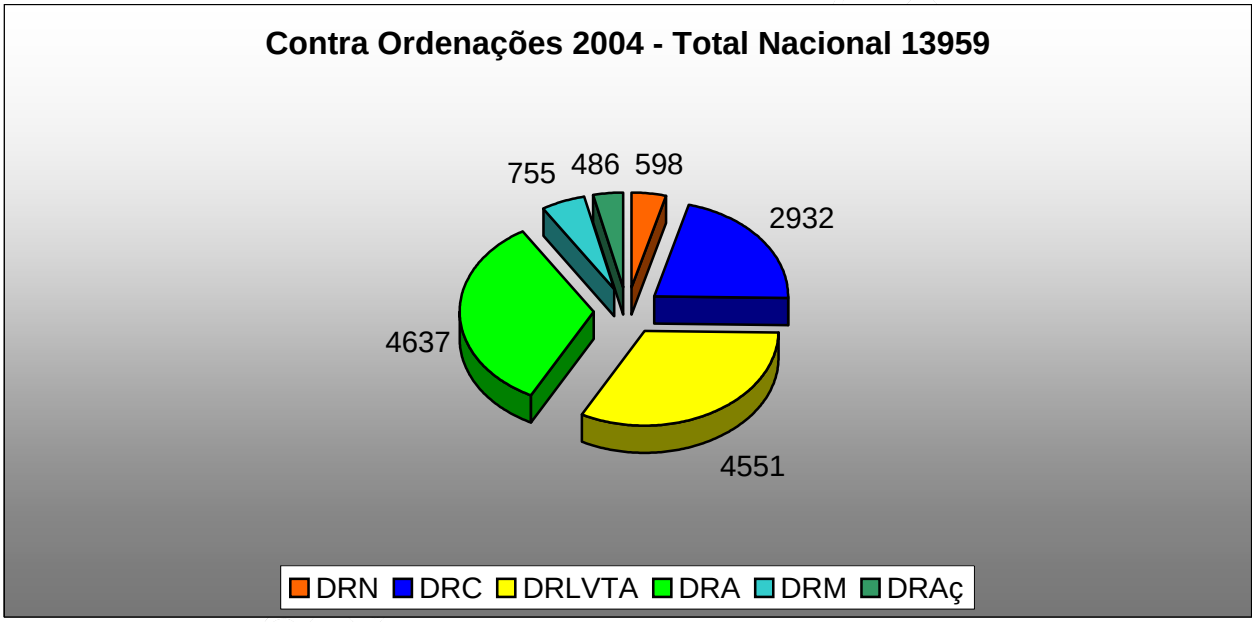
No que concerne a **readmissões passivas**, registaram-se, em 2003, **1058** casos, totalizando as **readmissões activas 295** casos. Em 2004, registaram-se 1765 processos de readmissão – **1154 passivas e 611 activas**.





PROCESSOS DE CONTRA-ORDENAÇÃO

O total de processos instruídos cifrou-se, em **2004**, nos **13959,** e teve a seguinte distribuição pelas diversas Direcções Regionais do SEF: Direcção Regional do Norte – **DRN** – **598**; Direcção Regional do Centro – **DRC** – **2932**; Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo – **DRLVTA** – **4551**; Direcção Regional do Algarve – **DRA** – **4637**; Direcção Regional da Madeira – **DRM** – **755**; Direcção Regional dos Açores – **DRAç** – **486**. Dos processos instaurados, salientem-se os que se referem à permanência ilegal de estrangeiros em território nacional e os aplicados a empresas de pessoas singulares e pessoas colectivas, pelo exercício de actividade profissional independente por estrangeiros não habilitados com o adequado visto de trabalho ou autorização de residência.



SISTEMA DE INFORMAÇÃO SCHENGEN

Descoberta de informação Schengen em Portugal:

Estrangeiros inadmissíveis indicados por outros Estados – **216**;

Documentos furtados em branco indicados por outros Estados - **29**;

Documentos emitidos - **33**;

Dados carregados pelo SEF:

Estrangeiros inadmissíveis - **825**;

Dados eliminados - estrangeiros inadmissíveis – **83**;

Dados revalidados – estrangeiros inadmissíveis – **226**;

Cooperação policial – **91** pedidos;

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA

ASPECTOS GERAIS DA ACTIVIDADE

O ano transacto foi marcado por uma intensificação da colaboração do SIS com outras Forças e Serviços de Segurança, mediante a sua participação em instâncias de coordenação, como a Comissão de Segurança para o EURO 2004, o Gabinete Coordenador de Segurança e a Unidade de Coordenação Anti-Terrorismo (UCAT).

O ano de 2004 ficou indelevelmente marcado pela realização, com patente sucesso, do EURO 2004 - um evento que, pelo elevado grau de complexidade organizativa, assim como pelos desafios que colocava, exigiu a colaboração de todas as Forças e Serviços de Segurança e granjeou, por parte de instâncias internacionais, os maiores elogios à forma como Portugal soube organizar-se e desempenhar a sua missão de anfitrião.

O SIS desenvolveu um programa de segurança para o EURO 2004 que permitiu assegurar, de forma integrada, a representação do Serviço junto das entidades responsáveis pelo planeamento de segurança do evento, a manutenção de linhas de cooperação nacional e internacional e, sobretudo, a difusão de avaliações de ameaça, estratégicas e tácticas, de natureza essencialmente prospectiva, que se mostraram essenciais para a optimização dos recursos humanos e logísticos colocados no terreno pelas Forças e Serviços de Segurança.

Uma avaliação retrospectiva permite concluir que foram atingidos, com eficácia e em tempo útil, todos os propósitos consignados nesse programa, entre os quais se destacam a participação activa do SIS na Comissão de Segurança para o EURO 2004 e no sistema de *vettings* de segurança, o reforço da cooperação com o Centro de Coordenação de Informações Policiais e com as restantes Forças e Serviços de Segurança.

O contributo empenhado do SIS para o sucesso do EURO 2004, bem como o sentido de serviço e dedicação à causa pública dos seus elementos, foram publicamente reconhecidos pelo louvor de S. Exa. O Ministro da Administração Interna e pela condecoração do Serviço com a medalha de Ouro de Serviços Distintos de Segurança Pública.

No quadro das suas competências legais específicas, o SIS procedeu também, durante o ano de 2004, à avaliação das tendências evolutivas da criminalidade organizada, das expressões internacionais do terrorismo e da sua repercussão interna, das actividades de espionagem atentatórias dos interesses nacionais e de outros fenómenos com contornos de potencial ameaça para o Estado de Direito constitucionalmente estabelecido.

CRIMINALIDADE ORGANIZADA

No ano em apreço, a realização do EURO 2004 condicionou toda a actividade de segurança interna, tendo implicado um esforço acrescido no sentido de detectar actividades de redes criminosas que pudessem pôr em causa ou prejudicar a realização daquele evento.

No que respeita à criminalidade organizada transnacional, salienta-se o facto destas organizações continuarem a utilizar o território nacional como local de trânsito nos seus diversos tráficos, tendendo a estabelecer-se e a consolidar as suas posições e actividades no nosso país, nomeadamente através de aquisições e investimentos.

Redes internacionais de tráfico de droga

No âmbito do acompanhamento regular das implicações do narcotráfico na segurança interna, foi possível determinar que, durante o ano de 2004, não se registaram alterações estruturais significativas no que respeita ao tráfico de droga, designadamente quanto à proveniência e principais rotas utilizadas. O posicionamento geográfico de Portugal, a extensão da costa e ainda os laços históricos e linguísticos com vários países da América do Sul e do continente africano têm contribuído para que o território português constitua, na actualidade, uma importante zona de entrada de haxixe e cocaína na União Europeia.

Em relação à heroína e às drogas sintéticas, o território nacional apresenta-se como um espaço de destino, com a heroína a chegar a Portugal por via terrestre para abastecer um mercado interno que se mantém estável, embora com tendência a diminuir. No que concerne às drogas sintéticas, especialmente o “ecstasy”, verificou-se que o consumo destas substâncias continua a estar principalmente ligado ao uso recreativo.

Branqueamento de capitais

Desde os atentados terroristas de Nova Iorque e Madrid, verificou-se uma maior consciencialização das entidades públicas, relativamente aos problemas

do financiamento das actividades terroristas e branqueamento de capitais. O incremento da fiscalização interna das transferência de capitais, especialmente pelas entidades bancárias, faz com que as organizações criminosas e as organizações terroristas recorram, cada vez mais, a entidades especializadas em transferências de pequenos montantes de capitais e aos sistemas informais de transferência de dinheiro.

No âmbito da criminalidade económica, notou-se um reforço da tendência para a subcontratação de micro-organizações altamente especializadas e com elevado grau de flexibilidade, que se dedicam à "prestação de serviços" de branqueamento de capitais a organizações criminosas transnacionais.

Redes de imigração ilegal

À semelhança do verificado nos anos anteriores, os dados disponíveis revelam que continua a verificar-se a utilização do território nacional como placa giratória de entrada para países da União Europeia. Continuam a subsistir micro-estruturas, particularmente activas, relacionadas com a promoção da imigração ilegal e com a falsificação de documentos, operando sobretudo entre comunidades de origem africana ou brasileira. Por outro lado, no corrente ano, foi observada uma diminuição da entrada em Portugal de fluxos migratórios oriundos da Europa de Leste, a par de uma crescente integração das comunidades com a mesma origem residentes em território nacional. A comunidade chinesa apresenta um crescimento moderado, surgindo, contudo, com maior frequência associada à acção de organizações criminosas asiáticas no nosso país. Regista-se também a presença cada vez mais significativa de imigrantes oriundos de países islâmicos, designadamente marroquinos, paquistaneses e egípcios. Os dados disponíveis revelam uma presença efectiva de estruturas criminosas com a mesma origem a actuar no âmbito da imigração ilegal e da falsificação de documentos.

Criminalidade organizada

Paralelamente à exploração dos fluxos migratórios, observa-se que as organizações criminosas tendem a expandir as suas actividades, prevendo-se, nos próximos anos, um incremento das suas actividades no nosso país. Neste campo, uma actividade criminosa que tem sido especialmente objecto da atenção deste Serviço tem sido a legalização fraudulenta de cidadãos de origem islâmica no espaço europeu, recorrendo, entre outros expedientes, à celebração dos denominados casamentos brancos. Neste domínio, Portugal é frequentemente utilizado como pais de trânsito ou de destino, bem como centro

privilegiado de recrutamento de nubentes. Relativamente a este tipo de ameaça, salienta-se que os actuais dispositivos de prevenção e combate, tanto nacionais como internacionais, parecem não estar totalmente ajustados aos problemas de segurança interna resultantes do aperfeiçoamento de técnicas fraudulentas levadas a cabo pelas organizações criminosas transnacionais.

Proliferação

No ano em apreço, a proliferação de armas de destruição maciça continuou a ser considerada como uma das principais ameaças, a nível mundial. A cooperação, a harmonização de legislações e a coordenação de esforços tendo em vista prevenir que alguns países e organizações considerados de risco possam adquirir armamento nuclear, biológico, químico e mísseis capazes de o transportar, tornou-se uma prioridade para diversos países. Neste âmbito, revestiram-se de particular importância as reuniões da *Proliferation Security Iniciative* (PSI), que actualmente conta já com a representação efectiva de 19 países (inicialmente eram 11) e com o apoio de mais de 60. Portugal faz parte do grupo fundador desta iniciativa, tendo desenvolvido, a nível interno, um grupo permanente de acompanhamento, cujas actividades abrangem determinadas áreas, designadamente de âmbito diplomático, legislativo, operacional e de informações.

CONTRA-TERRORISMO

Uma análise prospectiva da evolução da ameaça terrorista islamista no mundo ocidental reforça ainda mais o papel das informações enquanto componente estruturante da segurança nacional e internacional. As previsões, num quadro analítico de médio e de longo prazo, apontam para a realização de atentados mais sofisticados e com maior poder de destruição, planeados com base em estruturas difusas e de organização transnacional. Neste cenário, o investimento na área da produção de informações de segurança interna é absolutamente indispensável, tendo em conta que os fenómenos a conter têm a sua génese numa complexidade de factores, de natureza exógena e endógena, que se manifestam a montante da actividade terrorista propriamente dita.

Inserido nos esforços globais de luta contra o terrorismo, o SIS centra a sua acção na avaliação permanente da ameaça terrorista, na identificação das vulnerabilidades ao nível da segurança interna, tendo em vista anular os factores de risco propiciadores da ocorrência de atentados no nosso país. Simultaneamente, concentra esforços na recolha de informação que permita

detectar o planeamento de acções terroristas no nosso país e contribuir, em cooperação com as Forças e Serviços de Segurança, para o desmantelamento de redes de apoio logístico e de células terroristas.

Em face do agravamento da ameaça terrorista islamista na Europa Ocidental verificado após os atentados de 11 de Março, em Madrid, o principal objectivo estratégico de contra-terrorismo incidiu na detecção de células terroristas locais ou da sua formação, tendo em vista a prevenção de atentados, especialmente durante a realização do EURO 2004. Neste âmbito, o SIS, tendo por base o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos sobre os agentes e factores de risco da ameaça islamista em Portugal, produziu informações de segurança, de natureza estratégica, destinadas ao Governo, à Comissão de Segurança do EURO 2004 e à Unidade de Coordenação Anti-Terrorismo (UCAT) e informações tácticas de segurança para os Comandos Operacionais das Forças e Serviços de Segurança, bem como para o Centro Coordenador de Informações Policiais (CCIP) do EURO 2004.

Foi igualmente intensificada a cooperação multilateral e bilateral com Serviços congéneres e Forças de Segurança de outros países europeus, dada a natureza transnacional das redes terroristas islamistas, as conexões existentes dessas redes em Portugal e as facilidades de movimentação no espaço europeu de indivíduos envolvidos no planeamento de atentados. No plano interno, foi reforçada a cooperação operacional com outras Forças e Serviços de Segurança e a troca de informação com todos os parceiros com assento na Unidade de Coordenação Anti-Terrorismo (UCAT).

No que respeita ao enquadramento geral da ameaça terrorista durante o ano transacto, os atentados de Madrid, seguidos de uma série de desmantelamentos de células terroristas em Espanha e em vários países europeus, bem como o homicídio, por um extremista islâmico, do cineasta holandês, Theo Van Gogh, concorreram para a percepção da evolução do fenómeno da Jihad no seio da Europa Ocidental, quer ao nível da difusão dos princípios ideológico-religiosos desta causa, quer ao nível do cometimento de atentados. O assassinato do cineasta holandês constitui, entre outros aspectos, uma evolução dessa ameaça de natureza ideológica no sentido do uso da violência contra alvos seleccionados.

No campo da difusão dos princípios ideológico-religiosos, a ameaça em Portugal mantém-se em níveis moderados. Embora não tenham sido recolhidos indícios da existência em Portugal de grupos terroristas de matriz islamista ou de actividades preparatórias de atentados, o facto de existirem estruturas

vocacionadas para o apoio logístico de indivíduos suspeitos de envolvimento em atentados ou de pertencerem a grupos terroristas, aumenta o risco de poderem vir a ser desenvolvidas outras actividades, como o recrutamento de membros para formação de células locais.

CONTRA-ESPIONAGEM

Das actividades desenvolvidas no âmbito da Contra-Espionagem foram recolhidos dados que contribuíram para caracterizar o *modus operandi* e identificar os objectivos e os interesses dos Serviços de Informações de diversos países a actuar em Portugal.

ACTOS CONTRA O ESTADO DE DIREITO CONSTITUCIONALMENTE ESTABELECIDO

À semelhança de anos anteriores, não se registaram, neste âmbito, ameaças graves à segurança interna ou ao regular funcionamento das instituições democráticas. O neonazismo em Portugal está circunscrito a pequenos focos de acção irregular, com manifestações públicas muito restritas e contidas. Algumas franjas políticas radicais, embora mantendo as suas convicções, não alargaram a sua base popular de apoio.

No decurso de 2004, só uma pequena parcela das acções reivindicativas e de protesto registadas manifestou contornos de ilegalidade, caracterizando-se pela sua dimensão eminentemente local, carácter pontual e pela ausência de ameaças graves à segurança interna.

O acompanhamento do fenómeno da violência desportiva durante o ano de 2004 incidiu numa dupla vertente, considerando não só a prossecução da monitorização das claques de futebol consideradas mais profícuas à influência de facções extremistas e a avaliação do comportamento dos seus adeptos em jogos de maior risco, bem como tendo presente a realização em Portugal da Fase Final do Campeonato da Europa de Futebol (EURO 2004), que determinou um reforço na análise das ameaças subjacentes, designadamente no tocante ao fenómeno do hooliganismo.

Verificou-se que o investimento efectuado a nível da segurança estrutural e tecnológica dos estádios e a adopção de um sistema de gestão civilista da segurança, privilegiando a actuação de entidades privadas no interior do perímetro dos recintos desportivos (*stewards*), influiu positivamente na prevenção de situações de violência desportiva no panorama nacional, mais especificamente, na Superliga, Liga de Honra e demais jogos, no decurso da época transacta de 2003/2004.

DIRECÇÃO-GERAL DA AUTORIDADE MARÍTIMA (DGAM)

INTRODUÇÃO

Reporta-se o presente relatório à actividade desenvolvida pelos órgãos locais da Autoridade Marítima Nacional (AMN), no âmbito da Segurança Interna, durante o ano de 2004. Este relatório, explicita essencialmente, a acção desenvolvida pelos Comandos Regionais e Locais da Polícia Marítima, nas áreas/espaços de jurisdição marítima afectos aos Departamentos Marítimos, Capitanias dos respectivos portos e Delegações Marítimas.

De acordo com a legislação vigente, a Polícia Marítima (PM) integra a estrutura operacional da AMN e faz parte da composição do actual quadro legal do Sistema de Autoridade Marítima (SAM). É uma força policial armada e uniformizada, dotada de competência especializada nas áreas e matérias legalmente atribuídas ao SAM, composta por militares e agentes militarizados da Marinha. Ao pessoal da PM, considerado Órgão de Polícia Criminal (OPC) para efeitos de aplicação da legislação processual penal, compete garantir e fiscalizar o cumprimento da lei nas áreas de jurisdição do SAM, com vista, nomeadamente, a preservar a regularidade das actividades marítimas e a segurança e os direitos dos cidadãos.

Perante o teor das matérias que se podem integrar nas competências da PM, executaram-se acções particularmente orientadas para a fiscalização do Domínio Público Marítimo e Hídrico - zonas de praias e orla costeira, bem como espaços marítimos de jurisdição da AMN, cujo policiamento, atento ao cumprimento das inúmeras disposições legais em vigor e de medidas impostas, sob o ponto de vista preventivo ou repressivo, também incidiu na assistência a banhistas, salvaguarda da vida humana e salvamento/socorro marítimo, bem como no controlo da navegação e observação de normas inerentes à segurança da mesma.

O dispositivo da PM está distribuído por 5 Comandos Regionais e 28 Comandos Locais, instalados nas principais localidades portuárias do litoral, do Continente e das Regiões dos Açores e da Madeira.

SITUAÇÃO GERAL

Atendendo à actividade desenvolvida pela estrutura da AMN, no que concerne à Segurança Interna, poder-se-á referir que esta apenas representa uma parcela complementar das múltiplas atribuições que lhe estão cometidas. Contudo, não deixou de merecer a devida atenção e total empenhamento dos órgãos regionais e locais da PM.

As inúmeras missões atribuídas/concretizadas pela PM, exigem efectivos adequados à sua missão, pelo que se considera necessário aumentar o respectivo quadro; porém, os seus elementos, num esforço continuado, conseguiram dar resposta às várias solicitações. Acresce referir, entre outras, a colaboração dada pela PM às Comissões Coordenadoras do Desenvolvimento Regional, Instituto da Conservação da Natureza e Instituto de Água, relativamente à salvaguarda de áreas protegidas, bem como no combate à captura ilegal de meixão em águas que se situam fora do espaço de jurisdição desta Polícia.

Ainda, julga-se de mencionar a intervenção da PM durante as diversas fases da preparação da fase final do Campeonato Europeu de Futebol UEFA EURO 2004™, que, face ao determinado na Directiva Operacional da AMN, integrou a preparação e concretização de exercícios conjuntos com as restantes Forças e Serviços de Segurança e Emergência (FSSE), bem como nos aspectos de fiscalização em geral, embora com maior incidência nos portos, marinas de recreio e zonas balneares, incluindo o controlo da respectiva navegação, pautando a sua operacionalidade pela visibilidade dos meios e pela discrição da sua actuação direccionada para a prevenção dos incidentes; importando salientar que, durante a realização do citado campeonato, não foram permitidas férias ao seu pessoal.

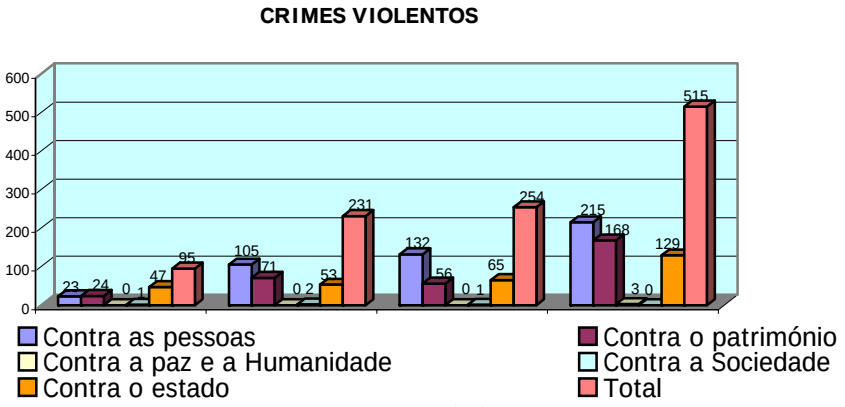
Quanto a aspectos de reequipamento, não obstante esforços desenvolvidos, ainda não foi possível alcançar a desejável renovação dos meios materiais, existindo algumas limitações que se espera ver colmatadas a curto/médio prazo. A área terrestre afecta ao Domínio Público Marítimo e, consequentemente, enquadrada na área de jurisdição de intervenção da PM, não deixa de reflectir, à sua escala, a criminalidade e conflitualidade que se verifica no todo nacional, ao que acresce referir a particularidade que o factor sazonalidade da época estival lhe introduz e a profundidade que os espaços marítimos lhe conferem.

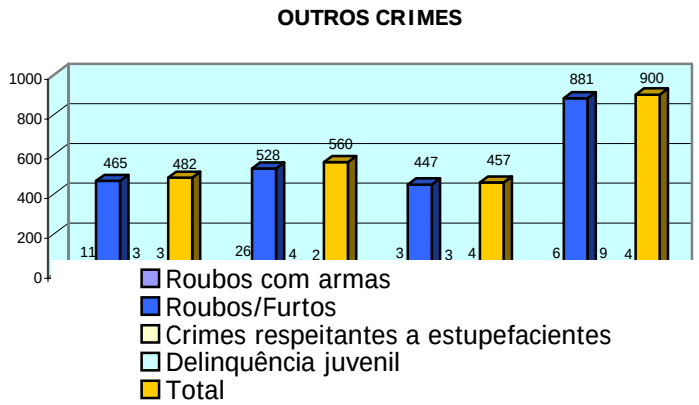
O número de ocorrências detectadas/participadas, relativamente à área/espaço de jurisdição/actuação da PM, bem como a quantidade de inquéritos

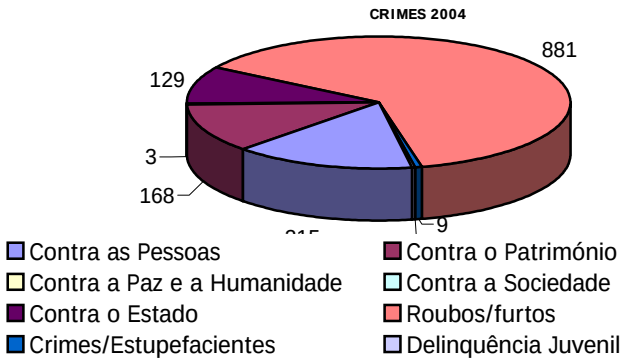
elaborados e de outros processos organizados, face a matérias infringidas e aos acidentes marítimos verificados, considera-se bastante significativo, atendendo à dimensão dos seus efectivos e à diversidade de acções preventivas/repressivas e de assistência/socorro que se depararam.

PRINCIPAIS ASPECTOS DA ACTIVIDADE

Da análise feita aos dados reportados pelos Comandos Regionais e Locais da Polícia Marítima, correspondentes a 2004, verifica-se um aumento generalizado, em relação aos três anos anteriores, embora bastante acentuado em comparação com 2003, o que se constata nos gráficos seguintes:

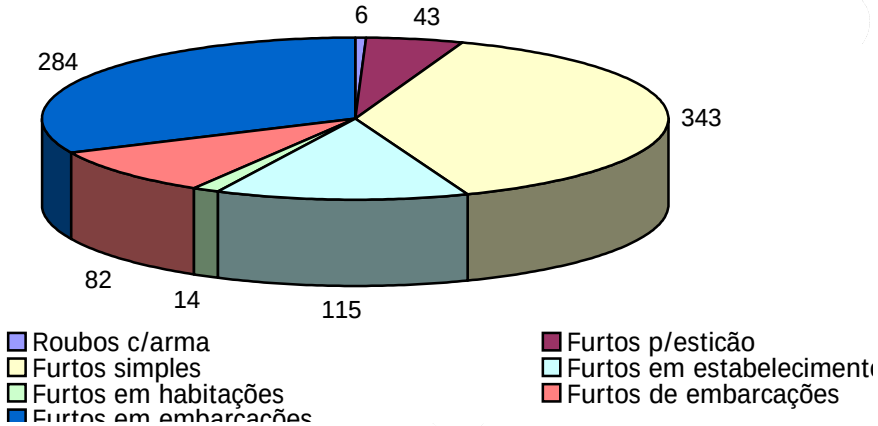




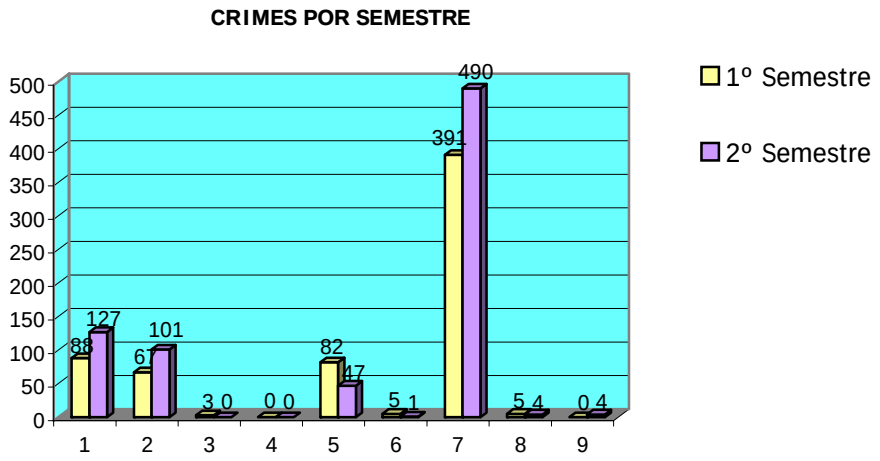


Furtos e Roubos

Estes tipos de crime, registados pela PM, apresentam aumento significativo, embora, na sua grande maioria, não tenham sido perpetrados com recurso a meios violentos; incidindo, especialmente, no furto de embarcações ou de pertences existentes a bordo das mesmas, em estabelecimentos ou instalações/apoios de praia, viveiros de piscicultura e em objectos/valores pessoais daqueles que durante o Verão frequentaram as zonas balneares.



Comparando os dois semestres de 2004, observa-se não ter havido diferenças a considerar, excepto nos crimes contra as pessoas, em que os valores duplicaram no segundo semestre, anomalia que se pode constatar no gráfico que se segue. Tal diferença parece compreender-se devido aos eventos ocorridos, nomeadamente o EURO 2004 e o Festival de Música Rock in Rio - Lisboa, que terão provocado/agravado maior afluxo de pessoas às praias durante a respectiva época balnear.



1 - Contra as Pessoas

2 - Contra o Património

3 - Contra a Paz e a Humanidade

4 - Contra a Sociedade

5 - Contra o Estado

6 - Roubos com armas

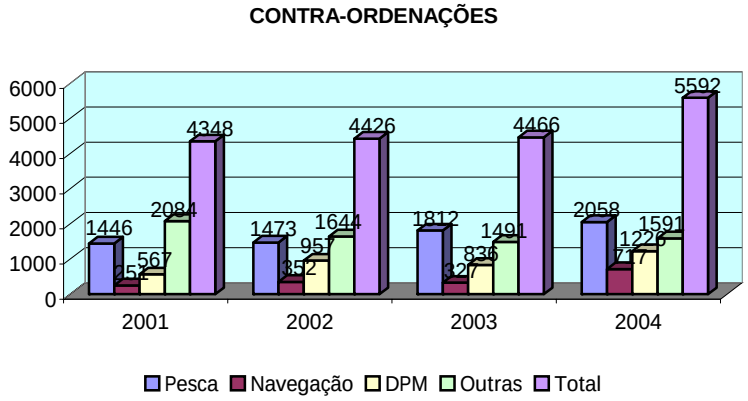
7 - Furtos / Roubos

8 - Crimes relativos a estupefacientes

9 - Delinquência juvenil

Contra-Ordenações

Nesta matéria, há a registar um aumento considerável, comparativamente aos três anos que imediatamente antecedem, o que se constata no respectivo gráfico; demonstrando, assim, uma crescente tendência para prevaricar e que, obviamente, será tida em conta no empenhamento de meios na respectiva acção fiscalizadora.



Delinquência Juvenil e Grupal

Neste capítulo, verificaram-se alguns casos, concretamente, em transportes colectivos fluviais e zonas balneares, mas sem grande expressão, aparentemente.

Desobediência e Resistência à Autoridade

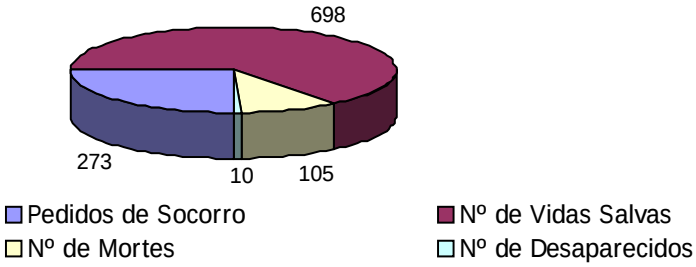
Tem-se verificado um aumento digno de registo, atentos os anos anteriores, com maior percentagem no tocante a desobediências. A maioria dos incidentes surgiu em consequência de acções de fiscalização no âmbito da pesca, dos transportes fluviais e nas praias durante o decurso da época balnear.

Na costa do Algarve, junto à fronteira de Espanha, e em particular no espaço de jurisdição da Capitania do Porto de Vila Real de Santo António, é habitual detectarem-se embarcações espanholas em faina de pesca ilegal, que, ao serem avistadas, de imediato se colocam em fuga para águas espanholas, não acatando os avisos e ordens das autoridades nacionais, e, em alguns casos,

quando interceptadas/abordadas, dificultam a acção fiscalizadora da Autoridade Marítima, tentando abalroar e imobilizar os meios navais envolvidos. As tripulações de tais embarcações agem de forma violenta e agressiva, desobedecendo e injuriando os agentes de autoridade, ao ponto de trazerem a bordo cães pertencentes a raças de grande porte e de reconhecida agressividade, no intuito de intimidarem/dissuadirem os agentes da PM aquando das abordagens/entradas a bordo dos respectivos barcos para inspecções e vistorias que se julgam pertinentes. Esta situação causa algum mal-estar na comunidade piscatória da localidade, encontrando-se controlada, devido ao reforço do dispositivo da Polícia Marítima, apoiado com unidades navais da Marinha.

Sinistralidade Marítima

Os acidentes marítimos que se registaram no espaço de intervenção da AMN, em relação a embarcações, totalizaram 82; assim como os pedidos de socorro atendidos, somaram 273, resultando em 698 salvamentos, 105 mortes e 10 desaparecidos.



No que respeita a acidentes pessoais, ocorridos nas praias e orlas marítimas e fluviais, registaram-se 495, tendo como consequência 124 mortos, 25 dos quais faleceram durante a época balnear, sendo que 18 destes se verificaram em zonas não vigiadas. Importa esclarecer que, no âmbito do programa de assistência a banhistas, se concretizaram 1034 salvamentos.

O dispositivo da Autoridade Marítima Nacional, em conformidade com o Plano Mar Limpo, manteve a prontidão adequada à situação, envolvendo a participação de elementos das estruturas regionais e locais da Direcção-Geral da Autoridade Marítima, reforçada pelo pessoal do Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos. Para além disto, caso fosse necessário, poderiam intervir outros meios da Marinha e da Força Aérea, bem como diversos departamentos do Estado, nomeadamente o Ambiente, Protecção Civil, Autarquias e Administrações Portuárias. Efectivamente, a poluição marítima, constituindo uma agressão de âmbito económico que afecta particularmente o meio marinho e os ecossistemas, tem de ser assumida como uma das ameaças mais prementes para a segurança dos Estados costeiros.

Terrorismo

Das missões/intervenções da PM na sua área/espaço de intervenção, não se detectaram factos que, concretamente, possam ser identificados como actos terroristas; todavia, trata-se de uma realidade conhecida/reconhecida internacionalmente e que, eventualmente, poderá surgir em Portugal, pelo que tal facto não se pode desprezar e exige vigilância adequada. Na verdade, o mar sempre foi e continuará a ser um espaço de circulação de pessoas e bens, com interesses variadíssimos, incluindo o recurso a práticas delituosas de vária ordem, o que pode ocasionar atentados à economia e à segurança, que importa acautelar.

A posição geográfica de Portugal, no que se refere à sua fronteira marítima e, em especial, às 200 milhas de Zona Económica Exclusiva, tem de ser entendida como extremamente importante para a segurança nacional, pelo que se torna indispensável garantir e salvaguardar a interligação tutelar, funcional e operacional, entre o emprego da vertente naval, através das unidades do Comando Naval, e o esquema costeiro dos órgãos locais da Autoridade Marítima, assumido pelas Capitanias/Comandos Locais da PM.

A ameaça terrorista, a nível mundial, é assumida como relevante, pelo que a comunidade internacional tem desenvolvido um conjunto de iniciativas com vista a melhorar a protecção dos transportes marítimos e da sua cadeia logística, adoptando o documento *International Ship and Port Facility Security* (*ISPS Code*), o qual tem carácter estratégico e resultou da recente alteração à Convenção Solas, entrando em vigor em 1 de Julho de 2004. Tal documento, a fim de vigorar na ordem interna portuguesa, foi submetido à discussão/aprovação das entidades com competência no actual quadro legal do SAM, na qual participou a Autoridade Marítima (especificamente a DGAM), aguardando-se o seu desenvolvimento a partir de sede própria.

Assim, o reforço da segurança portuária bem como o controlo e inspecção de carga contentorizada e ainda o controlo dos espaços marítimos, requer complementaridade e sinergias, estando em curso, a nível internacional, algumas linhas de acção de cujos programas, designadamente, no âmbito do *Container Security Iniciative* (CSI) e da *Proliferation Security Iniciative* (PSI), Portugal faz parte. Sublinhe-se, neste campo, que os EUA têm já implementadas diversas iniciativas conducentes à monitorização das cargas contentorizadas, procedimento que pode começar nos portos de origem, em qualquer ponto do globo, e que faz uso de sistemas ultramodernos de vigilância e detecção.

Sobre a eventualidade de acções terroristas contra navios/embarcações ou infra-estruturas portuárias que se possam identificar como pontos sensíveis, continua a considerar-se que, entre outras, a forma como se processa o controlo de passageiros, bagagens e mercadorias, nos portos nacionais, exige o estabelecimento de medidas concretas de detecção e inspecção com recurso a novas tecnologias, designadamente, raios X, pórticos, detectores de metais, "*gamma ray scanners*", bem como sistemas de circuito de vigilância.

Acresce referir que a Autoridade Marítima está representada na UCAT (Unidade de Coordenação Anti-Terrorismo), conforme Despacho de S. Ex.ª o Primeiro Ministro, datado de 14/03/2004.

Droga

Durante o ano de 2004, apreendeu-se uma quantidade apreciável, especialmente haxixe, num total superior a 5 toneladas. Também, a nível dos órgãos da AMN, com utilização de meios do Comando Naval, prestou-se colaboração à Polícia Judiciária, no âmbito do Protocolo estabelecido com aquela Polícia, tendo-se verificado apreensões de grandes quantidades, incluindo embarcações e detenção de pessoas. Esta problemática do consumo e tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, pela sua dimensão universal, tem vindo a merecer o interesse crescente e o empenhamento das organizações internacionais e dos Governos de quase todos os países. Assim, cada vez mais se torna indispensável a coordenação operacional e centralização de informação entre as entidades policiais que integram o SAM, conforme estabelecido no art.º 9º do DL nº 43/2002, de 2 de Março, devendo a PM passar a integrar as Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC).

Imigração clandestina

Detectaram-se alguns casos de imigrantes a bordo de navios que escalaram portos nacionais, bem como a circular em território nacional - área de jurisdição marítima. Normalmente, em relação aos primeiros, mantiveram-se a bordo durante a estadia dos navios, sob responsabilidade do respectivo capitão, dado não terem sido autorizados a desembarcar, pelo que seguiram viagem. Os que se localizaram em terra, foram detidos e presentes ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que procedeu ao seu encaminhamento e tratamento processual. Apesar das medidas referidas, verificaram-se tentativas de fuga, pelo que houve situações em que foi solicitada à PM vigilância específica para alguns dos visados.

Por outro lado, no decorrer da fase final do Campeonato Europeu de Futebol UEFA EURO 2004™, para além da fiscalização exercida pelos órgãos da estrutura operacional da DGAM no seu espaço jurisdicional, englobando matéria de imigração clandestina, também a PM efectuou em permanência o controlo de fronteiras em Vila Real de Santo António - travessia fluvial com Espanha - a pedido do SEF.

O aumento contínuo da imigração ilegal, por meios marítimos, especialmente, a partir do Norte de África, com destino aos países mediterrânicos ocidentais e ao Arquipélago das Canárias, constitui uma preocupação constante e tem reflexos na segurança e estabilidade dos Estados-Membros da União Europeia. Neste contexto, a Autoridade Marítima tem vindo a participar/colaborar em exercícios/operações em colaboração com o SEF.

Criminalidade Organizada

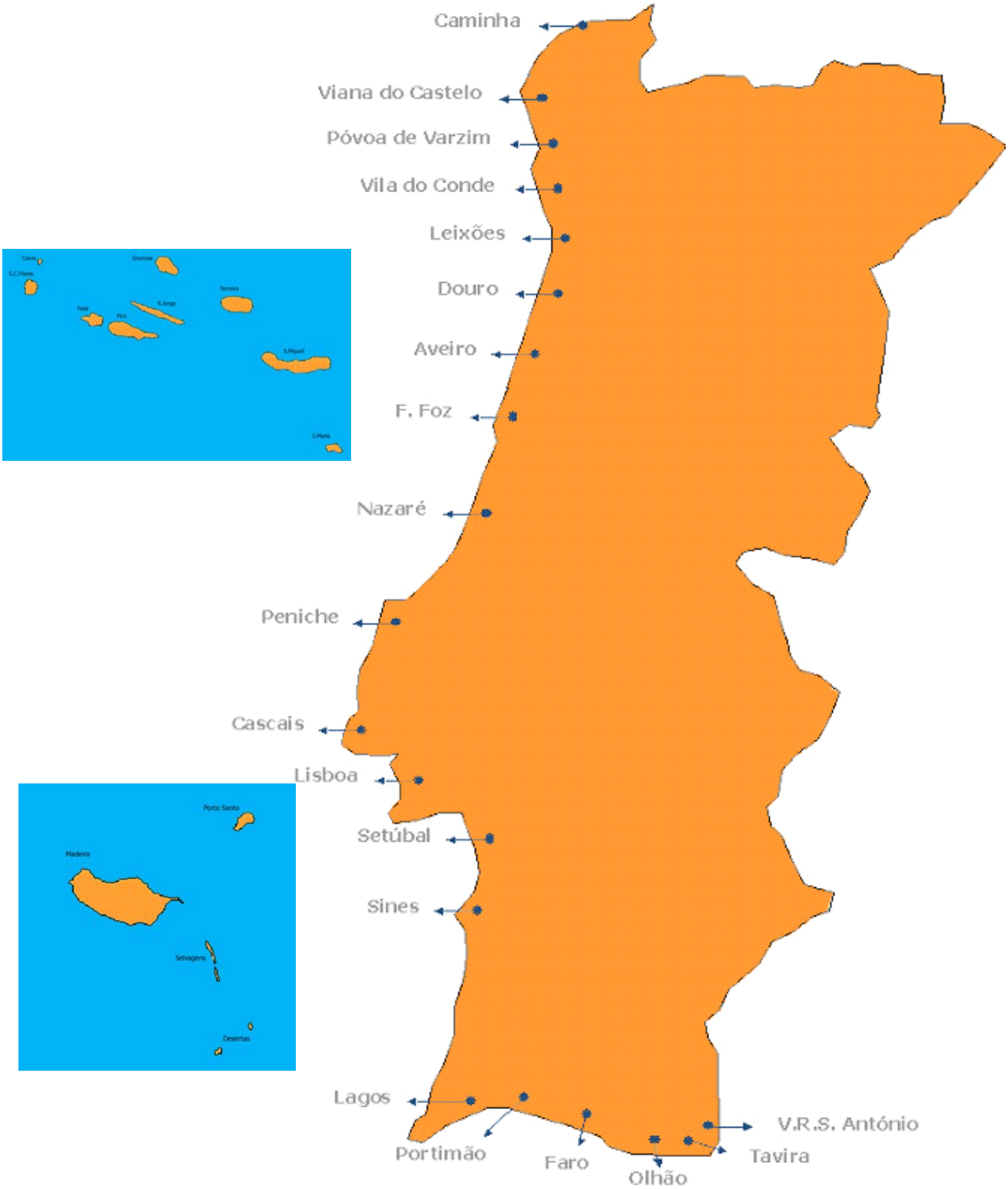
Trata-se de actividade que também se faz sentir no espaço marítimo, especialmente no que respeita a matéria de contrabando e descaminho de direitos, tráfego de droga e imigração clandestina, onde a Autoridade Marítima Nacional tem tido intervenção/participação bastante considerável.

Protocolos

Entre a Marinha e a Polícia Judiciária, celebraram-se, em Julho de 2003, Protocolos de Cooperação que, no âmbito da DGAM e da Polícia Marítima, envolvem apoio operacional e troca de informações susceptíveis de enquadrar e detectar situações que se possam relacionar com actividades de origem criminosa. No estreito apoio e comunhão de esforços, tem ficado demonstrada a profícua e contínua cooperação existente, especialmente na luta contra o tráfico internacional de droga, por via marítima.

De facto, nos dias de hoje, as ameaças reais e latentes à segurança assumem carácter difuso e plurilocalizado; em cada época, há sempre inovações e desafios diferentes que obrigam as Forças e Serviços de Segurança a encontrarem respostas adequadas aos respectivos cenários. Assim sendo, a colaboração e cooperação entre Forças e Serviços congéneres, bem como a partilha de informações, relevantes e específicas, torna-se indispensável no combate à criminalidade e na garantia da segurança pretendida. Por estas razões, a Polícia Marítima deve estar incluída nos Sistemas de Informações Policiais e fazer parte dos Protocolos estabelecidos internacionalmente, sobre acordos de perseguição fronteiriça, imigração clandestina, droga ou outras matérias a considerar e susceptíveis de circular no espaço de intervenção da AMN .

DISPOSITIVO NACIONAL DE CAPITANIAS DE PORTOS
COMANDOS LOCAIS DA POLÍCIA MARÍTIMA



INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (INAC)

Compete ao Presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC), enquanto Autoridade Nacional de Segurança da Aviação Civil (ANSAC), a coordenação e supervisão do sistema nacional de segurança da aviação civil, bem como a regulação, certificação e auditoria dos agentes, operadores, equipamentos e sistemas afectos à segurança da aviação civil.

Abaixo, discrimina-se a informação relativa às actividades de segurança da aviação civil em Portugal, durante o ano de 2004, assim como o resumo relativo ao evento "EURO 2004":

REGULAMENTAÇÃO

(1) No âmbito do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia, o INAC integrou a equipa que desenvolveu e elaborou:

- ✓ Regulamento (CE) n.º849/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril de 2004, que altera o Regulamento (CE) 2320/2002, relativo ao estabelecimento de regras comuns no domínio da segurança da aviação civil;
- ✓ Regulamento (CE) n.º1138/2004, da Comissão, de 21 de Junho de 2004, que estabelece uma delimitação comum das áreas críticas das zonas restritas de segurança dos aeroportos;
- ✓ Regulamento (CE) n.º68/2004, da Comissão, de 15 de Janeiro de 2004, que altera o Regulamento (CE) n.º622/2003, relativo ao estabelecimento de medidas de aplicação das normas de base comuns sobre a segurança da aviação;

(2) No âmbito da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), o INAC integrou os grupos de trabalho de revisão aos Anexos 9 e 17 à Convenção de Chicago;

(3) No âmbito da Conferência Europeia de Aviação Civil (CEAC), o INAC integrou o grupo de trabalho *Security* e a *Operational Task Force* de revisão do Documento 30 da CEAC (Parte I e II);

(4) Foi concluído e publicado o Decreto-Lei n.º10 /2004, de 9 de Janeiro de 2004, que fixa o regime sancionatório aplicável às infracções cometidas a bordo de aeronave em voo por passageiros desordeiros;

VALORES DE TRÁFEGO CONTROLADO NOS AEROPORTOS NACIONAIS

(1) Passageiros

Total	21 701 692
Schengen	14 176 113
EU não Schengen	5 281 223
Países Terceiros	2 244 356

(2) Carga (toneladas)

Total	101 324 678
Schengen	87 552 189
EU não Schengen	7 536 656
Países Terceiros	36 235 833

(3) Movimentos de aeronaves

Total	257 989
Schengen	197 930
EU não Schengen	42 299
Países Terceiros	17 760

AUDITORIAS, INSPECÇÕES E TESTES

Foram realizadas as seguintes Auditorias/Inspecções/Testes

Aeroportos	Aeródromos
Faro *	Braga
Lisboa	Bragança
Porto	Cascais
	Coimbra
	Espinho
	Évora
	Leiria

	Maia Portimão Vila Real

** Também auditado pela Comissão Europeia*

Transportadoras Aéreas	Outros Operadores e Agentes
Air Luxor	ICTS
ATA-Aerocondor	MicroSegur
OMNI	Portway
Portugália Airlines	Securitas
SATA	SPdH
TAP-Air Portugal	

INCIDENTES REPORTADOS

Total	4 745
Ameaças de Bomba	4
Furtos	1
Outros	364
Passageiros Desordeiros	53
Passageiros Inadmissíveis	4 318
Procedimentos Irregulares	5

FORMAÇÃO E TREINO

Foram desenvolvidas pelo INAC as seguintes acções de formação,

- ✓ Curso de gestão de operações de segurança aeroportuária, realizado na Escola Prática da GNR, com a participação de 30 Oficiais da GNR, 10 Elementos da PSP, 4 Elementos do SEF e 30 Elementos dos operadores e agentes de aviação civil;
- ✓ Curso de gestão de operações de segurança aeroportuária, realizado no INAC, com a participação de 8 Elementos da DGAIEC e 1 Elemento do Gabinete Coordenador de Segurança;
- ✓ Participação e certificação de 1 auditor no *"ECAC AVSEC Auditors Course"*, realizado em Bruxelas, no "*European Aviation Security Training Institute"* da Conferência Europeia de Aviação Civil.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Um auditor de segurança da aviação civil do INAC,

- ✓ Chefiou a equipa da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) na auditoria à Autoridade de Segurança e ao Aeroporto do Sal, em Cabo Verde;
- ✓ Integrou a equipa da Conferência Europeia de Aviação Civil (CEAC) na auditoria ao Aeroporto de Barajas em Madrid - Espanha;
- ✓ Integrou a equipa da União Europeia (EU) na auditoria ao Aeroporto de Düsseldorf – Alemanha.

CERTIFICAÇÕES E HOMOLOGAÇÕES DE PESSOAL, CURSOS E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL

Total de Pessoal certificado	1 007
Auditor de segurança	18
Formador de segurança	14
Gestor de segurança	92
Supervisor de segurança	21
Supervisor de RX	37
Elemento de segurança	264
Operador de RX	561

Total de Cursos homologados	14
Básico de Segurança AVSEC para pessoal de segurança	4
Básico de Segurança AVSEC para outro pessoal	6
Supervisor AVSEC	4

Total de Equipamentos homologados	13
Máquinas de RX	5
Software para Máquinas de RX	3
Pórticos detectores de metais	2
Detectores de metais portáteis	1
Equipamento de calibração de pórticos	1
Equipamento de calibração de máquinas de RX	1

RELATÓRIO DO EVENTO EURO 2004 - SECTOR DA AVIAÇÃO CIVIL

No âmbito da final do Campeonato da Europa de Futebol que se realizou em Portugal, no período de 12 de Junho a 4 de Julho de 2004, o sector da aviação civil participou activamente nos processos de planeamento estratégico e de implementação operacional dos planos e medidas aprovados.

1. Integraram o dispositivo de planeamento e desenvolvimento do EURO 2004:
   - ✓ O Instituto Nacional de Aviação Civil;
   - ✓ A Força Aérea, através da cedência das Bases Aéreas de Sintra e Beja, do Aeródromo de Manobra n.º 1 em Ovar e da placa de estacionamento do Aeródromo de Trânsito Nº 1 na Portela;
   - ✓ A empresa gestora aeroportuária ANA, incluindo os aeroportos de Lisboa, Porto e Faro;
   - ✓ A empresa prestadora de serviços de tráfego aéreo NAV;
   - ✓ O Aeródromo de Cascais.
2. No período de Abril de 2003 a Junho de 2004, foram desenvolvidas as seguintes acções:
   a. Elaboradas as diversas instruções e directivas de planeamento;
   b. Executados exercícios de “Direcção e Comunicações” e testes aos Planos de Emergência, Segurança e Contingência, nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro;
   c. Efectuadas acções de formação e treino aos diversos agentes e operadores do sector da aviação civil;
   d. Emitida regulamentação e informação aeronáutica, relativa ao tráfego aéreo, operações aeroportuárias e procedimentos para voo, sobrevoo e aterragem em território nacional;
   e. Duplicada a capacidade de processamento de passageiros no aeroporto de Lisboa e maximizadas as capacidades ATC e de estacionamento de aeronaves em Lisboa, Porto e Faro.
3. Durante a realização do evento EURO 2004, foi activado o Núcleo de Operações de Segurança da Aviação Civil e implementados Centros de

Operações de Segurança EURO 2004, nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro.

4. De forma resumida, registam-se os seguintes indicadores relativos ao sector, verificados durante o evento EURO 2004:

a. Aeroporto de Lisboa

No **período de 10 de Junho a 6 de Julho**, foram processados 11.437 movimentos, que corresponderam a 947.211 passageiros, os quais podem ser desagregados da seguinte forma:

		Movimentos	Var % 04/03		Passageiros	Var % 04/03
Regulares		9.150	13		811.690	13
Charters		1.000	264		132.434	256
Táxis aéreos + Privados		345	93		1.931	190
Posicionados		789	244		-	-
Outros		153	28		1.156	-22
Total		**11.437**	**29**		**947.211**	**25**

b. Aeroporto do Porto

No **período de 10 de Junho a 6 de Julho**, foram processados 4.778 movimentos, que corresponderam a 328.010 passageiros, os quais podem ser desagregados da seguinte forma:

		Movimentos	Var % 04/03		Passageiros	Var % 04/03
Regulares + Charters		4.285	37		327.798	60
Táxis aéreos + Privados		493	311		212	272
Total		**4.778**	**47**		**328.010**	**60**

c. Aeroporto de Faro

No **período de 10 de Junho a 6 de Julho**, foram processados 3.641 movimentos, que corresponderam a 511.267 passageiros, os quais podem ser desagregados da seguinte forma:

		Movimentos	Var % 04/03		Passageiros	Var % 04/03
Regulares + Charters		3.641	12		511.267	-12
Total		**3.641**	**12**		**511.267**	**-12**

d. Aeródromo de Cascais

No **período de 10 de Junho a 6 de Julho**, foram processados 1.008 movimentos, que corresponderam a 2.562 passageiros, os quais podem ser desagregados da seguinte forma:

		Movimentos		Passageiros
Charters + Privados (Internacionais)		275		772
Privados domésticos + aviação geral		733		1.790
Total		**1.008**		**2.562**

e. Base Aérea de Sintra

No **período de 10 de Junho a 6 de Julho**, foram processados 85 movimentos internacionais, que corresponderam a 387 passageiros , os quais podem ser desagregados da seguinte forma:

		Movimentos		Passageiros
Táxis Aéreos + Privados		49		387
Estacionamentos		36		-
Total		**85**		**387**

f. Aeródromo de Manobra nº 1 - Ovar

No **período de 10 de Junho a 6 de Julho**, foram processados 54 movimentos, correspondentes a estacionamentos.

g. Base Aérea de Beja

No **período de 10 de Junho a 6 de Julho**, foram processados 76 movimentos, correspondentes a estacionamentos.

h. Outros Aeródromos

No **período de 10 de Junho a 6 de Julho**, foram processados 68 movimentos internacionais, correspondentes a voos privados.

i. Infracções e Processos de Contra-Ordenação

No **período de 10 de Junho a 6 de Julho**, foram detectados pela Força Aérea seis voos não autorizados.

5. Nota-se ainda que, em simultâneo com o evento EURO 2004, foram iniciadas as operações, por pessoal de segurança privada, de rastreio de

passageiros, de bagagem de cabina e de porão nos aeroportos de Lisboa e Faro, e de rastreio de bagagem de porão, no aeroporto do Porto.

6. No sector da aviação civil, os encargos com o EURO 2004 foram suportados pelas entidades e organismos envolvidos.

Impõe-se concluir que, de uma forma geral, o evento EURO 2004 decorreu de acordo com o planeado, sendo de relevar que a normalidade constatada radicou na excelente coordenação e estreita ligação entre as entidades e órgãos envolvidos e no investimento efectuado ao nível do planeamento e treino.

Exemplar do GCS

DIRECÇÃO-GERAL DE VIAÇÃO

A redução da sinistralidade continuou a pautar a acção governamental e constitui, mais uma vez, um imperativo nacional de primeira linha bem como um desígnio europeu espacial e temporalmente definido. O Plano Nacional de Prevenção Rodoviária (PNPR), instrumento teórico e simultaneamente fecundo na sua valência empírica, justificou, no decorrer do ano 2004, as esperanças e empenhos sociais e institucionais depositados ao longo da sua elaboração.

PRINCIPAIS MEDIDAS ADOPTADAS EM 2004

Ao longo do ano de 2004, o empenho governamental na redução da sinistralidade rodoviária teve como base a implementação e desenvolvimento das medidas previstas no Plano Nacional de Prevenção Rodoviária para esse período.

Foi aprovada a revisão do Código da Estrada, que, fundamentalmente, visa acolher na ordem jurídica interna as novas directivas relativas à habilitação legal para conduzir, cintos de segurança, sistemas de retenção para crianças e uso de coletes reflectores, pelos utentes que procedam à reparação de avarias na via pública ou à remoção de carga caída, bem como alterar o processamento das contra-ordenações, por forma a torná-lo mais célere e actuante.

Do mesmo passo, agravaram-se os valores de algumas contra-ordenações mais frequentes, nomeadamente, as relativas ao excesso de velocidade, procurando dissuadir os condutores de as praticarem.

Foi, ainda, revisto o capítulo relativo à fiscalização da condução sob influência do álcool ou de substâncias psicotrópicas com vista a torná-la mais eficaz mantendo-se, contudo, a taxa de alcoolemia em 0,50g/l que, de resto, é a mais praticada na Europa.

No mesmo âmbito, foram estudadas outras medidas, nomeadamente:

NO QUE RESPEITA A REGRAS DE TRÂNSITO:

- Clarifica-se o regime de circulação em rotundas, equiparando as que se situam dentro e fora das localidades;
- Estabelece-se um novo limite mínimo de velocidade em auto-estrada: 50km/h;

NO QUE RESPEITA A VEÍCULOS:

- Altera-se a classificação de veículos, segundo a sua utilização, conforme directiva comunitária já transposta;
- Contemplam-se as inspecções aleatórias de estradas, para conformar o Código com a directiva comunitária já transposta;
- Prevê-se a criação de um registo nacional de matrículas.

NO QUE RESPEITA A CONDUTORES:

- Aumenta-se de dois para três anos o regime probatório das cartas de condução;
- Retoma-se a exigência de saber ler e escrever como requisito para a obtenção de carta de condução.

NO QUE RESPEITA À RESPONSABILIDADE:

- Elimina-se a possibilidade de dispensa da sanção acessória até agora admitida para as contra-ordenações graves.

NA ÁREA DE ESTUDOS QUALIQUANTITATIVOS REFEREM-SE:

- Estudo de zonas de acumulação de acidentes - Protocolo DGV/IEP/LNEC;
- Estudos de "Acidentes com motociclos, ciclomotores e peões" - Protocolo com o Instituto Mecânica Pólo do IST;
- Estudo de aprofundamento do conhecimento técnico-científico na área da sinistralidade rodoviária - Protocolo DGV/LNEC.

ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICA

- Acções de formação rodoviária para crianças e jovens - Protocolo DGV/PRP/Renault Portuguesa: Sensibilização de alunos e professores para a temática da segurança rodoviária, abordada sob a forma de concursos lúdicos.
- Campanha "Condutor Designado 2004/2005" - Protocolo DGV/ANEBE: Esta acção baseia-se no conceito do condutor designado para não ingerir bebidas alcoólicas de forma a transportar os amigos em segurança. Especialmente dirigida aos mais jovens nas saídas em grupo;

- Campanha "Visibilidade, Segurança e Rastreio Visual de Condutores - Protocolo DGV/ANECRA;
- Campanha "Ser responsável é viver em segurança" - Protocolo DGV/ANCIA;
- Campanha "É melhor parar por aqui", visando uma maior segurança para os peões - Protocolo DGV/PRP;
- Campanha "Condução e medicamentos" - DGV/DGS: Sensibilização da população em geral e dos técnicos de saúde para o efeito de alguns tipos de medicamentos na tarefa da condução;
- Concurso dirigido à população universitária subordinado ao tema "Sinistralidade Rodoviária - eu quero prevenir" - DGV/FJ, ano lectivo 2003/2004;
- Preparação e desenvolvimento de conteúdos e grafismo para o "sítio dos + novos", a inserir na Internet;
- A DGV esteve ainda presente em eventos de natureza diversa, destacando-se o *workshop* "Segurança Rodoviária: uma perspectiva de mudança"; festa das comunidades portuguesas em Gouveia; Insegurança 2004, na Exponor; Fatacil; Ovibeja; e as Semanas dos Postos em Braga, Viseu, Aveiro, Coimbra e Porto.

Como material expressamente informativo, destacam-se folhetos subordinados ao tema "Como viajar em segurança" em alemão, castelhano, francês e inglês.

INVESTIMENTOS EFECTUADOS ATRAVÉS DOS PROTOCOLOS COM AS AUTARQUIAS, COM VISTA A INTERVENÇÕES NAS VIAS MUNICIPAIS

Durante o ano de 2004, ao abrigo dos protocolos com as câmaras municipais, foi paga a verba de € 1.141.060,66.

INVESTIMENTOS EM VIATURAS OU EM OUTRO TIPO DE MATERIAL

No que respeita a investimentos em termos de aquisição de equipamento diverso para o exercício de funções das entidades fiscalizadoras, foram despendidos € 2881 030,17.

O montante financeiro destinado à aquisição de viaturas cifrou-se em € 1680810,41.

N° DE ACIDENTES RODOVIÁRIOS, COM E SEM VÍTIMAS

O número de acidentes registado no Continente pelas Entidades Fiscalizadoras durante o ano 2004 foi:

- Acidentes com vítimas – 38.181
- Acidentes sem vítimas – 149.056

CONSEQUÊNCIAS DOS ACIDENTES RODOVIÁRIOS

Relativamente ao número de vítimas, registaram-se os seguintes valores:

- Mortos – 1.131 (-16,6% que em 2003)
- Feridos Graves – 4.138 (-11,2% que em 2003)
- Feridos leves – 46.824 (-7,5% que em 2003)

FISCALIZAÇÃO

Durante o ano de 2004, a DGV recepcionou 1.472.949 autos de contra-ordenação, levantados por infracções ao Código da Estrada e legislação complementar.

No âmbito da fiscalização da condução sob efeito do álcool, no ano transacto, foram recepcionados 24.013 autos.

No que respeita a contra-ordenações por excesso de velocidade, foram recepcionados 108.834 autos.

Ainda no âmbito da fiscalização, nomeadamente no garante do cumprimento técnico de parâmetros de rigor e qualidade no ensino da condução, a DGV empreendeu 944 acções de fiscalização a escolas de condução, tendo sido levantados 896 autos. Foram fiscalizados todos os centros de exames privados, numa média de 13 acções por mês, tendo sido levantados 51 autos.

Quanto a centros de inspecção, foram efectuadas 715 acções de fiscalização e levantados 73 autos de contra-ordenação.

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DE INSTALAÇÕES, DO MAI

Neste capítulo, pretende-se dar a conhecer o número de obras e custos das mesmas, a cargo do GEPI/MAI, concluídas, em execução, adjudicadas ou em concurso.

RELAÇÃO DAS OBRAS DO GEPI CONCLUÍDAS E ENTREGUES EM 2004

Obras de Raiz

Foram concluídas 5 obras de raiz, com um custo total de € 4.084.478,96. Destas, 3 destinaram-se à GNR, com um custo de € 2.706.386,14 e 2 à PSP, com um custo de € 1.378.092,82.

	Instalação	Custo (c/IVA)	Data de entrega
GNR	Posto de Penalva do Castelo	872.098,48 €	16 de Março de 2004
	Posto de Vila do Conde	944.896,52 €	15 de Junho de 2004
	Posto de Ançã (Cantanhede)	889.391,14 €	26 de Agosto de 2004
PSP	Esquadra do Laranjeiro (Almada)	424.010,16 €	20 de Julho de 2004
	Esquadra de Estremoz	954.082,66 €	29 de Outubro de 2004

Obras de remodelação e/ou conservação

	Instalação	Custo (c/IVA)	Data da conclusão	Obra efectuada
GNR	Posto de S. Brás de Alportel	120.854,02 €	11 de Janeiro de 2004	*Recuperação dos alçados*
	Posto de Lagos	172.401,88 €	25 de Janeiro de 2004	*Recuperação da cobertura e alçado nascente*
	Posto da Baixa da Banheira	1.832,60 €	3 de Agosto de 2004	*Alterações nas celas*
	Posto de Vilamoura	153.193,46 €	28 de Outubro de 2004	*Reabilitação das fachadas*
		151.625,04 €	18 de Novembro de 2004	*Reabilitação dos balneários*
	Posto de Albergaria-a-Velha	64.093,37 €	Dezembro de 2004	*Reabilitação do Posto*
	Posto do Bombarral	80.259,25 €	Dezembro de 2004	*Reabilitação do Posto*
PSP	Castelo Branco	109.239,54 €	Dezembro de 2004	*Remodelação da cobertura*
	Esquadra da Cedofeita	14.715,54 €	Dezembro de 2004	*Pequenas reparações*
SEF	Edifício de Coimbra	5.926,20 €	27 de Fevereiro de 2004	*Pintura da fachada posterior do edifício*
	Serviços Centrais de Lisboa	25.549,30 €	22 de Maio de 2004	*Adaptação de bar e sala de informática*
	Posto Misto de fronteira de V. R. Stº António/Ayamonte	303.450,00 €	7 de Junho de 2004	
		46.231,50 €	20 de Outubro de 2004	*Arranjos exteriores do edifício*
		63.456,75 €	Novembro de 2004	*Vedação do Posto*
	Instalações do SEF de Lisboa	59.879,51 €	13 de Setembro de 2004	*Adaptação do 1º, 2º e 3º pisos do SEF de Lisboa*
	Instalações do SEF na AV. António Augusto de Aguiar - Lisboa	41.569,08 €	27 de Setembro de 2004	*Rede eléctrica e telefónica dos 1º, 2º e 3º pisos*
		74.685,35 €	5 de Novembro de 2004	*Impermeabilização dos terraços dos 1º e 2º pisos*

Foram efectuadas 17 obras de remodelação e/ou de conservação, com um custo global de € 1.488.962,39, sendo que na GNR foram efectuadas 7 com um custo de € 744.259,62, na PSP 2 com um custo de € 123.955,08 e no SEF 8 com um custo de € 620.747,69.

RELAÇÃO DAS OBRAS DO GEPI EM EXECUÇÃO

Obras de Raiz

São 17 as obras de raiz que estão em execução, prevendo-se que o investimento seja de € 19.832.174,00. Na GNR são 15 as obras, com um custo estimado de € 15.753.424,00 e na PSP temos 2 obras com um custo estimado de € 4.078.750,00.

	Instalação	Custo (c/IVA)	Previsão de conclusão
GNR	Destacamento de Santiago do Cacém	1.403.732,00 €	Janeiro de 2005
	Posto de Vialonga	1.136.309,00 €	Janeiro de 2005
	Posto de Gáfete	949.667,00 €	Janeiro de 2005
	Posto de Beringel	1.126.000,00 €	Janeiro de 2005
	Posto da Malveira	1.124.000,00 €	Março de 2005
	Posto de Souselo - Cinfães	1.050.000,00 €	Março de 2005
	Destacamento de Aljustrel	1.321.160,00 €	Março de 2005
	Posto de Sesimbra	805.056,00 €	Maio de 2005
	Posto da Charneca da Caparica	736.000,00 €	Maio de 2005
	Posto de Lagoa	1.225.000,00 €	Julho de 2005
	Posto de Vieira de Leiria	1.000.000,00 €	Agosto de 2005
	Posto de Belmonte	941.500,00 €	Maio de 2005
	Brigada Fiscal de S. Vicente (Madeira)	989.000,00 €	Setembro de 2005
	Posto de Soure	916.000,00 €	Setembro de 2005
	Posto da Tocha	1.030.000,00 €	Dezembro de 2005
PSP	Comando de Coimbra	3.182.000,00 €	Maio de 2005
	Esquadra de Abrantes	896.750,00 €	Abril de 2005

Obras de remodelação e/ou conservação

São 6 as obras de remodelação e/ou de conservação, todas relativas à GNR, com um custo total estimado em € 451.446,86.

	Instalação	Valor da adjudicação - Custo (c/IVA)	Obra a efectuar
GNR	Posto de S. João da Madeira	139.161,69 €	*Reabilitação do Posto*
	Posto de Cabeceiras de Basto	36.039,20 €	*Reparação e beneficiação*
	Posto de Penafiel	40.977,65 €	*Reparação de balneários*
	Posto de Izeda	43.350,51 €	*Reparação de anomalias*
	Posto de Silves	110.134,00 €	*Substituição das coberturas*
	Posto de Vinhais	81.783,81 €	*Reparação de anomalias*

RELAÇÃO DAS OBRAS DO GEPI JÁ ADJUDICADAS OU CONCURSADAS, QUE AINDA NÃO INICIARAM

O custo total estimado destas 12 obras é de € 16.926.455,00, sendo que 8 são relativas à GNR, estimando-se para estas um custo de € 11.625.455,00 e as restantes 4 são relativas à PSP, com um custo estimado de € 5.301.000,00.

	Instalação	Valor estimado - Custo (c/IVA)
GNR	Posto de Portel	1.127.000,00 €
	Grupo de Castelo Branco	3.612.000,00 €
	BF de Angra do Heroísmo	731.000,00 €
	Destacamento de Tavira	1.965.000,00 €
	Posto de Armação de Pêra	1.076.455,00 €
	Destacamento de Stª Mª da Feira	1.265.000,00 €
	Posto de Gafanha da Nazaré	1.133.000,00 €
	Posto de Termas de S. Vicente	716.000,00 €
PSP	Secção da Covilhã	1.495.000,00 €
	Esquadra da Nazaré	611.000,00 €
	Secção das Caldas da Rainha	2.025.000,00 €
	Secção da Costa da Caparica	1.170.000,00 €

ANÁLISE DA CRIMINALIDADE PARTICIPADA

Tal como tem vindo a ser hábito, os dados utilizados para a análise da criminalidade participada tiveram como origem o Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, do Ministério da Justiça (GPLP/MJ). Esta metodologia permite que os valores relativos às Forças de Segurança e Polícia Judiciária sejam reportados somente às ocorrências directamente participadas a cada uma, evitando-se assim duplas contagens.

O número de processos investigados é tratado nos capítulos dedicados a cada Força e Serviço.

ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS PELA GNR, PSP E PJ

VARIAÇÃO GLOBAL DAS PARTICIPAÇÕES

No ano em análise, e ao contrário do que ocorrera nos últimos sete anos, assiste-se a um decréscimo no valor global de ocorrências participadas, ainda que somente a Polícia de Segurança Pública registe um decréscimo. Os acréscimos verificados na GNR e na PJ, não conseguem inverter esta variação, devido ao facto de, no caso da GNR, o aumento ser ligeiro e no caso da PJ, o número de casos participados directamente a este Serviço ser reduzido em relação ao volume total.

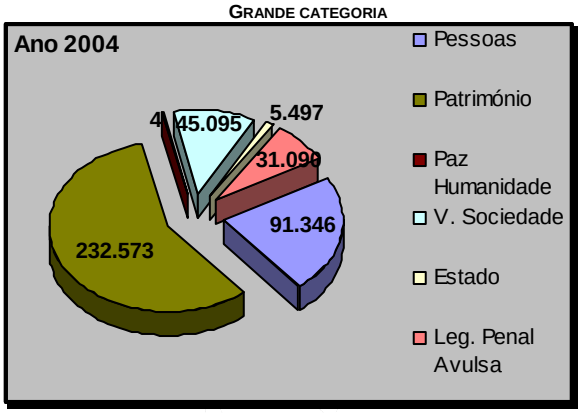
Participações por ano	Ano 2004	Ano 2003	Diferença	Var %
GNR	192.515	191.097	1.418	0,7 %
PSP	199.045	206.952	-7.907	-3,8 %
PJ	14.045	11.460	2.585	22,6 %
Total	405.605	409.509	-3.904	-1,0 %

Refira-se ainda que nas participações relativas à GNR não estão incluídas as ocorrências registadas pela Brigada Fiscal, a qual verificou um total de 1.731 casos, mais 730 casos que no ano anterior.

ANÁLISE DAS GRANDES CATEGORIAS

A criminalidade participada divide-se em 6 grandes categorias, ainda que uma delas, Crimes contra a *Paz e a Humanidade,* tenha expressão residual, não sendo assim analisada com maior profundidade.

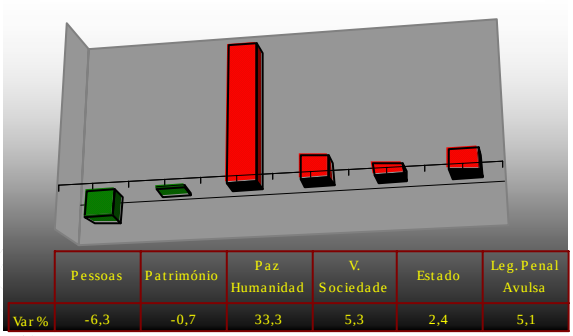
GRÁFICO RELATIVO ÀS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS POR GRANDE CATEGORIA



Destas categorias, a criminalidade contra o património, é sem qualquer dúvida, a categoria com maior preponderância, como podemos verificar pelo gráfico. No ano em apreço, as duas categorias com maior volume de participações observadas, registaram decréscimos, o que contribuiu muito para a descida global registada.

Como se pode constatar, as categorias dos crimes contra as pessoas e contra o património, apresentam decréscimos, contrariamente às restantes categorias.

GRÁFICO ELATIVO ÀS VARIAÇÕES REGISTADAS POR GRANDE CATEGORIA



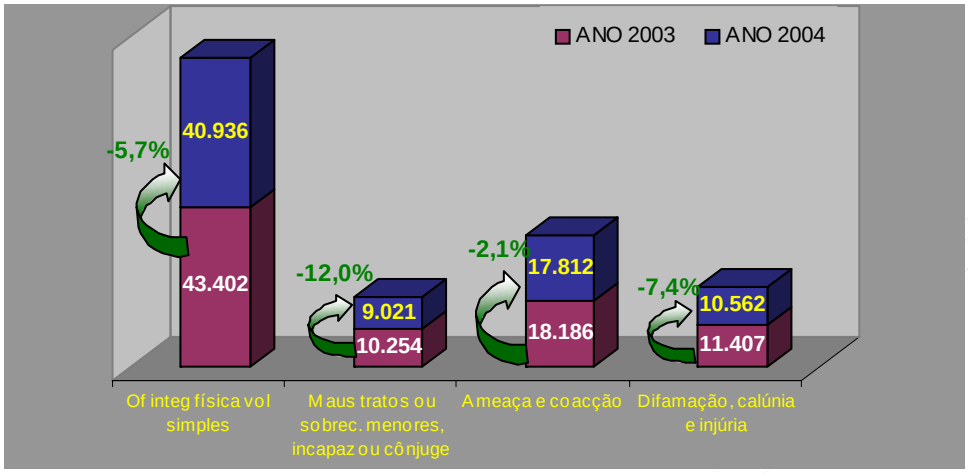
	Pessoas	Património	Paz Humanidad	V. Sociedade	Estado	Leg. Penal Avulsa
Var %	-6,3	-0,7	33,3	5,3	2,4	5,1

Crimes contra as Pessoas

A criminalidade englobada por esta categoria representa 22,5% do total de participações ao nível nacional. Como já foi referido, observou-se uma diminuição de -6,3%, para a qual muito contribuíram os decréscimos quantitativos observados nos crimes de *ofensas à integridade física simples*, *maus tratos ou sobrecarga de menores, incapaz ou cônjuge* e *difamação, calúnia e injúria.* Foi a descida observada nesta categoria que mais influenciou para que no global se verificasse um decréscimo de 1% em relação ao ano anterior.

Nesta categoria, existem quatro crimes que se destacam pelo elevado número de ocorrências que registam, representando, aproximadamente 86% do global da categoria e todos eles apresentando decréscimos.

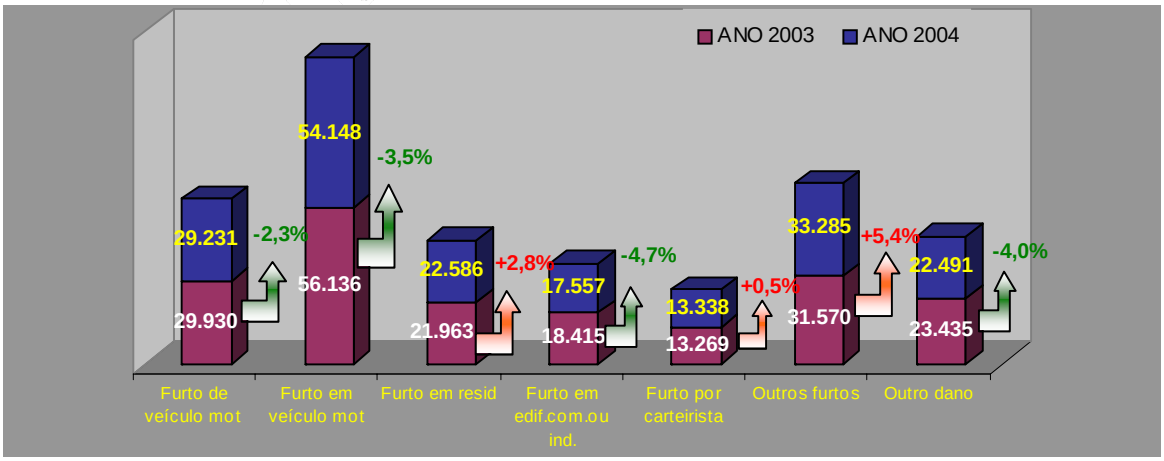
GRÁFICO RELATIVO AOS CRIMES COM MAIOR REPRESENTAÇÃO NA CATEGORIA DE CRIMES CONTRA AS PESSOAS



Crimes contra o Património

Esta é a categoria principal, em termos de números apresentados, relativamente às ocorrências registadas. Só por si representa mais de metade (57,3%) do global das participações. De entre os crimes que integram esta categoria, os que estão ligados ao furto e ao dano são aqueles que mais se destacam, como é exemplificativo o seguinte gráfico.

GRÁFICO RELATIVO AOS CRIMES COM MAIOR REPRESENTAÇÃO NA CATEGORIA DE CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO



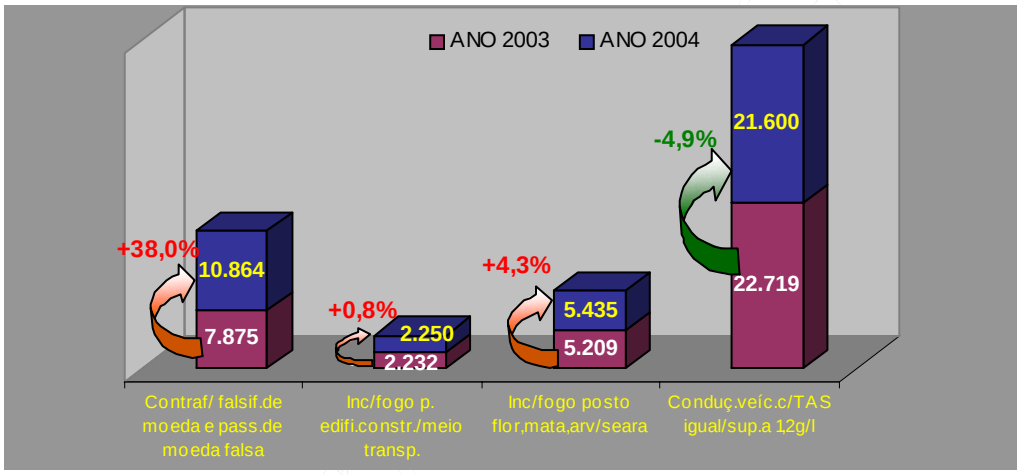
Os crimes referidos no gráfico são aqueles que maior representação têm, sendo que, no seu conjunto, representam aproximadamente 83% do total de ocorrências relativas a esta categoria criminal. Como se pode constatar, os

decréscimos observados nos furtos de e em veículo motorizado, assim como em edifícios comerciais, muito contribuíram para que, no global, se verificasse um decréscimo de -0,7% nesta categoria.

Crimes contra a Vida em Sociedade

Ao contrário das anteriores, esta categoria apresenta um acréscimo, relativamente aos valores observados no ano anterior. Esta é a terceira categoria, em termos de peso relativo (11,1%) no total. São quatro os crimes mais representativos, que no seu conjunto valem 89% do total de ocorrências registadas dentro desta categoria.

GRÁFICO RELATIVO AOS CRIMES COM MAIOR REPRESENTAÇÃO NA CATEGORIA DE CRIMES CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE

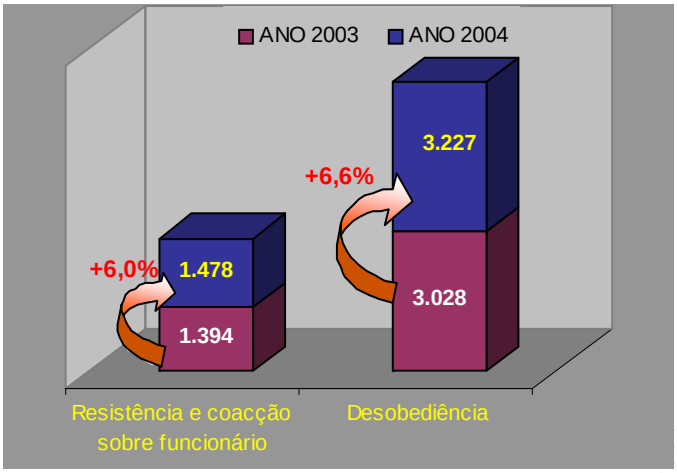


Como se pode constatar, o único que apresenta um decréscimo é o crime de condução de veículo c/ TAS igual ou superior a 1,2 g/l. Pode-se também observar um aumento substancial do crime de contrafacção/falsificação de moeda e passagem de moeda falsa.

Crimes contra o Estado

De entre as cinco categorias analisadas, esta é aquela que menos representatividade tem, com apenas 1,4% do total global. Também os crimes contra o Estado registaram um aumento, no ano 2004, muito devido aos crimes de *desobediência* e de *resistência/coacção a funcionário*, os quais representam, só por si, 85% dos crimes inscritos nesta categoria. Tal facto não pode deixar de causar preocupação, não só pelo aumento que vem registando ao longo dos últimos anos mas também porque isso reflecte um menor respeito pela autoridade do Estado.

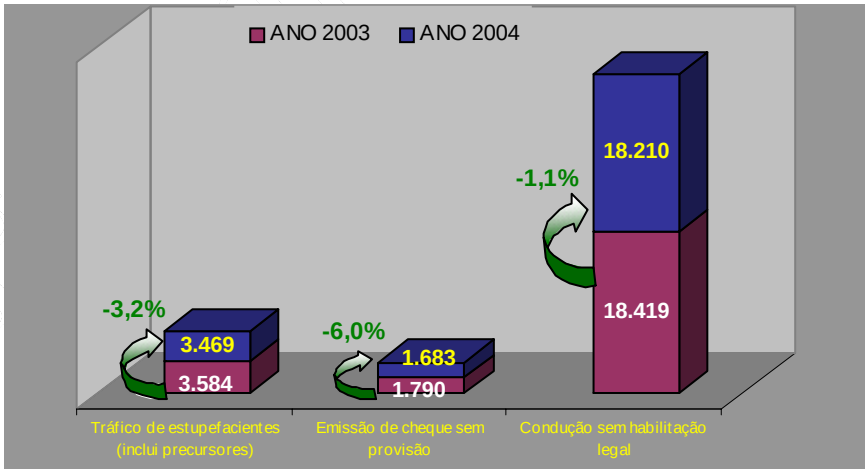
GRÁFICO RELATIVO AOS CRIMES COM MAIOR REPRESENTAÇÃO NA CATEGORIA DE CRIMES CONTRA O ESTADO



Crimes Previstos em Legislação Penal Avulsa

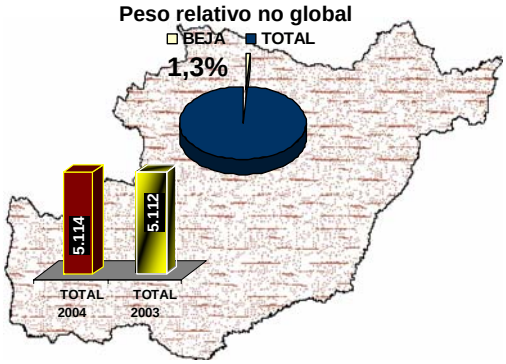
Esta categoria tem um peso relativo de aproximadamente 7,7% em relação ao total de ocorrências registadas. Ainda que os crimes com maior peso tenham apresentado decréscimos, no global, assiste-se a um acréscimo, o qual se deve em grande parte, aos crimes relativos ao jogo, uma vez que este crime aumentou de 199 casos no ano passado para 868 no presente ano, a que correspondeu um aumento de +669 casos. Para este aumento muito contribuiu o valor apurado pela PSP, que passou de 80 casos para 531:

GRÁFICO RELATIVO AOS CRIMES COM MAIOR REPRESENTAÇÃO NA CATEGORIA DE CRIMES PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO PENAL AVULSA



Distrito de Beja

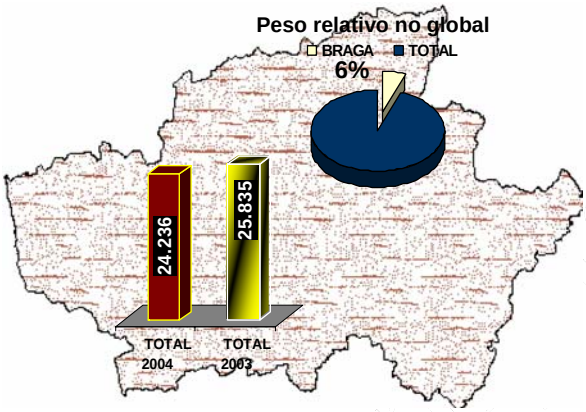
Em 2004, registou um **acréscimo de +0,04%** correspondendo a um aumento de 2 casos.



Em termos de peso relativo no global, este distrito é dos que menos ocorrências regista, ficando em 16º lugar quando comparado com os restantes.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 32 ocorrências. Ocupa o 9º lugar

Distrito de Braga

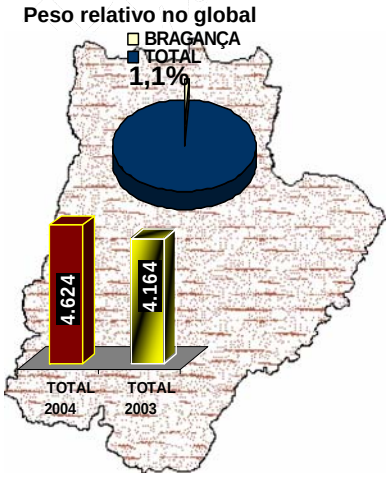


Em 2004 registou um **decréscimo de -6,2%** correspondendo a uma diminuição de -1.599 casos.

Braga é dos distritos com maior número de ocorrências participadas, quando analisado pelo seu peso relativo, coloca-se em 6º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 29 ocorrências. Ocupa o 15º lugar.

Distrito de Bragança

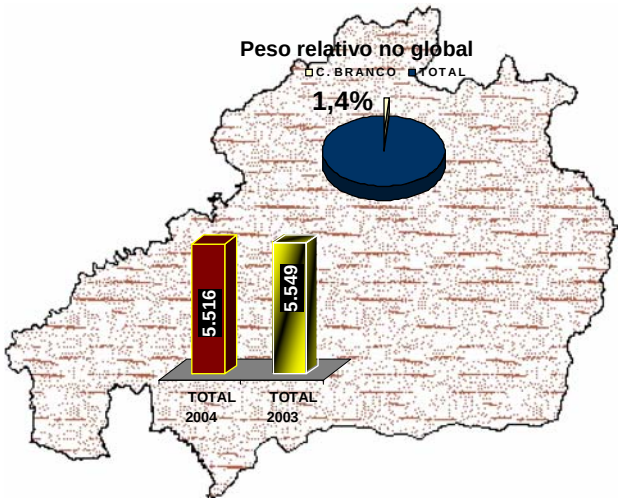


Em 2004, registou um **acréscimo de +11%** correspondendo a um aumento de +460 casos.

O número de ocorrências registadas neste distrito é baixo, colocando-o em 18º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 31 ocorrências. Ocupa o 13º lugar.

Distrito de Castelo Branco

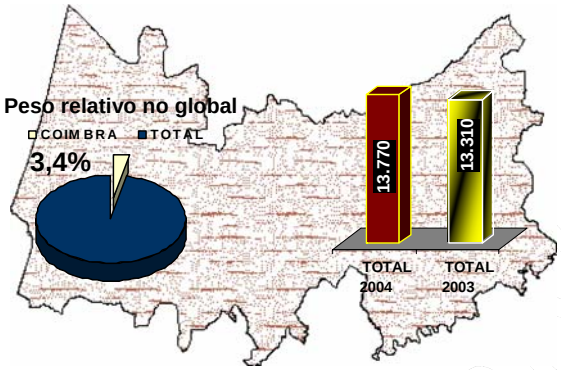


Em 2004, registou um **decréscimo de -0,6%**, correspondendo a uma diminuição de -33 casos.

O seu peso relativo é reduzido, colocando-o em 15º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 27 ocorrências. Ocupa o 17º lugar.

Distrito de Coimbra



Em 2004, registou um **acréscimo de +3,5%**, correspondendo a um aumento de +460 casos.

O peso relativo que este distrito apresenta coloca-o em 9º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 31 ocorrências. Ocupa o 11º lugar.

Distrito de Évora

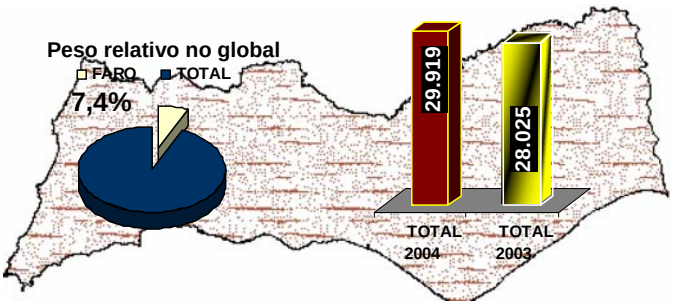
Em 2004, registou um **decréscimo de -7,7%**, correspondendo a uma diminuição de -388 casos.

Évora é dos distritos que menos ocorrências regista, colocando-se em 17º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 27 ocorrências. Ocupa o 16º lugar.

Distrito de Faro

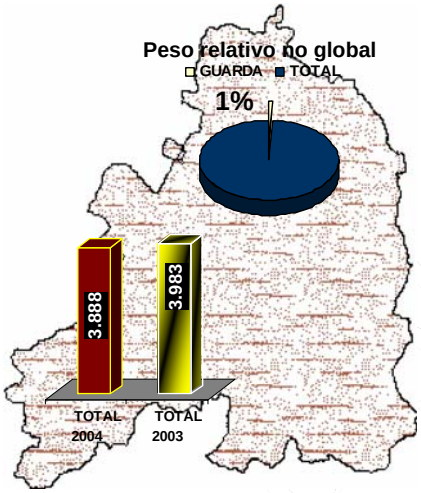
Em 2004 registou um **acréscimo de +6,8%**, correspondendo a um aumento de +1.894 casos.



Faro é dos distritos que maior número de crimes participados apresenta, colocando-se em 4º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 76 ocorrências. Ocupa o 1º lugar.

Distrito da Guarda

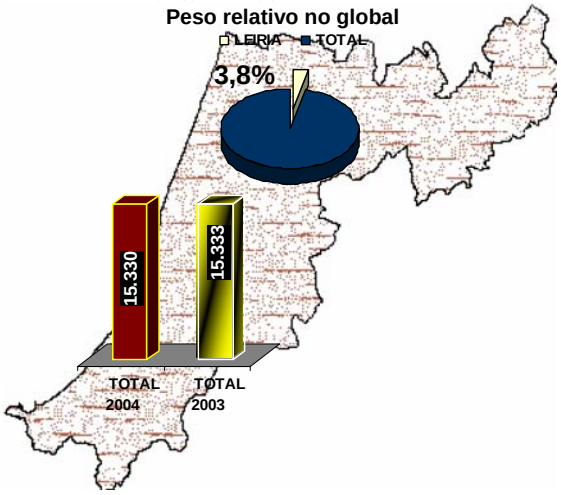


Em 2004, registou um **decréscimo de -2,4%**, correspondendo a uma diminuição de -95 casos.

De todos os distritos e regiões autónomas, este é o distrito que menos ocorrências regista, colocando-se em 20º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 22 ocorrências. Ocupa o 20º lugar.

Distrito de Leiria

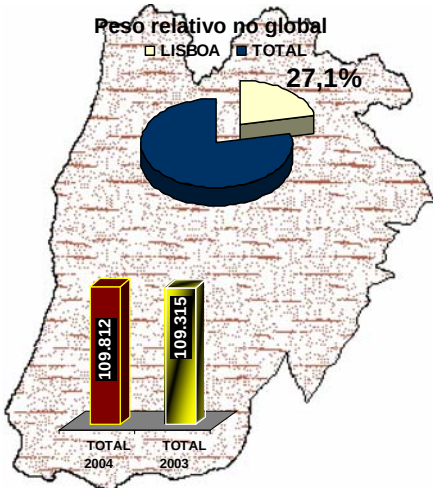


Em 2004, registou um **decréscimo de -0,02%**, correspondendo a uma diminuição de -3 casos.

O seu peso relativo no global das ocorrências registadas coloca-o em 7º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 33 ocorrências. Ocupa o 8º lugar.

Distrito de Lisboa

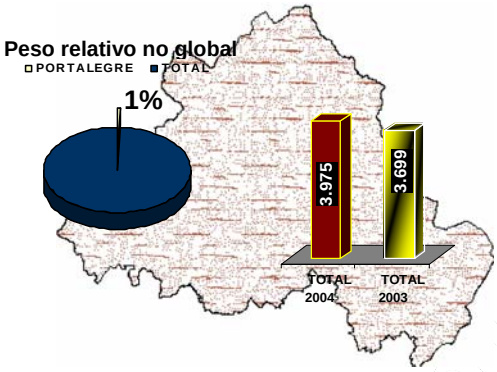


Em 2004, registou um **acréscimo de +0,5%** correspondendo a um aumento de +497 casos.

Lisboa é o distrito com maior peso relativo, colocando-se em 1º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 51 ocorrências. Ocupa o 2º lugar.

Distrito de Portalegre

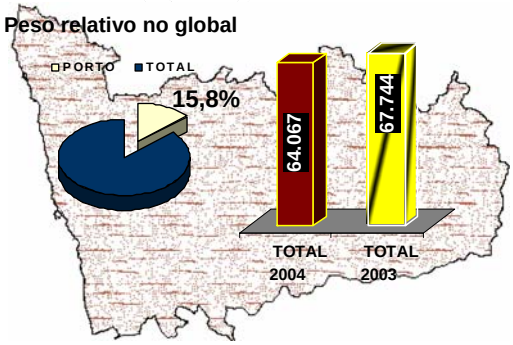


Em 2004, registou um **acréscimo de +7,5%**, correspondendo a um aumento de +276 casos.

O peso relativo deste distrito é dos mais baixos, colocando-se em 19º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 31 ocorrências. Ocupa o 10º lugar.

Distrito do Porto

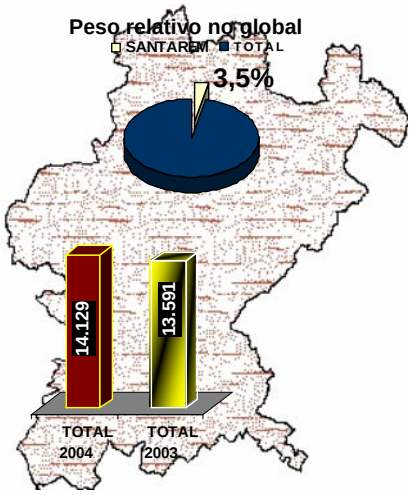


Em 2004, registou um **decréscimo de -5,4%**, correspondendo a uma diminuição de -3.677 casos.

O Porto é o segundo distrito com maior peso relativo a nível nacional.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 36 ocorrências. Ocupa o 6º lugar.

Distrito de Santarém

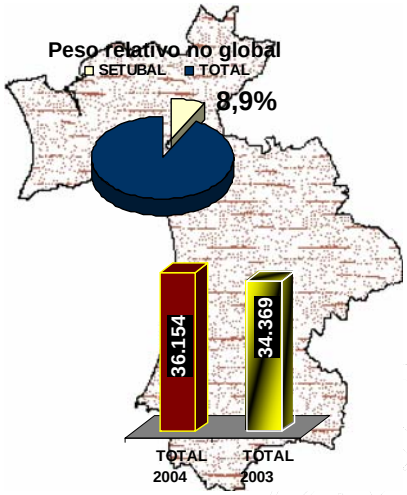


Em 2004, registou um **acréscimo de +4%**, correspondendo a um aumento de +538 casos.

O número de participações registadas neste distrito coloca-o em 8º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 31 ocorrências. Ocupa o 12º lugar.

Distrito de Setúbal

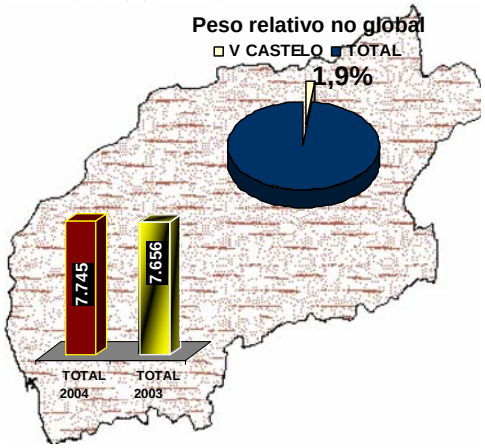


Em 2004, registou um **acréscimo de +5,2%**, correspondendo a um aumento de +1.785 casos.

Setúbal é dos distritos que maior número de participações apresenta, colocando-se em 3º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 46 ocorrências. Ocupa o 3º lugar.

Distrito de Viana do Castelo

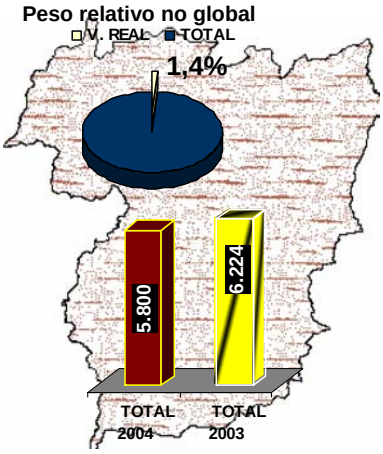


Em 2004, registou um **acréscimo de +1,2%**, correspondendo a um aumento de +89 casos.

O número de participações registadas neste distrito coloca-o em 13º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 31 ocorrências. Ocupa o 14º lugar.

Distrito de Vila Real

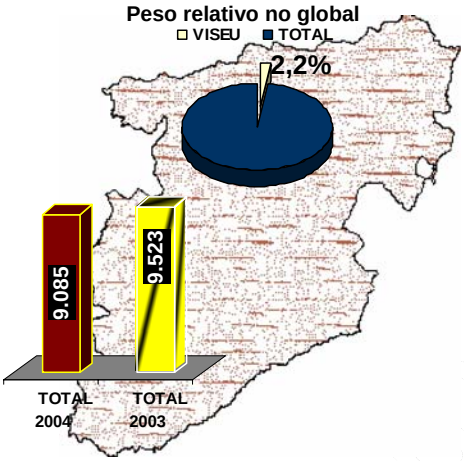


Em 2004, registou um **decréscimo de -6,8%**, correspondendo a uma diminuição de -424 casos.

Este distrito regista um número relativamente baixo em termos de ocorrências, colocando-se em 14º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 26 ocorrências. Ocupa o 18º lugar.

Distrito de Viseu

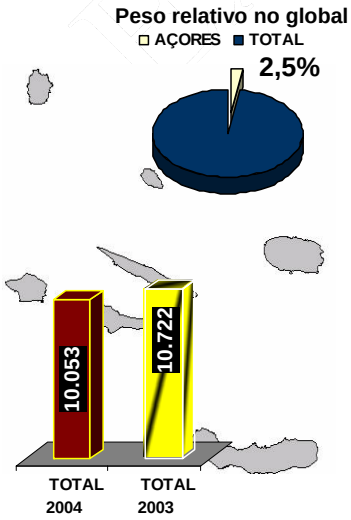


Em 2004, registou um **decréscimo de -4,6%**, correspondendo a uma diminuição de -438 casos.

O seu peso relativo no global nacional coloca-o em 11º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 23 ocorrências. Ocupa o 19º lugar.

Região Autónoma dos Açores

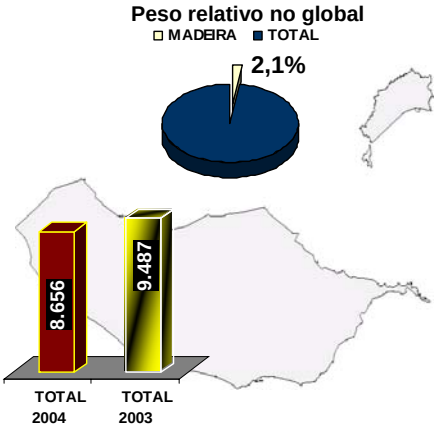


Em 2004, registou um **decréscimo de -6,2%**, correspondendo a uma diminuição de -669 casos.

O peso relativo que esta região autónoma tem, coloca-a em 10º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 42 ocorrências. Ocupa o 4º lugar.

Região Autónoma da Madeira



Em 2004, registou um **decréscimo de -8,8%**, correspondendo a uma diminuição de -831 casos.

O número de ocorrências registado coloca a Madeira em 12º lugar.

O *ratio* de crimes por 1000 habitantes é de 35 ocorrências. Ocupa o 7º lugar.

Exemplar do GCS

ANÁLISE DA CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE

De entre a criminalidade participada, existe um grupo de crimes que, devido à sua violência física e psicológica, é denominado de criminalidade violenta e grave.

Este é um tipo de criminalidade que apresenta uma maior incidência na área da PSP, visto esta Força registar aproximadamente 77% do total dos crimes inscritos nesta categoria, seguido da GNR com 20% e da PJ com 3%. Ao observar-se a distribuição deste tipo de criminalidade pelas Forças de Segurança e pela PJ, verifica-se que houve um acréscimo de +912 casos na PSP, -49 casos na GNR e -137 casos na PJ.

Em Portugal, este tipo de criminalidade não tem grande expressão, sendo que o seu peso relativo no total da criminalidade participada se situa nos 5,4%. Contudo, não deixa de causar alguma preocupação o aumento de +3,4% verificado, representando um aumento de +726 ocorrências. De entre os crimes analisados, destaca-se o crime de roubo na via pública, como sendo o crime que maior número de ocorrências regista, representando só ele mais de 50% deste tipo de criminalidade. É também aquele que maior aumento de número de casos apresenta.

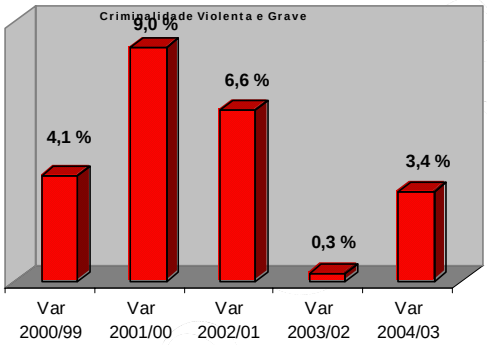
QUADRO RELATIVO AOS CRIMES QUE INTEGRAM A CRIMINALIDADE VIOLENTA E GRAVE

TOTAL GERAL	Ano 2004	*Ano 2003*	Diferença	Var %
Homicidio voluntário consumado	**187**	*271*	-84	**-31,0 %**
Ofensa à integridade física voluntária grave	**773**	*894*	-121	**-13,5 %**
Rapto, sequestro e tomada de reféns	**446**	*482*	-36	**-7,5 %**
Violação	**338**	*391*	-53	**-13,6 %**
Furto/roubo por esticão	**6.246**	*6.376*	-130	**-2,0 %**
Roubo na via pública (excepto por esticão)	**11.606**	*10.552*	1.054	**10,0 %**
Roubo a banco ou outro estabelecimento de crédito	**100**	*173*	-73	**-42,2 %**
Roubo a tesouraria ou estação de correios	**43**	*31*	12	**38,7 %**
Roubo a posto de abastecimento de combustível	**285**	*240*	45	**18,8 %**
Roubo a motorista de transporte público	**167**	*130*	37	**28,5 %**
Extorsão	**147**	*155*	-8	**-5,2 %**
Pirataria aérea/outros crimes c/a seg.da avi.civil	**0**	*0*	0	
Motim, instigação e apologia pública do crime	**11**	*2*	9	
Associação criminosa	**31**	*46*	-15	**-32,6 %**
Terrorismo e organizações terroristas	**9**	*4*	5	**125,0 %**
Resistência e coacção sobre funcionário	**1.478**	*1.394*	84	**6,0 %**
Total da criminalidade violenta	**21.867**	***21.141***	726	**3,4 %**

Do quadro supra, merecem destaque, pela positiva, os decréscimos observados no homicídio voluntário consumado, na violação e no furto/roubo por esticão. Pela negativa, os acréscimos apresentados nos crimes de roubo na via pública, roubo a posto de abastecimento de combustível e resistência e coacção sobre funcionário.

Em relação aos homicídios, importa referir que a taxa de resolução dos mesmos, por parte da Polícia Judiciária é de aproximadamente 82%.

GRÁFICO RELATIVO ÀS VARIAÇÕES OBSERVADAS DESDE 1999



Em comparação com os valores observados nos últimos anos, exceptuando o ano anterior, este ano foi aquele onde este tipo de criminalidade sofreu uma variação menor.

CRIMINALIDADE GRUPAL

Denomina-se criminalidade grupal, a criminalidade praticada por um conjunto de 3 ou mais indivíduos.

Este tipo de criminalidade tem mais incidência nas áreas metropolitanas, visto ser um tipo de criminalidade eminentemente urbano. Contudo, tem vindo a estender-se a outros distritos com elevado índice de concentração populacional.

No ano de 2004, observou-se um acréscimo de 5,7%, correspondendo a +381 casos participados.

QUADRO RELATIVO ÀS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS POR FORÇA

	Ano 2004	Ano 2003	Diferença	Variação
GNR	1.845	1.661	184	11,1 %
PSP	5.266	5.069	197	3,9 %
Total	**7.111**	**6.730**	**381**	**5,7 %**

Como se pode constatar, este tipo de criminalidade tem uma maior incidência na área da PSP, sendo que esta Força regista 3/4 do total de crimes inscritos nesta categoria. No entanto, não pode deixar de ser tomado em consideração o facto de, na área da GNR, o aumento percentual ser muito mais significativo, o que muito contribuiu para o aumento global registado.

DELINQUÊNCIA JUVENIL

A delinquência juvenil corresponde ao conjunto de ilícitos de natureza penal cometidos por jovens menores de 16 anos. Este tipo de delinquência, tal como a grupal, também tem a tendência para ser praticada com maior frequência nos grandes centros urbanos, nomeadamente Lisboa, Porto e Setúbal.

Esta delinquência tem maior incidência no roubo na via pública, no furto em viaturas, no dano e na condução sem habilitação legal.

Esta categoria regista um decréscimo global de -6,1%, correspondendo a -301 casos participados.
Como se pode constatar pelo quadro seguinte, à diminuição observada na PSP contrapõe-se um acréscimo na GNR, aproximando-as em termos de número de ocorrências participadas.

QUADRO RELATIVO ÀS PARTICIPAÇÕES REGISTADAS POR FORÇA

	Ano 2004	Ano 2003	Diferença	Variação
GNR	1.885	1.786	99	5,5 %
PSP	2.779	3.179	-400	-12,6 %
Total	**4.664**	**4.965**	**-301**	**-6,1 %**

O decréscimo que a PSP apresenta no presente ano é bastante acentuado, e, apesar de a GNR apresentar um acréscimo, este é insuficiente para inverter a tendência apresentada pela PSP.

DADOS RELATIVOS À DROGA APREENDIDA

O PRESENTE CAPÍTULO TEVE COMO ORIGEM OS DADOS FORNECIDOS PELA DIRECÇÃO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO DO TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES, DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Introdução

Nos termos do artigo 4º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril, "*a Policia Judiciária, através da Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes, centraliza e trata toda a informação respeitante às infracções tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro*".

Pretende-se divulgar publicamente alguns resultados da actividade desenvolvida já não só pelos órgãos de polícia criminal e Forças de Segurança que integram as Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta previstas no art. 6º do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril (PJ, PSP, GNR, DGAIEC e SEF) em matéria de prevenção e investigação criminal do tráfico ilícito de estupefacientes, mas também por outras entidades e organismos do Estado, que, pela especificidade das funções que exercem, têm um papel igualmente importante no controlo, fiscalização e prevenção do tráfico de estupefacientes.

Referimo-nos, concretamente, à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) e à Policia Marítima (PM), que, pelas razões aduzidas, passam a fazer parte das grelhas estatísticas apresentadas periodicamente pela Policia Judiciária.

Os dados foram trabalhados na vertente numérica e mostram, sucintamente, os resultados relativos à quantidade de droga apreendida, apreensões e detenções, entre outros, referentes ao ano 2004, em comparação com o período homólogo do ano anterior.

Os elementos estatísticos resultam do Formulário TCD [Tráfico e Consumo de Droga], Modelo A [Substâncias] - Modelo B [Intervenientes], que devem ser preenchidos sempre que seja efectuada uma apreensão de produto estupefaciente, bens, valores e documentos ou quando haja indivíduos identificados por indícios de que se está perante uma situação de tráfico ou tráfico/consumo de droga, quer estes tenham sido detidos ou não.

Drogas apreendidas

O presente quadro visa apresentar a grande maioria dos produtos apreendidos em 2004 e a sua relevância global.

As unidades de medida utilizadas para se contabilizarem as drogas apreendidas são o ***grama*** e a ***unidade*** *(ex. comprimidos)*.

TIPOS DE DROGAS APREENDIDAS
2004

	GRAMA
CANNABIS (HAXIXE)	28.977.015,326
COCAÍNA	7.420.518,763
CANNABIS (LIAMBA)	116.496,212
HEROÍNA	97.951,445
CANNABIS (FOLHAS)	539,090
ANFETAMINAS	489,786
CANNABIS (PÓLEN)	681,640
ALUCINÓGENEOS (COGUMELOS)	1.246,350
ECSTASY (MOÍDO)	411.753,000
CANNABIS (SEMENTES)	1.943,600
INDETERMINADO	*24.041,600*

	UNIDADE
ECSTASY (COMPRIMIDOS)	107.353
ANFETAMINAS (CÁPSULAS)	13
METADONA (FRASCO)	159
CLONAZEPAM (COMPRIMIDOS)	259
CANNABIS (PLANTA)	2.246
OXAZEPAM (COMPRIMIDOS)	1.360
ÓPIO (PLANTA)	1.547
LSD (SELOS)	1.474
CANNABIS (SEMENTES)	5.404
ANFETAMINAS (COMPRIMIDOS)	19
INDETERMINADO	*501*

Quantidade de droga apreendida

No quadro que se segue, apresentam-se os dados relativos à quantidade de droga apreendida, das quatro drogas mais referenciadas em Portugal, em **grama** e **unidade** para o *ecstasy*, pelos vários organismos detectores e apreensores.

Em termos globais, a quantidade de droga apreendida em 2004 é, comparativamente aos valores de 2003, significativamente mais elevada relativamente à *cocaína* e à *heroína*, respectivamente 145,97% e 35,34%.

Quanto à *cannabis (haxixe)*, verificou-se um decréscimo na ordem dos 8,17%, situação análoga à do *ecstasy* 30,96%.

A actividade da **Polícia Judiciária (PJ)** traduziu-se num extraordinário aumento nas quantidades de *heroína* e *cocaína* apreendidas, registando-se uma quebra nas restantes quantidades apreendidas (*haxixe* e *ecstasy*).

A actividade da **Guarda Nacional Republicana (GNR)** saldou-se por uma subida substancial das quantidades de *heroína* e *haxixe* apreendidas, tendo registado um decréscimo significativo nas quantidades de *cocaína* e *ecstasy.*

A **Policia de Segurança Pública (PSP)** registou um aumento nas quantidades apreendidas de *heroína* e diminuição das quantidades apreendidas de *cocaína, haxixe* (nestas, há que sublinhar que a diminuição é ligeira) e *ecstasy*.

Relativamente à **Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC)**, verificou-se um aumento expressivo das quantidades apreendidas essencialmente de *ecstasy,* assim como de *haxixe* e *cocaína* e um significativo decréscimo das quantidades de *heroína*.

No que respeita aos operadores **Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP)**, **Policia Marítima (PM)** e **Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)**, figuram pela primeira vez no Relatório Anual, sendo de destacar o papel relevante que desempenham no âmbito da repressão do fenómeno do tráfico de estupefacientes. Neste sentido, relativamente ao ano de 2004, há que salientar, pelas quantidades apreendidas:

- No âmbito da *heroína* e da *cocaína*, a **DGSP** e o **SEF**;
- No que se refere ao *haxixe*, a **DGSP** e a **PM**;
- E no que concerne ao *ecstasy*, a **DGSP**.

DROGA APREENDIDA *(GRAMAS / UNIDADES) / ORGANISMOS POLICIAIS - 2003 - 2004*

ORGANISMOS	HEROINA/03	HEROINA/04	COCAINA/03	COCAINA/04	HAXIXE/03	HAXIXE/04	ECSTASY/03	ECSTASY/04
P.J.	36.070,824	55.482,890	1.862.244,920	6.762.272,052	26.375.453,875	20.137.312,367	146.565	101.478
G.N.R.	4.997,798	14.847,768	464.389,640	9.744,957	4.647.505,489	6.214.880,922	3.641	1.314
P.S.P.	14.682,254	20.108,074	12.779,592	11.750,674	524.902,600	423.895,943	5.291	3.037
D.G.A.I.E.C	16.626,000	6.470,400	548.371,050	628.649,000	7.876,000	30.931,070		1.518
D.G.S.P		377,572		33,080		5.531,024		6
P.M			129.100,000			2.164.500,000		
S.E.F		664,741		8.069,000				
TOTAL	72.376,876	97.951,445	3.016.885,202	7.420.518,763	31.555.737,964	28.977.051,326	155.497	107.353
VARIAÇÃO %		*35,34*		*145,97*		*-8,17*		*-30,96*

Apreensões

Relativamente ao número de apreensões, do ano de 2003 para o ano de 2004, verificou-se um substancial aumento em relação ao *ecstasy* (14,29%), assim como também, embora com menor expressão, no número de apreensões de *haxixe* e *cocaína*, respectivamente 5,88% e 4,77%.

Salienta-se um decréscimo no número de apreensões de *heroína*, na ordem dos 7,76%.

Na sequência da tendência revelada em 2003, confirma-se o facto de que a *cannabis (haxixe)* voltou a ser a droga com maior número de apreensões, em substituição da *heroína*.

Procedeu-se a 2.412 apreensões de *cannabis (haxixe)*, a par de 1.070 de *heroína*, 1.033 de *cocaína*, e 152 de *ecstasy*.

A **PSP** contabilizou 55,47% do total das apreensões, seguida pela **GNR** com 24,96%, a **PJ** com 8,68%, a **DGSP** com 7,50%, a **DGAIEC** com 3,21%, a **PM** com 0,11% e o **SEF** com 0,06%.

***APREENSÕES** / DROGA / ORGANISMOS POLICIAIS - 2003 - 2004*

ORGANISMOS	HEROINA/03	HEROINA/04	COCAINA/03	COCAINA/04	HAXIXE/03	HAXIXE/04	ECSTASY/03	ECSTASY/04
P.J.	163	72	129	146	337	150	28	37
G.N.R.	247	237	169	184	630	711	44	33
P.S.P.	745	677	575	544	1.307	1.290	61	78
D.G.A.I.E.C	5	4	109	139	4	5		2
D.G.S.P		79		18		251		2
P.M			4			5		
S.E.F		1		2				
TOTAL	1.160	1.070	986	1.033	2.278	2.412	133	152
VARIAÇÃO %		*-7,76*		*4,77*		*5,88*		*14,29*

Intervenientes

No quadro que a seguir apresentamos, podemos verificar dados relativos ao número de indivíduos interceptados, quer tenham ou não sido detidos.

Na leitura deste quadro, deve ter-se presente que o universo real dos intervenientes poderá ser inferior ao número de indivíduos efectivamente interceptados, na medida em que alguns poderão ser, no mesmo ano, interceptados mais do que uma vez.

Podemos verificar que, relativamente a 2003, o total de intervenientes teve um decréscimo de 4,58%, o que se traduz numa diminuição real de 244 indivíduos interceptados.

A **PSP** interceptou o maior número de indivíduos, com 54,75% do total, seguida da **GNR** com 25,99%, da **PJ** com 9,93%, da **DGSP** com 6,62%, da **DGAIEC** com 2,67%, e do **SEF** com 0,04%.

INTERVENIENTES / ORGANISMOS - COMPARAÇÃO 2003/04

ORGANISMOS	DETIDOS/03	DETIDOS/04	NÃO DETIDOS/03	NÃO DETIDOS/04	TOTAL /03	TOTAL /04
P.J.	477	422	385	82	862	504
G.N.R.	994	1.088	290	234	1.284	1.322
P.S.P.	2.387	2.210	685	575	3.072	2.785
D.G.A.I.E.C	113	135		1	113	136
D.G.S.P		63		274		337
P.M						
S.E.F		2				2
TOTAL	3.971	3.920	1.360	1.166	5.331	5.086
VARIAÇÃO %		*-1,28*		*-14,26*		*-4,60*

Papel dos operadores intervenientes

No âmbito das quantidades de estupefaciente apreendido, a maior percentagem das drogas apreendidas é atribuída à acção da investigação criminal da Polícia Judiciária, o que de certo modo é o resultado da acção repressiva ao nível da actividade do tráfico internacional de drogas, que utiliza o nosso território como ponto de chegada ao continente europeu.

Neste domínio, há que salientar a acção de fiscalização da Direcção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo, em particular nos aeroportos civis, no âmbito do tráfico internacional de *cocaína* e *heroína* através da via aérea.

Neste âmbito, a análise dos dados permite-nos inferir que a *cocaína* teria, a maior parte das vezes, como destino o mercado europeu, o que pressupõe a promoção da activação do mecanismo jurídico-policial [*entregas controladas*] pelas entidades competentes envolvidas. No caso das quantidades de *heroína* apreendidas, o mercado de tráfico destina-se ao consumo interno.

Já no que concerne ao número de apreensões, a maior percentagem é atribuída às forças policiais que detêm a competência da acção repressiva no âmbito do tráfico de venda directa ao consumidor, assumindo maior expressão na Polícia de Segurança Pública, pela sua implantação eminentemente urbana, e uma expressão menos significativa na Guarda Nacional Republicana, pela sua implantação *peri-urbana*.

Proveniência e destino da droga

No tocante à ***heroína*** e tendo como destino Portugal, as maiores quantidades são provenientes da Espanha (24.491,161 g), Holanda (7.678,950 g), Brasil (5.050 g), e Bélgica (3.690 g).

Quanto à ***cocaína***, as maiores apreensões referenciam o Brasil (2.866.556,184 g), a Colômbia (184.444 g) e a Venezuela (333.115,77 g) como os países que merecem maior destaque.

Relativamente à ***cannabis (haxixe)***, a sua proveniência conhecida mais importante foi Marrocos (11.143.200 g) Portugal (10.114.868 g) e Espanha (832.847 gr).

Finalmente, e no que ao ***ecstasy*** diz respeito, a Holanda (97.033 unidades), a Bélgica (503 unidades) e a Espanha aparecem como os países que detêm o exclusivo da sua proveniência.

Apesar de a maior parte das drogas ter como destino assinalado o nosso país - *Portugal (20 em 47), Espanha (8), Holanda (4), França (3), Reino Unido (2), Suíça (2), Itália (1), Bélgica (1), Itália (1), Alemanha (1), Estados Unidos da América (1), Senegal (1), Cabo Verde (1), e Moçambique (1)* -, uma análise mais atenta dos dados permite-nos constatar que o território nacional tem vindo essencialmente a ser utilizado pelos grupos organizados como uma potencial *janela* de entrada para o espaço da União Europeia.

Transportes

Este quadro permite-nos identificar os meios de transporte utilizados para transportar a maior parte das quantidades apreendidas nos quatro principais tipos de estupefacientes.

Na *heroína*, o automóvel ligeiro (74,8%), apresenta-se como o meio de transporte mais utilizado, a par do avião (23,5%).

Relativamente à *cocaína*, o barco (47,5%), veículos terrestres pesados (40,2%), e o avião (11,8%), são os transportes mais utilizados na introdução deste tipo de estupefaciente no nosso país.

Na *cannabis (haxixe),* o barco (53,8%), a par de veículos terrestres pesados (41,9%), foram os transportes mais utilizados.

Quanto ao *ecstasy*, o automóvel ligeiro (72,9%), representa o meio preferencial de transporte deste tipo de droga, sendo de destacar também os veículos terrestres pesados (19,6%) e o avião (6,7%).

***TRANSPORTES** / TIPO DROGA / 2004*

		GRAMA			UNIDADE
		HEROÍNA	COCAÍNA	HAXIXE	ECSTASY
TRANSPORTE AÉREO	AVIÃO	16.500,090	873.009,960	80.236,540	6.788
	EXPRESS MAIL	163,700	1.213,450	41,900	803
TRANSPORTE MARITIMO	BARCO	63,580	3.507.519,174	12.992.253,400	
TRANSPORTE TERRESTRE	CICLOMOTOR	24,310	25,852	388,000	34
	COMBOIO	110,503	1.332,894	260,886	
	LIGEIRO	52.409,393	26.042,907	974.281,905	74.367
	MISTO	2,500	4,980	117,690	
	MOTOCICLO	81,150	143,650	3.254,698	15
	PESADO	734,128	2.968.111,630	10.114.002,300	20.003
TRANSPORTE DESCONHECIDO		27.862,091	43.114,266	4.812.214,007	5.343
	TOTAL GERAL	97.951,445	7.420.518,763	28.977.051,326	107.353

Nacionalidade, actividade, detenções e sexo

Em relação à nacionalidade dos intervenientes (*traficante e traficante-consumidor*), a portuguesa é claramente a nacionalidade com maior número de intervenientes (4.217).

Relativamente aos cidadãos de nacionalidade estrangeira, destacam-se, pelo seu número, os cabo-verdianos (368), os angolanos (68), os venezuelanos (66), os espanhóis (57), os guineenses (42), e os brasileiros (41).

Os homens são, sem dúvida, os indivíduos mais interceptados e sujeitos à situação de detenção.

Grupo etário, sexo e actividade por droga

Os grupos etários dividem-se em: menores de 20 anos; de 20 a 29; de 30 a 39; e maiores de 40 anos de idade. O grupo etário com maior número de intervenientes é o dos 20-29 anos (3.222 intervenientes), seguido pelo grupo dos 30-39 anos (1.830 intervenientes), e, por fim, os grupos dos maiores de 40 anos e dos menores de 20 anos, os quais estão muito próximos, com respectivamente 843 e 769 intervenientes.

Droga, actividade e sexo

Constata-se que o sexo masculino é claramente o género que tem maior número de intervenientes, 84% dos indivíduos interceptados.

A actividade com maior número de intervenientes é o tráfico/consumo, que representa 54%.

A *cannabis (haxixe)* é a droga com maior número de intervenientes (46%), seguindo-se a *heroína* (26%), a *cocaína* (24%), e o *ecstasy* (4%).

Bens e valores apreendidos

Relativamente ao conteúdo do quadro que seguidamente se apresenta, o mesmo visa demonstrar outra importante faceta do combate à droga, nomeadamente, no que se refere ao dinheiro, bens e objectos apreendidos pelos OPC's e que estão directamente relacionados com a prática criminal.

A relevância deste tipo de informação só pode ser demonstrada caso os organismos policiais façam um maior esforço no sentido de atribuírem maior

atenção e cuidado no preenchimento do formulário TCD, sobretudo na avaliação dos objectos apreendidos.

O resultado total referente a valores apreendidos e avaliados por todos os OPC's, durante o ano de 2004, ascende a **€1.681.445,64**, o que por si revela não só a motivação de todos os que desenvolvem a actividade ilícita do tráfico de estupefacientes, como evidencia o filão que o mercado ilícito de drogas esconde na sombra da ilegalidade e a consequente necessidade de introdução dos elevados lucros no mercado económico-financeiro legítimo.

Foram também apreendidos diversos tipos de moeda dos quais se mencionam:

BENS E VALORES *APREENDIDOS / ORGANISMOS POLICIAIS / 2004*

ORGANISMOS	VIATURAS				BARCOS	ARMAS	TELEM.	DINHEIRO	
	LIG.	PES.	MIST.	MOT.				MOEDA	AVALIAÇÃO/OBJ. APRE.
P.J.	110	2		2	3	33	437	589.574,49	17.884,50
G.N.R.	253		2	24		105	70	318.960,06	68.840,80
P.S.P.	263	1	2	25		108	1210	743.981,89	30.997,00
D.G.A.I.E.C							15	27.934,59	
D.G.S.P							8	994,61	
P.M									
S.E.F							2		
TOTAL	**626**	**3**	**4**	**51**	**3**	**246**	**1742**	**1.681.445,64**	**117.722,30**

ANÁLISE DA CRIMINALIDADE EUROPEIA

Como vem acontecendo desde há vários anos, importa proceder a uma análise comparada da criminalidade participada em outros Estados-membros da União Europeia, por forma a situar o nosso país no plano europeu.

Neste âmbito, convém sublinhar que o volume da criminalidade participada é distinto entre países e que, apesar do maior ou menor desenvolvimento económico, social e político de cada um deles, existem fenómenos alheios às políticas públicas de segurança de cada Estado, que provocam variações não controladas dos diversos tipos de crimes.

Uma vez mais, salienta-se também que os valores apresentados resultam de diferentes métodos de recolha, análise e integração de informações praticadas pelos distintos países, que dificultam uma apreciação e comparação objectiva da criminalidade na Europa.

Estas diferenças decorrem, sobretudo, de:

- Diversos métodos de recolha da notícia do crime e da sua correspondente contabilização nos relatórios estatísticos;

- Diferentes regimes jurídicos para a prática de condutas semelhantes;

- O momento em que a notícia do crime é contabilizada estatisticamente (se é contabilizada, por exemplo, no momento em que existe a denúncia, ou se apenas é tida em conta após a aplicação de uma sentença ou com o trânsito em julgado) –, facto que difere entre países;

- Das diferentes atribuições dos diversos organismos que recolhem as informações e da integração destes nos resultados apresentados formalmente;

Da análise do quadro seguinte, podemos concluir que existem três grupos distintos, no que concerne ao *ratio* de crimes por 1000 habitantes, sendo um dos grupos constituído pelos países que apresentam mais de 100 crimes, seguido pelos que se situam entre 50 e 100 crimes e por fim os que registam menos de 50 crimes.

Portugal, seguindo uma tendência longa, continua a apresentar valores relativamente baixos quando comparado com os demais países.

País[1]	Total crimes 2004	Total crimes 2003[2]	Variação 2004/03	População[3]	Ratio crimes por 1000 habitantes
Finlândia	783.838	761.004	3,0 %	*5.206.000*	*151*
Suécia	1.245.000	1.250.509	-0,4 %	*8.941.000*	*139*
Inglaterra & Gales[5]	5.934.580	5.898.560	0,6 %	*52.085.000*	*114*
Áustria	643.648	643.286	0,1 %	*8.067.000*	*80*
Dinamarca[4]	350.528	359.350	-2,5 %	*5.384.000*	*65*
França	3.825.442	3.974.694	-3,8 %	*59.629.000*	*64*
Eslovénia	86.568	76.649	12,9 %	*1.997.000*	*43*
Portugal	**405.605**	**409.509**	**-1,0 %**	***10.408.000***	***39***
(Rep.) Checa	351.629	357.740	-1,7 %	*10.203.000*	*34*
Irlanda[6]	99.018	103.360	-4,2 %	*3.964.000*	*25*

[1] Dados disponibilizados directamente pelos respectivos Governos ou acessíveis nos sites oficiais.
[2] Trata-se dos últimos dados actualizados, pelo que podem diferir dos publicados em relatórios anteriores.
[3] Dados do Instituto Nacional de Estatística (Portugal).
[4] Inclui apenas os primeiros 9 meses do ano.
[5] Ano fiscal 2002/2003 a 2003/2004.
6 Inclui apenas o crime violento (cabaz de 25 crimes).